



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 151 - QUINTA-FEIRA, 22 DE SETEMBRO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>		<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes</p> <p>LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 18</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT</p>	<p>Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDERES DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PP – 1 Valmir Amaral</p> <p>LÍDER DO PL – 3 Marcelo Crivella</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 3 João Capiberibe</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (Vago)</p> <p>LÍDER DO P-SOL Heloisa Helena</p> <p>VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p>	<p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 15 José Agripino</p> <p>VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro</p> <p>LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio</p> <p>VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 60, DE 2005

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Paraguai e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituído, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Parlamentar Brasil-Paraguai, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele formalmente aderirem.

Art. 3º O Grupo Parlamentar reger-se-á pelo regulamento interno ou, na falta deste, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de setembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 61, DE 2005

Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor de até US\$ 1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares norte-americanos), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada ao financiamento parcial do Programa de Apoio ao Sistema de Proteção Social.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União autorizada a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares norte-americanos), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Parágrafo único. Os recursos oriundos da operação de crédito a que se refere o caput destinam-se ao financiamento, parcial, do Programa de Apoio ao Sistema de Proteção Social.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º desta Resolução contém as seguintes características e condições básicas:

I – **devedor**: República Federativa do Brasil;

II – **credor**: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – **valor do empréstimo**: até US\$ 1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares norte-americanos);

IV – **modalidade**: empréstimo do mecanismo unimonetário com taxa de juros ajustável;

V – **prazo de desembolso**: mínimo de 3 (três) e máximo de até 4 (quatro) anos a partir da vigência do Contrato;

VI – **amortização**: 44 (quarenta e quatro) parcelas semestrais, iguais e consecutivas, sendo a primeira paga após 6 (seis) meses do último desembolso;

VII – **juros**: exigidos semestralmente, com base no custo de captação do BID para empréstimos unimonetários, apurados durante os 6 (seis) meses anteriores aos respectivos vencimentos, cuja taxa é

calculada com base na Libor semestral projetada para o dólar norte-americano, acrescida de uma margem expressa como percentagem anual de 0,3% (três décimos por cento), para cobertura de despesas administrativas, somada ao custo de mitigação de risco de 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) e subtraída do fundo de custeio do BID para subvenção da Libor de 0,35% a.a. (trinta e cinco centésimos por cento ao ano);

VIII – **comissão de compromisso**: exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros e calculada com base na taxa de até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo devedor não desembolsado, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do Contrato. De acordo com a observância das condições do projeto, a comissão será de 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano), podendo este percentual ser modificado semestralmente pelo BID sem que, em caso algum, possa exceder o percentual previsto de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

IX – **taxa inicial** (front-end-fee): 1% (um por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada após um semestre da data em que o Contrato entrar em efetividade.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de setembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 62, DE 2005

Autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 149,750,000.00 (cento e quarenta e nove milhões, setecentos e cinquenta mil dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Ceará autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 149,750,000.00 (cento e quarenta e nove milhões, setecentos e cinquenta mil dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no caput destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Apoio à Inclusão Social no Ceará.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – **devedor**: Estado do Ceará;

II – **credor**: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);

III – **garantidor**: República Federativa do Brasil;

IV – **valor**: até US\$ 149,750,000.00 (cento e quarenta e nove milhões, setecentos e cinquenta mil dólares norte americanos);

V – **prazo de desembolso**: até 31 de dezembro de 2007, com carência de 5 (cinco) anos para cada desembolso;

VI – **amortização**: cada desembolso será pago em 14 (catorze) parcelas semestrais e consecutivas, vencendo-se a primeira na 11ª parcela de pagamento dos juros de cada tranche e a última na 24ª parcela de juros da respectiva tranche e limitada a 15 de fevereiro de 2020; os valores de cada parcela serão equivalentes a 1/14 (um catorze avo) de cada desembolso, exceto a última que será equivalente ao valor remanescente;

VII – **juros**: exigidos semestralmente em 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta da Libor de 6 (seis) meses e margem (spread) a ser definida na data de assinatura do empréstimo e que vigorará até o encerramento;

VIII – **comissão de compromisso**: 0,85% a.a. (oitenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre os saldos não desembolsados do empréstimo, exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do Contrato, até o quarto ano, e 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) em diante;

IX – **front-end-fee**: 1% (um por cento) sobre o montante total do empréstimo, a ser debitada da Conta do Empréstimo, quando da efetividade do Contrato.

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de assinatura do Contrato de Empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Ceará na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no caput é condicionada a que o Estado do Ceará celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias, das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de setembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 163ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 21 DE SETEMBRO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Aviso da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Nº 987/2005, de 20 do corrente, encaminhando, por não ter sido enviado juntamente com a Mensagem nº 561, de 2005, o anexo à Exposição de Motivos nº 181, de 30 de agosto de 2005, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente ao Projeto de Lei nº 41, de 2005 – CN. . 31548

1.2.2 – Ofício do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

Nº 10.427/2005, de 8 do corrente, encaminhando solicitação remetida ao Exmo. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos Velloso, demonstrando preocupação com as mudanças que se pretende realizar na Lei das Eleições, Lei nº 9.504, de 1997, principalmente no que respeita ao Registro de Candidaturas, pelo Projeto de Lei nº 275/2005, que tramita atualmente no Senado Federal (arts. 8º, 11 e 16). 31548

1.2.3 – Pareceres

Nº 1.724, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2005 (nº 2.513/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação na Área da Indústria de Energia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia, celebrado em Kiev, em 16 de janeiro de 2002. 31553

Nº 1.725, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 352, de 2005 (nº 756, de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, celebrado em Brasília, em 21 de outubro de 2002. 31554

Nº 1.726, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2005 (nº 1.026, de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o

texto da Nova Lista de Compromissos Específicos do Brasil, resultante da Segunda Rodada Negociadora de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços, aprovada pela Decisão 56/00 do Conselho do Mercado Comum, em 14 de dezembro de 2000. 31555

Nº 1.727, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2005 (nº 3.000, de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Regional de Cooperação para a Promoção da Ciência e da Tecnologia Nucleares na América Latina e no Caribe – ARCAL, celebrado no âmbito da Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA, assinado em Viena, em 25 de setembro de 1998. 31557

Nº 1.728, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2005 (nº 3.002, de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Conjunta sobre o Gerenciamento Seguro de Combustível Irrradiado e dos Rejeitos Radioativos, celebrada em Viena, no âmbito da Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA, em 5 de setembro de 1997. 31559

Nº 1.729, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2002, de autoria do Senador Ademir Andrade, que inclui parágrafos no artigo 2º, da Lei nº 9.434, de 1997, com a finalidade de permitir o procedimento de retirada de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em entidades hospitalares não autorizadas a realizar transplantes, pelo Sistema Único de Saúde. 31561

Nº 1.730, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 223, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que institui o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. 31571

Nº 1.731, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 933, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que requer seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação. 31574

1.2.4 – Ofício do Presidente da Comissão de Educação

Nº 129/2005, de 13 do corrente, comunicando a aprovação, em caráter terminativo, em reunião realizada naquela data, do Projeto de Lei do Senado nº 223, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que institui o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil..... 31575

1.2.5 – Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Nº 69/2005, de 1º do corrente, comunicando a aprovação, no dia 25 de agosto de 2005, em turno único, da Emenda nº 01-CAS (Substitutivo), de 2005, ao Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2002, de autoria do Senador Ademir Andrade, que inclui parágrafos no artigo 2º, da Lei nº 9.434, de 1997, com a finalidade de permitir o procedimento de retirada de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em entidades hospitalares não autorizadas a realizar transplantes, pelo Sistema Único de Saúde; e, no dia 1º de setembro de 2005, não tendo sido oferecidas emendas em turno suplementar, foi definitivamente adotada, nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal..... 31575

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno, do Requerimento nº 933, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Cabral..... 31575

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recursos, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 126, de 2002, e 223, de 2005, cujos pareceres foram lidos anteriores, sejam apreciados pelo Plenário..... 31575

Término do prazo, ontem, sem que tenham sido oferecidas emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar). 31575

Término do prazo, ontem, sem que tenham sido oferecidas emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2005 (nº 2.518/2003, na Casa de origem), que determina a quebra da fiança, no caso de o agente comparecer ao local do qual fora impedido pelo juiz, nos termos daquela, alterando o art. 328 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal. 31575

Término do prazo, ontem, sem que tenham sido oferecidas emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2005 (nº 722/2003, na Casa de origem), que altera o art. 526 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, estabelecendo o

direito de sindicalização para o empregado de entidade sindical. 31575

Término do prazo, ontem, sem que tenham sido oferecidas emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2005 (nº 7.405/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências..... 31575

1.2.7 – Ofícios

Nº 212/2005, de 21 do corrente, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na CPMI dos ‘Correios’..... 31575

Nº 213/2005, de 21 do corrente, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na CPMI do ‘Mensalão’..... 31576

Nº 1.828/2005, de 21 do corrente, do Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando a Declaração de Perda do Mandato Parlamentar, ocorrida em 14 de setembro do corrente, do Senhor Roberto Jefferson (PTB/RJ). 31576

1.2.8 – Leitura de requerimento

Nº 1.044, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornal **Correio Braziliense** pela iniciativa em favor da cultura e do pensamento, com a publicação de imortais obras poéticas e literárias em seu Caderno “C”. .. 31576

1.2.9 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta parágrafo ao artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 2003, estabelecendo responsabilidade solidária a terceiros contratados pela Administração. 31577

1.2.10 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM, como Líder – Considerações sobre o primeiro dia oficialmente reconhecido pelo Congresso Nacional como o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, instituído pelo projeto de lei de autoria de S.Exª. 31577

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Preocupação com o problema dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios, que afeta as prefeituras dos municípios de Roraima..... 31582

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Comentários sobre o Partido dos Trabalhadores, que está completando 25 anos, cuja história atravessa crise profunda e abaladora..... 31584

SENADOR JOSÉ MARANHÃO – Considerações sobre a educação profissionalizante. Destaque para a atuação do CEFET, entidade que patrocina apoio com oferta de cursos técnicos..... 31585

SENADOR CÉSAR BORGES – Comentários sobre a crise política por que passa o País..... 31588

SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Situação crítica que vem enfrentando os municípios

brasileiros, com a queda dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.	31591	manifeste sobre a questão da reforma política, no sentido de que se assegure, em sua apreciação, a maior transparência.	31630
SENADOR JOSÉ JORGE, como Líder – Resultados iniciais da pesquisa divulgada hoje sobre o Presidente Lula e seu governo.	31593	SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Referências ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante a respeito do episódio ocorrido hoje nas CPI e repúdio ao comportamento da Senadora Ideli Salvatti durante os trabalhos.	31634
SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Satisfação com aprovação, ontem, do Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2003, de autoria de S.Ex ^a	31594	SENADOR JOSÉ JORGE – Entendimento para que o projeto apresentado pelo Senador Jorge Bornhausen que trata da reforma política, seja mantido na sua integralidade na Câmara dos Deputados.	31635
SENADOR EDUARDO AZEREDO, como Líder – Considerações sobre as comemorações, no dia de hoje, do Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.	31599	SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Reflexões sobre as palavras do Senador Aloizio Mercadante e sobre o episódio ocorrido hoje nas CPML's com a participação da Senadora Ideli Salvatti.	31636
SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Manifestação em defesa dos funcionários das Universidades Federais que estão em greve, especialmente a Universidade Federal do Mato Grosso. A questão da imprensa oficial no Mato Grosso. Registro para conhecimento de seus pares que foi eleita para o cargo de Presidente Regional do PT no Mato Grosso.	31601	SENADORA IDELI SALVATTI – Episódio ocorrido durante o depoimento do banqueiro Daniel Dantas na reunião das CPML's de hoje.	31640
SENADOR EDUARDO SUPPLY – Retorno à situação dos funcionários do antigo Banespa, que foi vendido para o Banco Santander.	31604	SENADOR FLÁVIO ARNS – Comemorações pela passagem do Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. Registra a presença em Plenário de representantes do Conade – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, para entrega de manifesto ao Presidente Renan Calheiros, que diz respeito aos desafios de construção da cidadania da pessoa com deficiência.	31646
SENADOR MARCO MACIEL – Homenagem ao ex-Presidente do Senado, Senador Petrônio Portella, na passagem, no dia 12 de setembro corrente, do 80º aniversário de seu nascimento.	31621	1.2.13 – Fala da Presidência	
1.2.11 – Leitura de requerimento		Agradecimentos à presença no Plenário do Senado Federal da representação dos portadores de necessidades especiais, manifestando a sua concordância com as reivindicações do Conade dirigida em carta aberta ao Presidente da República.	31649
Nº 1.045, de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, solicitando voto de lembrança pela passagem do 80º aniversário de nascimento do ex-Presidente do Senado Federal, Petrônio Portella. Aprovado.	31624	1.2.14 – Leitura de requerimentos	
1.2.12 – Discursos do Expediente (continuação)		Nº 1.046, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à escritora Nélida Pinõn, vencedora do Prêmio Jabuti-2005, com o livro Vozes do Deserto	31653
SENADOR AELTON FREITAS – Defesa na busca de soluções técnicas para o desenvolvimento da agricultura orgânica no país.	31625	Nº 1.047, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando à Ministra do Meio Ambiente as informações que menciona.	31653
SENADOR NEY SUASSUNA, como Líder – Reflexões sobre a Medida Provisória nº 252, de 2005, a “MP do Bem”, que propõe um importante avanço para a redução dos custos operacionais do setor produtivo a partir da diminuição da carga tributária. A queda dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios.	31626	Nº 1.048, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando voto de aplauso e congratulações às 52 brasileiras incluídas no projeto “Mil mulheres para o Prêmio Nobel da Paz 2005”.	31654
O SR. PRESIDENTE (Senador Renan Calheiros) – Explicações sobre o pronunciamento do Senador Ney Suassuna.	31628	Nº 1.049, de 2005, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de aplauso à Rede Globo de Televisão por implantar, em suas novelas, o closed caption	31655
SENADOR LEONEL PAVAN – Apresentação de requerimento solicitando a realização de sessão solene, no dia 27 do corrente, destinada a comemorar o Dia Mundial do Turismo. Manifestação em defesa dos Técnicos da Receita Federal.	31629	Nº 1.050, de 2005, de autoria do Senador Aloizio Mercadante e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial, no dia 11 de outubro deste ano, para comemorar o “Dia do Professor” e o “Dia da Criança”. Aprovado.	31655
SENADOR ALOIZIO MERCADANTE – Considerações sobre episódio ocorrido hoje nas CPI, quando do depoimento do banqueiro Daniel Dantas. Destaque para a necessidade de que o Senado se			

1.2.15 – Comunicação da Presidência

Convocação de Sessão Especial do Senado Federal, a realizar-se no dia 11 de outubro, às 11 horas, destinada a comemorar o “Dia do Professor” e o “Dia da Criança” 31656

1.2.16 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 48, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Ramez Tebet, que altera a sessão legislativa ordinária do Congresso Nacional e a data de posse dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 31656

1.2.17 – Leitura de requerimento

Nº 1.051, de 2005, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando a inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item 4 seja submetida ao Plenário em 2º lugar, após o item 1. **Aprovado.** 31659

1.3 – ORDEM DO DIA**Item 1**

Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2005 (nº 4.727/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 523 e 527 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos ao agravo de instrumento e ao agravo retido (restringe hipóteses de agravo retido às audiências de instrução e julgamento e estabelece hipótese para a conversão do agravo de instrumento em agravo retido). **Aprovado, com emendas.** À Comissão Diretora para redação final. 31659

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2005 (**Parecer nº 1.732, de 2005-CDIR**). **Aprovada.** À sanção. 31660

Item 4 – (Inversão de pauta, nos termos do Requerimento nº 1.051, de 2005)

Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2003 – Complementar (nº 52/99-Complementar, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN e dá outras providências, para incluir a manutenção das casas de abrigo. **Aprovado.** À sanção. (Votação nominal)..... 31661

Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Apreciação transferida para amanhã.** 31667

Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira. **Apreciação transferida para amanhã.** 31667

Item 5

Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação. **Apreciação transferida para amanhã.** 31667

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia). **Não houve oradores na terceira e última sessão de discussão, em segundo turno.** 31668

Item 7

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otavio, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios). **Não houve oradores na terceira e última sessão de discussão, em segundo turno.** 31668

1.3.1 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Registro sobre o Relatório de Atividades de 2004 do STJ. 31668

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários sobre matéria publicada na revista **Veja** de 21 de setembro do corrente, intitulada “Um fiasco mundial” 31669

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “Dirceu assume responsabilidade política pela crise e defende Lula”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo** de 19 de setembro do corrente..... 31671

SENADOR ALVARO DIAS – Escândalos e as constantes denúncias de corrupção no governo Lula e no Partido dos Trabalhadores, tratadas na matéria “A farra dos jatos oficiais”, publicada na revista **Época**, de 12 de setembro em curso..... 31672

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Comentário sobre a matéria intitulada “Muito status e pouca verba”, publicada no jornal **Correio Braziliense** do último dia 18 de setembro do corrente. 31675

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria “Um país mais forte”, publicada na revista **Exame** do último dia 31 de agosto do corrente..... 31676

SENADOR LEONEL PAVAN – Comentário sobre a matéria “Corrupção vem do Executivo, diz Jefferson”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 15 de setembro. 31678

SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO – Comentários ao artigo intitulado “Generais sem ônus”, de autoria do articulista Clóvis Rossi, publicado no

jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 8 de setembro do corrente..... 31680

SENADOR **LUIZ SOARES** – Considerações sobre o artigo “Basta, Presidente!”, de autoria do filósofo Roberto Romano, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 8 de setembro do corrente. 31681

SENADOR **JEFFERSON PÉRES** – Reflexão acerca dos costumes ou vícios que nutrem e eternizam a corrupção. 31682

SENADOR **TIÃO VIANA** – Comentários sobre a matéria publicada no jornal **A Tarde**, da Bahia, de 8 de agosto último, sobre as dificuldades enfrentadas pelo Hospital Universitário Professor Edgard Santos (HUPES), intitulada “Ensino de medicina expõe fraturas”..... 31684

SENADOR **DEMÓSTENES TORRES** – Registro da matéria “Um Homem sem Limites”, publicada pela revista **Forbes Brasil** nº 115, de 29 de julho de 2005. 31688

1.3.2 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, quinta-feira, dia 22, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 31691

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 21-9-2005

3 – MESA DO SENADO FEDERAL

Ata da 7ª Reunião, realizada em 15 de setembro de 2005..... 31694

4 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 138, de 2005. 31695

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 3.584 e 3.585, de 2005 (Republicação). 31695

Nºs 3.591 a 3.602, de 2005. 31695

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 52ª LEGISLATURA

7 – SECRETARIA DE COMISSÕES

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

18 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 163ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 21 de setembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Leonel Pavan,
Mão Santa e Gilberto Mestrinho

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 21/9/2005 07:31:47 até 21/9/2005 20:32:03

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Ilco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
'MDB	PI	ALBERTO SILVA	X	X
Ilco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
'SDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
'MDB	RO	AMIR LANDO	X	X
Ilco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	X
'FL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Ilco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
'SDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X
'DT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
'FL	BA	CÉSAR BORGES	X	X
'FL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
'FL	MA	EDISON LOBÃO	X	X
'SDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
'SDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	
Ilco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
'FL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
Ilco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X
Ilco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
'SDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
'MDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
'-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
'MDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X
'MDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Ilco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
'PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	X
Ilco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	X
Ilco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	X
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	X
'MDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X
'MDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
'MDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
'PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	X
'PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
'MDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
'MDB	PI	MÃO SANTA	X	X
PFL	PE	MÁRCO MACIEL	X	X
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
'MDB	MA	MAURO FECURY	X	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
'MDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
'PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
-	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X	X
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	X
Ilco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
'MDB	RS	PEDRO SIMON	X	
'MDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X
'PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	X
'MDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
'MDB	MA	RIBAMAR FIGUENE	X	
Ilco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	X
'MDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X
'MDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
'PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Ilco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	X	X
Ilco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
'PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
Ilco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
'MDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PP	DF	VALMIR AMARAL	X	
'MDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	X

Compareceram: 71 Senadores

x *Uolisei Uolisei*

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 72 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 987 – C. Civil

Brasília, 20 de setembro de 2005

Assunto: Projeto de lei de revisão do PPA

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, por não ter sido enviado juntamente com a Mensagem nº 561, de 2005, o anexo à Exposição de Motivos nº 181, de 30 de agosto de 2005, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente ao Projeto de Lei nº 41, de 2005 – CN.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– O aviso que acaba de ser lido, juntado ao Processado do **Projeto de Lei nº 41, de 2005**, do Congresso Nacional, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e publicado em Suplemento ao **Diário do Senado Federal** do dia de hoje.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício TRE/SP nº 10.427/2005

São Paulo, 8 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência a solicitação remetida ao Excelentíssimo Presidente do Colendo Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos Velloso, demonstrando a preocupação deste Tribunal Regional Eleitoral sobre as mudanças que se pretende realizar na Lei das Eleições, Lei nº 9.504 de 1997, principalmente no que respeita ao Registro de Candidaturas, pelo Projeto de Lei nº 275/2005 que tramita atualmente no Senado Federal (artigos 8º, 11 e 16).

Solicito o especial obséquio de auxiliar esta Corte e contribuir para que a Justiça Eleitoral Paulista possa realizar suas tarefas em tempo de proporcionar a 27.303.895 (vinte e sete milhões, trezentos e três mil, oitocentos e noventa e cinco) eleitores o direito de exercerem a sua cidadania e contribuir para a democracia brasileira.

Eis o teor do ofício de início referido:

“Ofício TRE/SP nº 9.741

São Paulo, 31 de agosto de 2005.

Senhor Ministro,

Chega ao conhecimento deste Tribunal Regional o texto do Projeto de Lei nº 275/2005, em tramitação no Senado Federal, visando a alterar a Lei nº 9.504/1997, que estabelece normas para as eleições.

Diante disso, peço vênha para levar ao conhecimento de Vossa Excelência as fundadas preocupações desta Corte com as mudanças que se pretende realizar, especialmente no que toca aos artigos 8º, 11 e 16 da Lei das Eleições.

De acordo com o mencionado Projeto, as convenções destinadas à escolha de candidatos e à deliberação sobre coligações deixariam de ser realizadas no período de 10 a 30 de junho do ano em que se realiza o pleito para ocorrerem entre 20 e 31 de julho, enquanto, por seu turno, o termo final para a entrega dos pedidos de registro dos candidatos não mais recairia em 5 de julho, passando a ser possível até o dia 5 de agosto.

Verifica-se, em análise preliminar, que, caso aprovada a proposta, a Justiça Eleitoral veria subtraídos 30 dias do escasso tempo que dispõe para processar e julgar os pedidos de registro de candidaturas, que, especificamente no Estado de São Paulo, alcançaram a cifra de 2.509 nas eleições gerais de 2002.

Releva apontar que o processamento dos pedidos de registro de candidatos obedece ao rito estabelecido pela Lei Complementar nº 64/1990, que fixa inúmeros prazos para a prática de todos os atos processuais – conforme demonstra o cronograma anexo – sendo que a observância de todos os lapsos temporais, aí incluídos aqueles desde a protocolização do requerimento até a inserção dos dados, com o devido aceite, nas urnas eletrônicas, supera o período atribuído aos Tribunais Eleitorais pelo Projeto para a sua prática.

Constata-se que são necessários 86 (oitenta e seis) dias para que decorra toda a tramitação processual determinada pela Lei Complementar nº 64/1990, além daqueles decorrentes das atividades técnicas para inserção dos dados nas urnas eletrônicas, enquanto, a considerar a realização das eleições em 10 de

outubro de 2006 e a entrada dos pedidos de registro em 5 de agosto, restarão unicamente 56 (cinquenta e seis) dias a intermediar as duas datas.

Outrossim, a alteração do prazo para a realização das convenções partidárias, e via de consequência a entrega dos pedidos de registro de candidatos no dia 5 de agosto, torna letra morta o dispositivo inserto no artigo 13, § 3º, da própria Lei nº 9.504/1997, que prevê a substituição de candidatos às eleições proporcionais, pois estabelece que a troca só se efetivará caso o novo pedido seja apresentado até 60 dias antes do pleito, enquanto, como já visto, o prazo para a entrada inicial dos pedidos de registro ocorreria com apenas 56 dias de anterioridade da eleição. A evidência, o pedido do substituto não pode ocorrer antes do pedido do eventual substituído.

Idêntico raciocínio aplica-se às vagas remanescentes das convenções, eis que o artigo 10, § 5º, da Lei nº 9.504/1997, fixa o mesmo prazo de 60 dias anteriores ao pleito para que sejam preenchidas.

Não se deve olvidar, ainda, que a absoluta transparência do processo eleitoral, a cada pleito mais tornada evidente pelas Resoluções regulamentadoras desse Colendo Tribunal Superior Eleitoral, exige que todos os procedimentos executados nos equipamentos de informática e nas urnas eletrônicas, relativos à preparação do pleito, à votação e à totalização dos resultados, sejam anunciados com antecedência, para a necessária e bem-vinda fiscalização dos partidos políticos, do Ministério Público e de legítimos interessados, com o consequente acompanhamento e realização de todas as auditorias disponíveis, fato que, se por um lado acrescenta segurança ao processo, por outro torna-o menos célere.

Ressalte-se que os Tribunais Regionais Eleitorais, durante o período de processamento e julgamento dos pedidos de registro de candidaturas, contam, também, com a apreciação de outros processos de sua competência, como, v.g., os relativos à propaganda eleitoral, registro de pesquisas, além de toda a gama de atribuições que lhes são conferidas pela legislação, tornando-se impossível à tomada de decisão nos feitos, a prevalecer os prazos

previstos pelo Projeto de Lei do Senado nº 275/2005.

Por tais razões, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo postula, perante Vossa Excelência e essa Colenda Corte Superior, que sejam envidados esforços junto ao Congresso Nacional no sentido de que os textos originais dos artigos 8º, 11 e 16 da Lei nº 9.504/1997 não constituam objeto de alteração.


Ciente, contudo, que objetivo principal da mudança das datas para realização das convenções partidárias e dos pedidos de registro de candidatos, de acordo com a própria justificação do Projeto, é o estreitamento do lapso reservado às campanhas, e que ocorreria um interstício entre o pedido de registro – em 5 de julho – e o início da propaganda – em 1º de agosto, nos termos da redação que se pretende atribuir ao artigo 36 da Lei nº 9.594/1997 – é de se propor que, durante esse período, seja autorizada a veiculação de propaganda eleitoral pela distribuição de folhetos, volantes e outros impressos, assim como por meio da fixação de faixas, placas, cartazes, pinturas ou inscrições em bens particulares, pois é cediço que se trata das formas menos custosas de publicidade, mantendo-se os demais modos de veiculação das postulações restritas aos prazos previstos no PLS nº 275/2005.

Por derradeiro, aponta-se que o texto do artigo 22, § 4º, constante do Projeto, prevê que “o uso de recursos oriundos de fontes diversas da que aqui se trata implica a nulidade das contas do candidato e consequente impugnação do registro de sua candidatura”. Contudo, tendo presente que tal verificação é levada a efeito após a realização do pleito, o dispositivo deveria estabelecer a impugnação do mandato eletivo.

Na oportunidade, convicto da atenção que será dispensada ao presente expediente, renovo a Vossa Excelência as manifestações de meu elevado apreço.

Álvaro Lazzarini, Presidente

A Sua Excelência, o Ministro Carlos Velloso
Digníssimo Presidente do Colendo Tribunal Superior Eleitoral
Brasília – DF”

<u>ETAPAS DO PROCESSO ELEITORAL</u>		<u>PRAZO EM DIAS</u>
<u>01</u>	<u>Recebimento e protocolização dos pedidos.</u> <u>Os pedidos são, na sua maioria, protocolizados no último dia do prazo, ou seja, em 2002 dos 2509 pedidos 2108 foram protocolizados em 05 de julho.</u>	<u>01</u>
<u>02</u>	<u>Organização da documentação e leitura das atas de convenção dos Partidos e Coligações.</u>	<u>04</u>
	<u>Nesse momento é feito o batimento entre as atas manuscritas e as digitadas, bem como a separação e organização dos documentos de cada candidato. Cumpre ressaltar que em cada pedido de registro são apresentados no mínimo oito documentos. Levando-se em conta que são protocolizados 2500 pedidos de registro, tem-se um total de 20.000 documentos.</u>	
<u>03</u>	<u>Autuação e distribuição.</u> <u>Nessa etapa os dados são inseridos primeiramente no Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP e, após, é autuado um processo por candidato (2.509 na eleição de 2002). Em seguida os processos são distribuídos ao Relator preventivo para o Partido ou Coligação. Todos os atos processuais posteriores são inseridos nesse sistema.</u>	<u>07</u>
<u>04</u>	<u>Inserção dos dados no Sistema de Candidaturas.</u> <u>Após a autuação, os dados e a foto dos candidatos são inseridos no Sistema "Cand". Em seguida são feitas exaustivas conferências para evitar erros, uma vez que esses dados irão alimentar a urna eletrônica.</u> <u>A cada alteração na situação do candidato (impugnado, deferido, indeferido, etc) o sistema deve ser atualizado.</u>	<u>15</u> 
<u>05</u>	<u>Publicação do edital para impugnação.</u> <u>Elaboração da lista com os nomes dos candidatos que pediram o registro, conferência dos dados e encaminhamento para a Imprensa Oficial para publicação no dia seguinte. Após é feita a certificação da publicação em cada processo de registro e a anotação no SADP.</u>	<u>02</u>
<u>06</u>	<u>Prazo para impugnação (art. 3º; caput, da LC 64/90).</u> <u>Processamento da impugnação.</u>	<u>05</u>
<u>07</u>	<u>Juntada aos autos de cada processo, anotação nos sistemas CAND e SADP e expedição de Intimação do candidato por telegrama. É elaborado um telegrama para cada candidato impugnado. Na eleição de 2002 houve cerca de 2000 impugnações.</u>	<u>02</u>

<u>08</u>	<u>Prazo para contestação (art. 4º, da LC 64/90).</u> <u>Juntada da contestação e anotação nos sistemas CAND e SADP.</u>	<u>07</u>
<u>09</u>	<u>Inquirição das testemunhas (art. 5º, caput, da LC 64/90).</u>	<u>04</u>
<u>10</u>	<u>Diligências (art. 5º, § 2º, da LC 64/90).</u>	<u>05</u>
<u>11</u>	<u>Alegações Finais ou Manifestação do MP (art. 6º, da LC 64/90).</u>	<u>05</u>
<u>12</u>	<u>Informação acerca da documentação apresentada pelo partido/coligação/candidato (art. 37 e §§ da Resolução TSE nº 21.608/04).</u> <u>São feitas exaustivas conferências a fim de serem detectadas eventuais irregularidades tanto na celebração da coligação (processo piloto) quanto na documentação dos candidatos (processo individual).</u>	<u>07</u>
<u>13</u>	<u>Conclusão ao Relator.</u>	<u>01</u>
<u>14</u>	<u>Inclusão em pauta, julgamento pela Corte (art. 8º, caput, da LC 64/90).</u> <u>Há que se considerar que a Corte do TRE conta com 06 (seis) Juízes Relatores para julgar o total de 2.500 processos de registro, sendo necessárias várias sessões de julgamento.</u> <u>Obs.: Os processos sem impugnação e aqueles nos quais não haja a inquirição de testemunhas são julgados anteriormente</u> <u>Na prática são necessários o mínimo de 10 dias para que todos os processos de registro sejam julgados.</u>	<u>03</u>
<u>15</u>	<u>Prazo para interposição de recurso (art. 8º, caput, da LC 64/90).</u>	<u>03</u>
<u>16</u>	<u>Juntada do recurso e anotação nos sistemas.</u> <u>Elaboração de edital de intimação dos candidatos para verificação dos dados e da foto.</u>	<u>01</u>
<u>17</u>	<u>Audiência pública para verificação e validação dos dados e foto dos candidatos na urna eletrônica.</u> <u>São realizadas 05 (cinco) sessões, com 500 (quinhentos) candidatos por dia.</u>	<u>05</u>
<u>18</u>	<u>Prazo para substituição da foto.</u>	<u>02</u>

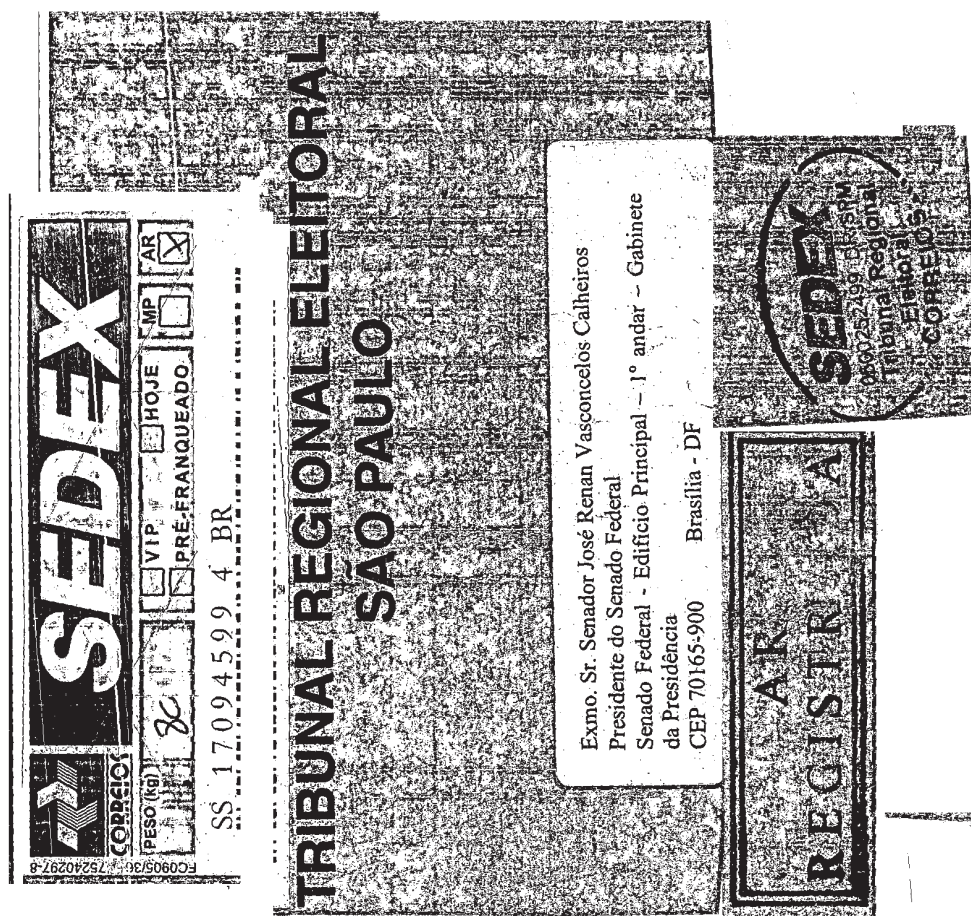
19	<u>Prazo para a geração de arquivos para inseminação das urnas eletrônicas.</u> <u>Geração de mídias para urnas eletrônicas.</u> <u>Cerimônia de carga, lacração e auditoria das urnas, levando-se em conta zonas com grande número de seções.</u> <u>Transporte das urnas e montagem das seções.</u>	<u>07</u>
	TOTAL	86

Obs.: 86 (oitenta e seis) dias a contar de 06 de julho findam em 29 de setembro, antevéspera da eleição, data em que as urnas devem ser encaminhadas para as seções eleitorais.

Reitero a Vossa Excelência a expressão de respeito e consideração.

Alvaro Lazzarini

Alvaro Lazzarini
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral
do Estado de São Paulo



O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– O ofício que acaba de ser lido, anexado ao processado do **Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2005**, vai à Câmara dos Deputados, onde o projeto se encontra em tramitação.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.724, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2005 (nº 2.513/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação na Área da Indústria de Energia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia, celebrado em Kiev, em 16 de janeiro de 2002.

Relator: Senador **Cristovam Buarque**

Relator **ad hoc**: Senador **Roberto Saturnino**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2005 (PDC nº 2.513, de 2002, na origem), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação na Área da Indústria de Energia entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo da Ucrânia, celebrado em Kiev, em 16 de janeiro de 2002.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima referido.

O diploma legal em apreço foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em 7 de julho de 2005, tendo naquela Casa, passado pelo crivo das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de Economia, Indústria, Comércio e Turismo, Minas e Energia, e da então denominada Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Acompanha a proposição a Mensagem nº 670, de 2002, do Poder Executivo, que encaminha o texto do Tratado ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos nº 225/MRE, de 1 de julho de 2002, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte:

“O Acordo em questão (...) proporciona a moldura jurídica adequada para o aprofundamento da cooperação entre os dois países na área energética. (...) As duas economias possuem um alto grau de complementari-

dade na área energética, especialmente no setor de máquinas para a geração de energia. A cooperação bilateral pode trazer, no plano interno, benefícios tais como o melhor aproveitamento dos recursos naturais e a estabilização das necessidades energéticas nacionais. No plano externo, o desenvolvimento tecnológico na área energética pode melhorar a competitividade geral da economia e, em particular, na área de exportação de equipamentos de geração de energia, com alto valor agregado.”

Convém ressaltar que o tratado é, na verdade, um acordo-quadro, que tem por objetivo fomentar a cooperação entre Brasil e Ucrânia em um setor de alta relevância. Assim fica expresso já no artigo primeiro:

“As Partes, com o propósito de contribuir para o fortalecimento de suas respectivas economias, desenvolverão, com base nos princípios de vantagens mútuas, ampla cooperação na área de fabricação de maquinaria energética, visando, entre outros aspectos, a utilização conjunta de tecnologias de acesso a mercados.”

Registre-se, ademais, que quaisquer outros instrumentos celebrados sob a égide do referido Acordo deverão passar pelo crivo do Poder Legislativo.

II – Análise

A cooperação é um dos principais mecanismos para o desenvolvimento das Relações Internacionais, sendo que atos como o celebrado em Kiev, em 16 de janeiro de 2002, vão ao encontro das diretrizes da Política Externa Brasileira. Acrescente-se que o Acordo em tela poderá gerar frutos bastante positivos para setores energéticos brasileiros e ucranianos e para as indústrias dos dois países.

Trata-se, a toda evidência, de ato internacional conveniente e oportuno aos interesses nacionais, cuja ratificação pelo Brasil e a implementação no direito interno serão bastante positivas para as relações internacionais do País, em especial para o aumento dos vínculos com a Ucrânia, e para a imagem do Brasil junto a seus pares da comunidade internacional.

III – Voto

Por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela apro-

vação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2005.

Sala da Comissão, 15 de setembro de 2005.
– **Eduardo Azeredo**, Presidente Em Exercício – **Arthur Virgílio** – **Eduardo Suflicy** – **Aelton Freitas** – **Flexa Ribeiro** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Romeu Tuma** – **Valdir Raupp** – **Wellington Salgado de Oliveira** – **José Agripino** – **Roberto Saturnino**, Relator
AD HOC – **José Jorge** – **Heraclito Fortes** – **Flexa Ribeiro** – **Serys Slhessarenko**

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....
Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....
VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;
.....

PARECER Nº 1.725, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 352, de 2005 (nº 756/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, celebrado em Brasília, em 21 de outubro de 2002.

Relator: Senador **Wellington Salgado de Oliveira**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 352, de 2005, que aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, celebrado em Brasília, em 21 de outubro de 2002.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o texto foi encaminhado pela Presidência da República à Câmara dos Deputados em 14 de março de 2003, por meio da Mensagem nº 82, de 2003.

Na Câmara dos Deputados, a matéria em tela foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, passando ainda pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania,

tendo sido aprovado pelo Plenário daquela Casa em 7 de julho de 2005.

II – Análise

Segundo esclarece a Exposição de Motivos nº 73, de 7 de março de 2003, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, que acompanha o texto do referido ato internacional, ao facilitar o fluxo de nacionais brasileiros e guatemaltecos entre os territórios dos dois países, o Acordo traduz o interesse dos Estados Partes em incrementar os vínculos bilaterais, particularmente no tocante às atividades ligadas ao comércio e ao turismo.

Os Artigos 1 e 2 dispõem que os nacionais da Guatemala e do Brasil, portadores de passaportes nacionais comuns válidos, estarão isentos de vistos para entrar, transitar e permanecer no território da outra Parte Contratante para fins de turismo pelo prazo de até noventa dias.

Ressalta o Artigo 3 que a entrada, travessia em trânsito e saída devem ser feitas pelos pontos abertos ao tráfego internacional de passageiros, como é de praxe.

Além de disposições sobre procedimentos consulares e troca de informações sobre modelos de passaportes, entre outras informações pertinentes, o Acordo em tela alerta para o respeito às leis e regulamentos do país receptor pelos cidadãos de ambas as Partes (Artigo 4) e para o fato de que a concessão de visto constitui mera expectativa de direito, reservando-se as Partes, a prerrogativa de negar a entrada ou reduzir a estada em seu território de nacionais do outro Estado Parte, se considerados indesejáveis (Artigo 5).

O Artigo 6 determina que 30 (trinta) dias corridos antes da entrada em vigor do Acordo, as autoridades competentes de ambos os Estados Partes intercambiarão espécimes de passaportes válidos, com informação pormenorizada sobre as características e usos dos mencionados documentos de viagem, cujas eventuais modificações também serão informadas mutuamente pelas autoridades competentes dos Estados signatários do presente diploma internacional (Artigo 7).

Ademais, o Acordo poderá ser suspenso unilateralmente, no todo ou em parte, por motivos de segurança, ordem ou saúde públicas, o que será comunicado antecipadamente à outra Parte (Artigo 9).

São inequívocos os benefícios às relações bilaterais entre o Brasil e a Guatemala trazidos pelo Acordo em apreço, particularmente em momento em que a política externa brasileira prioriza as suas relações não apenas com os demais países do continente sul-americano, como também com os da América Central.

III – Voto

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 352, de 2005, por sua conveniência e oportunidade.

Sala da Comissão, 15 de setembro de 2005. – **Eduardo Azeredo**, Presidente em exercício – **Wellington Salgado de Oliveira**, Relator – **Heráclito Fortes** – **Arthur Virgílio** – **Roberto Saturnino** – **Aelton Freitas** – **Flexa Ribeiro** – **Mozarildo Cavalcanti** – **José Jorge** – **José Agripino** – **Valdir Raupp** – **Romeu Tuma** – **Eduardo Suplicy** – **Serys Slhessarenko**.

PARECER Nº 1.726, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2005 (nº 1.026/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Nova Lista de Compromissos Específicos do Brasil resultante da Segunda Rodada Negociadora de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços, aprovada pela Decisão nº 56/00 do Conselho do Mercado Comum, em 14 de dezembro de 2000.

Relator: Senador **Aelton Freitas**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2005, que aprova o texto da Nova Lista de Compromissos Específicos do Brasil, resultante da Segunda Rodada Negociadora de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços, aprovada pela Decisão nº 56/00 do Conselho do Mercado Comum, em 14 de dezembro de 2000.

Na Câmara dos Deputados, a matéria em apreço foi distribuída à Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, para relatório preliminar, nos termos do que dispõe o inciso I do art. 2º da Resolução nº 1, de 1996-CN. Aquele colegiado recomendou a sua aprovação pelo Congresso Nacional, após detida análise pelas comissões de mérito específicas, solicitando, ainda, o seu exame pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Na Câmara, a matéria também foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio, e pela referida Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, tendo então vindo ao Senado, onde foi distribuída a essa Comissão.

O texto da “Nova Lista de Compromissos Específicos do Brasil” foi aprovado mediante a Decisão nº 56/00 do Conselho do Mercado Comum, órgão máximo do Mercosul.

Conforme a Exposição de Motivos encaminhada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, o Mercosul adotou, em dezembro de 1997, o Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul (Mercosul/CMC/DEC nº 13/97 e Mercosul/CMC/ DEC nº 12/98). Posteriormente, em julho de 1998, foram aprovados os seus quatro Anexos Setoriais e as Listas de Compromissos Específicos Iniciais de cada país.

Com o formato de um acordo-quadro, o Protocolo de Montevideu define as obrigações de caráter geral aplicáveis ao comércio regional de serviços. Define também um programa de liberalização comercial a ser completado em um prazo de 10 anos, prevendo ainda a possibilidade de recurso aos mecanismos de solução de controvérsias intra-Mercosul. Seus Anexos dispõem sobre regras específicas para aqueles setores de serviços que se revistam de maior sensibilidade econômica ou peculiaridade regulatória. O texto do Protocolo de Montevideu e de seus Anexos foi encaminhado ao Congresso Nacional em 30 de maio de 2000, por meio da Mensagem Presidencial nº 750, portanto, cerca de dois anos após a sua assinatura.

O Artigo VII do Protocolo de Montevideu estipula que cada Estado-Parte elencará, numa lista de compromissos específicos, os setores, os sub-setores e as atividades com respeito aos quais assumirá compromissos de liberalização comercial indicando, para cada modo de prestação correspondente, os termos, as limitações e as condições em matéria de acesso aos mercados e tratamento nacional.

Em relação aos setores de serviços especificados nas referidas listas de compromissos, cada Estado-Parte ficará obrigado a conceder tratamento da nação mais favorecida, isto é, outorgar aos serviços e prestadores de serviços de qualquer outro Estado-Parte um tratamento não menos favorável do que aquele que conceda aos serviços similares e seus prestadores de qualquer outro Estado Parte ou de terceiros países.

Também obriga os Estados-Partes a concederem tratamento nacional aos serviços e prestadores de serviços dos demais Estados-Partes, com respeito a todas as medidas que afetem a prestação dos serviços, isto é, um tratamento não menos favorável do que aquele que outorga a seus próprios serviços similares ou prestadores de serviços similares.

O Artigo V, parágrafo 2, estipula, entretanto, que os compromissos específicos assumidos em virtude das respectivas Listas de Compromissos não obrigam

os Estados-Partes a compensar desvantagens competitivas intrínsecas que resultem do caráter estrangeiro dos serviços ou prestadores de serviços pertinentes. O parágrafo 4 do dispositivo supra define que o tratamento é menos favorável quando ele modifica as condições de concorrência em favor dos serviços ou prestadores de serviços do Estado-Parte em comparação com os serviços similares ou prestadores de serviços similares de outro Estado-Parte.

O parágrafo 4 do Artigo VII determina que as Listas de Compromissos Específicos serão anexadas ao Protocolo de Montevideu e farão parte integrante do mesmo.

O programa de liberalização vem sendo consubstanciado em processo de negociação composto de sucessivas etapas, que serão gradativamente incorporados à Lista de Compromissos Específicos iniciais acordada pelos quatro sócios, aprovada pela Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 9/98. A Lista de Compromissos ora em exame substitui os “Compromissos por Setores” listados no “Item 1: Serviços Profissionais” da “Lista de Compromissos Iniciais do Brasil” aprovada pela Decisão do Conselho de Mercado Comum acima referida.

As Listas de Compromissos do Protocolo de Montevideu inspiram-se no GATS, o acordo de serviços da Organização Mundial do Comércio. De acordo com a sistemática adotada, a primeira coluna corresponde à lista “positiva” dos setores nos quais os países assumem compromissos de abertura. As duas colunas seguintes elencam, no formato de “lista negativa”, as limitações que serão mantidas em matéria de acesso a mercados e tratamento nacional, especificadas em função dos quatro “modos de prestação” pelos quais os serviços são transacionados internacionalmente, a saber:

1. prestação transfronteiriça;
2. consumo no exterior;
3. presença comercial; e
4. movimento temporário de pessoas físicas.

A quarta coluna lista “compromissos adicionais”, em geral de natureza regulatória, que os países se dispõem a assumir.

A Lista de Compromissos do Brasil, que ora se submete ao exame desta Comissão, está dividida em duas partes. A primeira enumera os compromissos chamados “horizontais”, ou seja, aplicáveis a todos os setores de serviços. A segunda refere-se a compromissos de abertura para alguns setores específicos. Tais setores são: serviços profissionais; computação e serviços relacionados; serviços relacionados à pes-

quisa e ao desenvolvimento; serviços relacionados a imóveis; serviços de aluguel ou leasing sem operadores; outros serviços empresariais como publicidade; pesquisas de mercado e de opinião pública; consultoria de administração, exceto de projetos de construção; serviços de análise e testes técnicos; serviços relacionados à agricultura, caça e ao reflorestamento; serviços relacionados à pesca e à mineração; serviços relacionados à produção manufatureira; serviços relacionados à distribuição de energia; serviços de colocação e oferta de recursos humanos; serviços de investigação e segurança; serviços de consultoria técnica e científica; serviços de manutenção e conserto de equipamentos, exceto de transporte e de radiodifusão; serviços de empresa de edifícios; de fotografia e de empacotamento; de edição e de publicação; de convenções, de tradução e interpretação.

Para cada um dos serviços mencionados são especificadas, na primeira coluna, as limitações no que diz respeito ao acesso a mercados; na segunda, as limitações no tocante ao tratamento nacional.

II – Análise

A “Lista de Compromissos Iniciais” do Brasil, aprovada pela Decisão nº 9/98 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, em 23 de julho de 1998, a nova “Lista de Compromissos Específicos” do Brasil, resultante da Primeira Rodada de Negociação de Compromissos Específicos em matéria de serviços, adotada pela Decisão nº 1/00, do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, em 29 de junho de 2000, e a “Nova Lista de Compromissos Específicos do Brasil” resultante da II Rodada Negociadora, aprovada pela decisão nº 56/00, do Conselho do Mercado Comum, em 14 de dezembro de 2000 ora em exame, expressam os primeiros resultados concretos das negociações em curso, no âmbito do Mercosul, visando a liberalização dos diversos setores de serviços dos quatro Países Membros.

Como se sabe, o mercado comum, objetivo do Tratado de Assunção que instituiu o Mercosul, implica, entre outros compromissos, a livre circulação de serviços no espaço econômico ampliado. Trata-se de etapa importante no processo de integração, que resulta no aprofundamento da união aduaneira e na progressiva conformação do mercado comum.

A metodologia empregada para a liberalização dos serviços na sub-região leva em conta o Acordo Geral sobre Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio, incorporado ao direito brasileiro por meio do Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994. Consagra o princípio da reciprocidade, presente mediante a adoção do tratamento da nação mais favo-

recida e do tratamento nacional. Garante-se, assim, a abertura recíproca e gradativa dos mercados de serviços, tendo como base, não o número de setores que se desregulam, mas o potencial comercial a ser mutuamente oferecido a cada Parte Contratante. Com esse critério, busca-se distribuir de forma equitativa o impacto da desregulamentação na balança de pagamentos de cada um dos Estados Partes.

Cabe lembrar, ademais, que, na medida em que novas listas de compromissos de liberalização forem sendo negociadas, deverão ser submetidas ao crivo do Congresso Nacional, uma vez que ao Poder Executivo não compete alterar discricionariamente o regime jurídico vigente no País, no que diz respeito a serviços.

Tendo-se em vista que o setor de serviços está sendo objeto de negociações visando a sua liberalização no foro da Organização Mundial do Comércio, como também no âmbito da Área de Livre Comércio das Américas, uma vez retomadas as negociações com vistas à implementação desta última, ao Mercosul interessa estabelecer, desde já, parâmetros que atendam aos interesses da região, os quais, uma vez acordados, não poderão ser modificados em razão de negociações multilaterais subseqüentes, prevalecendo sobre elas.

III – Voto

Diante do exposto, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2005, que aprova o texto da Nova Lista de Compromissos Específicos do Brasil, resultante da Segunda Rodada Negociadora de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços, aprovada pela Decisão nº 56/2000 do Conselho do Mercado Comum, em 14 de dezembro de 2000.

Sala da Comissão, 15 de setembro de 2005. – **Eduardo Azeredo**, Presidente em Exercício – **Alton Freitas**, Relator – **Heráclito Fortes** – **Arthur Virgílio** – **Roberto Saturnino** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Valdir Raupp** – **Flexa Ribeiro** – **José Agripino** – **José Jorge** – **Romeu Tuma** – **Eduardo Suplicy** – **Serys Slhessarenko** – **Wellington Salgado De Oliveira**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO Nº 1.355,
DE 30 DE DEZEMBRO DE 1994

Promulgo a Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT.

O Presidente da República, no uso de suas atribuições, e Considerando que o Congresso Nacional

aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, a Ata Final que Incorpora aos Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, assinada em Maraqueche, em 12 de abril de 1994;

Considerando que o Instrumento de Ratificação da referida Ata Final pela República Federativa do Brasil foi depositado em Genebra, junto ao Diretor do GATT, em 21 de dezembro de 1994;

Considerando que a referida Ata Final entra em vigor para a República Federativa do Brasil em 1º de janeiro de 1995, decreta:

Art. 1º A Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, apensa por cópia ao presente decreto, será executada e cumprida tão inteiramente como nele contém.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1994; 173º da Independência e 106º da República. – **ITAMAR FRANCO** – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

Este texto não substitui o publicado no **DOU**, de 31-12-1994.

PARECER Nº 1.727, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2005 (nº 3.000/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Regional de Cooperação para a Promoção da Ciência e da Tecnologia Nucleares na América Latina e no Caribe – ARCAL, celebrado no âmbito da Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA, assinado em Viena, em 25 de setembro de 1998.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2005 (PDC nº 3.000, de 2003, na origem), que aprova o texto do Acordo Regional de Cooperação para a Promoção da Ciência e da Tecnologia Nucleares na América Latina e no Caribe – ARCAL, celebrado no âmbito da Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA, assinado em Viena, em 25 de setembro de 1998.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu

á apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima referido.

O diploma legal em apreço foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em 7 de julho de 2005, tendo naquela Casa passado pelo crivo das Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Acompanha a proposição a Mensagem nº 421, de 2002, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos nº 146/MRE, de 3 de maio de 2002, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte:

“O ARCAL foi proposto no âmbito da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), cujos objetivos básicos são o de promover a cooperação internacional nos usos pacíficos da energia nuclear, supervisionar materiais nucleares a fim de que não sejam utilizados para a produção de armamentos e promover a segurança nuclear mundial. O Brasil é membro fundador da AIEA, organização internacional independente, afiliada à ONU, tendo o Governo brasileiro promulgado seu Estatuto pelo Decreto nº 42.155, de 27 de agosto de 1957.”

“O Arcal destina-se a promover, estimular, coordenar e implementar atividades de cooperação e treinamento, pesquisa, desenvolvimento e aplicações de ciência e tecnologia nucleares, na América Latina e no Caribe, por meio de instituições nacionais. Esse acordo pretende oferecer a estrutura necessária para que os Estados-membros possam promover a cooperação horizontal, técnica e econômica em projetos e programas nucleares de interesse comum para fins pacíficos, dando prioridade à cooperação entre países em desenvolvimento, aspecto de particular importância para o Brasil. O programa possibilita ainda a transferência de tecnologia de países menos avançados, assim como a colaboração de outras organizações públicas, privadas e não-governamentais no campo nuclear.”

A Exposição de Motivos ressalta, ainda, que a participação do Brasil no referido tratado não implica impacto orçamentário, exceto para projetos específicos, na forma do art. IV. Registra, finalmente, que o Arcal foi examinado e recomendado pelos órgãos nacionais que tratam de assuntos nucleares, inclusive pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

II – Análise

Em um mundo de constantes transformações, o uso da tecnologia nuclear marcou o desenvolvimento da humanidade a partir da segunda metade do século XX. De fato, grandes avanços na agricultura, saúde e produção energética se devem à tecnologia nuclear. Nesse sentido, com o objetivo de fomentar e auxiliar a pesquisa, o desenvolvimento e a aplicação prática da energia atômica para usos pacíficos, promovendo a cooperação técnica entre os Estados, foi criada, há quase cinco décadas, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), da qual o Brasil foi membro fundador.

Em nosso País, e isso é importante ressaltar, o uso da energia nuclear é constitucionalmente limitado a fins pacíficos. E o que estabelece o inciso XXIII, do art. 21 da Constituição:

Art. 21. Compete à União:

.....
XXIII – explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições:

a) toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional;

b) sob regime de concessão ou permissão, é autorizada a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos medicinais, agrícolas, industriais e atividades análogas;

c) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa;

.....
De fato, a partir da Lei Maior de 1988, o Brasil deixou claro ao mundo que recorreria, sim, ao uso da tecnologia nuclear, mas terminantemente o fazendo para fins pacíficos. Essa conduta brasileira é evidenciada com a ativa participação do País em organismos e regimes internacionais como a AIEA e regionais, com destaque para a Agência Brasileiro – Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC).

Assim, o programa nuclear brasileiro tem fins exclusivamente pacíficos, desenvolve-se dentro da máxima segurança e se orienta por preceitos constitucionais. O Brasil cumpre – e sempre cumpriu – os compromissos assumidos pela assinatura de acordos, convenções e tratados internacionais, com destaque

para o “Acordo Para Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear”, assinado entre o Brasil e a Argentina em 1991, o “Acordo Quadripartite para a Aplicação de Salvaguardas”, assinado entre o Brasil, Argentina, ABACC e ALBA e o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), assinado pelo País em 1997.

É nesse contexto de cooperação e transparência da pesquisa e do uso da energia nuclear que se encontra o Acordo em apreço. Trata-se, a toda evidência, de ato internacional conveniente e oportuno aos interesses nacionais, cuja ratificação pelo Brasil e a implementação no direito interno serão bastante positivas para as relações internacionais do País, em especial no que concerne à garantia de participação brasileira nos regimes de internacionais que envolvam a cooperação pacífica na área nuclear, bem como para a imagem do Brasil junto a seus pares da comunidade internacional.

III – Voto

Por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2005.

Sala da Comissão, 15 de setembro de 2005.
– **Serys Sihelessarenko – Eduardo Suplicy – Eduardo Azeredo**, Relator – **Roberto Saturnino – Aelton Freitas – Wellington Salgado de Oliveira – Arthur Virgílio – Flexa Ribeiro**, Presidente em Exercício – **Mozarildo Cavalcanti – José Agripino – José Jorge – Valdir Raupp – Romeu Tuma**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....
Art. 21. Compete à União:
.....

XXIII – explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições:

a) toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional;

b) sob regime de concessão ou permissão, é autorizada a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos medicinais, agrícolas, industriais e atividades análogas;

c) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa;
.....

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:
.....

VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;
.....

PARECER Nº 1.728, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2005 (nº 3.002/2003, na Câmara dos Deputados que aprova o texto da Convenção Conjunta sobre o Gerenciamento Seguro de Combustível Irradiado e dos Rejeitos Radioativos, celebrada em Viena, no âmbito da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em 5 de setembro de 1997.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2005 (PDC nº 3.002, de 2003, na origem), que aprova o texto da Convenção Conjunta sobre o Gerenciamento Seguro de Combustível Irradiado e dos Rejeitos Radioativos, celebrada em Viena, no âmbito da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em 5 de setembro de 1997.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima referido.

O diploma legal em apreço foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em 7 de julho de 2005, tendo naquela Casa passado pelo crivo das Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias; de Minas e Energia; de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e da então denominada

Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. Registre-se que o § 2º do Decreto Legislativo que aprova a Convenção determina que seja substituída, na tradução para o português da referida Convenção, a expressão “combustível irradiado” por combustível nuclear usado”, equivalente mais adequado para a expressão **used fuel** adotada nos textos oficiais em inglês.

Acompanha a proposição a Mensagem nº 1.106, de 2001, do Poder Executivo, que encaminha o texto

do tratado ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos nº 300/MRE, de 8 de outubro de 2001, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte:

“A Convenção Conjunta destina-se a fortalecer o regime internacional de segurança no gerenciamento do combustível nuclear utilizado e dos rejeitos oriundos dos reatores nucleares. Estabelece padrões internacionais de segurança para instalações nucleares existentes, regras a serem observadas no projeto e construção de novas instalações e medidas para a segurança das instalações e depósitos mesmo após a desativação. O acompanhamento internacional da implantação dos compromissos previstos na Convenção se fará em reuniões periódicas das Partes Contratantes, dedicadas a analisar em profundidade os relatórios nacionais elaborados por cada (sic) um dos Estados membros.”

“Um dos principais objetivos da Convenção é assegurar que, durante todas as fases do manuseio do combustível nuclear utilizado e dos resíduos radioativos, defesas efetivas contra potenciais riscos sejam implementadas, de maneira a que os indivíduos, a sociedade e o meio ambiente sejam protegidos dos efeitos nocivos da radiação ionizante.”

A Exposição de Motivos ressalta, ainda, que a área técnica do Governo Federal que trata de assuntos nucleares, a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), participou das negociações para a elaboração do instrumento e está de acordo com o texto final.

II – Análise

O século XX foi marcado pela descoberta da energia nuclear e seu uso em diferentes segmentos do setor produtivo. De fato, grandes avanços na agricultura, saúde e produção energética se devem à tecnologia nuclear. Nesse sentido, com o objetivo de fomentar e auxiliar a pesquisa, o desenvolvimento e a aplicação prática da energia atômica para usos pacíficos, promovendo a cooperação técnica entre os Estados, foi criada, há quase cinco décadas, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), da qual o Brasil foi membro fundador.

Fundamental que haja uma atenção constante para o uso pacífico da energia nuclear, bem como para o uso do combustível nuclear e para o destino que é dado aos rejeitos radiativos. Esta Convenção foi celebrada nesse sentido. Ao aderir a ela, o Brasil demonstra sua persecução da tecnologia nuclear para

fins exclusivamente pacíficos e sua preocupação com a proteção ao meio ambiente.

De fato, em nosso País, e isso é importante ressaltar, o uso da energia nuclear é constitucionalmente limitado a fins pacíficos. E o que estabelece o inciso XXIII, do art. 21 da Constituição:

Art. 21. Compete à União:

.....
XXIII – explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições:

a) toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional;

b) sob regime de concessão ou permissão, é autorizada a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos medicinais, agrícolas, industriais e atividades análogas;

c) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa;

.....
Portanto, a partir da Lei Maior de 1988, o Brasil deixou claro ao mundo que recorreria, sim, ao uso da tecnologia nuclear, mas terminantemente o fazendo para fins pacíficos. Essa conduta brasileira é evidenciada com a ativa participação do País em organismos internacionais como a AIEA e regionais, com destaque para a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC).

Assim, o programa nuclear brasileiro tem fins exclusivamente pacíficos, desenvolve-se dentro da máxima segurança e se orienta por preceitos constitucionais. O Brasil cumpre – e sempre cumpriu – os compromissos assumidos pela assinatura de acordos, convenções e tratados internacionais, com destaque para o “Acordo para uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear”, assinado entre o Brasil e a Argentina em 1991, o “Acordo Quadripartite para a Aplicação de Salvaguardas”, assinado entre o Brasil, Argentina, Abacc e AIEA e o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), assinado pelo País em 1997.

É nesse contexto de cooperação e transparência da pesquisa e uso da energia nuclear e da destinação do combustível nuclear e de seus rejeitos que se encontra o Acordo em apreço. Trata-se, a toda evidência, de ato internacional conveniente e oportuno aos interesses nacionais, cuja ratificação pelo Brasil e a implementação no direito interno serão bastante positivas para as relações internacionais do País, em especial

no que concerne à garantia de participação brasileira nos regimes internacionais que envolvam a cooperação pacífica na área nuclear e preservação do meio ambiente, bem como para a imagem do Brasil junto a seus pares da comunidade internacional.

Finalmente, convém esclarecer que a alteração do termo “combustível irradiado” por “combustível nuclear usado” em nada compromete o processo legislativo de aprovação de acordos internacionais. Trata-se de um ajuste que será feito quando da internalização do referido acordo, permanecendo a competência privativa do Poder Executivo para celebrar as Relações Internacionais.

III – Voto

Por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2005. – **Flexa Ribeiro**, Presidente em Exercício – **Serys Slhessarenko** – **Eduardo Suplicy** – **Valdir Raupp** – **Eduardo Azeredo**, Relator – **Roberto Saturnino** – **Wellington Salgado de Oliveira** – **Aelton Freitas** – **Arthur Virgílio** – **Mozarildo Cavalcanti** – **José Jorge** – **José Agripino** – **Romeu Tuma**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 21. Compete à União:

XXIII – explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições:

a) toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional;

b) sob regime de concessão ou permissão, é autorizada a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos medicinais, agrícolas, industriais e atividades análogas;

c) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa;

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

PARECER Nº 1.729, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2002, de autoria do Senador Ademir Andrade, que inclui parágrafos no art. 2º da Lei nº 9.434, de 1997, com a finalidade de permitir o procedimento de retirada de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em entidades hospitalares não autorizadas a realizar transplantes, pelo Sistema Único de Saúde.

Relator: Senador **Augusto Botelho**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2002, do Senador Ademir Andrade, inclui dois parágrafos no art. 2º da Lei dos Transplantes (Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997).

O primeiro deles (§ 1º) tem o objetivo de obrigar todos os estabelecimentos de saúde que não estejam autorizados a retirar órgãos, tecidos e partes para transplante ou enxerto, sejam eles públicos ou privados, a franquear suas instalações e a fornecer todo o apoio operacional necessário às equipes médico-cirúrgicas de remoção e transplante, sempre que houver um doador falecido em suas dependências.

O outro parágrafo (§ 2º) determina que, na hipótese prevista no § 1º, as despesas com a remoção serão custeadas, em caráter excepcional, pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O antigo parágrafo único do art. 2º passa a vigorar renomeado como § 3º e permanece com a mesma redação: A realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos e partes do corpo humano só poderá ser autorizada após a realização, no doador, de todos os testes de triagem para diagnóstico de infecção e infestação exigidos em normas regulamentares expedidas pelo Ministério da Saúde.

Na justificação do projeto, seu autor relata o caso publicado na imprensa sobre o drama de um paciente, no Rio de Janeiro, que aguardava um transplante de fígado há mais de dois anos e quase teve sua operação frustrada pelo fato de a direção do hospital particular onde havia falecido o doador haver-se recusado, num primeiro momento, a permitir a retirada dos órgãos pela equipe do Rio Transplante, sob a alegação de que o plano de saúde do doador não cobriria as despesas com a utilização do centro cirúrgico. O transplante só se acabou realizando após intervenção da autoridade policial.

Em razão de fatos como esse, o proponente do PLS nº 126, de 2002, considera “função e obrigação

do legislador” retirar os entraves burocráticos de forma a contribuir para o aumento do número de doações de órgãos no País.

A proposição foi distribuída somente a esta Comissão de Assuntos Sociais, para decisão em caráter terminativo, não tendo recebido emendas.

II – Análise

É inegável a grande relevância da proposição em análise, pois o Sistema Nacional de Transplantes, previsto no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 – que regulamenta a citada Lei nº 9.434, de 1997 –, necessita de um arcabouço jurídico claro e organizado de forma a favorecer o aumento do número de doações e de transplantes de órgãos e, assim, poder atender à enorme demanda reprimida.

Porém, fazem-se necessárias algumas ressalvas ao texto do projeto. Em primeiro lugar, verificamos que a alteração proposta no art. 2º da Lei origina uma situação em que os §§ 1º e 2º do dispositivo dispõem sobre assunto bastante diverso daquele de que trata seu outro parágrafo (o antigo parágrafo único renumerado como § 3º), o que contraria os princípios da boa técnica legislativa. Assim, consideramos mais apropriado – em vez de incluir parágrafos no art. 2º – acrescentar um parágrafo único ao art. 13 da Lei, que dispõe sobre a obrigatoriedade de todos os estabelecimentos de saúde notificarem, às centrais de notificação, captação e distribuição de órgãos da respectiva unidade federada, o diagnóstico de morte encefálica feito em pacientes por eles atendidos.

O segundo ponto é que deve ser dada aos estabelecimentos de saúde a opção de autorizar a imediata remoção do paciente, tendo em vista a possibilidade de eles não terem a estrutura apropriada para abrigar as equipes e os procedimentos necessários à remoção dos órgãos.

A terceira observação a ser feita é a de que o projeto não deveria determinar que o custeio do procedimento será feito pelo SUS, como o faz no § 2º que pretende incluir no art. 2º da Lei. O SUS já arca com a maior parte dos custos derivados da captação e remoção de órgãos e tecidos para transplante, o que toma imprecisa a expressão em caráter excepcional ali utilizada. Além disso, a regulamentação da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, repassou para aqueles planos a obrigação de custear os transplantes de córnea e rim, inclusive as despesas com a remoção e captação desses órgãos, mediante ressarcimento ao SUS. Assim, optamos por determinar

apenas que os estabelecimentos serão ressarcidos na forma da lei.

A quarta e última observação diz respeito ao fato de o projeto não prever qualquer punição para os estabelecimentos que se recusarem a franquear suas instalações às equipes de transplantes, o que solucionamos adicionando tal determinação ao final do § 1º do art. 22 da lei, que trata da sanção administrativa a que está sujeito o estabelecimento que deixar de fazer a notificação de morte encefálica prevista no art. 13.

Tendo analisado o mérito do projeto, ressaltamos que não há nada a se lhe opor quanto a sua constitucionalidade e juridicidade, tendo em vista a competência constitucional da União para legislar sobre saúde de forma geral e também a determinação contida no § 4º do art. 199 da Carta Magna, segundo a qual a lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento (...). Saliente-se que essa determinação constitucional se consubstancia na Lei nº 9.434, de 1997, objeto de alteração da proposição em análise.

Assim sendo, nosso voto é favorável ao PLS nº 126, de 2002, promovida a correção das falhas acima apontadas.

III – Voto

Em vista do exposto e considerando que o Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2002, possui inegável mérito e atende aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade, o nosso voto é por sua aprovação, na forma do seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, (SUBSTITUTIVO) DE 2002

Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para permitir a retirada, pelo Sistema Único de Saúde, de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em instituições hospitalares não autorizadas a realizar transplantes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte parágrafo único no art. 13 da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997:

“Art. 13.

Parágrafo único. Após a notificação prevista no **caput**, os estabelecimentos de saúde não-autorizados a retirar tecidos, órgãos ou partes do corpo humano destinados a transplante ou tratamento deverão

permitir a imediata remoção do paciente ou franquear suas instalações e fornecer o apoio operacional necessário às equipes médico-cirúrgicas de remoção e transplante, hipótese em que serão ressarcidos na forma da lei. (NR)"

Art. 2º O § 1º do art. 22 da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22.

§ 1º Incorre na mesma pena o estabelecimento de saúde que deixar de fazer as notificações previstas no art. 13 ou proibir, dificultar ou atrasar as hipóteses definidas em seu parágrafo único. (NR)"

Art. 3º Esta lei entrará em vigor decorridos noventa dias de sua publicação.

Sala da Comissão,

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

Substituto ao PLS 126, de 2002

TITULARES - Bloco da Minoria (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco da Minoria (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCO MACIEL - PFL	X				1- HERACLITO FORTES - PFL				
GILBERTO GOELLNER - PFL	X				2- JOSÉ JORGE - PFL				
MARIA DO CARMO ALVES - PFL					3- DEMÓSTENES TORRES - PFL				
RODOLPHO TOURINHO - PFL					4- ROMEU TUMA - PFL				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				5- EDUARDO AZEREDO - PSDB	X			
LEONEL PAVAN - PSDB					6- LUIZ SOARES				
LÚCIA VÂNIA - PSDB					7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	X			
REGINALDO DUARTE - PSDB	X				8- SÉRGIO GUERRA - PSDB				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
NEY SUASSUNA					1- WELLINGTON SALGADO				
ROMERO JUCA					2- RAMEZ TEBET				
VALDIR RAUPP	X				3- JOSÉ MARANHÃO				
MÃO SANTA					4- PEDRO SIMON				
SÉRGIO CABRAL	X				5- IRIS DE ARAÚJO	X			
PAPALEO PAES	X				6- GERSON CAMATA				
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB					1- CRISTOVAM BUARQUE - PT				
FLÁVIO ARNS - PT	X				2- MAGNO MALTA - PL				
IDELI SALVATTI - PT	X				3- EDUARDO SUPLEY - PT				
MARCELO CRIVELLA - PL					4- FÁTIMA CLEIDE - PT				
PAULO PAIM - PT	X				5- MOZARILDO CAVALCANTI - PTB				
PATRÍCIA SABOYA GOMES	X				6- JOÃO CAPIBERIBE - PSB				
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO (RELATOR)	X				1- JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — SALA DAS REUNIÕES, EM 22/09/2005.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES
PRESIDENTE

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2002

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 27/08/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

RELATOR: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE
MARCO MACIEL - PFL	1- HERÁCLITO FORTES - PFL.
GILBERTO GOELLNER - PFL	2- JOSÉ JORGE - PFL.
MARIA DO CARMO ALVES - PFL.	3- DEMÓSTENES TORRES - PFL.
RODOLPHO TOURINHO - PFL.	4- ROMEU TUMA - PFL.
FLEXA RIBEIRO - PSDB.	5- EDUARDO AZEREDO - PSDB.
LEONEL PAVAN - PSDB.	6- LUIZ SOARES - (Sem Partido)
LÚCIA VÂNIA - PSDB.	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB.
REGINALDO DUARTE - PSDB.	8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
ROMERO JUCÁ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- IRIS DE ARAÚJO
PAPALÉO PAES	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELA (PL)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (Sem Partido)	6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO.	1- JUVÊNCIO DA FONSECA.

EMENDA Nº 1-CAS (SUBSTITUTIVO)

TEXTO FINAL

**DO PROJETO DE LEI Nº 126, DE 2002
APROVADO PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS
SOCIAIS EM REUNIÕES NOS DIAS
25 DE AGOSTO DE 2005 E 1 DE SETEMBRO
DE 2005, RESPECTIVAMENTE**

Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para permitir a retirada, pelo Sistema Único de Saúde, de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em instituições hospitalares não autorizadas a realizar transplantes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte parágrafo único no art. 13 da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997:

“Art. 13.

Parágrafo único. Após a notificação prevista no **caput**, os estabelecimentos de saúde não-autorizados a retirar tecidos, órgãos ou partes do corpo humano destinados a transplante ou tratamento deverão permitir a imediata remoção do paciente ou franquear suas instalações e fornecer o apoio operacional necessário às equipes médico-cirúrgicas de remoção e transplante, hipótese em que serão ressarcidos na forma da lei. (NR)”

Art. 2º O § 1º do art. 22 da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22.

§ 1º Incorre na mesma pena o estabelecimento de saúde que deixar de fazer as notificações previstas no art. 13 ou proibir, dificultar ou atrasar as hipóteses definidas em seu parágrafo único. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor decorridos noventa dias de sua publicação.

Sala da Comissão, – **Antonio Carlos Valadares**, Presidente – **Augusto Botelho**, Relator.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; § 4º – A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997

Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.

Art. 22. As instituições que deixarem de manter em arquivo relatórios dos transplantes realizados, conforme o disposto no art. 3º § 1º, ou que não enviarem os relatórios mencionados no art. 3º, § 2º ao órgão de gestão estadual do Sistema único de Saúde, estão sujeitas a multa, de 100 a 200 dias-multa.

§ 1º Incorre na mesma pena o estabelecimento de saúde que deixar de fazer as notificações previstas no art. 13.

LEI Nº 9.656, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

DECRETO Nº 2.268, DE 30 DE JUNHO DE 1997

Regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fim de transplante e tratamento, e dá outras providências.

OF. Nº 68/05-PRES/CAS

Brasília, 30 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2002, de autoria do Senador Ademir Andrade, que “Inclui parágrafos no artigo 2º, da Lei nº 9.434, de 1997, com a finalidade de permitir o procedimento de retirada de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em entidades hospitalares não autorizadas a realizar transplantes, pelo Sistema Único de Saúde”.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, — Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

OF. Nº 69/05-PRES/CAS

Brasília, 1º de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou no dia 25 de agosto de 2005, em turno único, a Emenda nº 01-CAS (Substitutivo), de 2005, ao PLS nº 126, de 2002 de autoria do Senador Ademir Andrade, e no dia 1º de Setembro de 2005, não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, foi definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, — Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relator: Senador **Benício Sampaio**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2002, do Senador Ademir Andrade, inclui dois parágrafos no art. 2º da Lei dos Transplantes.

O primeiro deles (denominado § 1º) tem o objetivo de obrigar todos os estabelecimentos de saúde que não estejam autorizados a retirar órgãos, tecidos e partes para transplante ou enxerto, sejam eles públicos ou privados, a franquear suas instalações e a fornecer todo o apoio operacional necessário às equipes médico-cirúrgicas de remoção e transplante, sempre que houver um doador falecido em suas dependências.

O outro parágrafo (§ 2º) determina que, na hipótese prevista no § 1º, as despesas com a remoção serão custeadas, em caráter excepcional, pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O antigo parágrafo único do art. 2º passa a vigorar renomeado como § 3º e permanece com a mesma redação: A realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos e partes do corpo humano só poderia ser autorizada após a realização, no doador, de todos os testes de triagem para diagnóstico de infecção e

infestação exigidos em normas regulamentares expedidas pelo Ministério da Saúde.

Na justificação do projeto, seu autor relata o caso publicado na imprensa sobre o drama de um paciente, no Rio de Janeiro, que aguardava um transplante de fígado há mais de dois anos e quase teve sua operação frustrada pelo fato de a direção do hospital particular onde havia falecido o doador haver-se recusado, num primeiro momento, a permitir a retirada dos órgãos pela equipe do Rio Transplante, sob a alegação de que o convênio do doador não cobriria as despesas com a utilização do centro cirúrgico. O transplante só acabou se realizando após intervenção da autoridade policial.

Em razão de fatos como esse, o proponente do PLS nº 126, de 2002, considera “função e obrigação do legislador” retirar os entraves burocráticos de forma a contribuir para o aumento do número de doações de órgãos no País.

A proposição foi distribuída somente a esta Comissão de Assuntos Sociais, para decisão em caráter terminativo. Ressalte-se que, transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

É inegável a grande relevância da proposição em análise, pois o Sistema Nacional de Transplantes previsto no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 – que regulamenta a citada Lei nº 9.434 –, necessita de um arcabouço jurídico claro e organizado de forma a favorecer o aumento do número de doações e de transplantes de órgãos e, assim, poder atender à enorme demanda reprimida.

Porém, fazem-se necessárias algumas ressalvas ao texto do projeto. Em primeiro lugar, verificamos que a alteração proposta no art. 2º da lei origina uma situação em que os § 1º e 2º do dispositivo dispõem sobre assunto bastante diverso daquele de que trata seu outro parágrafo (o antigo parágrafo único renumerado como § 3º), o que contraria os princípios da boa técnica legislativa. Assim, consideramos mais apropriado – em vez de incluir parágrafos no art. 2º – acrescentar um parágrafo único ao art. 13 da lei, que dispõe que “É obrigatório, para todos os estabelecimentos de saúde notificar as centrais de notificação, captação e distribuição de órgãos da unidade federada onde ocorrer, o diagnóstico de morte encefálica feito em pacientes por eles atendidos”.

O segundo ponto é que deve ser dada aos estabelecimentos de saúde a opção de autorizar a imediata remoção do paciente, tendo em vista a possibilidade de eles não terem a estrutura apropriada para abrigar

as equipes e os procedimentos necessários à remoção dos órgãos.

A terceira observação a ser feita é que o projeto não deveria determinar que o custeio do procedimento será feito pelo SUS, como o faz no § 2º que pretende incluir no art. 2º da lei. Um dos aspectos é que o SUS arca com a maior parte dos custos derivados da captação e remoção de órgãos e tecidos para transplante, o que torna imprecisa a expressão em caráter excepcional ali utilizada. O outro aspecto é que a regulamentação da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que “Dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde”, repassou para aqueles planos a obrigação de custear os transplantes de córnea e rim, inclusive as despesas com a remoção e captação desses órgãos, mediante ressarcimento ao SUS. Assim, optamos por determinar apenas que os estabelecimentos serão ressarcidos na forma da lei.

A quarta e última observação diz respeito ao fato de o projeto não prever qualquer punição para os estabelecimentos que se recusarem a franquear suas instalações às equipes de transplantes, o que solucionamos adicionando tal determinação ao final do § 1º do art. 22 da lei, que trata da sanção administrativa a que está sujeito o estabelecimento que deixar de fazer a notificação de morte encefálica prevista no art. 13.

Tendo analisado o mérito do projeto, ressaltamos que não há nada a se lhe opor quanto a sua constitucionalidade e juridicidade, tendo em vista a competência constitucional da União para legislar sobre saúde de forma geral e também a determinação contida no § 4º do art. 199 da Carta Magna, segundo a qual “A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento (...)”. Saliente-se que essa determinação constitucional se consubstancia na Lei nº 9.434, de 1997, objeto de alteração da proposição em análise.

Assim sendo, nosso voto é favorável ao PLS nº 126, de 2002, promovida à correção das falhas acima apontadas.

III – Voto

Em vista do exposto e considerando que o Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2002, possui inegável mérito e atende aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade, o nosso voto é por sua aprovação com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CAS

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2002, a seguinte redação:

“Art. 1º Inclua-se no art. 13 da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, o seguinte parágrafo único:

Art. 13.

Parágrafo único. Após a notificação prevista no **caput**, os estabelecimentos de saúde não autorizados a retirar tecidos, órgãos ou partes do corpo humano destinados a transplante ou tratamento deverão permitir a imediata remoção do paciente ou franquear suas instalações e fornecer o apoio operacional necessário às equipes médico-cirúrgicas de remoção e transplante, hipótese em que serão ressarcidos na forma da lei.” (NR)

EMENDA Nº 2 – CAS

Inclua-se no Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2002, o seguinte artigo, renumerando-se seu art. 2º como art. 3º:

“Art. 2º Dê-se ao § 1º do art. 22 da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1977, a seguinte redação:

Art. 22.

§ 1º Incorre na mesma pena o estabelecimento de saúde que deixar de fazer as notificações previstas no art. 13 ou proibir, dificultar ou atrasar as hipóteses definidas em seu parágrafo único.” (NR)

Sala da Comissão,

RELATÓRIO

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2002, do Senador Ademir Andrade, inclui dois parágrafos no art. 2º da Lei dos Transplantes (Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997).

O primeiro deles (denominado § 1º) tem o objetivo de obrigar todos os estabelecimentos de saúde que não estejam autorizados a retirar órgãos, tecidos e partes para transplante ou enxerto, sejam eles públicos ou privados, a franquear suas instalações e a fornecer todo o apoio operacional necessário às equipes médico-cirúrgicas de remoção e transplante, sempre que houver um doador falecido em suas dependências.

O outro parágrafo (§ 2º) determina que, na hipótese prevista no § 1º, as despesas com a remoção serão custeadas, em caráter excepcional, pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O antigo parágrafo único do art. 2º passa a vigorar renomeado como § 3º e permanece com a mesma

redação: A realização de transplantes ou enxertos de tecidas, órgãos e pedes do corpo humano só poderá ser autorizada após a realização, no doador, de todos os testes de triagem para diagnóstico de infecção e infestação exigidos em normas regulamentares expedidas pelo Ministério da Saúde.

Na justificação do projeto, seu autor relata o caso publicado na imprensa sobre o drama de um paciente, no Rio de Janeiro, que aguardava um transplante de fígado há mais de dois anos e quase teve sua operação frustrada pelo fato de a direção do hospital particular onde havia falecido o doador haver-se recusado, num primeiro momento, a permitir a retirada dos órgãos pela equipe do Rio Transplante, sob a alegação de que o plano de saúde do doador não cobriria as despesas com a utilização do centro cirúrgico. O transplante só acabou-se realizando após intervenção da autoridade policial.

Em razão de fatos como esse, o proponente do PLS nº 126, de 2002, considera “função e obrigação do legislador retirar os entraves burocráticos de forma a contribuir para o aumento do número de doações de órgãos no País.

A proposição foi distribuída somente a esta Comissão de Assuntos Sociais, para decisão em caráter terminativo. Ressalte-se que, transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

É inegável a grande relevância da proposição em análise, pois o Sistema Nacional de Transplantes previsto no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 – que regulamenta a citada Lei nº 9.434, de 1997 –, necessita de um arcabouço jurídico claro e organizado de forma a favorecer o aumento do número de doações e de transplantes de órgãos e, assim, poder atender à enorme demanda reprimida.

Porém, fazem-se necessárias algumas ressalvas ao texto do projeto. Em primeiro lugar, verificamos que a alteração proposta no art. 2º da Lei origina uma situação em que os §§ 1º e 2º do dispositivo dispõem sobre assunto bastante diverso daquele de que trata seu outro parágrafo (o antigo parágrafo único renumerado como § 3º), o que contraria os princípios da boa técnica legislativa. Assim, consideramos mais apropriado – em vez de incluir parágrafos no art. 2º – acrescentar um parágrafo único ao art. 13 da Lei, que dispõe que é obrigatório, para todos os estabelecimentos de saúde notificar às centrais de notificação, captação e distribuição de órgãos da unidade federada onde ocorrer o diagnóstico de morte encefálica feito em pacientes por eles atendidos.

O segundo ponto é que deve ser dada aos estabelecimentos de saúde a opção de autorizar a imediata remoção do paciente, tendo em vista a possibilidade de eles não terem a estrutura apropriada para abrigar as equipes e os procedimentos necessários à remoção dos órgãos.

A terceira observação a ser feita é que o projeto não deveria determinar que o custeio do procedimento será feito pelo SUS, como o faz no § 2º que pretende incluir no art. 2º da Lei. Um dos aspectos é que o SUS arca com a maior parte dos custos derivados da captação e remoção de órgãos e tecidos para transplante, o que toma imprecisa a expressão em caráter excepcional ali utilizada. O outro aspecto é que a regulamentação da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, repassou para aqueles planos a obrigação de custear os transplantes de córnea e rim, inclusive as despesas com a remoção e captação desses órgãos, mediante ressarcimento ao SUS. Assim, optamos por determinar apenas que os estabelecimentos serão ressarcidos na forma da lei.

A quarta e última observação diz respeito ao fato de o projeto não prever qualquer punição para os estabelecimentos que se recusarem a franquear suas instalações às equipes de transplantes, o que solucionamos adicionando tal determinação ao final do § 1º do art. 22 da lei, que trata da sanção administrativa a que está sujeito o estabelecimento que deixar de fazer a notificação de morte encefálica prevista no art. 13.

Tendo analisado o mérito do projeto, ressaltamos que não há nada a se lhe opor quanto a sua constitucionalidade e juridicidade, tendo em vista a competência constitucional da União para legislar sobre saúde de forma geral e também a determinação contida no § 4º do art. 199 da Carta Magna, segundo a qual a lei disporá sobre as *condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento (...)*. Saliente-se que essa determinação constitucional se consubstancia na Lei nº 9.434, de 1997, objeto de alteração da proposição em análise.

Assim sendo, nosso voto é favorável ao PLS nº 126, de 2002, promovida a correção das falhas acima apontadas.

III – Voto

Em vista do exposto e considerando que o Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2002, possui inegável mérito e atende aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade, o nosso voto é por sua aprovação, na forma do seguinte.

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 126, (SUBSTITUTIVO) DE 2002**

Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para permitir a retirada, pelo Sistema Único de Saúde, de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em instituições hospitalares não autorizadas a realizar transplantes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte parágrafo único no art. 13 da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997:

“Art. 13.
.....

Parágrafo único. Após a notificação prevista no **caput**, os estabelecimentos de saúde não autorizados a retirar tecidos, órgãos ou partes do corpo humano destinados a transplante ou tratamento deverão permitir a imediata remoção do paciente ou franquear suas instalações e fornecer o apoio operacional necessário às equipes médico-cirúrgicas de remoção e transplante, hipótese em que serão ressarcidos na forma da lei. (NR)”

Art. 2º O § 1º do art. 22 da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22.

§ 1º Incorre na mesma pena o estabelecimento de saúde que deixar de fazer as notificações previstas no art. 13 ou proibir, dificultar ou atrasar as hipóteses definidas em seu parágrafo único. (NR)”

Art. 3º Esta lei entrará em vigor decorridos noventa dias de sua publicação.

Sala da Comissão, – **Tião Viana**, Relator.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2002, do Senador Ademir Andrade, inclui dois parágrafos no art. 2º da Lei dos Transplantes (Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997).

O primeiro deles (denominado § 1º) tem o objetivo de obrigar todos os estabelecimentos de saúde que não estejam autorizados a retirar órgãos, tecidos e

partes para transplante ou enxerto, sejam eles públicos ou privados, a franquear suas instalações e a fornecer todo o apoio operacional necessário às equipes médico-cirúrgicas de remoção e transplante, sempre que houver um doador falecido em suas dependências.

O outro parágrafo (§ 2º) determina que, na hipótese prevista no § 1º, as despesas com a remoção serão custeadas, em caráter excepcional, pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O antigo parágrafo único do art. 2º passa a vigorar renomeado como § 3º e permanece com a mesma redação: A realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos e partes do corpo humano só poderá ser autorizada após a realização, no doador, de todos os testes de triagem para diagnóstico de infecção e infestação exigidos em normas regulamentares expedidas pelo Ministério da Saúde.

Na justificativa do projeto, seu autor relata o caso publicado na imprensa sobre o drama de um paciente, no Rio de Janeiro, que aguardava um transplante de fígado há mais de dois anos e quase teve sua operação frustrada pelo fato de a direção do hospital particular onde havia falecido o doador haver-se recusado, num primeiro momento, a permitir a retirada dos órgãos pela equipe do Rio Transplante, sob a alegação de que o plano de saúde do doador não cobriria as despesas com a utilização do centro cirúrgico. O transplante só foi realizado após intervenção da autoridade policial.

Em razão de fatos como esse, o proponente do PLS nº 126, de 2002, considera “função e obrigação do legislador” retirar os entraves burocráticos de forma a contribuir para o aumento do número de doações de órgãos no País.

A proposição foi distribuída somente a esta comissão de Assuntos Sociais, para decisão em caráter terminativo. Ressalte-se que, transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

É inegável a grande relevância da proposição em análise, pois o Sistema Nacional de Transplantes previsto no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 – que regulamenta a citada Lei nº 9.434, de 1997 –, necessita de um arcabouço jurídico claro e organizado de forma a favorecer o aumento do número de doações e de transplantes de órgãos e, assim, poder atender à enorme demanda reprimida.

Porém, fazem-se necessárias algumas ressalvas ao texto do projeto. Em primeiro lugar, verificamos que a alteração proposta no art. 2º da Lei origina uma situação em que os § 1º e 2º do dispositivo dispõem sobre assunto bastante diverso daquele de que trata seu outro parágrafo (o antigo parágrafo único renumerado como § 3º), o que contraria os princípios da boa técnica legislativa. Assim, consideramos mais apropriado – em vez de incluir parágrafos no art. 2º – acrescentar três parágrafos ao art. 13 da Lei, que dispõe que é obrigatório, para todos os estabelecimentos de saúde notificar, às centrais de notificação, captação e distribuição de órgãos da unidade federada onde ocorrer, o diagnóstico de morte encefálica feito em pacientes por eles atendidos.

O segundo ponto é que deve ser dada aos estabelecimentos de saúde a opção de autorizar a imediata remoção do potencial doador, tendo em vista a possibilidade de eles não terem a estrutura apropriada para abrigar as equipes e os procedimentos necessários à remoção dos órgãos.

A terceira observação a ser feita é que o projeto não deveria determinar que o custeio do procedimento será feito pelo SUS, como o faz no § 2º que pretende incluir no art. 2º da Lei. Um dos aspectos é que o SUS arca com a maior parte dos custos derivados da captação e remoção de órgãos e tecidos para transplante, o que torna imprecisa a expressão em caráter excepcional ali utilizada. Ademais a regulamentação da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, repassou para aqueles planos a obrigação de custear os transplantes de córnea e rim, inclusive as despesas com a remoção e captação desses órgãos, mediante ressarcimento ao SUS. Além disso, o projeto não condiciona, como deveria, o ressarcimento à habilitação junto ao Sistema Nacional de Transplantes (SNT). Assim, optamos por incluir um terceiro parágrafo estabelecendo essa exigência.

A quarta e última observação diz respeito ao fato de o projeto não prever qualquer punição para os estabelecimentos que se recusarem a franquear suas instalações às equipes de transplantes, o que solucionamos adicionando tal determinação ao final do § 1º do art. 22 da lei, que trata da sanção administrativa a que está sujeito o estabelecimento que deixar de fazer a notificação de morte encefálica prevista no art. 13.

Tendo analisado o mérito do projeto, ressaltamos que não há nada a se lhe opor quanto a sua constitucionalidade e juridicidade, tendo em vista a competência constitucional da União para legislar sobre saúde de forma geral e também a determinação contida no § 4º do art. 199, da Carta Magna, segundo a qual a lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento (...). Saliente-se que essa determinação constitucional se consubstancia na Lei nº 9.434, de 1997, objeto de alteração da proposição em análise.

Assim sendo, nosso voto é favorável ao PLS nº 126, de 2002, feitos os ajustes apontados como necessários

III – Voto

Em vista do exposto e considerando que o Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2002, possui inegável mérito e atende aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade, o nosso voto é por sua aprovação, na forma do seguinte substitutivo:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, DE 2002

Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para permitir a retirada, pelo Sistema Único de Saúde, de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em instituições hospitalares não autorizadas a realizar transplantes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescentem-se os seguintes parágrafos ao art. 13 da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997:

“Art. 13.

§ 1º Após notificação prevista no **caput**, os estabelecimentos de saúde não autorizados a retirar tecidos, órgãos ou partes do corpo humano destinados a transplante ou com finalidade terapêutica, deverão permitir a imediata remoção do potencial doador ou franquear suas instalações e fornecer apoio operacional necessário à Central de Notificação Captação e Distribuição de Órgãos (CNCDO).

§ 2º Na hipótese do potencial doador permanecer em estabelecimento não autorizado, caberá à CNCDO coordenar todos os procedimentos necessários à captação de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano

destinados a transplante ou com finalidade terapêutica, inclusive as equipes médico-cirúrgicas de remoção e transplante, prévia e expressamente habilitadas no Sistema Nacional de Transplantes (SNT).

§ 3º Os estabelecimentos de saúde de que trata o § 1º, para fins de ressarcimento pelo uso de suas instalações e dos procedimentos constantes da tabela SUS a serem realizados em apoio operacional à CN000, deverão obrigatoriamente solicitar prévia autorização junto ao SNT.” (NR)

Art. 2º O § 1º do art. 22 da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22

§ 1º Incorre na mesma pena o estabelecimento de saúde que deixar de fazer as notificações previstas no art. 13 ou proibir, dificultar ou atrasar as hipóteses definidas em seu parágrafo único.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor decorridos noventa dias de sua publicação.

Sala da Comissão, – **Tião Viana**, Relator.

PARECER Nº 1.730, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei Senado nº 223, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que institui o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Vem à Comissão de Educação, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 223, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que institui o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil.

Composto de dois artigos, o projeto determina que o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil será celebrado, anualmente, no dia 12 de junho.

Em sua justificativa, a autora enfatiza que o Brasil é reconhecido, mundialmente, por suas ações de erradicação do trabalho infantil e, no entanto, muito ainda tem por fazer nessa área. Criou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), mas, apesar dos avanços alcançados, estima-se que mais de três

milhões de crianças e adolescentes ainda trabalham no Brasil. Impõe-se, assim, a existência de um Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, como forma de chamar a atenção da população e das autoridades sobre a seriedade desse problema.

II – Análise

A Constituição brasileira proíbe claramente o trabalho de crianças com menos de 16 anos. Contudo, os números apresentados pelas pesquisas recentes ainda são alarmantes.

As causas do problema são conhecidas: pobreza, má distribuição de renda, falta de um sistema de educação mais abrangente e que inclua as crianças de famílias pobres, entre outras. Além disso, a demanda do mercado por mão-de-obra barata contribui para atrair essas crianças que, na maioria das vezes, estão complementando a renda familiar.

Conhecidas, também, são as dimensões e a complexidade desse problema nacional, que envolve questões sociais e econômicas, tornando-se extremamente difícil de resolver. Também, o preconceito e muitos valores preconcebidos pela sociedade dificultam enormemente a busca de soluções eficazes. Muitas vezes, inclusive, segmentos da população, por entenderem que o trabalho infantil soluciona um problema financeiro familiar peculiar das camadas mais pobres, acabam por legitimar essa forma vil de exploração.

Assim, acreditamos ser plenamente justificável e particularmente meritória a iniciativa da Senadora Lúcia Vânia de estabelecer um dia especial para o debate e a divulgação de problemas e soluções relacionados ao trabalho infantil. Com todos os setores da sociedade mobilizados para a reflexão sobre o tema, em um dia especialmente dedicado à sua discussão, o processo de conscientização das famílias e das autoridades brasileiras será certamente mais eficaz. A construção de uma nova cultura relacionada à questão, no País, poderá ser finalmente vislumbrada.

III – Voto

Em face do exposto, não havendo qualquer óbice de natureza constitucional, jurídica, regimental e de técnica legislativa na proposição, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 223, de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 223/05 NA REUNIÃO DE 13/09/05
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

Senador Augusto Botelho

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- (VAGO)
JORGE BORNHAUSEN	2- GILBERTO GOELLNER
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	RELATOR
LEONEL PAVAN	8- SÉRGIO GUERRA
REGINALDO DUARTE	9- LÚCIA VÂNIA
	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

WELLINGTON SALGADO	1- AMIR LANDO
(VAGO)	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- NEY SUASSUNA
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
(VAGO)	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO - NOMINAL

PLS 223/05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					VAGO				
JORGE BORNHAUSEN					GILBERTO GOELLNER	X			
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					JOSÉ AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO	X			
GERALDO MESQUITA					SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO	X				AMIR LANDO				
VAGO					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				NEY SUASSUNA				
GERSON CAMATA					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO	X			
VAGO					ROMERO IUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				DELCÍDIO AMARAL	X			
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 13/09/2005

SENADOR AUGUSTO BOTELHO
Vice-Presidente no exercício da Presidência

Of. nº CE/129/2005

Brasília, 13 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada no dia de hoje, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 223, de 2005, de autoria de Sua Excelência a Senhora Senadora Lúcia Vânia que, "Institui o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil".

Atenciosamente, – **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Educação.

PARECER Nº 1.731, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedido voto de congratulações à Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.

Relator: Senador **Rodolpho Tourinho****I – Relatório**

Por meio do Requerimento nº 933, de 2005, solicita o Senador Sérgio Cabral, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulações à Rádio Tupi.

A distinção a ser concedida, nos termos da proposição em exame, tem fundamento na passagem dos setenta anos de fundação da tradicional emissora.

II – Análise

Inaugurada em 25 de setembro de 1935, a Rádio Tupi consagra-se como um dos mais marcantes veículos de comunicação da história brasileira. Ao longo de suas sete décadas de operação, mostrou-se de inestimável relevância para a cultura brasileira, pois que responsável pelo lançamento de diversos talentos que despontaram como ícones não só do rádio, mas também da televisão e do cinema.

O surgimento de novos meios de comunicação, como a televisão e a internet, não diminuíram a importância do rádio, fonte principal de informação para grande parte da população. Nesse contexto, a emissora, fiel às suas tradições, persevera na missão de levar ao público ouvinte programação variada, que mescla noticiário, cultura e entretenimento. Impõe-se, portanto, reconhecer o mérito do oportuno requerimento ora em análise, que nos dá a possibilidade de referendar a merecida homenagem.

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos regimentais que regem os requerimentos de voto de aplauso por dizer respeito a acontecimento de alta significação nacional e internacional, bem como com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

Dessa forma, faz-se mister reconhecer a oportunidade e a conveniência do voto de congratulações ora requerido.

III – Voto

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Requerimento nº 933, de 2005.

Sala da Comissão, 14 de setembro de 2005.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIAPROPOSIÇÃO: RLS Nº 933 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/09/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATOR: <i>Senador Rodolpho Tourinho</i>	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEUA TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
ALMEIDA LIMA (PMDB) ⁽⁴⁾	6-TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) ⁽¹⁾	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR ⁽¹⁾
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽²⁾, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2-PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBA MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTE
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB) ⁽⁵⁾	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4-(VAGO)
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

(1) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(3) O Senador Maguito Vilela encontra-se licenciado do cargo durante o período de 17/08/2005 a 13/01/2006.

(4) O Senador Almeida Lima passou a integrar a bancada do PMDB em 18/08/2005.

(5) O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB em 31/08/2005.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. Nº CE/129/2005

Brasília, 13 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada no dia de hoje, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 223, de 2005, de autoria de Sua Excelência a Senhora Senadora Lúcia Vânia que, “Institui o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil”.

Atenciosamente, Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Educação.

OF. Nº 69/05 – PRES/CAS

Brasília, 1º de Setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou no dia 25 de agosto de 2005, em turno único, a Emenda nº 01– CAS (Substitutivo), de 2005, ao PLS nº 126, de 2002 de autoria do Senador Ademir Andrade, e no dia 1º de setembro de 2005, não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, foi definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Com referência ao **Parecer nº 1.731, de 2005**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que acaba de ser lido, a Presidência informa que a matéria figurará na Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 126, de 2002, e 223, de 2005**, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004** (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar);
- **Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2005** (nº 2.518/2003, na Casa de origem), que determina a quebra da fiança, no caso de o agente comparecer ao local do qual fora impedido pelo juiz, nos termos daquela, alterando o art. 328 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2005** (nº 722/2003, na Casa de origem), que altera o art. 526 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, estabelecendo o direito de sindicalização para o empregado de entidade sindical; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2005** (nº 7.405/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências.

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 212/Plen

Brasília, 21 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar, como suplente, o Deputado Dr. Rosinha – PT/PR, em substituição do Deputado Fernando

Ferro – PT/PE, para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Atenciosamente, – Deputado **Henrique Fontana**, Líder do PT.

Ofício nº 213/Plen

Brasília, 21 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar como suplente o Deputado Fernando Ferro – PT/PE em substituição à Deputada Iriny Lopes – PT/ES na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda nº 1/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.

Atenciosamente, – Deputado **Henrique Fontana**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of.n. SGM/P nº 1.828/05

Brasília, 21 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, a Declaração de Perda do Mandato Parlamentar, ocorrida em 14 de setembro do corrente, do Senhor Roberto Jefferson (PTB/RJ), nos termos do art. 55, inciso II e § 1º, da Constituição Federal; dos art. 240, inciso II, e 244 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; e do art. 4º, incisos I e II, do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, conforme a Resolução nº 33, de 2005, publicada no Suplemento do Diário da Câmara dos Deputados n. 159, de 15 de setembro de 2005, exemplar em anexo

Atenciosamente, – **Severino Cavalcanti**, Presidente da Câmara dos Deputados.

RESOLUÇÃO Nº 33, de 2005

Declara a perda de mandato do Senhor Deputado Roberto Jefferson.

Faço saber que a Câmara dos Deputados aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º É declarada a perda de mandato do Senhor Deputado Roberto Jefferson, nos termos do art. 55, inciso II e § 1º, da Constituição Federal; dos art. 240, inciso II, e 244 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; e do art. 4º, incisos I e II, do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 14 de setembro de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.044 DE 2005

Requer Voto de Aplauso ao Correio Braziliense pela iniciativa em favor da cultura e do pensamento, com a publicação de imortais obras poéticas e literárias em seu Caderno “C”.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao **Correio Braziliense** pela iniciativa de divulgar, em seu Caderno “C”, poesias e outras obras literárias imortais.

Requeiro, também, que deste Voto de Aplauso, seja cientificado o editor-geral do Jornal e a equipe do Caderno “C”.

Justificação

O jornal **Correio Braziliense** presta relevante serviço à cultura brasileira, ao pensamento e, em particular, à literatura, com a iniciativa de publicar, em seu Caderno “C”, obras imortais. Recentemente (edição de 9 de setembro), para dar um exemplo, li ali o “Canto 81”, primorosa poesia de Ezra Pound, em que o poeta, escritor, ensaísta, músico norte-americano do Idaho, condena a vaidade, para exaltar o que permanece, que é o amor de verdade.

Sala das Sessões, 21 de setembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**. Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, DE 2005

Acrescenta parágrafo ao artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 2003, estabelecendo responsabilidade solidária a terceiros contratados pela administração.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 67 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 67

§ 3º Os terceiros mencionados no **caput** são solidariamente responsáveis pelas informações técnicas e seus respectivos valores, e quando houver, pelos aditamentos contratuais do objeto da assistência técnica.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Apresento aos meus ilustres pares proposição elaborada pela Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão – ACAERT, que tem por objetivo evitar fraude nos serviços prestados por terceiros contratados pela administração para fiscalizar e acompanhar a execução de contratos, obras ou de serviços públicos.

Fazer constar do edital de licitação a responsabilização das empresas contratadas torna-se um fator preponderante para que essas empresas exerçam com exatidão suas atividades na fiscalização da execução do objeto do contrato.

Obras inacabadas, mas executadas ou com caracterizado desvio de dinheiro público são mais uma constante e triste realidade em nosso País. Os serviços também apresentam o mesmo quadro.

Esse cenário conta com uma agravante: a administração pública muitas vezes contrata empresas de consultoria para acompanhar e fiscalizar a execução de obras e serviços contratados, mas o relatório apresentado não corresponde à realidade das obras e serviços executados.

Se, no futuro, for verificado que a obra foi superfaturada, que as informações não estão corretas, que o material não está de acordo com o contrato, entre outros, as empresas, em face da sua condição de responsáveis solidárias, serão também chamadas a ressarcir os cofres públicos, de acordo com o prejuízo causado e apurado.

Sala das Sessões, 21 de setembro de 2005.
– Senador **Pedro Simon**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da administração, especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O representante da administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente e de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea **a**, do Regimento Interno.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem.) – Com o consentimento do nobre Relator, eu gostaria de pedir a minha inscrição para uma comunicação inadiável, se possível, na prorrogação do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– O Senador Aelton Freitas fica inscrito, em primeiro lugar, para uma comunicação inadiável e, em segundo, o Senador Leonel Pavan.

Já está em nossas mãos a autorização do Senador Delcídio Amaral, para que o Senador Paulo Paim possa usar da palavra pelo Partido.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela Liderança do PT. Sem revisão do orador.) – Senador Leonel Pavan, Presidente da sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço ao Senador Delcídio Amaral, que me cedeu esse tempo, para que eu falasse sobre o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. O projeto que instituiu esse dia é de minha autoria; foi aprovado, por

unanimidade, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e sancionado pelo Presidente Lula.

Sr. Presidente, hoje é um dia de luta. É dia de uma luta muito importante, pois repercute na vida de 14,5% da nossa população, mas, na verdade, diz respeito a todos nós. Queiramos ou não, todos nós, mais cedo ou mais tarde – esta é uma circunstância da vida –, teremos algum tipo de deficiência pelo transcurso do tempo e pela idade.

Hoje é o primeiro dia oficialmente reconhecido pelo Congresso Nacional como o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.

Tenho muita alegria de ter sido o autor desse projeto, que foi construído pelas entidades, pelas pessoas que atuam nessa área e pelos familiares das pessoas com deficiência. Nós, hoje, estamos celebrando este 21 de setembro, escolhido por coincidir com o início da primavera e com o Dia da Árvore, numa alusão ao nascimento das reivindicações de cidadania e da participação plena em igualdade de condições. A natureza respeita as diferenças, por isso a simbologia com o início da primavera.

O movimento das pessoas com deficiência é composto por professores, por técnicos, pelas próprias pessoas com deficiência, por seus familiares, por ONGs e por entidades que se mostram preocupadas em saber qual é o número total de pessoas com deficiência no mundo e quais as políticas públicas para atendê-las. A ONU aponta que 10% da população do mundo têm algum tipo de deficiência, e alguns países mais desenvolvidos, como Estados Unidos, Suécia e Espanha, trabalham com números em torno de 20% da população.

O censo do IBGE destaca que, no Brasil, 14,5% da população apresentam algum tipo de deficiência. E a maioria das alusões ao número de pessoas com deficiência em determinada cidade ou região faz uma estimativa de 10% da população geral ou de uma em cada dez.

Essa alusão é ratificada pelo boletim One in Ten (uma em dez), publicado pelo Programa de Apoio Técnico da parceria Unicef/Reabilitação Internacional, programa cujo objetivo é prevenir deficiências da infância e ajudar crianças com deficiência.

Dentro desses 10%, o maior índice está nas deficiências mentais, seguido das físicas, auditivas, múltiplas e visuais.

Pesquisas mundiais apontam também que é muito grande o número de pessoas com deficiência entre os negros, devido naturalmente à sua situação de pobreza. Dados veiculados mostram ainda que existem pelo menos 50 milhões de deficientes na América Latina e no Caribe; outros demonstram que cerca de 82% das pessoas incapacitadas na América Latina e no Caribe vivem na pobreza, o que, na maioria dos casos, também afeta os membros da família.

A deficiência é uma importante causa e consequência da pobreza. As pessoas com deficiência tendem a ser discriminadas e excluídas, infelizmente. Essa exclusão leva à pobreza, que, por sua vez, acarreta mais deficiência.

Sr. Presidente, elaborei um longo pronunciamento que apresenta uma análise da situação das pessoas com deficiência no Brasil e no mundo. Reconheço que estamos avançando muito. Hoje, esse movimento realiza debate em todo o País. No Rio Grande do Sul, houve, no último dia 3 de setembro, no auditório da Assembléia Legislativa, um grande evento, com a presença, inclusive, de artistas da Rede Globo, da novela América, como, por exemplo, o Gabrielzinho do Irajá, além de outras crianças. Estiveram lá 1.200 pessoas.

O meu chefe de gabinete – já disse aqui, mas repito, porque é importante valorizar o trabalho de uma pessoa cega – ajudou a organizar esse evento, que foi muito bonito, segundo palavras de Santo Fagundes.

O Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência, felizmente, está apontando políticas públicas que melhorem a qualidade de vida do nosso povo, de toda a nossa gente.

Quero dizer também que, neste dia, está sendo debatido, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que trata de políticas públicas para as pessoas com deficiência em todas as áreas, um tema importantíssimo. O Senador Flávio Arns é o Relator desse nosso projeto, e há a intenção de aprová-lo nesta Casa, ainda este ano, para que esteja à disposição da Câmara a partir do ano que vem. Vamos torcer para que seja aprovado.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir mais um minuto, quero apenas trazer o relato de um menino cego que integra a minha equipe e que me pediu que escrevesse para ele. Sei que não está vendo, mas deve estar ouvindo. Diz ele:

Nasci com retinose apigmentar, doença que interfere na função celular que transmite luz ao cérebro. Minha infância e adolescência foram praticamente normais, sem perda de visão significativa. A perda era lenta e gradual, algo que permitiu a minha adaptação da mesma forma gradual, sem nenhum choque.

Por volta dos 23 anos de idade, o meu resíduo visual já era bem reduzido e as minhas dificuldades se tornavam cada vez maiores. Aos 33 anos me mudei para Brasília a fim de melhor me preparar para o enfrentamento de minha deficiência [que é irreversível].

Embora nunca tenha deixado me abater pelas dificuldades [ele sabia que ficaria cego], foi a partir daí que minha capacidade de adap-

tação e superação foi realmente posta à prova, e graças a Deus me considero um vencedor.

As pequenas atividades diárias, as coisas que para a grande maioria das pessoas passam despercebidas, para mim, são conquistas. Na essência, estou fazendo igual aos outros: estudando, trabalhando, tomando um ônibus, almoçando em restaurante **self-service**. [Sic.]

Meu maior progresso pode ser notado pelos meus colegas em meu trabalho. A oportunidade me foi dada...

Ele diz que está aqui no Senado da República, cumprindo o seu papel. Sente-se incluído, é um cidadão igual aos outros. No fim, Luciano diz:

Ínúmeras pessoas que encontro mostram-se curiosas de como eu consigo desempenhar minhas atividades diárias, desde o mais elementar, como tomar o ônibus para o trabalho, até assessorar um senador da república.

Ouço o aparte do nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, para homenagear todos os deficientes, citaria Franklin Delano Roosevelt, quatro vezes Presidente dos Estados Unidos, o pernambucano Thales Ramalho, um animal político como o Senador Marco Maciel, da conciliação e da inteligência, e o melhor de todos os Embaixadores do Brasil, Paulo de Tarso Flecha de Lima. Lembro muito bem que, numa cadeira de rodas, S. Ex^a conseguiu o maior empréstimo para o Piauí naquele programa de combate à pobreza – o antigo PAP – de US\$27 milhões. Então, são deficientes eficientes que V. Ex^a está apoiando.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Peço que o meu discurso seja considerado como lido na íntegra.

Agradeço ao Senador.

Sei que o Luciano entendeu o que eu disse e mandou dizer: “Muito obrigado, Senado Federal”.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje é um dia de luta. Dia de uma luta muito importante para aproximadamente 14,5% da nossa população, mas que na verdade diz respeito a todos nós.

Queiramos ou não, todos nós teremos, mais cedo ou mais tarde, essa ou aquela deficiência pelo transcurso do nosso tempo, nossa idade. É o primeiro dia oficialmente reconhecido pelo Congresso Nacional, sendo que um projeto de minha autoria o oficializou.

Estou muito feliz por isto e quero passar minha felicidade para todos que colaboraram para que isso acontecesse

Nós estamos aqui, celebrando este 21 de setembro e trazendo novamente a acessibilidade universal como direito de todos, à pauta.

O dia 21 de setembro foi escolhido pela proximidade com a Primavera e o Dia da Árvore, numa alusão ao nascimento de reivindicações de cidadania e participação plena em igualdade de condições.

O movimento das pessoas com deficiência composto por professores, técnicos e as próprias pessoas com deficiência e seus familiares, sempre se mostraram preocupados em saber qual é o número total de pessoas com deficiência no mundo. A ONU aponta que 10% da população no mundo tem algum tipo de deficiência.

Alguns países mais desenvolvidos como os Estados Unidos, Suécia e Espanha trabalham com números em torno de 20% da população. Já o senso do IBGE destaca que no Brasil temos 14,5% da população apresentando algum tipo de deficiência.

A maioria das alusões ao número de pessoas com deficiência existentes em uma determinada cidade ou região, cita a já conhecida estimativa de 10% (dez por cento) da população geral” ou então “uma em cada dez pessoas.

Essa alusão é ratificada pelo boletim “(Uma em dez), que é publicado pelo Programa de Apoio Técnico da parceria Unicef/Reabilitação Internacional, programa cujo objetivo é o de prevenir deficiências da infância e ajudar crianças com deficiências.

Dentro destes 10% o maior índice está nas deficiências mentais, seguido das físicas, auditivas, múltiplas e visuais.

Sabemos que pesquisas mundiais apontam que o número de negros que apresentam alguma deficiência é maior que o número de brancos, caracterizando que a falta de políticas públicas nas áreas da saúde, alimentação, nas prevenções de acidentes de trabalho e trânsito e nos serviços insalubres são fortes elementos que contribuem para essa realidade.

Dados veiculados demonstram que existem pelo menos 50 milhões de deficientes na América Latina e no Caribe – aproximadamente 10% da população regional.

Cerca de 82% das pessoas incapacitadas na América Latina e no Caribe vivem na pobreza, o que na maioria dos casos também afeta os membros da família.

A deficiência é uma importante causa e consequência da pobreza. As pessoas com deficiência tendem a ser excluídas da vida social, econômica e política da comunidade.

Essa exclusão leva à pobreza que por sua vez acarreta ainda mais deficiência, pois as pessoas ficam mais vulneráveis à má nutrição, às doenças e à insegurança na vida e nas condições de trabalho.

As pessoas que apresentam limitações físicas, sensoriais ou mentais são freqüentemente consideradas incapacitadas não devido a uma doença diagnosticada, mas porque não têm acesso à educação, aos mercados de trabalho e a serviços públicos.

Queremos reforçar que a falta de políticas de acessibilidade universal em todas as áreas de atuação do estado e da sociedade, fortalece a deficiência e a incapacidade de todos os seres humanos, pois são essas ações que provocam o desenvolvimento intelectual, social e cultural.

O movimento nacional das pessoas com deficiência esteve, na última semana de agosto, do dia 21 a 28, em todo o Brasil, debatendo o Estatuto da Pessoa com Deficiência e construiu um texto para reflexão da importância desse instrumento na vida dessas pessoas.

Também tiraram como propostas, ações de fortalecimento dos conselhos nacional, estaduais e municipais como também a criação da Secretaria Nacional das Pessoas com Deficiência, devendo estes instrumentos estarem garantidos no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Eu também acredito, que esses instrumentos serão fundamentais para o controle social e execução das políticas que afirmarão a cidadania das pessoas com deficiência.

Quero registrar que no dia 13 de setembro, no Auditório Dante Barone da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, aconteceu um ato cultural celebrativo à data 21 de setembro, promovido pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia e pelas federações das entidades das pessoas com deficiência do Rio Grande do Sul e apoiado pelo projeto Cantando as Diferenças, com a participação especial do artista da Rede Globo, da Novela América, Gabrielzinho do Irajá, junto com outras crianças artistas.

Quero cumprimentar meu Chefe de Gabinete, Santos Fagundes, que é deficiente visual e que nos representou neste evento, pelo trabalho e sucesso dessa beleza de acontecimento.

O Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, no Rio Grande do Sul, foi marcado por muita energia e participação popular. O auditório estava lotado, contando com mais de 1.200 pessoas. O evento foi marcado também pela participação de inúmeras crianças e adolescentes.

Aconteceram muitas atividades de grupos de teatros, musicais articulados pelas pessoas com deficiência.

Devido a todo esse movimento, o projeto para implementação do Conselho Estadual da Pessoa Com Deficiência foi aprovado nas Comissões e está indo para votação neste dia 21 de setembro.

É importante dar visibilidade a essa luta e a todas as diferenças culturais, sociais e individuais.

Dentro deste contexto, tomo a liberdade de contar um pouco da história de outra pessoa com deficiência que integra minha equipe no Senado. Ele diz assim:

“Nasci com retinose apigmentar doença que interfere na função celular que transmite a luz ao cérebro.

Minha infância e adolescência foram praticamente normais, sem perda de visão significativa. A perda era lenta e gradual, algo que permitiu a minha adaptação da mesma forma gradual, sem nenhum choque.

Por volta dos 23 anos de idade o meu resíduo visual já era bem reduzido e as minhas dificuldades se tornavam cada vez maiores.

Aos 33 anos me mudei para Brasília a fim de melhor me preparar para o enfrentamento de minha deficiência.

Embora nunca tenha deixado me abater pelas dificuldades, foi a partir daí que minha capacidade de adaptação e superação foi realmente posta a prova, e graças a Deus, me considero um vencedor.

As pequenas atividades diárias, as coisas que para a grande maioria das pessoas passam despercebidas, para mim, são conquistas. Na essência, estou fazendo igual aos outros: estudando, trabalhando, tomando um ônibus, almoçando em restaurante *self-service*. Meu maior progresso pode ser notado em meu trabalho. A oportunidade me foi dada por um senador de profunda sensibilidade e senso de justiça. Foi a chance de demonstrar minhas habilidades e meu potencial. Desde que entrei no gabinete onde trabalho, não apenas eu, mas todos os meus colegas testemunham a minha evolução. Sei que avancei bastante e ainda posso fazer muito mais.

Inúmeras pessoas que encontro mostram-se curiosas de como eu consigo desempenhar minhas atividades diárias, desde o mais elementar, como tomar o ônibus para o trabalho, até assessorar um senador da república”.

Sr. Presidente, hoje é um dia de luta! Todos nós estamos sendo chamados a participar deste bom combate. A pessoa portadora de deficiência não é assunto apenas de alguns, é assunto de todos nós.

Estamos ou não, tentando construir uma sociedade inclusiva? Se estamos, então todos nós somos responsáveis pela garantia dos direitos dessa parcela da população.

O poder público, as organizações sociais, os profissionais da área, as famílias, as escolas, e os portadores de deficiência são responsáveis pelo esforço conjugado na construção dessa sociedade que queremos.

Incluir é remover as barreiras orgânicas e sociais, criando condições arquitetônicas, de transporte, com solidariedade ou apoio familiar, com a eliminação do preconceito, da discriminação e do mito da ineficiência, para que essas pessoas possam sair da categoria de desvantagens em relação às demais.

Inclusão são as ações promovidas no campo da saúde (mediante maior assistência às mulheres na gravidez, ou na luta contra o alcoolismo e o uso das drogas, ou ainda eliminando causas externas como a violência ou acidentes de trânsito) no campo da ciência e tecnologia (investimentos que reduzam as exigências motoras individuais) no campo empresarial (mediante a prevenção das causas de acidentes de trabalho e no trato das pessoas com deficiência) no legislativo (mediante a criação de leis que se constituam em instrumento claro e eficaz no esforço de transformar direitos em realidade) no campo da educação (mediante a criação de escolas inclusivas por exemplo) as campanhas publicitárias também são fundamentais para mudar a imagem da pessoa com deficiência na sociedade pois disseminam informações do potencial destas pessoas, como bem tem demonstrado a novela da Rede Globo.

Há alguns dias, o ILB (Instituto Legislativo Brasileiro) promoveu um curso de atendimento ao público. A pedido da comissão de acessibilidade foi introduzido junto ao eixo principal o atendimento à pessoa com deficiência; o que na linguagem pedagógica chama-se tema transversal.

Meu assessor, cuja história relatei, participou do evento e registrou que o tema foi muito bem explorado pelo professor James Raymundo Carvalho. O professor deixou bem clara a existência do preconceito no tratamento àqueles que têm deficiência, mas durante todo o curso conseguiu demonstrar também, a possibilidade de um atendimento natural a todos.

É claro que a pessoa com deficiência necessita de um atendimento apropriado no que diz respeito à adequação de aparelhagens e atitudes, o que não significa serem tratados como incapazes.

Trata-se de fornecer à pessoa que possua deficiência, mediante abordagem adequada, a oportunidade para que demonstre sua aptidão para as mais variadas tarefas.

Precisamos aprender a enxergar para além da deficiência de uma pessoa, ou seja, para a eficiência que ela guarda dentro de si mesma. Desta forma, todos

os que foram um dia considerados “incapacitados” ou “inválidos” passarão a ser respeitados e tratados como qualquer outro cidadão de nossa sociedade.

Tenho certeza que vivemos um momento especial em nosso país, principalmente na política.

Estamos, ao meu ver, experimentando um momento de tomada de consciência e, neste processo, a inclusão é algo perceptível.

Já é possível notar nas iniciativas de governo e na visão das pessoas em geral, que elas começam a perceber que aqueles que possuem deficiência estão nas ruas, escolas, **shoppings**, enfim, por toda parte, levando suas vidas, trabalhando, buscando a garantia de seus direitos, desempenhando seus papéis.

Creio que o que falta para uma inclusão mais ampla é a naturalidade do convívio, ou seja, é necessário que a pessoa com deficiência tenha a oportunidade de trabalho, de estudo, de lazer, que, em última análise, ela possa ser vista por todos nas situações mais naturais possíveis.

É nesse sentido que estamos construindo com a ajuda de toda a sociedade o Estatuto da Pessoa Com Deficiência para que através de leis adequadas possamos dar a esses cidadãos a dignidade e o respeito a que têm direito.

Em seus princípios consta por exemplo que serão desenvolvidas ações conjuntas do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração das pessoas portadoras de deficiência no contexto socioeconômico e cultural.

Um de seus objetivos é a garantia da efetividade dos programas de prevenção, de atendimento especializado e de inclusão social.

As diretrizes incluem a ampliação de alternativas de inserção econômica dessas pessoas.

No capítulo sobre os direitos das pessoas com deficiência, estão incluídos o direito à vida e à saúde, o acesso à educação, o direito à habilitação e reabilitação profissional, o acesso ao trabalho, o direito à cultura, desporto, turismo e lazer.

Enfim, o Estatuto quer ser um instrumento valioso na defesa da cidadania, da integração social e do pleno exercício dos direitos individuais e coletivos das pessoas acometidas por alguma deficiência.

E para finalizar vamos nos encher dos bons ares da primavera e que eles nos tragam a promessa de novos dias como bem fala a poesia do meu querido assessor e amigo Luciano Ambrósio.

Primavera dos Homens

É primavera

E se avizinha dos corações humanos

A promessa de novos dias

De melhores dias

Tempos de brotar, de renascer, reviver

Tempos de natureza verdejante, exuberante

*Tempos de alma aberta, de olhos abertos
E olhares naturais*

Tempos de olhar um irmão

Seu irmão

Dar a mão.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Cumprimento também o Senador Paulo Paim e tenho certeza de que ele ouviu essa mensagem que V. Ex^a leu. Nós sentimos a emoção em suas palavras. Certamente, se tivesse mais tempo para lhe conceder, V. Ex^a não conseguiria continuar, tamanha foi sua emoção.

Meus cumprimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela Liderança, para fazer uma comunicação bastante rápida.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Senador Romero Jucá, está pedindo pela Liderança do Governo?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Terminado o pronunciamento do Senador Paulo Paim, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, pela Liderança do Governo.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

Em seguida, usará da palavra o Senador Roberto Saturnino.

A concessão da palavra era para ter sido feita de modo intercalado, mas, com certeza, o Senador Roberto Saturnino entenderá a situação, devido à urgência do pronunciamento do Senador Romero Jucá.

Com a palavra S. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela Liderança do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço a consideração do Senador Roberto Saturnino e do Presidente. Pedi a palavra pela Liderança do Governo, pois, daqui a pouco, terei de me retirar para uma reunião de Liderança na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e não poderia deixar, daqui do plenário, de registrar uma preocupação.

Nessa semana, fui procurado por diversos prefeitos, Senador Mão Santa, que, na sua grande maioria, vivem do Fundo de Participação dos Municípios, e a parcela do Fundo de Participação dos Municípios recebida no dia 20 veio muito aquém do esperado.

No meu Estado, por exemplo, a Prefeitura do Município do Cantar esperava receber R\$13 mil de duodécimos no dia 20 e recebeu apenas R\$3 mil. Outra prefeitura estava programada para receber R\$20 mil e

recebeu R\$5 mil. Isso, sem dúvida, para as prefeituras que não têm muita receita própria e que efetivamente vivem das transferências do FPM, e para Estados que vivem com a transferência do FPE, é uma preocupação muito grande. Os prefeitos normalmente – e sabe muito bem o Senador Mão Santa, que tanto fala dos nossos prefeitos e prefeituras do Brasil – recebem no dia 20 do FPM e repassam o duodécimo à câmara dos vereadores com esses recursos. Ora, se o FPM não chegar a tempo de se fazer isso, os prefeitos também vão ficar inadimplentes com o repasse para a câmara dos vereadores, fato extremamente grave e preocupante para os prefeitos, para os vereadores e para a própria cidade.

Faço o registro da nossa preocupação quanto ao repasse do FPM e informo que já tive um contato com o Ministério da Fazenda, solicitando à Secretaria do Tesouro que reveja efetivamente as contas relativas à transferência dos recursos do FPM para os Municípios. Posteriormente, se houver algum tipo de erro, que esse seja consertado na parcela do dia 30, para dar condição aos prefeitos de efetivamente honrarem seus compromissos.

Aproveito a oportunidade não só para registrar o apelo em favor das prefeituras para ampliação do FPM, como para solicitar que a Câmara dos Deputados vote o projeto de reforma tributária que aprovamos no Senado, porque a reforma tributária traz duas questões fundamentais para as prefeituras. Primeiro, é o aumento de 1% nos recursos do IPI e do Imposto de Renda para este ano, para que as prefeituras recebam um FPM melhor. Depois, a própria moldagem, a própria mudança do modelo tributário, para que haja um imposto único de valor agregado e uma contribuição única – juntando-se todas as contribuições –, e que esse imposto e essa contribuição sejam partilhados com todos os Municípios e todas as entidades da Federação.

Hoje, o FPM e o FPE são calculados com base na receita do Imposto de Renda e do IPI. Essas duas receitas, além de serem cíclicas, vêm caindo ano a ano em relação a outras receitas da União.

É importante que se faça uma mudança tributária para que os Municípios e os Estados partilhem de todas as receitas públicas, independente de serem contribuições ou impostos, como regula a legislação hoje.

Sr. Presidente, solicito a transcrição da matéria da **Folha de Boa Vista** que relata o caso específico de Roraima: “FPM reduz e prefeitos temem perder mandatos”.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno)

FPM reduz e prefeitos temem perder mandatos

Ivo Gallindo

A parcela do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) do dia 20 de cada mês gerou pânico em muitos prefeitos do interior de Roraima. Houve queda de quase 80% do valor médio mensal e boa parte não tem dinheiro para o repasse do duodécimo do Legislativo, o que contraria dispositivo da Constituição Federal de 1988.

No caso da Prefeitura do Cantá, o valor desta parcela girava em torno de R\$ 22 mil, dos quais cerca de R\$ 13 mil era destinado à Câmara Municipal. O repasse de ontem foi de apenas R\$ 3,3 mil. "Juridicamente não tem o que ser feito. Explicarei o impasse em reunião com os vereadores", disse o prefeito Zacarias Assunção (Prona).

A situação dele é semelhante a de outros gestores municipais. O valor repassado pela União no dia 20 oscilava próximo a R\$ 20 mil. Agora a média recebida pelos municípios interioranos beira os R\$ 5 mil. "É preciso bom senso do Legislativo. A culpa não é nossa", ressaltou Benildo Pereira (PMDB), prefeito de Amajari.

A preocupação decorre do que estabelece a Constituição Brasileira sobre o atraso no duodécimo do Legislativo. Caso o prefeito não cumpra a data limite, fixada no dia 20 de cada mês, está sujeito a penalidades, inclusive a perda do mandato. A principal reclamação deles é de que desde maio passado há redução no FPM.

Zacarias Assunção e Benildo Pereira se reuniram ontem com os prefeitos Orlando Justino (PSB – Normandia), Rhomer de Souza (PMDB – Bonfim), Gordinho (PPS – Rorainópolis) e Florany Mota (PT – Uiramutã), vice-presidente da Associação dos Municípios de Roraima. Todos reconhecem haver pouca mobilidade de reação.

O menor montante foi o de Uiramutã, exatos R\$ 3,184 mil. O problema atingiu cidades de porte médio, como é o caso de Rorainópolis, que teve depositado apenas R\$ 5,3 mil de FPM, quando o normal não era inferior a R\$ 20 mil. Os prefeitos falam em atraso de pagamento de fornecedores, de salários e em suspensão de serviços.

"Estamos apenas gerenciando dívidas. Os municípios estão engessados, sem ter como fazer investimentos", desabafou Rhomer de Souza ao dizer que a União contribui com a inviabilidade das administrações municipais ao exigir contrapartida nos convênios federais e ao reduzir o FPM. "Dá com uma mão e tira com a outra".

BRASÍLIA – Florany Mota explicou que está sendo enviado um documento cobrando providências à Confederação Nacional dos Municípios, que realiza esta semana mais uma "Marcha dos Prefeitos a Brasília", sem a presença de Roraima. Os prefeitos alegam que não tinham condições financeiras para custear a viagem.

ICMS – Alguns prefeitos terão a situação aliviada com o repasse da cota do ICMS aos municípios, prevista para hoje. Mesmo assim, o duodécimo já estaria atrasado. A expectativa é de que cada um receba em média R\$ 10 mil, alguns acima e outros abaixo deste valor, de acordo com a sua respectiva atividade econômica.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Na semana que vem, os prefeitos estarão aqui para reivindicar justamente o que foi levantado agora da tribuna.

Seguindo a lista de oradores, com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, desta tribuna hoje, falar sobre o Partido dos Trabalhadores, o PT, que está fazendo 25 anos e cuja história atravessa, obviamente, uma crise profunda e abaladora, recebendo denúncias e acusações de todos os lados, muitas justas, algumas injustas.

Debaixo desse fogo cruzado arrasador para qualquer instituição, o Partido realiza eleições internas – ocorreram no último domingo –, o que revela uma vitalidade extraordinária. Trezentos mil militantes de todo o País votaram espontaneamente – não tinham a obrigação; não há obrigatoriedade como nas eleições oficiais. Deram essa manifestação de interesse, de cidadania, de consciência política, de vontade de construir a democracia neste País. Realmente, é um feito sem precedentes na nossa história. Não há partido, no Brasil, que tenha feito algo semelhante ou próximo dessas eleições realizadas pelo PT no último domingo e que se desdobrarão em segundo turno no primeiro domingo de outubro.

Isso realmente precisa ser considerado, precisa ser levado em conta não só pelos analistas políticos, mas pelo cidadão comum brasileiro. Afinal de contas, finalmente, o Brasil tem um partido de massa, democrático internamente, que sofre acusações e críticas muito severas até do próprio Presidente da República.

O Presidente Lula critica o PT e não foi votar, numa atitude incompreensível. Parece que Sua Excelência não compreendeu a importância e a grandeza de um Partido que é dele e que ele fundou.

Mas o fato é que, historicamente, essa eleição do PT foi um feito extraordinário e trouxe, no seu bojo, algo que também é importante: se não houve uma alteração radical e profunda na sua direção, houve, sim, uma alteração substancial, quer dizer, houve um equilíbrio de forças internas do Partido, aquela hegemonia, aquela predominância forte do chamado grupo majoritário não se confirmou na intensidade das eleições anteriores. Ainda foi a facção que teve a maior votação, mas não atingiu, nem esteve perto de atingir, a maioria absoluta, como das outras vezes. O que significa que haverá uma alteração, um novo equilíbrio interno de forças. E, no segundo turno, podemos ter até um Presidente eleito que não seja o representante do Campo Majoritário. Isso é perfeitamente, possível, diria até que há

uma alta probabilidade que isso aconteça. Ao mesmo tempo, com essa eleição e com esse resultado, afastam-se aquelas pessoas diretamente envolvidas nos escândalos e nas denúncias que fizeram com que esse fogo cruzado tivesse o PT como alvo preferido, e ainda continuando, por meio das manchetes, da mídia de todos os dias e, naturalmente, com muita ênfase, muito oportunismo por parte da Oposição.

Mas essas pessoas tinham que ser afastadas. Essas pessoas prejudicaram enormemente a imagem do Partido, foram dirigentes que estiveram à testa do Partido, que foram até responsáveis por seu êxito eleitoral, mas o fato é que prejudicaram a essência, a bandeira principal do Partido, que era a bandeira da ética. Pensaram, talvez, que ainda prevalecia aquele ambiente de antes, que havia nas chamadas correntes de Esquerda, antes da queda do Muro de Berlim, aquele ambiente que justificava, através de uma moral revolucionária, atos que, na moral comum, a chamada moral burguesa, como eles chamavam, eram atos condenáveis. Essas pessoas imaginaram que pudessem fazer coisas que se faziam no passado e que eram consideradas aprováveis, construtivas e positivas, segundo a chamada moral revolucionária que justificava tudo o que fosse feito em benefício dos carentes, da classe trabalhadora, enfim, dos necessitados de um país ou do mundo.

Essas pessoas erraram profundamente e têm que se explicar. A meu juízo, deviam se explicar mais diretamente, expor mais sua face e mostrar que fizeram isso, sim, pelo menos assumir com certa grandeza a responsabilidade desses atos, ao invés de ficarem se escondendo e procurando negar algo que ficou evidente para toda a opinião pública do País. Mas essas pessoas foram afastadas. Na direção não figurarão mais; e isso é importante porque o PT dá, com essa manifestação de democracia, de vitalidade e de consciência política, também o sinal de amadurecimento, de uma virada de página no sentido de alijar pessoas que tiveram esse comportamento e que tisonaram a imagem do PT que era de um Partido que colocava a ética acima de tudo.

Sr. Presidente, todos esses fatos, esses acontecimentos levam a um estágio de amadurecimento do Partido. Os partidos políticos são organizações de seres humanos e, como seres vivos, têm sua etapa de infância, de juventude e de amadurecimento e até de envelhecimento ao fim algum tempo. Penso que o PT superou a sua fase de juventude e de adolescência e passou para uma fase de amadurecimento, exatamente enfrentando essa crise e mostrando, com essas eleições fantásticas, essas eleições surpreendentes sob o ponto de vista de demonstração de democracia, que

o Partido superou aquela fase onde havia uma pretensão. O PT era um partido visto como pretensioso, porque sustentava que tivesse a exclusividade da bandeira ideológica, o que provocava antipatia em muitos brasileiros. Eu mesmo via o PT como um partido arrogante, pretensioso, que não reconhecia o trabalho de luta democrática, de luta pela justiça social que muitos outros partidos de esquerda fizeram, enfrentando dificuldades, enfrentando durezas muito ásperas e que o PT não reconhecia.

Agora, a partir desses fatos, a partir dessa crise profunda que o Partido vive, eis a oportunidade do amadurecimento se dar. E é claro que, sendo um Partido com essa força de militância e com essa vontade política manifestada domingo, vai conseguir superar essa face, enfim, da juvenildade de um Partido que tinha essa manifestação arrogante.

E, de outro lado, a experiência de governo também é um fator importante de amadurecimento, porque ser um partido de esquerda na oposição é muito fácil, Sr. Presidente, é só criticar, é só apontar, mas ser um partido de esquerda no governo, tendo que se confrontar com essa realidade dura, poderosa, fortíssima que se chama mercado, que se chama sistema financeiro, que são os donos do mundo em termos de economia, que são capazes de sabotar uma economia nacional e derrubar qualquer governo, pela instabilidade, pela desestabilização, esse enfrentamento requer sabedoria, requer um amadurecimento que o PT ainda não tinha e que agora, enfrentando e procurando os caminhos de convivência com esse mercado, vai também, penso, ganhando as suas etapas de amadurecimento...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Eu, Sr. Presidente, tenho criticado e penso que o Governo até não está se saindo bem nesse confronto com o mercado, não; está deixando de aproveitar as margens que existem de avanço; está se submetendo demasiadamente a uma obediência em relação às exigências do mercado e dos poderosos, o poder econômico, que não era necessário. Claro que, num primeiro momento, era necessário, pois, quando o Presidente Lula assumiu, o País estava à beira da desestabilização. Mas, passado esse primeiro momento, faltou até agora, por parte do Governo, e, por conseguinte, do PT, que é o seu Partido, aquela taxa de ousadia possível, viável e necessária num país de desigualdades, de injustiças, como é o quadro social do Brasil de hoje. Mas acredito que até mesmo essa experiência de Governo, com toda evidência as deficiências que acho...

(Interrupção do som.)

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Já encerro, Sr. Presidente.

Mas, com todas as deficiências do Governo, isso produzirá sobre o Partido um efeito de amadurecimento extremamente importante que consolidará a sua posição na história deste País, confirmando esse potencial de formação de cidadania e de democracia que o PT demonstrou domingo último, mostrando, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que é mesmo uma raça muito forte, mostrando aos banqueiros do País e do mundo que o PT é uma raça forte, sim, que enfrenta todo esse fogo cruzado, que trouxe dentro de si uma direção que não soube compreender o momento e que deslizou por condutas absolutamente reprováveis, mas o Partido soube dar a volta por cima e galgou, com esse episódio de amadurecimento, algo inegável, uma posição inconfundível e absolutamente única na história dos partidos políticos do nosso Brasil.

Era o que eu queria dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Roberto Saturnino, o Sr. Leonel Pava, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O Senador Roberto Saturnino traduziu o momento e, com a sua inteligência, buscou a sabedoria: “**errare humanum est**”, e o PT é um Partido de humanos.

Concedemos a palavra, por permuta com o Senador Marco Maciel, ao Senador José Maranhão, do PMDB da Paraíba.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a análise histórica dos países mais avançados prova que não há desenvolvimento sem educação. Se quisermos um Brasil rico e competitivo, o passo fundamental é garantirmos a boa formação de todos os jovens brasileiros.

Neste momento, desejo falar especialmente da educação profissionalizante, que serve ao cidadão como ferramenta para a sua transformação pessoal e, como decorrência, para a transformação do País.

As atuais gerações têm-se espantado, nas últimas quatro décadas, com a irresistível ascensão econômica dos Tigres Asiáticos. Nos últimos anos, países como o Japão, a Coreia do Sul, a ilha de Formosa e as cidades de Cingapura e Hong Kong saíram, em um curto período histórico, da pobreza vazia de esperanças e de conjunturas econômicas graves para a riqueza mais avassaladora.

Ainda na Ásia, o milagre do crescimento chinês aponta para o surgimento de uma nova superpotência mundial nas próximas décadas. Todos esses exemplos,

a despeito das suas muitas nuances, estão calcados em um traço comum, que deve servir para nossa reflexão: a aposta vigorosa dos líderes asiáticos na educação, na cultura e na formação intelectual dos seus povos; na educação e na cultura, em suma, como alavancas para transformação das realidades nacionais.

Tem-se dito que o ensino no Brasil, no atual Governo, da mesma forma como se dizia dos Governos anteriores, tem merecido mais investimentos públicos. Mas eu diria que para vencer esse *gap*, essa diferença do nível tecnológico e científico no ensino brasileiro, temos de fato investido muito pouco. Estamos – há alguns analistas que assim consideram – há 20 anos de atraso, há 20 anos de distância em relação não aos países do Primeiro Mundo, Estados Unidos, Europa, mas em relação mesmo aos chamados Tigres Asiáticos, que trataram a educação do seu povo com vigor e com entusiasmo.

Eu creio mesmo que o Brasil para superar essa diferença precisava investir como se estive num esforço de guerra. Investir maciçamente na melhoria qualitativa e quantitativa, porque, na verdade, são pouquíssimos acessos à universidade. Sabe-se que apenas 25% a 30% dos jovens que concluem o Segundo Grau têm acesso efetivo ao ensino superior. E por que isso acontece? Porque a universidade ainda é um privilégio de poucos, mesmo as universidades públicas, que estão invadidas por aqueles que, tendo uma educação de melhor qualidade, dominam os cursos de ingresso de admissão, os chamados vestibulares.

E as escolas de Terceiro Grau do setor privado, que proliferaram de um tempo para cá, pela condição de se exigir uma anuidade, uma mensalidade, que não é baixa, têm sido também privilégio daqueles que têm poder aquisitivo mais alto.

Sr^{as} e Srs. Senadores, há algum tempo, a riqueza de certo indivíduo, de certa empresa, ou de determinado país, era algo completamente tangível e jazia nos objetos materiais, móveis ou imóveis, na planta industrial, ou na frota de automóveis, na extensão da infra-estrutura, ou no tamanho das Forças Armadas.

Essa realidade mudou, e devemos levar esse fato em consideração, ao planejarmos o nosso futuro. Em nossos dias, a imagem de marca de uma empresa pode valer muito mais do que o conjunto das suas fábricas. Por outro lado, as *commodities* – produtos primários – pouco significam dentro das maravilhas tecnológicas que inundam as várias vitrines das lojas de todo o mundo.

Sabemos que países como o Brasil, que repousam as suas esperanças econômicas e sociais unicamente na exploração de produtos primários, não têm a estabilidade econômica, porque já se sabe – e todos

aqui conhecem esse filme, o que aconteceu no passado – que os produtos primários se tornam objeto da exploração dos mercados dos países desenvolvidos, para onde esses produtos são exportados.

Há pouco tempo, estávamos festejando, como uma conquista definitiva, as exportações recordes de soja, a produção recorde de soja, e, agora, aquele otimismo exagerado que dominou a economia e o setor agrícola do País, durante algum tempo, já está sendo substituído pelas reclamações, pelo choro e pelo pessimismo que reflete a situação real de um País que, tendo excelentes áreas para a agricultura e tem até conseguido fazê-la com competência e com habilidade, não tem procurado industrializar os produtos provenientes da agricultura na proporção da produção agrícola, agregar mão-de-obra e assegurar emprego para as multidões de trabalhadores que continuam desempregados.

Essa mudança histórica indica que a riqueza, hoje, é sinônimo do conhecimento, da domesticação da natureza e do domínio da técnica.

Sem conhecimento, estaremos condenados ao atraso, à globalização de baixo perfil, a partir de uma produção com reduzidas margens de valor agregado. Sem conhecimento, nada receberemos a título de direitos autorais, ou direitos vinculados à pesquisa e desenvolvimento, que, sem sombra de dúvida, não nascem do nada.

Ainda há poucos dias, em audiência com o Ministro da Agricultura, um homem que, realmente, tem dedicado os melhores dias de sua gestão ao setor que ocupa, ele me falava da sua tristeza em face dos poucos recursos destinados ao seu Ministério, de um modo geral, mas sobretudo os recursos destinados à Embrapa, que é um exemplo extraordinário de empresa eficiente, na pesquisa de novas técnicas para o desenvolvimento da agricultura, que é realmente competitiva.

Os direitos de que eu falava resultam, ao contrário, do nível de capacitação de certo povo, em certo momento da história da humanidade.

O fortalecimento da nossa indústria – que deve ser mais produtiva, mais eficiente e mais competitiva – depende da aposta do Estado brasileiro na qualificação da mão-de-obra nacional. No mercado globalizado, só há uma palavra de ordem: competitividade, que significa conhecimento tecnológico e científico, domínio da produção especializada, da produção competitiva.

Por isso, cerro fileiras ao lado dos que vêm, no ensino médio profissionalizante, uma via segura para o crescimento nacional.

Em nosso País, as antigas escolas técnicas cumpriram bem esse papel de difusão dos saberes profis-

sionalizantes. Em nossos dias, entidades como o Cefet – Centro Federal de Educação Tecnológica – auxiliam o estudante brasileiro na conquista da sua capacitação profissional.

Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho a honra de representar, no vibrante e plural Senado da República, o Estado da Paraíba, que conta com um Cefet na Avenida 1º de Maio da nossa Capital, a ensolarada e acolhedora João Pessoa. O Cefet paraibano conta com oito cursos de nível técnico: Suporte e Sistemas de Informação; Edificações; Eletrotécnica; Manutenção de Equipamentos Mecânicos; Recursos Naturais; Gestão de Micro e Pequenas Empresas; Instalação e Manutenção de Equipamentos de Informática e Redes; e, por último, o curso de Manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares.

O Cefet de João Pessoa também oferece, anualmente, o Ensino Médio tradicional, além de alguns cursos de nível superior. Na cidade de Cajazeiras, igualmente, a Uned – Unidade de Ensino Descentralizada – conta com inúmeros cursos de nível técnico em Informática, Instalação e Manutenção Eletromecânica e também em Edificações.

Tenho para mim que a multiplicação dos cursos técnicos em nosso País está na base da melhor estratégia de qualificação dos jovens brasileiros, que se devem preparar para um ambiente econômico, a cada dia mais competitivo, no plano internacional. Doravante, o povo que não detiver competência não se estabelecerá no jogo bruto dos mercados globais.

A excelência das Escolas Técnicas – atuais Cefets – convida-nos a multiplicar a experiência vitoriosa em todo o nosso território, que deve contar com muitos outros estabelecimentos do mesmo gênero, no maior número possível de cidades.

Defendo que o Ministério da Educação, responsável não só por boa parte da manutenção das escolas no Brasil, mas, sobretudo, pelas de nível superior, encare a possibilidade de democratizar as Escolas Técnicas. Que elas não se limitem, a exemplo do meu Estado, a apenas duas cidades, mas que se estendam por todo o Estado, se não na sua totalidade, pelo menos em todas as cidades-pólo do nosso Estado, de maneira a oferecer aos trabalhadores brasileiros oportunidade para se especializarem!

O ensino profissionalizante ainda é um privilégio, que fica insulado nas grandes cidades. Nega-se à grande maioria dos filhos dos trabalhadores a oportunidade de especialização. O estudante do curso médio, na sua grande maioria, é frustrado, pois conclui um curso que não lhe permite ter acesso, de maneira conveniente, ao mercado do trabalho; carrega debaixo do braço um canudo de papel que não tem a neces-

sária utilidade como instrumento de sua promoção social e econômica.

Sr^{as} e Srs. Senadores, estejam certos de que o investimento bem projetado na educação não é despesa ou gasto, mas, antes, receita futura do Estado, riqueza vindoura, líquida e certa, de retorno seguro.

Digo-lhes, além disso, que o ser humano que obtém uma chance de progredir na vida geralmente se agarra a ela, empenhando-se para obter os melhores resultados na sua preparação e no seu aprendizado.

A história recente da nossa indústria bem revela o quanto somos capazes de realizar, tão logo uma idéia programa se instala na consciência nacional. Por essa razão, empresas ultracompetitivas, como a Embraer e a Petrobras – eu diria até que a nossa indústria eletromecânica é competitiva, não sei se no jogo do mercado globalizado –, puderam evoluir em nosso solo, graças ao engenho e à capacidade inventiva dos brasileiros.

Há outra fase, que é o futuro de toda a humanidade: a indústria de informática. Aqui, está representada apenas como grandes indústrias de montagens, que, recebendo os **softwares**, recebendo os projetos e os produtos acabados de países do Primeiro Mundo ou dos chamados Tigre Asiáticos, limitam-se a montar esses equipamentos, fazendo, no máximo, uma caixa dentro da qual estão colocados.

Parece-me que é chegada a hora de o nosso País apostar, com toda a segurança, na formação da sua juventude. Por essa via, abriremos aos estudantes as mais generosas e frutíferas oportunidades e a esperança de um futuro auspicioso e feliz a ser partilhado pelo conjunto da sociedade.

Esse futuro é totalmente viável, porque inspirado em experiências internacionais coroadas de êxito...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador José Maranhão, espero que eu não tenha de ficar como Cristo, multiplicando os peixes! Já multipliquei o tempo o máximo possível.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Garanto a V. Ex^a que dois minutos serão suficientes para eu concluir este modesto discurso.

A multiplicação dos Cefets em nosso País haverá de retirar parte da nossa juventude da marginalidade, do cotidiano ocioso, do cenário plúmbeo de uma vida triste e infeliz, porque sem perspectivas de progresso.

Transformar, a fundo, essa inaceitável realidade é a nossa meta precípua de cidadãos, e a minha longa trajetória política me faz crer que a criação de condições para a geração ininterrupta de riquezas, em prol do generoso povo brasileiro, é dever de todo homem público cioso do seu papel, na transcendental aven-

tura coletiva da multiplicação – e partilha – de pães e peixes, lição maior da cristandade.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI. *Fazendo soar a campainha.*) – Concedo-lhe mais um minuto, lembrando que Cristo fez, em um minuto, o Pai-Nosso!

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Penitencio-me, porém, pelo tempo excedente, que V. Ex^a, com a sua generosidade, concedeu-me.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a apenas usou 20 minutos dos 12 a que tinha direito.

Inspirado em Tiago, que disse que fé sem obra já nasce morta, V. Ex^a irá fazer todas essas obras pela educação no seu próximo Governo na Paraíba.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge, do Estado do Pernambuco e do grandioso PFL.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Minoria, regimentalmente, tem direito de fazer uso imediato da palavra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Falarei depois do próximo orador.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.) – Pela Liderança do PDT, Partido que aguarda V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela Liderança do PDT.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – O PDT continua aguardando V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois não. V. Ex^a poderá fazer uso da palavra agora ou após o próximo orador inscrito, o Senador César Borges, do PFL da Bahia.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Aguardo o Senador César Borges, em respeito à sua inscrição. Depois, se V. Ex^a me concedê-la, usarei a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois não.

Concedo a palavra, de acordo com a inscrição e por permuta com o Senador Garibaldi Alves Filho, ao Senador César Borges, do PFL da Bahia.

De acordo com o Regimento, S. Ex^a tem dez minutos, com mais dois de prorrogação, sem a ajuda do Senhor do Bonfim.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Mas, com certeza, com a ajuda do Sr. Presidente, que é um grande amigo e líder do Piauí.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, decorridos quase quatro meses do início dessa crise política, verificamos o País imerso na apatia e na perplexidade, diante de algo inusitado na História de nosso País. Quem poderia imaginar, Senador José Maranhão, que estaríamos vivendo essa crise?

O Partido dos Trabalhadores, que sempre empunhou a bandeira da moralidade e da ética, está, hoje, chafurdando na lama, porque as denúncias se sucedem a cada momento. A cada dia, há uma novidade e o Presidente Lula, como que longe dessa situação, sequer vai votar nas eleições do seu Partido, talvez dando um sinal de que não tem nada a ver com o PT.

O PT e o Presidente Lula, segundo palavras do Presidente do Partido, Tarso Genro, são “substâncias insolúveis”. Não entendi bem o emprego do termo e eu diria que são “indissolúveis”. Eles não se separam, efetivamente; estão ligados. Lula e PT são a mesma coisa.

Se vivêssemos em um regime parlamentarista, Sr. Presidente, com certeza, o Governo teria caído e já estaríamos com novas eleições. Como vivemos num regime presidencialista, tudo se faz para proteger a figura do Presidente Lula.

Diferentemente de alguns dos seus auxiliares, como o Ministro da Fazenda, Sua Excelência nunca veio a público reconhecer o que fez ou dar uma satisfação, uma entrevista clara e aberta, debatendo essa profunda crise que estamos vivendo.

Ontem, estava no jornal, o Ministro Waldir Pires voltou a falar que isso era um golpe, que o golpismo, anteriormente, dava-se nos quartéis, mas que, agora, se dá na imprensa, no Congresso, porque o que aí está é coisa simples, uma pequena corrupção, são valores mínimos. O Ministro Controlador Geral da União falando em golpismo? Isso é diversionismo, Sr. Presidente.

O PT precisa enfrentar a verdade, pois desde a sua fundação, desde os primeiros passos em direção ao poder, quando o alcançou por meio de sindicatos,

de participação no conselho do FAT, de Prefeituras municipais, utilizou essas estruturas para a captação indevida, ilegal e antiética de recursos.

O PT não reconhece isso de público. Fica na luta fratricida de segmentos dentro do Partido para ver quem tem mais força, se é a esquerda, se é a nova direita; se é a política ultraneoliberal do Ministro Pallocci, apoiada pelo Presidente Lula e pelo candidato do campo majoritário, ou se aquela esquerda perplexa, desiludida, desesperançosa, de alguns que são imbuídos de vontade e princípios e que foram traídos dentro do próprio PT.

Traído, verdadeiramente, Sr. Presidente, foi o povo brasileiro, que acreditou nesse Partido.

Hoje, as Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito estão fazendo o seu trabalho e vão continuar fazendo, porque não se apura tudo de uma única vez. Sabemos que estamos passíveis de sofrer críticas pela demora, ou, até, pelo cansaço da população de assistir às CPMIs, mas não há outra forma. Temos que perseguir a investigação, porque a maioria absoluta daqueles que vêm aqui mentem de forma deslavada. Não querem dizer a verdade, então o trabalho é persistente.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Permite-me V.Ex^a um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com muita satisfação, nobre Senador José Maranhão.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Estou ouvindo com muita atenção e respeito o discurso de V. Ex^a. Permito-me apartear-lo para dizer que V. Ex^a tem toda razão quando diz que as CPMIs devem ir a fundo na apuração de todos os fatos, que, é claro, ainda têm muitos desdobramentos que não foram devidamente esclarecidos e apurados. Paralelamente a isso, tenho uma preocupação, Sr. Senador. O Congresso Nacional, inclusive esta Casa, anda quase que paralisado, dedicando tempo integral à apuração desses fatos e esquecendo outras medidas que, inclusive, são condizentes com o que já foi apurado até agora, como, por exemplo, é o caso da reforma político-partidária. Sabemos que, como causa de todo esse escândalo que só nos envergonha a todos, há uma estrutura partidária que favorece, por sua fragilidade e superficialidade, esse quadro de negócios políticos na vida nacional. Partidos foram criados por alguns espertos unicamente como barriga de aluguel, para auferir vantagens de toda natureza. Isso a reforma partidária precisa enfrentar urgentemente. O Senador Jorge Bornhausen, de seu Partido, foi bastante oportuno e cirúrgico quando, reconhecendo a questão da exiguidade do tempo, apresen-

tou um projeto que responde como antídoto a algumas dessas mazelas – V. Ex^a o conhece. No entanto, esse projeto está dormitando, ainda, em sua tramitação no Senado da República e sabemos que temos poucos dias para consagrar essa reforma, que é fundamental até como remédio para que, mais adiante, fatos como os de hoje não voltem a se repetir, desgrazadamente, em nosso País. Felicito V. Ex^a pelo discurso que está fazendo e me permito, a título de contribuição, fazer esse registro. Realmente, V. Ex^a aqui, não somente pela sua inteligência, representa o pensamento de um Partido forte, de um Partido expressivo da vida nacional: o PFL, assim como nós representamos o PMDB, um outro Partido que também tem grande responsabilidade na condução dos negócios públicos e da vida político-partidário do nosso País. Portanto, penso que poderíamos fazer um esforço – desculpe-me alongar neste aparte – suprapartidário para votarmos, urgentemente, antes que o tempo se esvaia completamente, esses estatutos, que são fundamentais para o futuro da vida nacional.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador José Maranhão, agradeço o aparte de V. Ex^a. Quero que V. Ex^a também entenda que a reforma política, há muitos anos, tem sido colocada por todos, como a principal reforma de que necessita o País; inclusive o próprio PT sempre assim se posicionou. Mas o PT, ao assumir o poder, tendo a maioria formada por meio de acordo com a chamada base aliada, poderia ter colocado, de imediato, a reforma política em discussão e votação. O PT está no poder há dois anos e nove meses, mas o PT nunca fez isso, Senador José Maranhão! O PT nunca se interessou pela reforma política! O PT nunca quis práticas sérias, éticas, honestas no mundo político! O PT preferiu a compra de Partidos!

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Se V. Ex^a me permite...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Permitirei.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Queria dizer a V. Ex^a que essa tarefa não é só do PT, mas de todos os Partidos. Inclusive citei, de propósito, o meu Partido e o Partido de V. Ex^a, que são Partidos grandes e tradicionais, autênticos Partidos representantes da opinião brasileira. Que possamos fazer esse esforço ainda agora, de forma suprapartidária, por se tratar de questão relativa a todos os brasileiros, e, conseqüentemente, de todo o Congresso Nacional.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não. Mas veja bem: o PT é o Partido do Governo, portanto,

tinha bancada majoritária na Câmara dos Deputados, formou uma base aliada, e tinha maioria aqui, quando teve o apoio do Partido de V. Ex^a nesta Casa, mas, nunca se preocupou com a reforma política! O nosso Partido, pelo contrário. Temos o relatório do Deputado Ronaldo Caiado, na Câmara, aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e que não teve o apoio e nem o interesse do Governo, que preferiu a reforma da Previdência para tirar dos aposentados brasileiros; preferiu a reforma tributária, não para desonerar a produção, mas conseguir a desvinculação dos recursos da União e a manutenção da CPMF, com o conseqüente aumento da carga tributária. Hoje, não podemos dizer que a reforma política se sobrepõe às investigações. Ela continua a merecer toda a importância, por isso queremos que ela seja votada o mais rapidamente. Quanto à reforma política, não se trata apenas de se tentar diminuir os gastos de campanha, este é um aspecto que o Senador Jorge Bornhausen teve o apoio do Senado Federal – a matéria está na Câmara – para presidir as próximas eleições, ela é muito mais ampla, inclusive para acabar, por meio de suas medidas, com a questão dos “partidos de aluguel”, que aí estão, de certa forma, prejudicando toda a vida política nacional. Não podemos imaginar que, agora, o PT diga...

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ...que a reforma política vai ser a solução para todas essas questões.

Sr. Presidente, para encerrar, vou listar rapidamente os esquemas de arrecadação praticados pelo PT, há muito tempo: o Fundo de Amparo ao Trabalhador, com desvio de recursos encaminhados por meio de convênios a sindicatos ligados à CUT, que são pelegos, porque obedecem ao PT, estão pendurados no Governo, a exemplo do Presidente da CUT que, hoje, é Ministro do Trabalho. Trata-se do retorno daquele peleguismo da década de 60, ou seja, de sindicatos pendurados no Governo, sindicatos que vivem de subvenção governamental, comprados verdadeiramente pelo Governo; arrecadação de recursos de fornecedores de prefeituras do PT, como é o caso de Santo André, ...

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não vou abusar da boa vontade de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O caso de Santo André, na questão dos transportes coletivos, que está aí para ser apurado, a questão de Ribeirão Preto, com as empresas de coleta de

lixo, que já está sendo apurado na CPMI dos Bingos; a arrecadação por intermédio de jogos, como é o caso Waldomiro Diniz e, no Rio Grande do Sul, a doação de empresários ligados ao bingo, à campanha de Lula, os bicheiros de Porto Alegre; o superfaturamento de contratos com fornecedores e prestadores de serviços em estatais. Aí a coisa é grave e grande, Sr. Presidente por se tratar da Petrobras, dos Correios, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, todas elas empresas estatais, que foram aparelhadas pelo PT. É o patrimonialismo partidário de que tanto eles falavam no passado. No entanto, agora, eles foram os primeiros a praticá-lo dentro do princípio de que os fins justificam os meios. Os fins, a manutenção do poder por 20 anos, Sr. Presidente, e os meios, a corrupção, ou seja, tirar dinheiro público, sagrado, para a manutenção deles no poder para financiar campanhas de Deputados, Governadores e Prefeitos do Partido dos Trabalhadores e dos seus aliados. Também há os desvios de recursos de fundos de pensão. Ouvimos o Sr. Daniel Dantas para tentar apurar como esses fundos foram utilizados para a prática política em detrimento daqueles beneficiados pelos fundos. E, por fim, Sr. Presidente, os recursos aplicados no exterior, de origem não identificada, como dito ontem pelo doleiro Toninho da Barcelona, que se referiu à captação de recurso – R\$7 milhões –, ou seja, foram US\$2 milhões transformados em reais para campanha de candidatos.

Ainda mais, Sr. Presidente: hoje teremos a renúncia do Presidente da Câmara dos Deputados, resultado dessa política praticada pelo Partido dos Trabalhadores. Segundo disse ontem, está na imprensa hoje, Toninho da Barcelona, foram alocados R\$8 milhões, que vieram de contas da corretora Bonus-Banval para a compra do Presidente da Câmara, ora renunciante, Deputado Severino Cavalcanti.

Então, essas são práticas que precisamos banir definitivamente do meio político. E isso só poderá ser feito com a total e completa apuração dos fatos, com a conseqüente punição dos culpados, Sr. Presidente! Enquanto isso, falar de qualquer outro tipo de reforma – a meu ver –, neste momento, é diversismo. Temos de nos aprofundar nas investigações, concentrarmos os nossos esforços para que isso se dê o mais rapidamente. E aí poderemos ter a esperança de um País mais limpo, em que não se pratique mais o estelionato eleitoral, praticado pelo PT nas eleições passadas.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para falar pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito.

Há dois Líderes inscritos: o Senador José Jorge, pela Minoria, e Senador Osmar Dias, pelo PDT.

Com a palavra ao Senador Osmar Dias, como Líder do PDT, por cinco minutos, para uma comunicação urgente e de interesse partidário.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço, em primeiro lugar, a gentileza do Senador José Jorge por me conceder a oportunidade de aqui estar antes de S. Ex^a, já que o PDT é menor ainda do que a Minoria.

Sr. Presidente, falo em nome dos municípios brasileiros, que estão em situação crítica. Ontem falei do lucro obtido pelos bancos de R\$12 bilhões no semestre. Hoje, a manchete de **O Diário de Maringá** é a seguinte: “Prefeitos enfrentam queda de 37,93% no Fundo de Participação dos Municípios”. E a Secretaria do Tesouro Nacional justifica essa queda dizendo que houve uma restituição maior de Imposto de Renda na terceira semana de setembro. Entretanto, essa queda quebra os Municípios, porque 80% destes – e isso também se refere ao Estado do Paraná – dependem do Fundo de Participação dos Municípios; dependem desses recursos que estão sendo reduzidos de forma drástica.

E recebi do Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, o Prefeito de Nova Olímpia, Luiz Sorvos, que é do nosso Partido, o PDT, e também do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, dados que são estarrecedores. Os Municípios com menos de 10 mil habitantes, Senador Mão Santa, que têm coeficiente de 0.6, deixarão de arrecadar R\$11.253,00 e arrecadarão R\$6.984,00 – uma queda, como eu disse, de quase 38%. Os Municípios de coeficiente 1.2 deixarão de arrecadar R\$22.506,00 para arrecadar R\$13.969,00. Esses são os Municípios que ficam entre 16,9 mil habitantes e 23,7 mil habitantes.

Venho alertando para o fato de que essa crise dos Municípios é a crise da economia no interior, porque os Municípios arrecadam o que os setores produtivos no interior produzem. Se há uma queda no Fundo de Participação dos Municípios em função do aumento de restituição do Imposto de Renda e, portanto, uma queda brutal neste que é o principal componente da receita dos pequenos e médios Mu-

nicipios, temos de considerar que os Municípios já estão debilitados financeiramente pelo problema que vive hoje o setor produtivo principal do interior do País, que é o agronegócio, o qual está vivendo uma situação dramática.

Há uma queda não só de renda, mas de empregos no campo, que chega a 19% de redução dos empregos ativos nesse período, dado que me foi passado pelo Senador do Espírito Santo, cujo pronunciamento deveria ter sido feito ontem – não sei se o fez. Se não o fez ontem, fará hoje –, em função da gravidade do problema que afeta o meio rural e o interior do País.

Digo mais. Temos agora de considerar a PEC que apresentei. Penso que esta seja a salvação para os Municípios brasileiros. Não há outro caminho: se não aprovarmos a PEC que dá direito aos Municípios brasileiros de terem participação nas contribuições, não resolveremos o problema do pacto federativo.

A emenda constitucional que apresento é simples: de todas as contribuições sobre o lucro líquido – CPMF, Cide, PIS, Cofins –, cuja arrecadação por parte do Governo será de cerca de R\$147 bilhões, os Estados possam participar com 10% e os Municípios, com 10%. Isso é justo, porque toda a reforma tributária que o Governo encaminhou para este Senado, ou para a Câmara, teve este componente: aumentar as contribuições, porque estas são quase que de exclusividade do Governo Federal, com exceção da Cide, em que os Estados têm uma participação de 25%.

Então, o bolo de contribuições daria uma arrecadação anual de R\$147 bilhões e, se considerarmos que os Municípios brasileiros ficariam com 10%, eles teriam a mais, em seus cofres – para gastarem em educação e saúde e para cuidar dos medicamentos que têm faltado nos postos de saúde, para cuidar das creches, que é uma atribuição a mais que os Municípios estão recebendo com o Fundeb, que está sendo votado pela Câmara e que transfere praticamente toda a responsabilidade das creches para os Municípios –, com isso, haveria R\$14,7 bilhões por ano a mais em arrecadação para os Municípios e o mesmo valor para os Estados.

O reflexo disso, Senador Mão Santa, seria imediato nas economias do interior. Sem nenhuma dúvida, os Municípios poderiam investir mais em seus programas sociais e, principalmente, na saúde – que é citada na reportagem de **O Diário de Maringá** e é um dos pontos mais críticos na administração em nosso Estado, já que há falta de recursos estaduais para a saúde, e os Municípios não conseguem complementar porque

estão com o seu orçamento já comprometido com outras tarefas e atribuições.

Na semana que vem, estarão aqui prefeitos de todo o Brasil, representados pelas suas associações estaduais e pela Confederação Nacional dos Municípios, que tem como Presidente o Sr. Paulo Roberto Ziulkoski. Estará aqui o Prefeito Luiz Sorvos, representante da Associação dos Municípios do Paraná. Temos de atuar ao lado dos prefeitos se quisermos salvar os Municípios brasileiros e, com isso, as comunidades locais.

(Interrupção do som.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Mais um minuto, Sr. Presidente.

Não há outro caminho. Peço inclusive aos Senadores que assinem, tornem-se co-autores dessa emenda constitucional que estou apresentando, trazendo, portanto, aos Estados 10% das contribuições sociais, para que possamos dar mais dinheiro para que os Municípios possam exercer seu papel.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Dentro do tempo que me cabe ainda, Senador Flexa Ribeiro, ouço V. Ex^a com satisfação.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Quero parabenizar V. Ex^a pela proposta de emenda constitucional e dizer, desde já, que conte com a nossa assinatura, com o nosso apoio. É mais do que justo que parte dessas contribuições que hoje a União arrecada seja redistribuído aos Estados e Municípios. Isso seria o início daquilo que terá de ser enfrentado pelo Governo e pelo Congresso. A respeito da vinda dos prefeitos a Brasília, tive a oportunidade, Senador Osmar Dias, de fazer um pronunciamento na semana passada, referindo-me à pauta que eles pretendem discutir aqui em Brasília, inclusive com a agilidade da aprovação do que já foi feito aqui no Senado, do aumento de 1% na cota do FPM, para que possa minorar a angústia por que passam as prefeituras. Ainda ontem, na reunião da Comissão de Orçamento, foi dito que o repasse do FPM, na cota do dia 20, houve uma quebra de mais de 50% em relação à do dia 10. E as prefeituras estão preocupadas, porque mantido isso, a maioria delas não terá condições de suportar nem o encargo da folha de pessoal. Parabéns pela proposta da emenda que V. Ex^a está encaminhando ao Senado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Mão Santa, ficarei feliz se V. Ex^a assinar, e sei que o fará, a Proposta de Emenda Constitucional que apresento

porque ela representará R\$14,7 bilhões a mais de arrecadação para os Municípios, o que é uma questão de justiça. Reivindico também o mesmo valor para os Estados, porque a União não pode continuar concentrando esses recursos, aplicando tão mal, como temos visto em nosso País.

Hoje recebi uma reclamação das cooperativas do meu Estado: não há dinheiro para o crédito rural, para financiar o plantio da safra. Nunca vi um Governo ser tão incompetente em relação à agricultura como tem sido o Governo Lula. Nunca vi um Governo tratar tão mal os agricultores, como tem tratado o Governo Lula. Agora, para os banqueiros, Sr. Presidente...

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – (...) toda a generosidade do mundo. E olha, US\$420 bilhões de pagamento de juros em três anos é dinheiro que não acaba mais.

Senador José Jorge, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Infelizmente, isso não acontece só na agricultura. V. Ex^a está falando da agricultura, mas a incompetência é em tudo.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – É que na agricultura está demais, Senador José Jorge. Então, merece destaque, dentro de toda a incompetência do Governo, a incompetência em relação à agricultura. Essa merece destaque porque eu nunca vi chegar neste momento, no momento em que todo o País vai semear a safra de verão, que é, sem dúvida nenhuma, aquilo que vai salvar a economia no ano que vem, e o Governo não libera os recursos para financiar o custeio. Não é dinheiro a fundo perdido; é custeio: é plantar, colher e devolver ao Governo. Nem isso o Governo está fazendo.

Senador Mão Santa, obrigado pela tolerância com o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Osmar Dias, quero apenas contestar as palavras iniciais de V. Ex^a quando disse que o PDT era menor do que a Minoria. O PDT é um extraordinário Partido deste País, criado pelo extraordinário homem público Leonel Brizola, que estaria solidário à sua PEC. V. Ex^a representa essa grandeza. Este País desrespeita a Constituição, que sabiamente divide os recursos em 54% somente para a União, 22,5% para os Estados, 21,5% para os Municípios, 2% para os fundos constitucionais. V. Ex^a, então, resgata o que estão garfando dos Prefeitos brasileiros.

Concedo a palavra ao Líder da Minoria, Senador José Jorge, do PFL do Estado de Pernambuco, por

cinco minutos, para uma comunicação urgente e de interesse partidário.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, a maioria da população não confia mais no Presidente Lula e no Governo Federal. Os resultados iniciais, divulgados hoje, da pesquisa de opinião pública realizada pelo Ibope a pedido da Confederação Nacional da Indústria – CNI confirmam o que já estávamos constatando nos nossos contatos com a população do Estado: o Presidente Lula e o seu Governo estão em franco declínio diante do eleitorado.

Segundo os primeiros resultados, a confiança no Presidente Lula despencou 12 pontos, caindo de 56% para 44%. A maioria da população – exatos 51% – afirma não confiar em Sua Excelência. Portanto, 44% confiam, e 51%, não – um resultado negativo de 7 pontos.

A aprovação do Governo, que era de 55% em junho último, caiu para 45%, ou seja, menos da metade da população aprova o Governo Federal. A avaliação do Governo Lula, que era positiva em 13% no mês de junho, agora é negativa em 3%. A diferença entre bom e ótimo e ruim e péssimo.

Pela primeira vez, em seu Governo, a desaprovação do Presidente Lula é maior do que a aprovação. Um em cada três brasileiros – 32% da população – avalia o Presidente Lula como ruim ou péssimo, enquanto 29% ainda o consideram bom ou ótimo.

Outra característica dessa pesquisa é que, pela primeira vez, a desaprovação é maior em todas as camadas da sociedade. O desgaste do Presidente Lula já começa a atingir aquela população menos informada, da qual ele tinha o melhor apoio.

Como especialista em estatística – fui Professor por muitos e muitos anos –, comentei, há exatos sete dias, quando analisei o resultado da pesquisa CNT/Sensus, que a réstia de aprovação do Presidente iria desabar, na medida em que as classes sociais menos informadas fossem tendo acesso aos escândalos apurados pelas CPIs do Congresso Nacional.

Ontem mesmo, obtivemos o depoimento do doleiro Toninho da Barcelona, que mostra claramente o uso pelo PT de recursos em dólares, depositados no exterior, nas campanhas eleitorais. Cerca de 20% da população, por exemplo, ainda não tomou conhecimento das denúncias de corrupção no Governo, e, entre aqueles que já tomaram, 76% consideram-nas como verdadeiras – 76%!

Esse processo de esclarecimento começa nas classes mais informadas, até alcançar os estratos sociais menos favorecidos, ou, como dizemos tecnicamente, os formadores de opinião vão disseminando sua avaliação crítica para os outros estratos sociais.

Segundo a pesquisa, “o impacto negativo é maior no Sudeste e na periferia das cidades”, o que caracteriza esse processo de disseminação da avaliação crítica do Governo.

Quanto às implicações eleitorais para o Presidente, ficou claro que está em franco deterioramento a perspectiva eleitoral de Lula. Quarenta e nove por cento dos entrevistados acham que o Presidente não deveria candidatar-se à reeleição, sendo que, na população com maior escolaridade, a opinião contra a reeleição ultrapassa em 10 pontos percentuais a dos que são favoráveis.

Outra constatação da pesquisa é a de que o Presidente Lula perdeu 50% dos eleitores que votaram nele em 2002.

Ainda não estamos no período eleitoral, quando as incoerências do discurso presidencial e suas práticas no exercício do Governo não estão tão aparentes para a população. Imaginem quando a campanha política começar a confrontar para a população o discurso e a prática do PT e do Presidente Lula no Governo.

É bom que o Presidente Lula dê ouvidos ao clamor da população e reveja as suas prioridades de Governo, neste pouco mais de um ano que lhe resta de mandato, se não quiser ver a sua popularidade ainda mais rastejante.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa pesquisa do CNI/Ibope vem confirmar o que a CNT/Sensus divulgou na semana passada: a queda expressiva da popularidade do Governo. Em um período de cerca de 90 dias, o Governo caiu em cerca de 12 pontos na sua avaliação. Então, está-se aproximando de uma situação de impopularidade completa, e evidentemente isso tem uma razão de ser, não é por acaso. A economia mundial, Senador Mão Santa, tem dado a possibilidade de o Brasil ter um mínimo de crescimento, como os poucos mais de 3% que terá este ano. Ela tem permitido isso não só ao Brasil, mas a todos os países emergentes.

As denúncias de corrupção, a política social que não atinge seus objetivos, o desemprego, enfim, todas essas mazelas sociais, junto com essa forma de governar que o Presidente Lula implantou em nosso País, fazem com que a população comece a ver a sua queda, a sua falta de governabilidade, a sua incapaci-

cidade de governar e seu índice de popularidade reduzido. Certamente, daqui a 60 ou 90 dias, quando o Ibope, o Sensus e outros institutos de pesquisas forem novamente à população, a popularidade do Presidente ainda estará pior.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra, por permuta com a Senadora Serys Slhessarenko, à Senadora Fátima Cleide, do PT do Estado de Rondônia. Em seguida, falará, como Líder, o Senador Eduardo Azeredo, do PSDB de Minas Gerais, grandioso Partido de que é Presidente.

S. Ex^a, de acordo com o Regimento, tem 12 minutos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna hoje, para saudar esta Casa, o Senado Federal, que, mesmo diante dos furacões da crise política, cumpre com sua missão de elaborar as leis, que, passo a passo, vão consolidando a Nação e democratizando plenamente o Estado brasileiro.

Ontem, na reunião da Comissão de Educação, foi aprovado, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2003, de minha autoria, relatado pela Ex.^{ma} Senadora Ideli Salvatti, que contribuiu com seu parecer, aprimorando-o e aperfeiçoando-o.

Sr. Presidente, esse projeto deve atender à expectativa de mais de um milhão de trabalhadores em educação, que atuam nas escolas de educação básica em funções não-docentes, mas de caráter pedagógico, de serem tratados como verdadeiros educadores. Eles passam a ser reconhecidos como profissionais da educação.

A qualidade da educação que a Nação brasileira há muito reivindica somente será possível se investirmos na formação pedagógica dos milhares de educadores que cotidianamente atendem aos educandos na sala de aula, nas secretarias escolares, nas cantinas, nas bibliotecas, nos laboratórios, no cuidado com a segurança dos alunos e dos espaços educativos.

Sr. Presidente, a definição das categorias de trabalhadores que devem ser consideradas como de profissionais da educação não é uma medida isolada, mas uma construção do movimento de trabalhadores em educação básica, organizados na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que, pela

primeira vez, após décadas de lutas, são ouvidos e atendidos pelo Governo Federal.

O Governo do Presidente Lula está definindo uma política consistente de reconhecimento e de valorização dos profissionais da educação, principalmente no segmento dos funcionários de escolas, que nunca tiveram sequer visibilidade.

O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Ensino Básico, encaminhou ao Conselho Nacional de Educação subsídios para a criação da área de formação de técnicos em educação, no âmbito da educação profissionalizante, em nível médio, nas seguintes funções: técnico em gestão escolar, pessoal responsável pelas ações de registro e de escrituração das secretarias de escolas; técnicos em multimeios didáticos, pessoal responsável pelo manuseio dos equipamentos e dos recursos didáticos, pedagógicos e tecnológicos, como vídeos, câmeras, parabólicas, instrumentos sonoros etc., tão importantes para o aperfeiçoamento do ensino-aprendizagem; técnicos em infra-estrutura e ambiente escolar, pessoal responsável pela recepção e liberação dos alunos nos portões, pela estrutura material das salas de aula e espaços escolares, pela limpeza e conservação dos ambientes; técnicos em alimentação escolar, pessoal responsável pela elaboração da alimentação, não apenas pela confecção, mas também pela elaboração dos cardápios, pela seleção, armazenamento e preparo dos alimentos, pela organização das cozinhas e pela distribuição da merenda escolar.

É necessário, no entanto, institucionalizar e regulamentar essas novas profissões junto às secretarias estaduais e municipais e juntos aos conselhos estaduais de educação, na área de técnicos em educação.

É ainda importante ressaltar um aspecto fundamental nesse projeto, que é a sua contribuição para a inclusão social. Faz-se necessária a elevação da escolaridade, uma vez que a maior parte dos trabalhadores em educação, que atuam no segmento de funcionários de escola, não têm sequer a educação básica garantida. Isso é crucial para a superação das desigualdades existentes na nossa sociedade e especialmente nas unidades escolares.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essas medidas, já em curso, pelo esforço do Ministério da Educação, dependem para seu sucesso da redefinição urgente do processo de financiamento da educação básica.

Para isso, o Governo Lula e o Ministério da Educação encaminharam ao Congresso Nacional o projeto de lei que estabelece o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, conhecido como Fundeb, que se encontra, neste momento, na Câmara dos Deputados.

A educação, sempre tratada como prioridade nos discursos dos governos anteriores, passa a ser prioridade de fato no atual Governo.

O Fundeb eleva os investimentos do Governo Federal em educação, dos atuais R\$395 milhões previstos para 2005, para R\$1,9 bilhão já no primeiro ano de aplicação, devendo chegar, em quatro anos, ao investimento de R\$4,3 bilhões, o que representará um salto de qualidade na educação básica brasileira.

O grande avanço que representa o Fundeb deve contar, no debate legislativo – portanto, tarefa nossa –, com a ampliação de seu universo de atendimento, incluindo ali, para seu aperfeiçoamento, o ensino infantil, para garantir o atendimento das crianças de zero a três anos.

O processo educativo, Sr. Presidente, deve contar com o apoio do Estado desde o nascimento, para que possamos garantir a igualdade de oportunidade aos cidadãos brasileiros e às cidadãs brasileiras.

A educação, longe de ser apenas o espaço de formação profissional ou de preparação para o mercado de trabalho, é, de fato, a ferramenta que constrói a cidadania e a inclusão social.

Por isso, Sr. Presidente, honra-me agradecer o apoio desta Casa e de toda a Comissão de Educação ao Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2003. Manifesto aos profissionais de educação em todo o Brasil meu júbilo por essa vitória, que não é só minha, mas de todos os que, com determinação e persistência, lutam pelo reconhecimento e pela valorização da classe trabalhadora.

Sr. Presidente, apesar de tantas más notícias, de tantas notícias ruins – quem assiste à TV Senado, às vezes, acha que nós, aqui, somos os porta-vozes da desgraça e do fim do mundo –, eu gostaria de parabenizar, em especial, uma pessoa muito importante para a cultura brasileira, o compositor Wagner Tiso, por sua brilhante entrevista, publicada no jornal **O Globo**, de 17 de setembro, quando ele diz: “Vou repetir o voto em Lula. Por que não?”.

Sr. Presidente, peço que essa matéria seja transcrita nos Anais desta Casa, parabenizando, mais uma vez, o compositor Wagner Tiso e falando

também de minha alegria pelo resultado do processo das eleições diretas do Partido dos Trabalhadores, meu Partido. Como educadora, Sr. Presidente, acredito que é no exercício de qualquer atividade que atingimos a perfeição e aperfeiçoamos o conhecimento.

As eleições do PT, ao contrário do que muita gente dizia, apesar dos mais de cem dias de ataques ferrenhos a esse Partido, foram um sucesso. Nesse domingo, houve o comparecimento de mais de 40% dos filiados aptos a votar. O **quórum** da nossa eleição, Sr. Presidente, é de 15%. Na primeira experiência de processo de eleição direta desse Partido, realizada em 2001, o quórum foi pouco superior a 15%. Nessa eleição recente, apesar de todos os ataques – torno a repetir –, a militância do Partido dos Trabalhadores deu a resposta: de que está pronta para qualquer luta na defesa desse Partido, dessa sigla.

Sr. Presidente, apesar de todos esses ataques, tenho muito orgulho em dizer que sou do Partido dos Trabalhadores, que sou dirigente, que sou militante, filiada de primeira hora. Dediquei minha vida e minha juventude à construção desse Partido. Hoje, sou, pela segunda vez, Presidente do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores no Estado de Rondônia.

Quero, nesta oportunidade, saudar todos os companheiros e companheiras que foram eleitos presidentes e presidentas deste Partido. A companheira Serys Slhessarenko foi eleita, no domingo, Presidente do Partido dos Trabalhadores no Estado do Mato Grosso.

Em nome da Senadora Serys Slhessarenko, saúdo todas as mulheres que se elegeram presidentes do nosso Partido nos diversos diretórios estaduais e municipais. Cumprimento muito especialmente o meu companheiro Tácito Pereira, que foi eleito Presidente do Diretório Estadual do PT em Rondônia e que, a partir dessa data, passará a me substituir nessa tarefa.

Desejo a todos os eleitos muita sorte nesse novo período, que, sem sombra de dúvida, será também de grandes ataques e de muito enfrentamento por parte da militância do Partido dos Trabalhadores.

Era isso que tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SENADORA FÁTIMA CLEIDE EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Solicitar transcrições
- Parabenizar Wagner Tiso

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

→ FATIMA CREDE

**CRISE POLÍTICA: TISO, UM DOS MAIS ANTIGOS PETISTAS DO MEIO ARTÍSTICO, DIZ QUE ESPERAVA MAIS NA ÁREA DA SEGURANÇA
17/09/2005**

'Vou repetir o voto em Lula. Por que não?'

Autor da trilha da redemocratização, compositor faz defesa do governo apontando os avanços e erros

Na contramão do que vem sendo dito por militantes petistas e até mesmo por dirigentes do partido, o compositor Wagner Tiso tem um discurso apaixonado sobre o governo atual. Autor da trilha sonora que embalou a redemocratização do país, "Coração de estudante", Tiso acompanhava Lula na campanha de 1989 apenas com um teclado para tocar nos comícios. Mesmo nos tempos dos showmícios milionários de duplas sertanejas, não deixou de segui-lo. Em 2002, estava no auditório do GLOBO quando Lula participou de uma entrevista pública. "No meu governo, o Wagner Tiso vai ajudar as crianças nas escolas", brincou o então candidato. O compositor rebate as perguntas sobre a crise petista com respostas diretas — e polêmicas. Tiso sai na frente e é o primeiro integrante da classe artística a declarar seu voto nas próximas eleições — em Lula, naturalmente, e antes de o próprio presidente avaliar se tem condições políticas de enfrentar as urnas. Em entrevista ao GLOBO, enumera as ações do governo com as quais concorda mas admite que esperava resultados mais concretos na área de segurança pública. (Rodolfo Fernandes)

Você é um dos mais antigos militantes do PT na área artística. Foi para chegar ao poder e fazer isso que aí está que você sonhou tantos anos com um governo petista?

WAGNER TISO: O governo do PT fez algumas coisas com as quais sonhei. Não todas ainda. Mas não sou ingênuo. Sei dos limites políticos para os objetivos de um governo de esquerda no Brasil. As alianças, definidas nas eleições, explicam o que eu estou querendo dizer. Mesmo assim, anote aí: Lula criou o empréstimo consignado que, aliás, mereceu destaque (manchete da página 24) do GLOBO, no dia 10 passado. O presidente, logo ao assumir, empunhou, como nenhum outro, a bandeira da luta contra a fome. No campo educacional criou a cota para negros nas universidades. Uma forma, ainda tímida, de resgatar um débito com a população negra que sofre ainda hoje as consequências de mais de 300 anos de escravidão. Outro ponto forte é a política externa. Ela é uma reação ao fatalismo direitista de que o Brasil terá, sempre, de ser caudatário da política norte-americana. Enfim, já há números mostrando que o governo distribuiu um pouco melhor a renda e, de uma maneira geral, é melhor do que o governo do Fernando Henrique. Minha esperança, agora, é a de que Lula destrave a economia e libere de vez o

crescimento do país e crie canais mais consistentes para a distribuição de renda. Apesar da crise — inflada pela oposição, como muito bem diz Lula — o Brasil está sendo governado com tranquilidade. É uma balela essa conversa de que o governo está paralisado.

Qual a sua sensação após ter feito tantos shows de graça para o PT e dedicado tempo e energia ao partido ao saber que um esquema de corrupção dominava a cúpula da legenda?

WAGNER TISO: Ninguém provou a existência de corrupção. A oposição orquestra suposições para tentar enlamear o governo. O que existe comprovado até agora, desprezadas as especulações, é um empréstimo bancário, salvo engano, de R\$55 milhões aproximadamente. O dinheiro foi encaminhado a partidos e a parlamentares individualmente, com a finalidade de suprir necessidades de campanhas eleitorais. Teve, portanto, destinação política. As máquinas político-partidárias têm funcionado assim. Um erro que, submetido aos ritos da Justiça, deve ser punido. O PT está investigando o que levou a cúpula da legenda a esse equívoco. Por ser um partido diferente — o único criado pelos movimentos sociais — tinha que ter mais rigor do que teve. Acho que, nesse caso, a cúpula do partido desafinou. O problema, no entanto, é do sistema. É ignorância ou má-fé desconsiderar que, numa sociedade de massas, é impossível fazer campanha sem dinheiro. A televisão, o grande veículo de comunicação de nosso tempo, encareceu muito as campanhas eleitorais para todo mundo. No rastro das denúncias de agora surgiram evidências do uso de caixa dois também pelo PSDB nas eleições de 1998 em Minas Gerais. E há um deputado do PFL, também mineiro, que se valeu de dinheiro não contabilizado na campanha de 2002. A imprensa não tratou desses casos com o mesmo rigor e interesse. Os casos ficaram meio abafados. O foco do PSDB e do PFL é o de desconstruir o PT e sangrar o governo para facilitar a campanha de 2006. A meu ver, não tem ninguém muito preocupado com a ética e, sim, com os efeitos eleitorais desse episódio. Já foi farejado nisso tudo um golpe. Uma tentativa de “golpe branco” confirmado na proposta feita pelo ex-presidente Fernando Henrique: Lula devia desistir da reeleição. Ora, deixa o povo julgar Lula. Discutiram e ainda discutem, em público, o impedimento do presidente como se estivessem escolhendo o sabor do sorvete que vão saborear. E tudo com aquela “alegria raivosa” invocada por Chico Buarque. A propósito, não custa lembrar que a vanguarda da oposição — ACM e Bornhausen — não tirou o impedimento da pauta. Querem se livrar “dessa raça” de qualquer jeito, como disse o Bornhausen. O presidente do PT, Tarso Genro, disse que não saberia o que falar para alguém votar atualmente no partido.

O que vocêalaria para um eleitor indeciso? Você votaria de novo no PT?

WAGNER TISO: Tarso falou isso numa hora de muita tensão e angústia. Não acredito que ele repetisse a frase agora. Salvo se ele me responder se há alternativa real para um governo de esquerda, além do PT. As pesquisas estão

mostrando, até agora, que o presidente Lula conserva os 30% de apoio que tem desde 1989 quando eu, com um teclado, acompanhava os comícios dele. Essa força popular inquieta a oposição e tranqüiliza os petistas. O indeciso que, certamente, não faz parte desse grupo fiel, no qual me incluo, deve estar abalado pelo bombardeio político e pelo preconceito destilado contra a presença de um operário no poder. O país está indo mal? Não. Então, pergunto ao indeciso: por que não votar de novo em Lula? Eu, é claro, vou repetir o voto. Não voto nunca na direita.

O que você diria para aquele militante petista que ia para as festas do partido ajudar na arrecadação de recursos para que o PT não precisasse usar dinheiro de origem escusa, como fez?

WAGNER TISO: Era um gesto muito bonito esse que os petistas faziam. Mas esse tipo de militante heróico, que vinha das lutas contra a ditadura militar, foi-se aposentando. Esse esforço foi mais presente na campanha de 1989. Nessa época, o partido tinha a ilusão de que podia chegar ao poder sem alianças. Era um partido com uma visão muito maniqueísta do processo: rompimento com o FMI, calote na dívida externa e uma prática autoritária de fazer política. Por que os anti-petistas têm tanta saudade daquele tempo? Será que é porque viam que, daquele jeito, o PT nunca chegaria ao poder ou a lugar algum? Era fácil isolar os petistas. O PT é, agora, um adversário duro de ser batido e a elite ainda tem medo de Lula. Vou repetir uma resposta para uma pergunta repetida: não há prova de corrupção e nem de recursos escusos. Há empréstimo repassado a aliados. A prática desse repasse foi ilegal. Isso, me parece, é crime eleitoral. Assim, deve ser apurado e os responsáveis punidos. Além dos shows das CPIs, tem o trabalho sério da Polícia Federal e do Ministério Público, que estão investigando tudo. O presidente não tenta abafar as apurações. O que fazer mais do que isso? Levar o pessoal para o pelourinho?

Você nunca se irritou com tantos discursos vazios do presidente Lula usando a mesma retórica de todos os antecessores?

WAGNER TISO: De fato é repetitivo. Mas é compreensível. Não me irrita. A repetição de temas é explicável no discurso de Lula. Por exemplo, o tema da fome, da miséria. Afinal, enquanto o quadro da injustiça social não for mudado, por que um político de esquerda deve deixar de falar dele? Foi a esquerda, em todo o mundo, que trouxe para o debate político a questão social. Os antecessores de Lula não eram de esquerda e nem vieram do "Brasil de baixo" como Lula veio. A eleição de Lula marca um início de democratização do poder no Brasil. E como isso demorou! Agora, vamos em frente.

Como você vê o papel de José Dirceu e do PT de São Paulo nessa crise?

WAGNER TISO: Dirceu foi acusado por Roberto Jefferson de ser o comandante de um esquema de corrupção. A Comissão de Ética da Câmara, pelo fato de Jefferson não provar o que disse, aprovou por unanimidade o

relatório que sugere a cassação do acusador. O mensalão é uma fantasia. O relator, um parlamentar do PFL, considerou Jefferson leviano e irresponsável. Sobre Dirceu também nada se comprovou até agora. Entendo a resistência que ele opôs às iniciativas de afastá-lo do partido. Seria um prejulgamento. Afinal, entre a palavra de Jefferson e a de Dirceu, qualquer um, mesmo não sendo petista, sabe a opção que deve ser feita. As biografias falam por si. Sobre o controle do PT por São Paulo, tenho uma observação geral: acho que quando a política brasileira sair do controle paulista o país vai melhorar.

O que você esperava desse governo que não se realizou?

WAGNER TISO: Embora eu entenda os limites de um governo que não fez maioria no Congresso e, portanto, precisa de aliados, o elenco dos meus anseios não satisfeitos é grande. Eu esperava, por exemplo, que o governo apresentasse um plano de segurança. Lula perde a oportunidade de restabelecer a tranqüilidade que perturba os cidadãos, pobres ou ricos. Espero que o governo reveja isso. É parte do programa de mudanças que o PT propôs. O governo passa, o PT fica. Nesse sentido, o partido é mais importante que o governo. Enganam-se os que pensam que o partido vai acabar. Há uma crise interna que, se produz calor, também vai produzir luz como todas as crises. Pela sua origem, terá vida longa como a única opção de esquerda efetiva para governar o Brasil. (R.F.)

Jornal: O GLOBO

Editoria: O País

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Concedo a palavra, inscrito pela Liderança do PSDB, ao Senador Eduardo Azeredo, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário. Em seguida, falará a Senadora Serys Slhessarenko, Presidenta do PT de Mato Grosso.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, comemora-se o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência, e, pelo meu compromisso com esta causa, volto a esta tribuna.

Venho me irmanar com todos aqueles que se empenham na defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência e também reforçar a conclamação aos nobres Senadores para se somarem a uma luta que já é de toda a sociedade.

Fazer valer os direitos dos portadores de deficiência tem representado, desde algum tempo, uma luta pelo avanço dos próprios direitos humanos e democráticos, pois cresce a mobilização em favor do reconhecimento prático e efetivo de tais direitos, que se tornam também deveres da sociedade e do Estado.

Como novos cidadãos, são exatamente as pessoas portadoras de deficiência que passam a integrar, de forma plena e sem favor, o conjunto da sociedade humana. Assim, comemorar o Dia Nacional de Luta

significa celebrarmos um dia de expansão e fortalecimento dos valores democráticos.

Poucas situações são tão tocantes quanto vermos pessoas que antes se viam condenadas ao imobilismo e marginalizadas passarem a participar da vida cotidiana de todos os demais. Em suma, vermos, como nossos semelhantes e iguais, pessoas que até então eram consideradas diferentes.

A imprensa na terça-feira desta semana noticiou um caso exatamente assim: o de Maria Paola Del Carlo, 47 anos, que cuida de crianças com deficiência há mais de 30 anos e será a primeira brasileira portadora da síndrome de **Down** a se aposentar pelo INSS.

Seus pais, hoje septuagenários, não se conformaram com diagnósticos fatalistas dados no passado, que condenavam a filha ao alheamento da sociedade e das atividades humanas comuns. Lutaram contra isso com bravura e perseverança, ajudando a filha a superar seus limites e a conquistar a plena cidadania.

Esse é apenas um exemplo, pois ainda são muito poucas as empresas, com mais de dez empregados, que cumprem a obrigação legal de oferecer 5% das vagas para reabilitados e portadores de deficiência.

Este caso demonstra cabalmente que os portadores de deficiência têm condições reais de se integrarem à vida social e de participarem de atividades produtivas. Basta que recebam apoio adequado por parte do Poder Público, da comunidade e da família!

Daí a importância da comemoração deste Dia Nacional de Luta para frisar que este trabalho de desenvolvimento e de promoção humana deve estar presente em nossas agendas como compromisso de trabalho, sério e inadiável.

Aqui, no Senado Federal, esse empenho acontece com persistência e dedicação, como prova a criação recente da Subcomissão de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiências. E mais, as medidas tomadas para permitir o acesso dessas pessoas às instalações, equipamentos e recursos do Senado. São rampas e suportes de apoio aos usuários de cadeiras de rodas, as informações em alfabeto braille para portadores de deficiência visual e as legendas do noticiário da TV Senado para portadores de deficiência auditiva.

Tais iniciativas podem e devem repercutir nas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, bem como em diversas instituições públicas de todo o País e na sociedade em geral.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Concedo com muita honra o aparte ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Eduardo Azeredo, em breves palavras quero cumprimentar V. Ex^a por registrar a passagem desta data tão significativa para os deficientes e dizer que há muito tempo que me preocupo, como V. Ex^a, com essa questão. E, para dar dados mais recentes, como Governador de Pernambuco e, posteriormente, como Ministro da Educação, tomei providências voltadas para assegurar maior assistência aos portadores de deficiência. Inclusive, como Ministro da Educação, criamos o Conselho Nacional dos Portadores de Deficiência, que funcionava, inicialmente, no Ministério da Educação, posteriormente transferido para a Casa Civil ao tempo em que eu já exercia então a Casa Civil da Presidência da República, e acredito que a partir daí começamos a elaborar, sob aspiração do então Presidente José Sarney, uma proposta realmente nacional voltada para os portadores de deficiência de modo geral. E vejo, pelas palavras de V. Ex^a, que tem ocorrido avanço progressivo no Brasil no tratamento dessa questão e vejo, o que será muito bom para construirmos uma sociedade menos desigual.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel. V. Ex^a enriquece o pronunciamento, trazendo inclusive a lembrança desses avanços na época ainda do Governo José Sarney, em que V. Ex^a, como Ministro, também pôde participar. O seu compromisso com esta causa é reconhecido por todo o Brasil. E, na verdade, precisamos que todos estejam com esse compromisso, porque assim poderemos ter um atendimento mais adequado a todas as pessoas com deficiência.

Quero ainda lembrar que uma outra contribuição desta Casa sobre o tema será o seminário “Acessibilidade:

Passaporte para a Cidadania”, que vamos realizar, entre 17 e 23 de outubro, com transmissão em vídeo-conferência para as Assembléias Legislativas.

O exemplo e o interesse explicitados pelo Poder Público em suas diferentes instâncias induzem, como disse, a reprodução de iniciativas por parte de organizações privadas, empresariais ou não. É o caso do destaque que a TV Globo tem dado à questão dos portadores de deficiência em suas novelas, por intermédio de personagens interpretados por pessoas que, na realidade, também se acham nessa situação.

Depois de adotar a legenda para portadores de deficiência auditiva em programas jornalísticos, a emissora vai introduzi-la também nas novelas, que geralmente têm muita audiência. Isso propicia uma maior integração dessas pessoas na sociedade, à medida que as estimula a compartilhar com outras o acompanhamento dos episódios e das personagens desses eventos.

Aos poucos, vem sendo atendida a demanda histórica dos movimentos sociais que lutam pela garantia de vida digna e pela igualdade de oportunidades.

Nossas leis pressionam a que o Governo Federal, os Estados e os Municípios se equipem de recursos e meios para viabilizar o cumprimento das mesmas, por meio, inclusive, de parcerias com organizações não-governamentais, como as associações de pessoas com deficiência física, as de deficientes auditivos, as de deficientes visuais, as de pessoas com deficiência intelectual e mental, a família *down*, e as APAEs – Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais.

Como Prefeito de Belo Horizonte e, depois, como Governador de Minas Gerais pudemos acompanhar vários desses projetos. E eu quero aqui prestar uma homenagem a José Geraldo que foi...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Já estou terminando, Sr. Presidente.

... que foi um dos primeiros portadores de deficiência visual que conheci e que pôde me mostrar os caminhos que, naquela época, tendo a possibilidade de tomar decisões, abri caminho para deficientes visuais.

Sr. Presidente, quero registrar também que, ao citar esses exemplos, exemplos de pessoas que trabalham nas mais variadas áreas, queremos apenas demonstrar que é desejável e possível ao Poder Público empreender ações concretas em benefício do portador de deficiência.

O Brasil, como um todo, tem avançado, sim, no atendimento das necessidades de tais pessoas quanto à assistência médica, pedagógica, bem como na capacitação profissional e em tornar disponíveis equipamentos, espaços e serviços urbanos. Mas ainda faltam soluções na adaptação dos transportes escolares, por exemplo.

Por isso, venho conclamar os nobres Senadores e Senadoras a aproveitarem o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência para uma reflexão sobre o muito que ainda se tem por fazer em prol do desenvolvimento humano desses novos cidadãos da humanidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Eu não poderia cortar o tempo de Minas. **Libertas quae sera tamen!**

Concedemos a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, do PT do Estado de Mato Grosso.

S. Ex^a, de acordo com o Regimento, tem direito a 12 minutos de uso da palavra.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou falar rapidamente sobre três temas.

Primeiramente, falarei sobre as universidades federais do nosso País. Elas se encontram em greve; e as dificuldades são muitas. Temos aqui documentos e estamos na defesa dos trabalhadores e dos professores das nossas universidades federais e, especialmente, da nossa Universidade Federal do Estado de Mato Grosso, da qual fui professora por 26 anos, com muita honra. Mesmo não estando lá hoje, como profissional atuante, defendo-a com toda determinação, porque sei da importância da universidade federal brasileira para todos os brasileiros e brasileiras e, no meu Estado de Mato Grosso, para a população mato-grossense e para o desenvolvimento do nosso Estado.

Quero aqui, em outro momento, fazer um pronunciamento mais alongado a respeito, mas gostaria já de deixar registrada a pauta de reivindicações da greve.

Encontram-se em greve os trabalhadores das nossas universidades por 18% de ajuste emergencial; incorporação das gratificações GED e GEAD (gratificação para os professores de 1º e 2º graus) em seus valores máximos e a GAE; abertura de concurso público federal para novos professores efetivos e pela implantação das classes de Professor Associado e de Classe Especial (para professores de 1º e 2º graus).

Temos clareza de que é justa a greve e de que precisamos fundamentalmente – os trabalhadores em educação das nossas universidades, da Universidade Pública brasileira – que essa pauta de reivindicações seja atendida com muita urgência, porque ela é imprescindível, é necessária e é extremamente justa.

Quero, ainda, comentar rapidamente sobre a questão da imprensa no nosso Estado de Mato Grosso – a imprensa oficial. Quero fazer, aqui, um breve histórico e, para tanto, peço a paciência de todos.

Sr. Presidente, no dia 10 de setembro, o Brasil comemorou o Dia da Imprensa. A data faz alusão à circulação, há 200 anos, da **Gazeta do Rio de Janeiro**, o primeiro

jornal no Brasil. O jornal foi editado pela Imprensa Régia (hoje, Imprensa Nacional), que acabava de ser criada, com a transferência da Família Real Portuguesa.

Pois, para nós, do Estado de Mato Grosso, o dia 14 de agosto tem uma significação também especial. É que marca a circulação do jornal **Themis Mattogrossense**, o primeiro jornal do nosso Estado, também editado a partir de 1839 sob responsabilidade oficial.

No ano anterior, durante o Governo de José Antonio Pimenta Bueno, a Província do Mato Grosso recorreu a uma subscrição popular para adquirir a primeira tipografia do Estado, que ficou subordinada à Assembléia Legislativa Provincial. Registra o **Anuário de 2003** da Associação Brasileira das Imprensas Oficiais que “para se ter uma idéia da importância dada à tipografia, recorda-se que ela foi adquirida em 1838, pouco mais de três anos após a instalação da Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso e 36 anos antes da solenidade de implantação do Tribunal de Relação da Província de Mato Grosso, hoje Tribunal de Justiça do Estado, no dia 1º de maio de 1874.”

Estava criada, há 167 anos, a primeira Imprensa Oficial do Centro-Oeste e, no ano seguinte, passava a circular o seu jornal oficial. Foi substituído pelo jornal **Cuyabano Oficial** (1842), depois **O Cuyabano** (1845). Três anos depois, uma crise entre a Assembléia Provincial e o presidente da Província levou à venda da tipografia e as informações oficiais passaram a circular sob responsabilidade de particulares ou com jornais oficiais mas impressos por gráficas privadas.

Foi com o advento da República, em 2 de maio de 1890, que o Governo mato-grossense voltou a instituir a Tipografia Oficial. Com ela surgiu a **Gazeta Oficial do Estado de Matto Grosso**. A partir de 8 de janeiro de 1938, o jornal passou a se chamar **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**. Desde então, a história da imprensa oficial do nosso Estado é de afirmação e consolidação.

Em 1939, o órgão passou a utilizar impressão no então revolucionário sistema **offset**. Em 1968, foi transferida para as instalações da Praça Ipiranga. Passados três anos, o sistema **offset** foi incorporado à edição do **Diário Oficial**.

Em 19 de setembro de 1977, há exatos 28 anos, a Lei nº 3.907 transformava a imprensa oficial do Estado de Mato Grosso em autarquia, a chamada Iomat.

Alguns podem perguntar a que propósito estou trazendo essas informações à Casa? É que, embora essa instituição – que é um orgulho do povo do nosso Estado, Mato Grosso, admirada pelas entidades congêneres de todo o País – venha continuamente se modernizando (neste momento inclusive implantando o sistema eletrônico para a editoração do jornal oficial e sua disponibilização na rede internacional de computadores), embora se revele sistematicamente superavitária, a Iomat corre o sério risco de ser simplesmente extinta.

Mensagem encaminhada à Assembléia Legislativa do Mato Grosso propõe a sua extinção, ficando as suas responsabilidades transferidas para a Secretaria de Administração do Estado de Mato Grosso. Ainda não há explicação convincente para a providência. Os briosos e competentes funcionários da lomat não entendem, o povo de Mato Grosso não entende, não entendem também as entidades congêneres dos demais Estados brasileiros. Afinal, tenta-se conduzir a lomat em direção exatamente oposta à realidade das imprensas oficiais do País.

A lomat, Sr. Presidente, é uma autarquia tradicionalmente superavitária. Não lerei toda essa parte do meu discurso, Sr. Presidente, e pediria que ele fosse registrado na íntegra.

Os fatos mais recentes, com a identificação de problemas graves na gestão na autarquia e a prisão do seu diretor-presidente, não podem justificar a providência. Primeiro porque nada indica que é a definição institucional que leva aos descaminhos da administração. Fatos como esse não se repetem em outras imprensas oficiais do País quando organizadas como autarquias ou como empresas públicas e não são poucos os casos de corrupção na administração pública direta de todo o País.

Parece ficar claro que a ineficiência e a falta de visão administrativa tem origem na equipe política que comanda o Estado de Mato Grosso, que tem sob o seu comando majoritário funcionários das empresas privadas do Governador. Em segundo lugar, porque a direção da lomat, em que foram identificados problemas, é toda constituída de pessoas que vieram de fora da autarquia. Nenhum dos seus 57 funcionários de carreira esteve envolvido com as irregularidades.

Por tudo isso, vim a esta tribuna para formular um apelo ao Governador de Mato Grosso e aos nobres membros da Assembléia Legislativa do meu Estado para que mantenham a lomat na sua venturosa trajetória de realizações e afirmação como um dos mais eficientes órgãos da imprensa oficial do Brasil e um dos mais importantes órgãos do Governo de nosso Estado.

Para finalizar, eu diria: não à extinção da lomat, órgão da imprensa oficial no meu Estado de Mato Grosso.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Serys Slhessarenko, eu gostaria de parabenizá-la por ter sido eleita Presidente regional do PT no Estado de Mato Grosso. V. Ex^a tem honrado o Senado Federal, trazendo sempre assuntos de interesses do seu Estado e percorreu praticamente todos os Municípios do Mato Grosso, expondo as suas idéias para levar adiante o programa e os propósitos do PT, sobretudo os marcos

da história do PT em defesa da democracia, da ética na política e da realização da justiça, que nos fazem ter tanta afinidade neste Senado Federal. Quero cumprimentá-la pelo apoio recebido dos filiados do PT no seu Estado e desejo a V. Ex^a o maior êxito possível na condução dos destinos do PT no Mato Grosso.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, companheiro e Senador Eduardo Suplicy.

Inclusive, usarei esses últimos minutos que nos restam para falar dessa questão. Realmente, acabo de ser eleita Presidente Regional do Partido dos Trabalhadores no meu Estado de Mato Grosso, com 64% dos votos. Erraram aqueles que disseram que o PT não ia às urnas. No meu Estado de Mato Grosso foram e foram em massa. E não foram simplesmente votar em um domingo, foram votar num domingo com quitação feita ao Partido, o que é algo muito mais complexo do que ocorre nos outros Partidos em termos de eleição de suas direções.

Em Mato Grosso, a participação nas urnas foi de milhares e milhares de homens e mulheres, mais do que o dobro das últimas eleições há três anos – quase 100% foram às urnas. Aqueles que esperavam que a militância do PT estaria desgostosa e não iria às urnas erraram, e erraram feio. A militância foi às urnas e foi com mais garra, com mais vontade e com mais determinação do que nunca.

Quero, aqui, deixar uma saudação muito especial a todos os meus companheiros e às minhas companheiras do Partido dos Trabalhadores de todos os Municípios de Mato Grosso. Dos 142, somente em cinco não houve eleições, com as quais se elegeu a nova direção municipal.

Peço mais dois minutos, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vou conceder-lhe, em homenagem à vitória de V. Ex^a e ao verde que V. Ex^a traja, que é a esperança de que o Brasil precisa!

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada.

Queremos saudar todos que estão nos ouvindo, especialmente os do meu Estado do Mato Grosso; toda a nossa militância; todas as companheiras e companheiros, especialmente as mulheres; homens e mulheres que se elegeram Presidente das direções municipais de todos os Municípios do meu Estado de Mato Grosso; todos os companheiros da minha chapa, pois nos elegemos com 64% dos votos da militância do Partido dos Trabalhadores, em Mato Grosso e, agora, estamos aguardando a possibilidade do segundo turno, com a eleição da direção nacional do Partido dos Trabalhadores.

Quero saudar a companheira Fátima Cleide, que também foi reeleita Presidente do Partido dos Trabalhadores pelo Estado de Rondônia.

Quero dizer, mais uma vez, que acreditamos no Partido dos Trabalhadores e que ele está mais forte e mais consolidado.

Obrigada, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



Odinarte Borges de Campos

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Assunto: ENC: IOMAT - URGENTE

Senhor Presidente,
Senhores Senadores,

No dia 10 de setembro, o Brasil comemorou o Dia da Imprensa. A data faz alusão à circulação, há 200 anos, da Gazeta do Rio de Janeiro, o primeiro jornal no País. O jornal foi editado pela Imprensa Régia (hoje Imprensa Nacional), que acabava de ser criada, com a transferência da Família Real Portuguesa.

Pois para nós, do Mato Grosso, o dia 14 de agosto, tem uma significação também especial. É que marca a circulação do jornal Themis Mattogrossense, o primeiro jornal do nosso Estado, também editado, a partir de 1839, sob responsabilidade oficial.

No ano anterior, durante o governo de José Antonio Pimenta Bueno, a Província do Mato Grosso recorreu a uma subscrição popular para adquirir a primeira tipografia do Estado. Ficou subordinada à Assembléia Legislativa Provincial. Registra o Anuário de 2003 da Associação Brasileira das Imprensas Oficiais, que, “para se ter uma idéia da importância dada à tipografia, recorda-se que ela foi adquirida em 1838, pouco mais de três anos após a instalação da Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso e 36 anos antes da solenidade de implantação do Tribunal de Relação da Província de Mato Grosso, hoje Tribunal de Justiça do Estado, no dia 1º de maio de 1874.”

Estava criada, há 167 anos, a primeira imprensa oficial do Centro-Oeste e, no ano seguinte, passava a circular o seu jornal oficial. Foi substituído pelo jornal Cuyabano Oficial (1842), depois O Cuyabano (1845). Três anos depois, uma crise entre a Assembléia Provincial e o presidente da Província levou à venda da tipografia e as informações oficiais passaram a circular sob a responsabilidade de particulares ou, com jornais oficiais, mas impressos por gráficas privadas. Foi com o advento da República, em 2 de maio de 1890, que o governo matogrossense voltou a instituir a Tipografia Oficial. Com ela surgiu a Gazeta Oficial do Estado do Mato Grosso. A partir de 8 de janeiro de 1938, o jornal passou a se chamar Diário Oficial do Estado do Mato Grosso. Desde então, a história da imprensa oficial em nosso Estado é de afirmação, de consolidação. Em 1939, o órgão passou a utilizar a impressão no então revolucionário sistema *offset*. Em 1968, foi transferida para as instalações da Praça Ipiranga. Passados três anos, o sistema *offset* foi incorporado à edição do Diário Oficial.

Em 19 de setembro de 1977, há exatos 28 anos, a Lei nº 3.907 transformava a Imprensa Oficial do Mato Grosso em autarquia, a IOMAT.

A que propósito eu estou trazendo tais informações a esta Casa?

É que, embora essa Instituição – que é um orgulho do povo de nosso Estado, admirada pela entidades congêneres de todo o País – venha continuamente se modernizando (neste momento está implantando sistema eletrônico para a editoração do jornal oficial e sua disponibilização na rede internacional de computadores), embora se revele sistematicamente superavitária, a IOMAT corre o sério risco de ser simplesmente extinta.

Mensagem encaminhada à Assembléia Legislativa do Mato Grosso propõe a sua extinção, ficando as suas responsabilidades transferidas para a Secretaria de Administração. Ainda não há explicação convincente para a providência. Os briosos e competentes funcionários da IOMAT não entendem, o povo de meu Estado não entende, não entendem também as entidades congêneres dos demais estados brasileiros. Afinal, tenta-se conduzir a IOMAT em direção exatamente oposta à realidade das imprensas oficiais do País. São vários os exemplos de órgãos equivalentes que realizam estudos para buscar a sua emancipação, com personalidade jurídica própria. É a condição indispensável para órgãos que realizam a sua própria receita, requerem a operação de sistemas eletrônicos em processo de permanente modernização, fazendo inclusive a certificação digital de seus produtos, tem notória natureza industrial, exigindo agilidade administrativa e orçamentária.

A IOMAT é uma autarquia tradicionalmente superavitária. Com a sua extinção e a transferência da missão para uma superintendência da Secretaria de Administração, o governo praticamente abre mão de dois terços da receita da IOMAT. Afinal, a Fonte 100 – recursos do tesouro é responsável por não

mais que 30% do orçamento do órgão. Incluindo as empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais, ainda há cerca de 40% dos recursos originários de fontes externas. Um orçamento do qual o Estado se desobriga para manter a IOMAT. Com esses recursos, a autarquia mantém inclusive os seus aposentados e pensionistas. E, inexplicavelmente, o Estado do Mato Grosso resolve arcar com todo esse ônus.

Os fatos mais recentes, com a identificação de problemas graves de gestão na autarquia e a prisão de seu diretor-presidente, não podem justificar a providência. Primeiro porque nada indica que é a definição institucional que leva aos descaminhos da administração. Fatos como esse não se repetem em outras empresas oficiais do País, quando organizadas como autarquias ou como empresas públicas e não são poucos os casos de corrupção na administração pública direta de todo o País. Parece ficar claro que a ineficiência e falta de visão administrativa tem origem na equipe política que comanda o Estado, que tem seu comando majoritário de funcionários das empresas privadas do Governador. Em segundo lugar, por que a direção da IOMAT, em que foram identificados os problemas, é toda constituída de pessoas que vieram de fora da autarquia. Nenhum dos seus 57 funcionários esteve envolvido com as irregularidades.

Por tudo isso, vim a esta tribuna para formular um apelo ao Governador do Mato Grosso e aos nobres membros da Assembléia Legislativa para que mantenham a IOMAT na sua venturosa trajetória de realizações e afirmação como um dos mais eficientes órgãos de imprensa oficial do Brasil e um dos mais importantes órgãos do Governo de nosso Estado. A prisão do ex-presidente da IOMAT, repito, não pode justificar tal violência. A prisão do presidente do PPS municipal não pode servir para a extinção da IOMAT.

Não a extinção da Iomat.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo.

S. Ex^a, de acordo com o Regimento, tem direito de falar por 12 minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, prezados estudantes que visitam o Senado, mais uma vez, venho a esta tribuna tratar do caso dos funcionários inativos do antigo Banco do Estado de São Paulo, Banespa, que foi vendido para o Banco Santander.

Começo lembrando as tentativas que resultaram no equacionamento do refinanciamento das dívidas do Estado de São Paulo, acordado entre o Governo paulista e a União, em que ocorreu a transferência do controle acionário do Banco do Estado de São Paulo para o Governo Federal e que foi objeto de exame e votação desta Casa. Por meio da Mensagem nº 106, de 6 de junho de 1997, e da Resolução nº 118/97, de 21 de novembro de 1997, o Senado Federal aprovou as condições estabelecidas no “Protocolo de Acordo”, do qual fazia parte o Parecer nº 201/SNT/Codip/Dired, de 22 de maio de 1997, que define, com clareza, a assunção, pela União, das responsabilidades do Gover-

no do Estado de São Paulo, junto ao Banco do Estado de São Paulo S.A – Banespa –, pelo pagamento da obrigação atuarial nos seguintes termos:

No montante correspondente à dívida atuarial do Banespa, a partir de 1998, a União assumirá responsabilidade do Estado de São Paulo junto àquele Banco, mediante a securitização das obrigações, a qual será representada por títulos escriturados no Sistema Securitizar da Central de Custódia de Liquidação Financeira dos Títulos – Cetip, com características como:

(...)

c) modalidade: nominativa e inegociável;
d) atualização do valor do ativo: mensalmente sobre o saldo do ativo, a cada dia 15, com base na variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) do mês anterior, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV; e) taxa de juros remuneratórios: 12% ao ano, resgatáveis mensalmente; f) prazo: vinte e cinco anos; h) possibilidade de utilização do ativo: liquidação financeira na data acima.

Faço um parêntese para falar dos aposentados dos Banespa e dos seus direitos à complementação

de aposentadoria e pensão daqueles empregados admitidos até 22 de maio de 1975, que, hoje, são cerca de 13 mil pessoas.

Esses direitos foram normatizados pelas leis estaduais paulistas de nº 1.386, de 19 de dezembro de 1951; nº 4.819, de 26 de agosto de 1958; e pelo Decreto nº 34.586, de 20 de janeiro de 1999.

No Banco do Estado de São Paulo S.A, Banespa, esse direito foi incorporado ao Regulamento de Pessoal por meio da Resolução de Diretoria de 22 de agosto de 1962 e Circular Funcionalismo nº 6/62, de 23 de agosto de 1962, assumindo o Banco, inclusive a responsabilidade do seu pagamento por recursos próprios.

Com a compra do Banespa em 2000, o Santander Central Hispano, um dos dez principais bancos do mundo, deu um passo fundamental para a expansão dos seus negócios no Brasil. Hoje, o Santander/Banespa é uma das principais instituições financeiras privadas no interior dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul.

Desde a privatização, há cinco anos, aposentadorias e pensões dos banespianos estão congeladas. Isso vem comprometendo a qualidade de vidas dessas pessoas, que foram fundamentais para o sucesso do Banco ao longo da sua história.

No início deste ano, vários aposentados do Banespa e suas associações me procuraram solicitando ajuda no sentido de fazerem valer seus direitos de aposentados e pensionistas do Banespa, que foi adquirido pelo banco espanhol. Nesse sentido, em abril deste ano, apresentei um requerimento de informações ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Trabalho e Emprego e ao Ministério da Previdência Social com um conjunto de questões acerca das garantias dadas pela União e pelo Banespa, hoje Santander/Banespa, para com seus funcionários. Uma das indagações que apresentei foi a seguinte:

Considerando que o congelamento salarial assinado entre o Banco e os Sindicatos dos Bancários, em 2001, ACT 2001/2004 para o pessoal da ativa, não poderia ser estendido aos aposentados e pensionistas, sob alegação das cláusulas do Regulamento de Pessoal, quando ficou claro, pelas outras questões constantes do meu requerimento, que os aposentados e pensionistas possuem indexador próprio (IGP-DI + juros de 12% ao ano) dos títulos federais entregues pela União, em custódia. O congelamento da aposentadoria e pensão provoca o congelamento das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios, enquanto que os valores dos títulos aumentam mediante a incorporação de rendimentos (IGP + juros de

12%), cuja diferença tem sido apropriada como lucro pelo Banco.

Pergunta: Sabe-se que o lucro do Banespa, de 2001 a 2004, já supera mais de R\$7,4 bilhões. Desse total, cerca de R\$4 bilhões advêm daqueles títulos federais, rendendo IGP-DI + juros de 12% ao ano, confiados ao Banco para pagamento de aposentadoria e pensão dos empregados do Banco do Estado de São Paulo S.A, Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975. Por que o Ministério da Fazenda, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Previdência Social não tomam as devidas providências, fazendo o Santander/Banespa respeitar os dispostos nas leis estaduais (...) e na Mensagem do Senado (...) [citadas]?

Em 17 de agosto, o Ministro da Fazenda encaminhou a resposta do Banco Central a essa questão formalizada, no Ofício Diret-2005/595, de 25 de maio passado, afirmando que:

(...)

Para os empregados que aderiram ao Plano de Complementação, foi entregue ao Banesprev uma série de títulos públicos federais suficiente para fazer frente ao pagamento das suas complementações de aposentadorias e pensões. O aludido plano tem regras próprias de reajustamento dos benefícios, suportados pelos rendimentos dos mencionados ativos.

Quanto aos empregados pré-75, que não aderiram ao Plano de Complementação, repito que a obrigação correspondente é de responsabilidade do Banespa, que conta, para tanto, com a integralidade de seus ativos. O reajustamento dos benefícios obedece a regras estabelecidas no Regulamento de Pessoal e nas demais disposições internas do Banespa.

Essas obrigações foram devidamente reconhecidas nas demonstrações financeiras do Banespa, definidos, dessa forma, a responsabilidade do Banco pelo seu pagamento. Por outro lado, pertencem ao Banespa os excedentes financeiros provenientes de papéis integrantes de seu ativo, que, com visto, não têm qualquer vinculação formal com o cumprimento de obrigações de pagamento de complementações de aposentadorias e pensões. [Grifos meus.]

Todavia, em 17 de junho de 1999, o Ministro de Estado da Fazenda, interino, Amaury Bier – certamente falando em nome do Ministro da Fazenda, Pedro Malan – encaminhou à Câmara dos Deputados cópia do Ofício Gapre-Org/496/99, de 9-6-99, em atendimento ao Requerimento de Informações nº 565/99, de autoria do

Deputado Ricardo Berzoini, a seguinte resposta sobre o passivo previdenciário do Banespa, que diz:

Ainda considerando o processo de privatização do Banco, o citado destaque de lote de títulos federais permitirá aos eventuais interessados na aquisição do controle acionário da instituição financeira visualizar parcelas do ativo relacionadas à obrigação assumida nos contratos de trabalho firmados com o contingente de empregados em questão.

Por derradeiro, lembramos que, em 27/12/97, o Banco do Estado de São Paulo S. A. cedeu à União seus créditos decorrentes de dívidas contratuais mantidas contra o Setor Público Estadual (Estado de São Paulo e suas empresas), tendo recebido pela cessão Títulos Públicos Federais. Parcelas desses títulos foram representadas por ativos escriturados no sistema "securitizar" da CETIP, no valor de R\$2.901.911.227,15, em 15/12/97, INEGOCIÁVEIS, corrigíveis pelo IGP-DI, acrescidos de juros de 12% a.a. e amortizáveis em 291 parcelas mensais, vencíveis a partir de 15/01/98, cujo esquema de atualização e resgate, até 15/05/99, bem como os valores pagos aos funcionários inativos admitidos até 22/05/75, inclusive, estão apresentados na planilha em anexo, cujos recebimentos por parte do Banespa estão contidos nas colunas "juros" e "amortização" e os pagamentos na coluna "vls. Pagos a inativos".

Ainda no mesmo documento, o Banco Central afirma:

Conforme já anteriormente exposto, os papéis que constituem o ativo têm asseguradas remuneração à taxa de juros de 12% a.a. e correção monetária vinculada à variação do "IGP-DI", para acompanhar a taxa de desconto utilizada para o cálculo da obrigação, assim como índices de reposição salarial e liquidez compatível com uma obrigação de longo prazo, razão esta pela qual sua previsão de resgate estende-se por 25 anos, no pressuposto de que a empresa manterá e continuará suas atividades e permanecerá honrando suas obrigações, mesmo após tal período.

O Estado de São Paulo está pagando mensalmente esses Títulos Federais, com correção monetária baseada na variação do IGP-DI, acrescida de juros de 12% a.a., mas esses valores, que deveriam ser para o pagamento da complementação, reajustes salariais e recomposição do fundo, não estão tendo a utilização definida pela Resolução nº 118/97, do Senado Federal. Diante de tais contradições, informo que na pró-

xima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos apresentarei requerimento convocando o Presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles, para explicar ao Senado Federal as divergências entre as respostas apresentadas pelo Banco para requerimentos de informações da Câmara e do Senado Federal.

Quero registrar que conversei, na semana passada, com o vice-presidente do grupo Santander/Banespa, Miguel Jorge, que se comprometeu a enviar os dados acerca do número de funcionários do Banco. Também naquela ocasião, expressei ao vice-presidente Miguel Jorge que enviaria, como estou fazendo, ao Presidente do Santander/Banespa, Gabriel Jaramillo Sanint, informações sobre as ações que estão sendo implementadas visando ao cumprimento do disposto na Resolução nº 118/97 do Senado Federal, no que concerne ao pagamento dos reajustes dos aposentados e inativos do Banespa.

Requeiro, Sr. Presidente, que sejam transcritos os documentos referidos, que anexo ao meu pronunciamento.

Eu gostaria que, nessa oportunidade, se possível, o Presidente Henrique Meirelles nos desse explicações sobre essa questão do Santander/Banespa, dos direitos dos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a V. Ex^a mais um minuto, a fim de que conclua seu pronunciamento. A solicitação de V. Ex^a será atendida, de acordo com o Regimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quem sabe possa o Presidente Luiz Otávio convocar a vinda do Presidente do Banco Central juntamente com a dos membros do Copom, para atender requerimento já aprovado pela CAE, além desse outro que apresentarei, na próxima semana, a respeito dos aposentados do Banespa.

Também gostaria de falar sobre a importância da decisão que, amanhã, o Supremo Tribunal Federal tomará ao decidir sobre o mandato do Senador João Capiberibe. Espero, Sr. Presidente, que a decisão do Supremo Tribunal Federal seja a mais justa, levando em conta, efetivamente, todas as informações.

Dou meu testemunho pessoal a respeito do que tenho conhecimento quanto ao Senador João Capiberibe, no Senado Federal e como Governador do Estado do Amapá. Sempre vi nele uma pessoa de grande seriedade e espero que o Supremo Tribunal Federal tome a decisão mais justa possível.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

AVISO nº 300 /MF

Brasília, 17 de junho de 1999.

Senhor Primeiro-Secretário,

Refiro-me ao Ofício PS/RI nº 1.098/99, de 18.05.99, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida, para exame e manifestação, cópia do Requerimento de Informação nº 565/99, de autoria do Exmo. Senhor Deputado RICARDO BERZOINI, sobre o passivo previdenciário do BANESPA.

A propósito, encaminho a Vossa Excelência, em resposta às indagações do ilustre Parlamentar, cópia do Ofício GAPRE-ORG/496/99, de 09.06.99, elaborado por aquela Instituição Financeira.

Atenciosamente,



AMÁURY BIER

Ministro de Estado da Fazenda, Interino

Anexo: 1/6

A Sua Excelência o Senhor
Deputado UBIRATAN AGUIAR
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados
Brasília - DF

São Paulo, 9 de junho de 1999.

Prezado Senhor

Reportamo-nos ao Ofício 845-AAP/GM/MF, de 24.5.1999, endereçado por V.Sa. ao Sr. Presidente deste Banco, encaminhando RI:C-99/565, do Deputado Federal Sr. RICARDO BERZONI, solicitando informações ao Sr. Ministro da Fazenda acerca do Passivo Previdenciário do BANESPA.

Em atenção, submetemos o assunto a área pertinente que, após averiguações, apresenta as informações relatadas nas folhas numeradas de 2 a 5.

Nesta oportunidade, apresentamos nossas manifestações de consideração e apreço.



EDMUNDO DE PAULO
Presidente em Exercício

Ilmo. Sr.

Dr. HUGO W. BRAGA

Chefe da Assessoria Especial do Ministro da Fazenda para Assuntos
Parlamentares

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Esplanada dos Ministérios, Bloco P

Brasília – DF

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 565, DE 1999
DO SR. DEPUTADO FEDERAL RICARDO BERZOINI**

De conformidade com requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Federal Ricardo Berzoini, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, foram solicitadas as explicações adiante relacionadas, que passamos, em seguida, a esclarecer:

- Relativamente ao "Fundo" que seria integrado pelos títulos federais cadastrados junto ao CETIP, no Sistema SECURITIZAR, sob a rubrica ATSP 970315, montado para fazer face à complementação de aposentadoria e pensão dos funcionários do BANESPA admitidos até o dia 22.05.75, em conformidade com a Mensagem nº 106/97, do Senado Federal, houve, efetivamente, a reserva de tais títulos ?

- Como foi estruturado o "Fundo"?

- Qual o montante dos resgates mensais de tais títulos, a partir de sua constituição, e o montante, discriminado, mês a mês, dos benefícios pagos como complementações de aposentadorias e pensões ?

O benefício de complementação de aposentadoria - abono complementar - (e de pensão - auxílio complementar), instituído no âmbito do BANESPA em decorrência da Resolução Funcionalismo nº 6/62, baixada por sua Diretoria, foi inserido no Regulamento do Pessoal da empresa em 1962, e é direito garantido, atendidos determinados requisitos regulamentares, aos funcionários admitidos até 22.05.75, como cláusula integrante de seus contratos de trabalho.

O direito à complementação, portanto, é benefício regulamentar concedido aos funcionários que atendam aos requisitos necessários, tem natureza trabalhista, é de responsabilidade do BANESPA e não tem previsão de participação dos funcionários beneficiados por tal direito com contribuições ou parcelas para constituição de fundo de previdência capaz de assegurar-lhes o benefício.

A fim de arcar com o compromisso da complementação de aposentadoria e pensão paga aos beneficiários sujeitos a tal direito, certo é que o Banco tem por obrigação constituir e manter reservas suficientes para que, quando do momento do cumprimento de suas obrigações, tenha os recursos adequados a tal objetivo.

Quando há uma empresa de previdência privada criada especialmente para a garantia de tais obrigações, a empresa vai contribuindo ao longo do tempo de trabalho dos empregados e registra a parte dos encargos que lhe cabem na proporção. Neste caso, quem vai constituindo, concomitantemente, o registro da provisão atuarial é a entidade de previdência.

Relativamente aos empregados admitidos até 22.05.75 inclusive, o BANESPA é a própria entidade – inclusive única - concedente do benefício, obrigada, portanto, na condição de assemelhada às entidades previdenciárias (por instituir normas de proteção e defesa de seus funcionários), a constituir e manter, às suas próprias e únicas expensas, e em decorrência de direitos regulamentares de natureza trabalhista, recursos adequados a seus compromissos.

Constata-se, assim, que apesar da característica assemelhada à previdenciária, o direito à complementação de aposentadoria concedido àqueles funcionários tem, na realidade, natureza diversa daqueles direitos concedidos aos beneficiários de planos privados pelas respectivas entidades de previdência privada, criadas, nos termos da Lei 6435/77, com o objetivo de instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Social, mediante contribuição de seus participantes, dos respectivos empregadores ou de ambos.

Com efeito, para garantia de suas obrigações, as entidades de previdência privada devem, nos termos dos normativos a elas aplicáveis, constituir reservas técnicas, fundos especiais e provisões em conformidade com os critérios fixados pelo órgão normativo competente (Ministério da Previdência e Assistência Social se entidades fechadas ou Sistema Nacional de Seguros Privados, se entidade aberta), além de reservas e fundos determinados em leis especiais.

Por outro lado, os direitos detidos pelos funcionários e ex-funcionários admitidos até 22.05.75 têm natureza semelhante aos dos direitos previdenciários garantidos pelas entidades de previdência privada, a despeito de possuírem outra gênese (por decorrerem do contrato de trabalho).

Em consequência, sendo benefício estipulado e de responsabilidade do BANESPA, de natureza trabalhista, a par de provisionamento atualmente já estampado em seu balanço, é inquestionável que todos os ativos e recursos do Banco deverão servir para garantir e assumir, dentre outras, as obrigações citadas, razão pela qual não há que falar-se em destaque patrimonial específico para tal finalidade ou na criação de Fundo para lastrear o encargo. De toda sorte, se visualizarmos, além de todos os ativos do Banco, o provisionamento constante do balanço como recursos destinados ao cumprimento das obrigações do Banco, aí incluídas as relativas à complementação de aposentadoria, haveremos que entender que “existem” fundos destinados ao cumprimento de tais obrigações.

Adotando-se, por outro lado, o termo “fundo” conforme previsto nas normas direcionadas às entidades de previdência privada, haveremos de constatar a inexistência de previsão legal para a sua constituição relativamente às empresas que detém obrigação trabalhista de complementação de aposentadoria, na medida em que a obrigatoriedade de constituição de reservas técnicas, fundos especiais e provisões para garantia de obrigações é

disposição legal direcionada às entidades de previdência privada e não às empresas que, como o BANESPA, obrigaram-se a complementar as aposentadorias de seus funcionários em razão de benefício de origem trabalhista.

Ressalté-se ainda o fato de que a manutenção do encargo no próprio Banco é razão suficiente para afastar a constituição de Fundo a ser administrado, eventualmente, por estranhos à própria administração do BANESPA, principal interessado na administração de todos os seus recursos, em face da responsabilidade por suas próprias obrigações.

Ainda, considerando o processo de privatização do Banco, o citado destaque de lote de títulos federais permitirá aos eventuais interessados na aquisição do controle acionário da instituição financeira, visualizar parcelas do ativo relacionadas à obrigação assumida nos contratos de trabalho firmados com o contingente de empregados em questão.

Por derradeiro, lembramos que, em 27.12.97, o Banco do Estado de São Paulo S.A., cedeu à União seus créditos decorrentes de dívidas contratuais mantidas contra o Setor Público Estadual (Estado de São Paulo e suas empresas), tendo recebido pela cessão, Títulos Públicos Federais. Parcelas desses títulos foram representados por ativos escriturados no sistema "securitizar" da CETIP, no valor de R\$ 2.901.911.227,15, em 15.12.97, inegociáveis, corrigíveis pelo IGP - DI, acrescidos de juros de 12% a.a. e amortizáveis em 291 parcelas mensais, vencíveis a partir de 15.01.98, cujo esquema de atualização e resgate, até 15.05.99, bem como os valores pagos aos funcionários inativos admitidos até 22.05.75 inclusive, estão apresentados na planilha em anexo, cujos recebimentos por parte do BANESPA estão contidos nas colunas "juros" e "amortização" e os pagamentos na coluna "vls. pagos a inativos".

- Ao que consta, tais títulos serão resgatados no prazo de 291 (duzentos e noventa e um) meses, ou seja, menos de 25 (vinte e cinco) anos, período insuficiente, portanto, para assegurar os pagamentos das complementações e pensões, considerando a expectativa de vida dos brasileiros. Neste caso, qual a garantia a ser oferecida aos aposentados e pensionistas remanescentes após tal período ?

- O estudo atuarial tem sido objeto de atualização para o efeito de ajustar os cálculos à situação concreta decorrente da concessão de novos benefícios ? Como é feita essa equalização, quais as taxas de desconto utilizadas e a periodicidade ?

- Está previsto o passivo contingente trabalhista oculto ?

Conforme já anteriormente exposto, os papéis que constituem o ativo têm asseguradas remuneração à taxa de juros de 12% a.a. e correção monetária vinculada à variação do "IGP-DI", para acompanhar a taxa de desconto utilizada para o cálculo da obrigação, assim como índices de reposição

salarial e liquidez compatível com uma obrigação de longo prazo, razão esta pela qual sua previsão de resgate estende-se por 25 anos, no pressuposto de que a empresa manterá e continuará suas atividades e permanecerá honrando suas obrigações, mesmo após tal período.

De toda sorte, os Títulos Públicos Federais, anteriormente descritos, juntam-se aos demais componentes do Ativo Total do BANESPA, que representa a garantia de realização do plano de benefícios de complementação de aposentadoria e pensões concedidos aos funcionários admitidos até 22.05.75, inclusive.

Vale acrescentar que, anualmente, para elaboração do balanço do exercício, os encargos decorrentes desse plano são apurados com base em estudo atuarial realizado por atuário independente, com utilização do regime de "capitalização" e taxa de juros de 0,9488888% ao mês, considerando:

- a) o valor da renda mensal pago, no instante do cálculo, ao inativo/pensionista;
- b) o salário mensal, no instante do cálculo, para o funcionário em atividade.

No que se refere à indagação a respeito da existência de previsão sobre "passivo contingente trabalhista oculto" não pudemos definir em que consistiria tal passivo, razão pela qual deixamos de manifestar-nos no tocante a essa pergunta.


- Qual a solução aventada pelo Banco do Estado de São Paulo S.A. - BANESPA, caso o novo controlador, se houver, não aceite a responsabilidade de administrar o passivo atuarial em causa ?

Não temos conhecimento do assunto tratado nesta questão.

- Em face das leis estaduais nº 9343/96 e 9466/96, foram celebrados ajustes que considerem a responsabilidade solidária entre o BANESPA e o Estado de São Paulo, em relação às complementações de aposentadorias e pensões desses banespianos admitidos até 22.05.75 ? Em caso positivo, em que datas e quais os documentos que retratam tais ajustes ? Remeter cópia.

Não temos conhecimento da existência de ajuste nos termos indagados nesta questão.

BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - BANESPA


Edmundo de Paula
Presidente em Exercício

Banespa ATSP - Atuarial de São Paulo

Emissão:	15-Mar-1997	Qide: 2.548.045	PU emissão:	1.000,00	Juros: 12,00%	Corr Mon IGP(DI)
----------	-------------	-----------------	-------------	----------	---------------	------------------

DATA	SALDO ANTERIOR	CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS	AMORTIZAÇÃO	SALDO ATUAL	VLS.PAGOS A INATIVOS
15-Dez-1997					2.902.911.227,15	
15-Jan-1998	2.902.911.227,15	20.053.114,15	27.722.729,60	32.130.847,45	2.890.833.493,85	36.628.592,6
15-Fev-1998	2.890.833.493,85	25.404.008,65	27.046.288,25	32.411.132,40	2.863.826.370,10	36.233.071,0
15-Mai-1998	2.883.826.370,10	560.569,90	27.366.003,30	32.436.612,85	2.851.950.327,15	36.382.142,6
15-Abr-1998	2.851.950.327,15	6.850.307,45	27.111.198,80	32.513.054,20	2.826.087.670,40	36.419.374,0
15-Mai-1998	2.826.087.670,40	-3.822.067,50	26.754.472,50	32.462.093,30	2.789.803.509,60	36.566.653,9
15-Jun-1998	2.789.803.509,60	6.344.632,05	26.525.148,45	32.538.534,55	2.763.609.607,00	36.280.618,1
15-Jul-1998	2.763.609.607,00	7.669.615,45	26.295.824,40	32.614.976,00	2.738.664.246,45	36.619.209,9
15-Ago-1998	2.738.664.246,45	-10.319.582,25	25.880.137,20	32.513.054,20	2.695.831.610,00	36.384.702,63
15-Set-1998	2.695.831.610,00	-4.688.402,80	25.531.410,90	32.436.612,85	2.658.706.594,35	36.770.003,75
15-Out-1998	2.658.706.594,35	-611.530,80	25.200.165,05	32.436.612,85	2.625.658.450,70	36.884.039,71
15-Nov-1998	2.625.658.450,70	-860.335,30	24.894.399,65	32.436.612,85	2.592.355.502,55	36.998.421,27
15-Dez-1998	2.592.355.502,55	-4.739.363,70	24.537.673,35	32.360.171,50	2.555.255.967,35	38.187.402,36
15-Jan-1999	2.555.255.967,35	25.123.773,70	24.461.232,00	32.691.417,35	2.547.688.273,70	37.697.019,16
15-Fev-1999	2.547.688.273,70	20.226.076,15	24.435.761,55	33.073.624,10	2.543.840.725,75	37.967.104,52
15-Mar-1999	2.543.840.725,75	112.852.913,05	25.200.165,05	34.526.009,75	2.622.167.629,05	37.757.170,29
15-Abr-1999	2.622.167.629,05	51.776.274,40	25.353.047,75	35.213.981,90	2.638.729.921,55	37.758.042,44
15-Mai-1999	2.638.729.921,55	764.413,50	25.021.801,90	35.213.981,90	2.604.280.353,15	37.797.430,62

TOTAL PAGO A INATIVOS : folhas normal e complementar do respectivo mês..... 629.330.999,59

PU em 15/05/1999 = 1.022,07

Em 24/12/1998, o Tesouro Nacional creditou R\$ 2.910.224.116,30.

AVISO nº 313 /MF

Brasília, 17 de agosto de 2005.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro-Secretário do Senado Federal


Assunto: Requerimento de Informação

Senhor Primeiro-Secretário,



Refiro-me ao Ofício nº 1.516(SF), de 18.07.2005, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento de Informação nº 314/2005, de autoria dos Senhores Senadores EDUARDO SUPPLY e IDELI SALVATTI, sobre o cumprimento de leis que beneficiam os aposentados e pensionistas do Banespa.

A propósito, encaminho a Vossa Excelência, em resposta às indagações dos ilustres parlamentares, cópias do Ofício Diret-2005/595, de 25.05.2005, e da Nota nº 1.347/2005/STN/Coned, de 05.08.2005, elaborados, respectivamente, pelo Banco Central do Brasil e pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Atenciosamente,


ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado da Fazenda

Anexos: 2/8.

L:\Asses\Olivia /avS 3146-08/08/05

Memorando nº 3284 STN/CODIP

Em, 5 de agosto de 2005.

Ao Coordenador-Geral da CONED

Assunto: Memorando nº 3057/STN/CONED

1. Referimo-nos ao memorando em epígrafe, datado de 22/07/05, por meio do qual essa Coordenação solicita pronunciamento sobre os itens 3 e 4 do Requerimento de Informação nº 314/05, do Senado Federal, acerca do cumprimento de leis referentes à percepção de benefícios de aposentados/pensionistas do antigo Banco do Estado de São Paulo S.A. - BANESPA.

2. Quanto aos questionamentos apontados, temos a informar o que se segue.

Item 3 - "A utilização da tábua de sobrevivência para 73 anos, substituindo a anterior de 68 anos, teria obrigado a União emitir novos títulos, com os mesmos rendimentos dos títulos das ATSP 970315, com prazos de até 30 anos. Por que a União não procedeu a imediata emissão e substituição das ATSP 970315, criando um Fundo de Pensão, sem cláusulas de renúncias como ocorreu posteriormente e com utilização de títulos substitutos (CFT-As) com vencimentos até de 25 anos se houve revisão da sobrevivência?"

Quando do refinanciamento de dívidas do Estado de São Paulo, ocorrido em dezembro/97, foram definidas datas de corte de forma a possibilitar a definição do valor das obrigações e a correspondente emissão dos títulos. A revisão da tábua de sobrevivência ocorreu em momento posterior à assunção, quando a obrigação já estava liquidada.

No que diz respeito à criação de um fundo de pensão específico para a massa em questão, informamos que foi instituído pelo BANESPA, no BANESPREV (entidade de previdência privada por ele patrocinada), um Plano de Complementação, possibilitando a migração voluntária dos empregados admitidos até 22/05/75; aqueles que não optaram pela migração continuaram a perceber seus benefícios diretamente do BANESPA.

Item 4 - "Sabe-se que o lucro do Banespa, de 2001 a 2004, já supera mais de R\$ 7,4 bilhões. Desse total, cerca de R\$ 4,0 bilhões advém daqueles títulos federais, rendendo IDP-DI + juros de 12% ao ano, confiados ao banco, para pagamentos de aposentadoria e pensão dos empregados do Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22-5-1975. Porque o Ministério

Diret-2005/ 595
Pt.0501294212

Brasília, 25 de maio de 2005.

Senhor Secretário-Executivo,

Reporto-me ao Ofício 573 AAP/GM/MF, de 6 do corrente, em que a Assessoria para Assuntos Parlamentares desse Ministério encaminha, para exame e manifestação, o Requerimento de Informação 314/05, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Ideli Salvatti, sobre o cumprimento de leis que beneficiam os aposentados e pensionistas do Banespa.

2. Preliminarmente, consigno que os questionamentos dizem respeito a matéria afeta às atribuições da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, do Ministério da Previdência Social, à qual incumbe a fiscalização e a supervisão das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, consoante, inclusive, esta Autarquia já cientificou o Senador Eduardo Suplicy, por meio do Ofício Secre/Aspar 2003/1167, de 7 de abril de 2003.

3. Não obstante, cumpro-me apresentar, a seguir, algumas ponderações a respeito das indagações formuladas pelos parlamentares, o que faço, para facilidade de compreensão, obedecendo à ordem em que formuladas:

“1) Considerando que de acordo com o artigo 5º da Lei Estadual paulista de nº 9.466, de 27-12-1996 ao definir ‘Fica o Poder Executivo autorizado a assumir, nos exatos termos da obrigação contratual, a responsabilidade pelo pagamento da complementação de aposentadoria dos empregados do Banco do Estado de São Paulo S. A. – Banespa admitidos até 22-5-1975, bem como a suplementação de pensão dos dependentes no caso de falecimento de tais empregados, mediante amortização parcial, em valor equivalente, das dívidas do estado junto àquela instituição.

§ 1º Para execução dos serviços administrativos, visando o cumprimento do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo poderá celebrar convênio com o Banco do Estado de São Paulo S.A. – Banespa’.

Pergunta: Com a lei acima citada, os encargos (despesas) da complementação e reajustes anuais de aposentadoria e pensão dos empregados do Banco do Estado de São Paulo S.A. – Banespa, admitidos até 22-5-1975 que eram, estatutariamente, do banco passaram a ser do Governo do Estado de São Paulo. Por que não houve o cumprimento da citada lei, se a gestão do Banespa já estava a cargo do Banco Central com seus interventores?”

A Sua Excelência o Senhor
Murilo Portugal Filho
Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, Bloco P
70048-900 – Brasília – DF

RESPOSTA:

A responsabilidade pelo pagamento das complementações de aposentadorias e pensões dos empregados do Banespa admitidos até 22 de julho de 1975 (“empregados pré-75”), cuja assunção foi autorizada pela Lei Estadual 9.466, de 1996, foi incluída no bojo do processo de refinanciamento da dívida do Estado de São Paulo, tendo sido emitidos, pela União, títulos públicos federais entregues àquele Estado e ao Banespa.

Para o pagamento dessas complementações, que ficou a seu cargo, o Banespa instituiu, no Banesprev (entidade de previdência privada por ele patrocinada), um Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensões para os empregados pré-75. Para implementação do plano, transferiu para o Banesprev as obrigações correspondentes aos empregados que aderiram ao plano, e, simultaneamente, aportou títulos públicos federais (Certificados Financeiros do Tesouro – CFT-A) com fluxo semelhante ao passivo atuarial transferido.

O Banespa permaneceu responsável pelo pagamento aos demais empregados pré-75 (os que não aderiram ao Plano de Complementação), nas condições previstas na legislação aplicável ao particular, vale dizer, sem qualquer modificação das condições vigentes antes do refinanciamento das dívidas do Estado de São Paulo. O Banespa foi devidamente capitalizado para o atendimento dessas responsabilidades.

Desse modo, ao contrário do que consta do questionamento, não há descumprimento de qualquer legislação, quer estadual quer federal, uma vez que está assegurado a todos os empregados pré-75 o direito à percepção do benefício, de acordo com a modalidade por eles escolhida.

“2) Considerando que no equacionamento final da negociação de refinanciamento das dívidas do Estado de São Paulo, acordado entre o Governo Paulista e a União, ocorreu a transferência do controle acionário do Banco do Estado de São Paulo para a União. Assim é que, por meio da Mensagem nº 106, de 6-6-97 e da Resolução nº 118/97, de 21-11-97, o Senado Federal aprovou as condições estabelecidas no ‘Protocolo de Acordo’ no qual fazia parte o Parecer nº 201/SNT/Codip/Dired, de 22-5-97. O item 8 (oito) do referido parecer define, com clareza, a assunção pela União, da responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, junto ao Banco do Estado de São Paulo S. A. – Banespa, pelo pagamento da obrigação atuarial, nos seguintes termos. No montante correspondente à dívida atuarial do Banespa, a partir de 1998, a União assumirá a responsabilidade do Estado de São Paulo junto àquele banco, mediante a securitização das obrigações, a qual será representada por títulos escriturados no Sistema Securitizar da Central de Custódia e de Liquidação Financeira dos Títulos – CETIP, com as seguintes características: São descritas as características desses títulos, entre elas a c) modalidade: nominativa e inegociável; d) atualização do valor do ativo: mensalmente sobre o saldo do ativo, a cada dia 15, com base na variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI do mês anterior, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV; e) taxa de juros remuneratórios: 12% ao ano resgatáveis mensalmente; f) prazo: vinte e cinco anos; h) possibilidade de utilização do ativo: liquidação financeira na data acima. (grifos nossos).

Pergunta: A União ao assumir a responsabilidade do Estado de São Paulo (Lei Estadual nº 9.466/96) o montante correspondente à dívida atuarial do Banespa entregou, em custódia, ao Banco R\$ 2,903 bilhões de títulos escriturados no Sistema Securitizar da Central de Custódia e de Liquidação, portanto, em poder do Banco Central, rendendo IGP-DI mais juros de 12% ao ano para pagar aposentadoria,

pensão e respectivos reajustes anuais dos empregados admitidos até 22-5-75. Por que o Banco Central, fiscal do Sistema Financeiro Nacional, com seus interventores, não apartou esses ativos securitizados e respectivas obrigações criando um Fundo de Pensão para os empregados do Banespa, admitidos até 22-5-75?"

RESPOSTA:

A questão está posta de forma equivocada: o Banco Central não decretou no período qualquer intervenção no Banespa para que pudesse, conforme indagado, ter qualquer ingerência na sua administração. A gestão que preparou aquele Banco para a privatização era composta por administradores eleitos pelos seus órgãos estatutários (Assembléia Geral e Conselho de Administração) e não integrada por interventores nomeados pelo Banco Central.

Porém, observo que, como mencionado na resposta à pergunta anterior, a responsabilidade pelo pagamento das complementações de aposentadoria e pensões dos empregados pré-75 é do Banespa, que conta, para tanto, com a integralidade de seu ativo. Não há nem nunca houve qualquer vinculação formal entre algum ativo específico e o cumprimento das obrigações relativas à complementação de aposentadorias e pensões. Assim também em relação aos títulos públicos mencionados na pergunta [ATSP 970315], que não se vinculam àquela obrigação.

Por serem escriturais, esses papéis estão registrados no Sistema Securitizar da CETIP, e não estão em poder deste Banco Central. Os títulos são propriedade do Banespa e estão apenas sob custódia da CETIP, que deles não pode dispor. Como é óbvio, não se pode confundir propriedade (direito de dispor dos bens) com custódia (simples detenção, para guarda, segurança e proteção).

Além disso, ressalto que o Banespa, à época, adotou providência análoga à sugerida na pergunta, tendo instituído um Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensões para os empregados pré-75, mediante a transferência para o Banesprev das obrigações correspondentes aos empregados que aderiram ao plano, com o aporte simultâneo de títulos públicos federais (Certificados Financeiros do Tesouro – CFT-A) com fluxo semelhante ao passivo atuarial transferido. Entretanto, os empregados pré-75 que não aderiram ao Plano de Complementação continuam recebendo seus benefícios diretamente do Banespa.

“3) Considerando que para atender aos reclamos dos potenciais interessados na aquisição do controle acionário do Banespa, os interventores do Banco Central, descumprindo a Lei Estadual nº 9.466/96, de 27-12-1996 e Mensagem nº 106, de 6-6-97 e Resolução nº 118/97, de 21-11-97 do Senado Federal, reviram o montante das obrigações atuariais aumentando-o de R\$ 3,097 bilhões de dezembro de 1998 para R\$ 4,142 bilhões em dezembro de 1999, como reflexo da adoção da tábua de sobrevivência mais atual.

Pergunta: A utilização da tábua de sobrevivência para 73 anos, substituindo a anterior de 68 anos, teria obrigado a União emitir novos títulos, com os mesmos rendimentos dos títulos das ATSP 970315, com prazos de até 30 anos. Por que a União não procedeu a imediata emissão e substituição das ATSP 970315, criando um fundo de pensão, sem cláusulas de renúncias como ocorreu posteriormente e com utilização de títulos substitutos (CFT-As) com vencimentos até de 25 anos se houve revisão da sobrevivência?"

RESPOSTA:

Esta questão também está direcionada equivocadamente a esta Autarquia, devendo mais ser respondida diretamente por esse Ministério da Fazenda, pela sua atuação como agente do controlador do Banespa, à época, que era a União Federal.

Porém, cabe referir que no processo de refinanciamento das dívidas do Estado de São Paulo, que contemplou diversas modalidades de operações, foram definidas datas de corte, em que as obrigações a serem refinanciadas foram posicionadas para efeito de definição do valor refinanciado e os correspondentes títulos públicos federais emitidos em contrapartida.

O evento mencionado na pergunta (revisão de obrigações atuariais) ocorreu em momento posterior à assunção de dívidas do Estado de São Paulo pela União, quando já havia sido dimensionado o passivo correspondente às mencionadas obrigações atuariais e emitidos (e entregues) os títulos públicos federais correspondentes. Portanto, não fazia nem faz qualquer sentido a emissão de novos títulos pela União, uma vez que a obrigação correspondente já estava liquidada. O mesmo se aplica em relação à substituição das ATSP 970315.

Quanto à criação de um fundo de pensão, já mencionei que foi instituído, pela administração do Banespa, um Plano de Complementação para os empregados pré-75 que a ele aderiram. Questões operacionais atinentes à implementação do plano, tais como “tábuas de sobrevivência”, “cláusulas de renúncias” e “utilização de títulos substitutos” refogem à competência desta Autarquia, dizendo mais com as atribuições da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, à qual deveriam ser dirigidos os questionamentos.

“4. Considerando que o congelamento salarial assinado entre o banco e os Sindicatos dos Bancários, em 2001, ACT 2001/2004 para o pessoal da ativa, não poderia ser estendido a aposentados e pensionistas, sob alegação das cláusulas do regulamento de pessoal, quando ficou claro, pelas questões acima alinhavadas, que os aposentados e pensionistas possuem indexador próprio (IGP-DI + juros de 12% ao ano) dos títulos federais entregues pela União, em custódia. O congelamento da aposentadoria e pensão provoca o congelamento das obrigações atuariais do plano de benefícios enquanto que os valores dos títulos aumentam mediante a incorporação de rendimentos (IGP + juros de 12%) cuja diferença têm sido apropriada como lucro pelo banco e remetido à Espanha como pagamento de dividendos.

Pergunta: Sabe-se que o lucro do Banespa, de 2001 a 2004, já supera mais de R\$ 7,4 bilhões. Desse total, cerca de R\$ 4,0 bilhões advém daqueles títulos federais, rendendo IGP-DI + juros de 12% ao ano, confiados ao banco para pagamento de aposentadoria e pensão dos empregados do Banco do Estado de São Paulo S.A. – Banespa, admitidos até 22-5-1975. Por que o Ministério da Previdência Social, o Ministério do Trabalho, o Ministério da Fazenda, a Secretaria de Previdência Complementar não tomam as devidas providências fazendo o Santander-Banespa respeitar os dispostos nas leis estaduais (nº 9.466/96 de 27-12-1996) e Mensagem do Senado nº 106/97 e Resolução nº 118/97?”

RESPOSTA:

Esta Autarquia não é alvo do questionamento, que se dirige ao Ministério da Previdência Social, ao Ministério do Trabalho, ao Ministério da Fazenda e à Secretaria de

Previdência Complementar (matéria atualmente da alçada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc).

Porém, com base no espírito de colaboração que deve sempre permear a atuação da Administração Pública, acresço que, como antes referido, não há qualquer vinculação formal entre algum ativo específico e o cumprimento das obrigações relativas à complementação de aposentadorias e pensões.

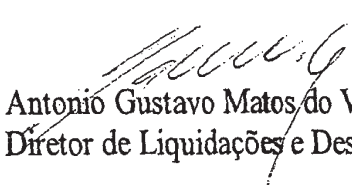
Para os empregados que aderiram ao Plano de Complementação, foi entregue ao Banesprev uma série de títulos públicos federais suficiente para fazer frente ao pagamento de suas complementações de aposentadorias e pensões. O aludido plano tem regras próprias de reajustamento dos benefícios, suportadas pelos rendimentos dos mencionados ativos.

Quanto aos empregados pré-75 que não aderiram ao Plano de Complementação, repito que a obrigação correspondente é de responsabilidade do Banespa, que conta, para tanto, com a integralidade de seus ativos. O reajustamento dos benefícios obedece às regras estabelecidas no Regulamento de Pessoal e nas demais disposições internas do Banespa. Impõe-se notar que tais regras de reajuste não se confundem com as do Plano de Complementação, nem têm vinculação com o rendimento de qualquer título público ou privado integrante do ativo do Banespa.

Essas obrigações foram devidamente reconhecidas nas demonstrações financeiras do Banespa definindo, dessa forma, a responsabilidade do banco pelo seu pagamento. Por outro lado, pertencem ao Banespa os excedentes financeiros provenientes de papéis integrantes de seu ativo, que, como visto, não têm qualquer vinculação formal com o cumprimento de obrigações de pagamento de complementações de aposentadorias e pensões.

Esses os esclarecimentos que, no âmbito de competência deste Banco Central, se pode oferecer acerca das questões apresentadas.

Respeitosamente,



Antonio Gustavo Matos do Vale
Diretor de Liquidações e Desestatização

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É gratificante anunciar a presença, neste plenário, do Governador do Estado de Sergipe, João Alves Filho, do PFL, que foi Ministro da República e escreveu uma das obras mais importantes sobre o Nordeste.

Concedo a palavra ao Senador do PFL do Estado de Pernambuco, Marco Maciel.

Em seguida, prorrogarei o horário do Expediente para que sejam feitas as comunicações inadiáveis.

O Senador Marco Maciel, de acordo com o Regimento, disporá de 12 minutos para o uso da palavra na tribuna.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo homenagear, hoje, a memória do Senador Petrônio Portella.

Se a “indesejada das gentes”, como Manoel Bandeira apelidava a morte, não o tivesse subtraído tão cedo do nosso convívio, estaria ele celebrando, neste mês, seus 80 anos.

Nascido em Valença, Piauí, em 12 de setembro de 1925, faleceu aos 54 anos, ao tempo em que exercia as funções de Ministro da Justiça do Governo João Figueiredo e desempenhava, concomitantemente, as tarefas de coordenador do processo de abertura política, iniciada pelo Presidente Ernesto Geisel.

A atividade política, sabe V. Ex^a, Sr. Presidente, é exigente. Ela não convive com o diletantismo, nem com o interesse pessoal. Pressupõe, antes, uma espessa provisão de sol interior, de que falava Joaquim Nabuco, isto é, “o interesse vivo, palpitante, absorvente no destino e na condição alheia”.

Era Petrônio Portella o autêntico homem público e posso com convicção dizê-lo por haver sido seu amigo e dele haver haurido lições de espírito público e de ideais, pois ao verdadeiro político não basta ter idéias, é necessário também acreditar nas utopias possíveis e colocar-se a serviço de causas que dão significado e objetivo a toda uma vida.

Parecia Petrônio Portella saber-se dotado de alicerces subterrâneos que, na visão de Ortega y Gasset, vertebram a gigantesca estrutura de um grande político. Foi essa compreensão que o conduziu a afirmar que o homem público “não escolhe os seus destinos; os seus destinos são aqueles designados pelo povo”.

Cedo ainda, com pouco mais de 20 anos, Petrônio Portella revelou-se líder estudantil na então Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, lutando em prol da redemocratização do País que levou ao fim

o Estado Novo de Getúlio Vargas. A partir daí, Petrônio Portella transformou sua vocação em missão de toda sua existência. Foi no seu Estado natal, o Piauí, sucessivamente, Deputado Estadual, Prefeito de Teresina, Governador; no plano nacional, Presidente da Arena, Senador da República em duas oportunidades, em cuja Casa foi também Líder do Governo, e duas vezes Presidente da instituição. E, finalmente, Ministro de Estado da Justiça, em cujo exercício faleceu, vítima de brusco enfarte.

Concedo um aparte ao nobre Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a faz uma das homenagens mais justas de que se têm notícia nesta Casa a um homem público da melhor qualidade, a um exemplo de homem público, que foi Petrônio Portella. Eu era jornalista político e convivi com ele, juntamente com V. Ex^a também, que era da mesma geração. Petrônio Portella avultava por sua inteligência e por seu talento político pessoal. Ele se sobressaía, como poucos neste País, por seu espírito público, a que V. Ex^a faz menção. Ele era possuidor da sensibilidade do estadista. Foi um líder extraordinário. Contra ele, nunca se dizia absolutamente nada, pela sua correção pessoal, pela maneira como conduzia as suas decisões e o seu comportamento político. Petrônio Portella, com pouco mais de 50 anos, foi Ministro da Justiça. Infelizmente, o País o perdeu. Ele seria candidato a Presidente da República, penso eu, até sem competidor, de tal modo ele avançou no conceito político deste País. Essa homenagem que presta V. Ex^a a esse homem público é de extrema justiça. Oxalá pudéssemos a cada momento homenagear homens públicos desse jaez! Petrônio merece, portanto, as homenagens do Senado da República, as quais propõe V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Edison Lobão, agradeço-lhe o aparte e, como sempre, um aparte denso de quem, à época, era jornalista e cobria os fatos da vida de então. E mais: jornalista político, que teve a oportunidade de acompanhar Petrônio Portella não somente em suas atividades aqui no Senado Federal, mas também no exercício da chamada “Missão Portella”, que, percorrendo todo o País, não somente buscou trabalhar no sentido da transição para a democracia, como também para o fortalecimento das nossas instituições. Ele, efetivamente, foi uma das figuras mais importantes, sob o ponto de vista político, da segunda metade do século XX. Por isso, V. Ex^a faz bem em render-lhe a devida homenagem e, prestar-

lhe o preito de gratidão, de reconhecimento pelo que fez pelo País.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permita-me V. Ex^a mais uma ligeira intervenção. O Presidente Ernesto Geisel era um estrategista, inclusive um estrategista político, e decidiu fazer do Senador Petrônio Portella Presidente do Senado, para que ele liderasse a distensão. Geisel desejava, realmente, restaurar a democracia, revogar o AI-5, e acabou fazendo – como lembra o Senador Jefferson Péres – uma penetração nessa direção lenta, gradual e segura. Ele encarregou o Senador Petrônio Portella de fazê-la. Ele foi feliz em sua decisão, porque Petrônio ouviu, então, todos os estamentos sociais e políticos deste País: foi à Ordem dos Advogados, à Igreja Católica, à CNBB, aos sindicatos. Ele ouviu todos e caminhou com segurança na direção da restauração do processo democrático deste País. Portanto, Petrônio Portella é uma figura que merece de todos este momento de homenagem.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Mais uma vez, nobre Senador Edison Lobão, meus cumprimentos pelo seu aparte e pelos subsídios que V. Ex^a trouxe, que ajudaram a iluminar a personalidade do Senador Petrônio Portella que era, mais do que um político, um homem público, mais do que um homem público, um verdadeiro estadista. Pena que a morte o tenha levado tão cedo. Como V. Ex^a salientou, faleceu com 54 anos de idade, em pleno desincumbimento de elevadas funções, que certamente o levariam – e sobre esse assunto falarei depois – à suprema magistratura do País.

Ouçõ agora, com prazer, o nobre Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Marco Maciel, somo-me a V. Ex^a nessa homenagem que presta ao Senador Petrônio Portella. Evidentemente, àquela época, eu não participava da vida pública do País, apenas era filiado ao antigo MDB. Mas o meu pai, Renato Azeredo, já Deputado Federal. Portanto, lembro-me bem de toda essa história e de toda essa luta. Petrônio Portella, realmente, tratava os membros da Oposição, à época o MDB, com todo o respeito – como aqui lembrou o Senador Edison Lobão –, buscando uma abertura democrática no Brasil, uma transição que pusesse fim ao regime militar. A atuação de Petrônio Portella está na história, e é muito importante que ela seja aqui lembrada, nos moldes da sua contribuição efetiva para, dentro do Governo, buscar a abertura democrática por meio

do diálogo com aqueles que faziam oposição leal à época do então MDB.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Eduardo Azeredo, ao agradecer ao aparte de V. Ex^a, quero chamar a atenção para dois fatos que ligam a figura de Petrônio Portella a V. Ex^a. Em primeiro lugar, a amizade que Petrônio Portella tinha com o seu pai. Aliás, o seu pai foi uma figura que, nos sucessivos mandatos que desempenhou, deixou aqui não somente muitos admiradores, mas também muitos amigos. E, em segundo lugar, a admiração que Petrônio Portella tinha por políticos mineiros e, de modo especial, por Bernardo Pereira de Vasconcelos, em cuja figura ele via alguém que foi capaz de, corajosamente, abjurar as idéias liberais e se transformar em um conservador com o objetivo tão-só e simplesmente de assegurar a continuidade do Império e, conseqüentemente, do II Reinado. Ele foi a Minas Gerais para, justamente, prestar uma homenagem a Bernardo Pereira de Vasconcelos. Petrônio Portella era um espírito conciliador: buscava estabelecer consensos e sabia que, para estabelecê-los, era necessário, muitas vezes, transigir, desde que a transigência não fosse sinônimo de renunciar a objetivos maiores. Enfim, Petrônio Portella nos deixou, portanto, um grande exemplo como homem de Estado.

Sr. Presidente, prossigo, a habilidade, recurso ancilar da política, fê-lo participar de muitos episódios de caráter nacional. Essa qualidade o converteu em um dos maiores articuladores políticos do País. Antes, no Piauí, já demonstrara tal qualidade ao governar seu Estado numa aliança talvez inédita, a UDN e o PSD, antigos e ferrenhos adversários.

Devo, por oportuno, assinalar dois momentos de grande significação para a vida recente do País, em especial para a sua consolidação democrática, nos quais a atuação de Petrônio Portella foi excepcional. O primeiro foi o seu trabalho à frente da Presidência da Arena, de 1974 a 1979, quando se afastou para, a convite do Presidente João Figueiredo, assumir o Ministério da Justiça. Nesse período, além de buscar estruturar melhor o Partido, ele procurou, numa visão antecipadora dos fatos, preparar o País para o retorno ao pluripartidarismo. Percorreu todo o território nacional, dialogicamente explorando caminhos para a realização dos consensos.

A convicção com que expendia suas posições não o afastava da capacidade de ouvir interlocutores, sobretudo aqueles que dele divergiam, sopesando caminhos e alternativas.

Em tais ocasiões, revela-se o lado pouco conhecido de sua estrutura intelectual. Difícil distinguir nesse tocante o que mais nele realçava: se o pleno domínio da língua, pela facilidade de expressão; se a densa formação jurídica que somente deixava transparecer quando se tornava imperativo fundamentar suas asserções; se a intuição, atributo dito feminino, mas indispensável na política; por fim, se a ampla cultura de que era portador, ferramenta imprescindível nos entendimentos que entreteve com a sociedade.

Outro papel, Sr. Presidente – certamente o mais importante da sua vida, conquanto o tenha deixado inconcluso pelo súbito falecimento –, foi o processo de transição para a democracia, coroado com a Aliança Democrática em 1984 e a posterior promulgação da Carta Constitucional de 1988.

Invulgar contrutor, ele foi na missão que lhe delegara o Presidente Ernesto Geisel de promover a abertura política, embora lenta, gradual, mas sem retrocessos, segura, portanto.

A essa tarefa, embora não tenha, como Moisés, pela morte, podido participar do seu desfecho, dedicou todos os seus derradeiros anos de vida. Tal foi a sua proeminência nesse processo que o seu trabalho se confundiu com o seu próprio nome. A expressão “Missão Portella” virou sinônimo de abertura política, de distensão, de descompressão, ou seja, de redemocratização.

A sua interlocução não ficou circunscrita ao Congresso Nacional, nem aos demais Poderes da República – ao Executivo e ao Judiciário, nem tampouco aos Estados e Municípios. Ele a exercitou com toda a Nação por intermédio da oitiva de toda a chamada sociedade civil – a OAB, então presidida por Raimundo Faoro; a CNBB, por Dom Ivo Lorscheiter; a ABI, por Barbosa Lima Sobrinho; a SBPC, a CNI, o CNC, a Contag, a CNA e muitas outras entidades. .

Desejo destacar, Sr. Presidente, especialmente, algo que ele teceu, paciente e perseverantemente, e que se constituiu em instrumento preliminar para a abertura política. Refiro-me à Emenda Constitucional nº 11, de 1978, da qual tive o ensejo de participar, a seu chamado, quando ocupava as funções de Presidente da Câmara dos Deputados. A Emenda Constitucional nº 11 permitiu que o País voltasse ao Estado de Direito pela revogação dos atos de exceção – os Atos Institucionais e os Atos Complementares; pelo fim do bipartidarismo; pela volta da liberdade de organização sindical; pela possibilidade de concessão de anistia, entre outros itens fundamentais.

É indubitoso que, sem tal passo, não teríamos condições de operar a construção da Aliança Democrática em 1984, pacto político que viabilizou a convocação da Constituinte em 1986 e, por conseguinte, a Carta de 1988, denominada por Ulysses Guimarães de “Constituição Cidadã”.

Sr. Presidente, sei que o tempo não é solidário com os discursos longos. Contudo, antes de terminar, permita-me ler trechos de apresentação que o Ministro Golbery do Couto e Silva fez ao livro de Petrônio Portella, intitulado **Tempos de Congresso**.

(Interrupção do som.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – É bom frisar que nesse livro, editado somente após a sua morte, o Ministro Golbery confirma o seu talento nas articulações políticas:

“Petrônio Portella foi, em todas elas, ator dos mais qualificados – na verdade, mestre reconhecido e admirado. Dizer-se, pois, que foi grande político, presta-se a interpretações amesquinhadoras de sua efetiva grandeza, uma vez que mestre o foi, exímio, em qualquer dos degraus da variada **praxis** política”.

E a seguir acrescenta:

“E esse é o líder verdadeiro, em seu profetismo arrebatador e carismático, em quem o povo, a Nação toda acaba por enxergar sua própria encarnação em moldes humanos.

A Petrônio Portella não lhe foi dado alcançar tais culminâncias. Tinha tudo para isto, e sentimento bem generalizado no País é o de que a morte lhe ceifou, inexorável, a plena marcha ascensional à suprema magistratura da Nação”.

Sr. Presidente, antes de encerrar, gostaria de dizer que há uma manifestação do jurista e acadêmico Miguel Reale que consta de discurso proferido pelo Deputado Paes Landim, na Câmara dos Deputados, anteontem. Sobre o assunto, citando Miguel Reale, lembrou o Deputado Paes Landim:

Petrônio Portella preferia, ao invés de fazer postulações gongóricas e do mais amplo espectro, pleitear reformas aparentemente parciais, mas que, pela força natural das coisas, pudessem conduzir o País, como efetivamente conduziram, à reconquista das liberdades democráticas. Na vida pública, a consciência

da força do tempo ou a confiança no evolover dos acontecimentos constitui uma alta virtude política, e essa Petrônio Portella a possuía no mais alto grau, como demonstrou também, por ocasião da Lei nº 6.687 sobre a anistia. Enquanto se bradava nas ruas em prol de uma anistia “ampla e irrestrita”, ele preferiu conseguir-na na medida do possível: os acontecimentos futuros, contudo, se encarregaram de ampliar-lhe as consequências, alcançando-se os mesmos resultados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fazer memória de Petrônio Portella, por ocasião dos 80 anos de seu nascimento, é uma forma de aviventar, de vivificar os seus ideais e de tomá-los como inspiração em nossa sáfara e ao mesmo tempo fascinante atividade pública.

Por isso, com essa homenagem, acredito que estamos resgatando a memória de Petrônio Portella e certamente tomando-o como exemplo a guiar nossos passos neste momento difícil que vive a Nação.

Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex^a que desta homenagem fosse dada ciência à viúva, Dona Iracema Portella, bem como a seus irmãos, Lucídio Portella e Elói Portella, que foram também Sena-

dores, e a outros personalidades como os ex-Senadores Hugo Napoleão e Freitas Neto, ex-Governador Djalma Veloso, ex-Deputado Estadual Abdon Portella Nunes, e a outros seus parentes, muitos dos quais continuam militando na vida política do Estado do Piauí.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.045, DE 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno, requeremos o registro nos Anais do Senado Federal de um voto de lembrança ao ex-Presidente desta Casa Senador Petrônio Portella, na passagem, dia 12 de setembro corrente, do 80º aniversário do seu nascimento, ao tempo em que solicitamos sejam seus familiares comunicados a respeito.

Sala das Sessões, 21 de setembro de 2005.

A collection of handwritten signatures and initials, including names like Roberto de Faria, João Paulo, and others, written in black ink.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Quis Deus estar na Presidência no instante desta homenagem a Petrônio Portella. Quis Deus também estar presente o Senador Renan Calheiros, Presidente desta Casa.

O significado de Petrônio Portella para Piauí é extraordinário. A bandeira do Piauí, com as mesmas cores da bandeira brasileira, tem uma estrela, Senador Jefferson Peres, essa estrela é Petrônio Portella. Em meu gabinete nesta Casa estão os retratos de apenas dois homens: um está no céu, é o Papa João Paulo II; o outro é o Senador Petrônio Portella.

E gostaria de repetir frases que ele dizia a cada instante. Senador Leonel Pavan, ouvi dezenas de vezes Petrônio Portella dizer: “Não se pode agredir os fatos”. A segunda frase de preferência: “Só não muda quem demite seu direito de pensar”. E a sua força política nascia de um tripé: relacionamentos e crença que tinha no funcionalismo público, na imprensa e em suas bases políticas. Ele não se aproximava do mundo empresarial com medo do que está ocorrendo hoje.

Prestamos também a homenagem do Piauí àquele que, digo com certeza, seria Presidente da República, no planejamento político de Geisel, que foi saudado por Petrônio Portella na sua eleição neste Senado Federal, enquanto Ulysses Guimarães era o anticandidato.

O projeto político seria: Petrônio Portella Presidente, pelo Colégio Eleitoral, pelo PDS; e Tancredo Neves, seu aliado, vice-Presidente, pelo PP. Fariam a maioria no Colégio Eleitoral. Mas Deus quis que ele ficasse como exemplo. Sua passagem por aqui foi extraordinária, repito, em homenagem ao Senador Jefferson Peres, que simboliza a coragem da Justiça. Quando se fez a reforma do Judiciário e o Governo revolucionário mandou fechar esta Casa, Petrônio reagiu: “É o dia mais triste de minha vida”.

E hoje, nós piauienses podemos dizer que é um feliz dia esta homenagem, quando o pernambucano Marco Maciel reconhece a grandeza. E é lícito salientar que Heráclito Fortes, Senador do Piauí, o homenageou, pois na capital, Teresina, na Avenida Frei Serafim, existe um busto de Petrônio Portella.

Estas são as homenagens. O Piauí todo está enriquecido quando a memória de Petrônio Portella é levantada no momento mais difícil desta Nação. Que ele seja a luz e a inspiração para melhores dias no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao nobre Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Para

uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna nesta tarde para defender que façamos um esforço conjunto com setores do Governo Federal no sentido de buscar soluções técnicas mais apropriadas para o desenvolvimento da agricultura orgânica em nosso País. Atualmente, os insumos orgânicos ainda carecem de um processo de registro mais simplificado, pois o excesso de burocracia dificulta e muito a regulamentação adequada e prejudica o setor.

Acompanho este assunto com especial interesse por ter tido o privilégio de ser o Relator, nesta Casa, do projeto que resultou na Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que regulamenta a agricultura orgânica no Brasil. E é justamente a não regulamentação de artigos previstos nesta lei que está causando problemas e entraves aos orgânicos.

O art. 9º, por exemplo, diz que os insumos com uso voltado para a agricultura orgânica deverão ser objeto de processo de registro diferenciado, que garanta a simplificação e agilização de sua regulamentação. Entretanto, por ainda não estar regulamentado este artigo, os insumos destinados à agricultura orgânica continuam regidos pela Lei de Agrotóxicos, sujeitos a procedimentos dispendiosos e demorados que poderiam ser evitados.

A preocupação dos membros da cadeia produtiva dos orgânicos com essa questão é crescente. E, por isso mesmo, fui procurado pela Associação dos Produtores e Processadores de Orgânicos do Brasil (Brasil Bio) para que pudesse levar à frente a justa reivindicação em torno dos insumos orgânicos. Estes, por serem de manejo integrado e não causarem qualquer tipo de dano ao meio ambiente, a princípio não podem, de fato, estar sujeitos ao mesmo tratamento dispensado aos agrotóxicos.

O seu menor grau de toxidez ao homem, à fauna e ao ambiente, e também a sua baixa periculosidade no manuseio são justificativas plausíveis para que os insumos orgânicos recebam tratamento diferenciado quanto ao seu registro e regulamentação. Esse foi um cuidado de nossa parte durante elaboração de parecer favorável à matéria, tendo sido mantido no texto sancionado pela Presidência da República. Portanto, a pertinência do questionamento que vem sendo feito pelos agricultores orgânicos é indiscutível.

Por meio da Brasil Bio, os produtores sugerem que a simplificação e a agilização da legislação apro-

veite as contribuições do modelo alemão, baseado na legislação da União Européia, que confere tratamento diferenciado a produtos com baixa toxicidade ou que apresentem baixa periculosidade ao ser humano.

Pela complexidade e importância do assunto, decidi levá-lo para ser discutido no âmbito da nossa Comissão Permanente de Agricultura. Por isso, apresentei um requerimento para que seja realizada uma audiência pública com a presença dos Ministros da Agricultura, da Saúde e do Meio Ambiente, por serem membros do Comitê Técnico de Assessoramento de Agrotóxicos (CTA), além dos representantes de produtores e processadores.

Acredito que, dessa forma, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária poderá cumprir adequadamente sua função de opinar sobre a comercialização e a fiscalização de produtos e insumos, atribuição expressa em suas diretrizes.

O movimento de agricultura orgânica vem trabalhando há três décadas pela legalização do setor. A sua crescente importância pode ser observada pelo desenvolvimento de regulamentação de produtos orgânicos na União Européia, na Argentina, em Israel, na Austrália, na China, no Japão e nos Estados Unidos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no Brasil, já conseguimos uma grande conquista ao aprovarmos uma legislação própria para a matéria, traduzida na Lei nº 10.831, de 2003. Portanto, é nossa obrigação empreender esforços para que seus pontos sejam integralmente cumpridos; que a Comissão de Agricultura aprove o requerimento que apresentamos para que possamos em audiência dialogar com produtores e representantes do Governo em busca de alternativas que garanta o pleno desenvolvimento da agricultura orgânica em nosso País, pois trata-se de uma atividade de grande potencial econômico.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Aelton Freitas, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, Líder da Bancada do PMDB, para uma comunicação na forma do Regimento.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, nobre Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a Câmara dos Deputados concluiu ontem a votação dos destaques da Medida

Provisória nº 252, a “MP do Bem”, que deverá ser apreciada pelo Senado nos próximos dias.

É evidente, Sr. Presidente, que a medida significa um importante avanço na redução dos custos operacionais do setor produtivo, na medida em que diminui pontualmente a carga tributária que pesa sobre o empresariado e inviabiliza, por consequência, a expansão do nível de emprego. Mas as dificuldades que mais pesam sobre a vida dos brasileiros continuam a persistir no espaço onde o cidadão comum encena a tragédia da vida cotidiana, atuando na difícil arte de viver e, na maioria das vezes, de sobreviver: o Município. Porque é lá, nos Municípios, que a Federação deveria deixar de ser uma entidade política invisível, e por vezes até abstrata, para grande parte dos cidadãos, e ganha uma visibilidade sofrida nas demandas por saúde, educação, segurança, emprego, enfim, por todo um conjunto de bens e serviços inerentes à vida urbana.

Nesse contexto, recebemos a boa notícia veiculada pelos jornais – **O Globo** de hoje, por exemplo – dando conta do excelente desempenho da economia nos últimos meses que garantiu à Super-Receita (união das Secretarias de Receita Federal e da Previdência Social) sua maior arrecadação em um mês de agosto, tendo subido 9,08%, em relação ao mesmo período no ano passado, para alcançar o recorde de R\$38,6 bilhões. Desse total, R\$9,6 bilhões vieram do INSS, conforme matéria da jornalista Geralda Doca, na edição de **O Globo** de hoje, 21 de setembro.

Tal desempenho, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, deveu-se principalmente aos tributos pagos pelo setor produtivo e seriam ainda mais gordos não fossem os primeiros efeitos da MP do Bem, que provocou um recuo de 1,32% na arrecadação em relação a julho deste ano.

Entretanto – attem bem, Srs. Senadores – os Municípios brasileiros dificilmente perceberão qualquer melhoria na gestão pública levada a cabo pelos Prefeitos em decorrência do formidável desempenho da arrecadação. A perversa concentração de recursos não compartilhados na mão da União, a ampliação das atribuições municipais promovida pela Constituição de 1988, a vinculação de receitas e as limitações da Lei nº 10.028, de 2000, e da Lei de Responsabilidade Fiscal forjaram uma espécie de camisa-de-força para os Prefeitos. Essa camisa-de-força desenha um quadro desalentador para as municipalidades, notadamente as pequenas cidades do Nordeste, do Norte, do Centro-Oeste e da Paraíba, meu Estado querido, em particular.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na média nacional, 41% dos servidores públicos municipais recebem um salário mínimo. No Nordeste e na Para-

iba esse percentual sobe para algo em torno de 60% e 65%. Cada vez que o salário mínimo é aumentado – e aqui eu vejo algumas vezes as pessoas dizerem “vamos subir o salário” –, na média nacional, verifica-se um aumento entre 8% a 15% no custo da folha de pagamento das Prefeituras, isso porque os gastos com pessoal representam uma média de 52% do custo total. Na minha Paraíba, o custo de pessoal fica entre 60% e 67% da folha.

As receitas vinculadas engessam o Orçamento, comprometendo 15% com saúde e 25% com educação; 8,5% são obrigatoriamente destinados às Câmaras Legislativas, 1% ao Pasep e 15% à Previdência Social. Não há criatividade, engenho e arte que resistam. Os Prefeitos não sabem fazer milagres.

Neste momento que deveria ser de euforia com os dados da arrecadação divulgada, lamento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. trazer à colação desta Casa números desanimadores das Prefeituras. Todavia, eu não estaria em paz com a minha consciência, muito menos com o povo e os Prefeitos da Paraíba, a quem devo a minha primeira lealdade, se não o fizesse.

O Município de Barra de São Miguel – isso que estou falando está acontecendo em cada Município do interior do Nordeste – recebeu em junho R\$82 mil do Fundo; em julho, R\$21 mil; em agosto, R\$31 mil e em setembro, pasmem, R\$290,00.

Catolé do Rocha, importante pólo de desenvolvimento do Sertão, recebeu neste mês, na parcela que devia vir agora, zero. Era a parcela com a qual se deveriam pagar as Câmaras de Vereadores.

Pedras de Fogo, nos últimos quatro meses, teve uma diminuição acumulada na quota do FPM da ordem de R\$400 mil.

Parari, uma das cidades mais pobres da Paraíba, uma das mais pobres do Brasil, o quinto menor Município da Paraíba, situado a 247 km de João Pessoa, teve uma perda, nos últimos quatro meses, de R\$300 mil.

O Prefeito que não cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, além das penalidades que lhes serão aplicadas na conformidade da Lei nº 10.028 de 2000, não recebe recursos orçamentários porque não cumpriu a lei e ainda perde 30% dos subsídios destinados à prefeitura, mas não perde a responsabilidade de oferecer os serviços públicos municipais previstos na Constituição. Ou seja, Srs Senadores, é queda e coice!

Eu me pergunto: por que isso acontece? Por que os Municípios de Parari, Pedras do Fogo, Catolé do Rocha, Barra de São Miguel tiveram essa redução drástica nas contas dos FPM? Foi por incúria e desleixo de seus prefeitos? Foi inépcia? Foi negligência? Foi gestão temerária? Não, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Se-

nadores. Definitivamente, não. Essa situação é o retrato fiel e bem acabado do *non sense* que rege o modelo federativo brasileiro, casado com a insensibilidade da gestão pública central no trato operacional da restituição do Imposto de Renda, componente fundamental do Fundo de Participação dos Municípios.

Para a boa compreensão da gravidade do assunto que trago a esta Casa na tarde de hoje, encerro com a leitura da Nota Técnica nº 03/2005, produzida pela Confederação Nacional dos Municípios, em que são esclarecidas as razões para a queda do FPM e apresentada uma estratégia para a solução do problema.

Este mês, essa cota caiu 88%. Uma prefeitura 06 teria de receber, Srs. Senadores, R\$80 mil; recebeu só 18% disso. Dessas prefeituras 06, as que não tiveram nenhum desconto, receberam R\$5 mil e têm de pagar 18 à Câmara de Vereadores.

Mas, diz a nota:

Historicamente, nos últimos dez anos, os meses de junho e julho têm sido os meses onde os repasses de FPM são os mais baixos do ano, respectivamente, em função de que os maiores lotes da restituição do Imposto de Renda Retido na Fonte de Pessoas Físicas – IRRF-PF eram pagos nesses meses, concentrando quase 60% das restituições do imposto nesse período.

Esse procedimento provocava uma queda de 30% no volume de recursos transferidos em junho em relação a maio, iniciando-se em julho uma lenta recuperação, de forma que apenas em novembro os repasses retornavam aos níveis de maio. Os prefeitos sempre tiveram uma postura crítica a esse modelo de ressarcimento do IRRF-PF, defendendo uma distribuição mais proporcional das restituições entre os sete lotes previstos anualmente, de forma a não comprometer o fluxo de caixa dos municípios.

Nesse ano, a Receita Federal reduziu os lotes de restituição de junho e julho, sinalizando que as solicitações municipalistas tinham sido atendidas, entretanto nas previsões para os repasses do mês de setembro informou que haveria uma queda de 15% em relação ao mês de agosto, sendo a principal parcela afetada a segunda, de hoje (20/09), tanto que a última parcela do mês, que normalmente é a menor das três parcelas, nesse mês deverá ser quase cinco vezes maior que a segunda: R\$460 milhões contra R\$98 milhões.

Vejam: de R\$460 milhões para R\$98 milhões.

A simples alteração do mês em que ocorre a queda na transferência do FPM para os municípios não resolve o problema de fluxo de caixa das prefeituras, e a decisão unilateral da Receita Federal sobre como distribuir as restituições do IRRF-PF dentro do ano demonstra no mínimo uma falta de preocupação com a situação financeira dos demais entes da Federação.

A CNM e as entidades estaduais de municípios estarão realizando nos dias 27 e 28 de setembro uma mobilização em Brasília para pressionar o Congresso Nacional a votar a pauta de interesse dos municípios. Entre as reivindicações está o aumento em 1% da base de cálculo do FPM já para este ano, o que representaria um reforço no caixa das Prefeituras no mês de dezembro, para auxiliar no pagamento do 13º salário. Assim, convidamos os prefeitos de todo o País para participarem dessa mobilização no auditório Petrônio Portella, no Senado Federal, a partir das 13h30 min, para garantir o aumento do FPM já.

Sr. Presidente, era isto que eu queria abordar: o caos que existe em todo o Nordeste, uma cota que não dá para pagar sequer à Câmara de Vereadores. Essa era a cota de onde se tirariam os recursos para a Câmara de Vereadores. Há várias espadas de Dâmoques sobre a cabeça do prefeito, pois a Receita faz quando quer, e, além disso, também há os precatórios e as cotas descontadas sem previsão. Enfim, o prefeito leva queda e coice, porque, se o aumento do salário mínimo aumenta a folha da prefeitura, ele estoura na Lei de Responsabilidade Fiscal e, então, não pode receber 30% dos subsídios, nem as emendas.

Enfim, não sei para onde estamos marchando. Sei que está inviável ser prefeito, está inviável administrar as prefeituras nessas condições. É impossível uma cidade como Catolé do Rocha receber zero, porque houve muitos descontos e ainda um precatório, ou a maioria das cidades receberem R\$5 mil – as 06, que são a maioria –, quando têm que pagar R\$18 mil somente à Câmara de Vereadores. Isso acontece no Ceará, do Senador Tasso Jereissati, na Bahia, do Senador Antonio Carlos Magalhães, e em todos os Estados do Nordeste, do Norte, do Centro-Oeste e – por que não dizer? – em grande parte também dos pequenos municípios do sudoeste, que dependem de Fundo de Participação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Encerro o discurso, ressaltando a minha revolta com essa injustiça contra os municípios brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Ney Suassuna, com a permissão de V. Exª, acho que poderíamos buscar uma solução para esse problema, que está angustiado verdadeiramente o País. Sugiro uma reunião dos Líderes partidários do Senado Federal, para cobrarmos uma solução rápida, rápida mesmo, sob pena de os municípios se inviabilizarem completamente.

Tive oportunidade de conversar com alguns prefeitos em encontro que realizamos em Alagoas na semana que passou e dizer-lhes que, pelo menos na relação à Previdência Social, vamos aproveitar aqui, no Congresso Nacional, a tramitação da chamada “MP do bem”, para que possamos, de uma vez por todas, resolver as pendências dos municípios com a Previdência, porque como está não pode continuar. Os municípios não têm CND e não conseguem saldar em sessenta meses suas dívidas com a Previdência Social. E precisamos normalizar a situação.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sugiro a V. Exª que converse com a Área Econômica – e inclusive dela me disponho a participar –, para que possamos, de uma vez por todas, resolver essa questão, que é fundamental para o País. O Senado é a Casa da Federação, e o município é um ente federado. De modo que temos constitucionalmente a obrigação de defendê-los.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Exª e, a seguir, ao Senador Leonel Pavan.

Com a palavra o Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprimento V. Exª por essa feliz iniciativa e também ao Senador Ney Suassuna por ter trazido ao Plenário do Senado essa angústia, que é de todos os prefeitos do Brasil, hoje. Quando eu digo prefeitos, refiro-me aos municípios, porque os prefeitos são apenas os gerentes dos interesses municipais, nada mais que isso.

Sr. Presidente, cerca de 25% dos municípios brasileiros estão sem receber o Fundo de Participação, retido em razão de dívidas com o INSS. No meu Estado, um terço das prefeituras nada recebem do Fundo de Participação – e vivem por conta dele – em razão dessas dívidas. Elas existem? Existem, sim, mas o Governo Federal, sobretudo o INSS, precisa encontrar uma solução que não inviabilize os municípios brasileiros.

Portanto, V. Ex^a tem meu completo apoio à iniciativa que toma no sentido de reunir os Líderes, para que todos juntos encontrem uma solução que viabilize os municípios brasileiros.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador.

O SR. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Um aparte, Senador Ney Suassuna...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Tem a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a terminou? Porque eu já havia concedido a palavra, pela ordem, ao Senador Edison Lobão.

Em seguida, darei a palavra pela ordem ao Senador Leonel Pavan e depois a V. Ex^a.

Senador Leonel Pavan, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, ergui o microfone, porque estou inscrito para fazer uma comunicação inadiável. Eu apenas estava esperando ser chamado, porque sou o segundo inscrito. O Senador Aelton Freitas, que já falou, era o primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedi a palavra a V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Então V. Ex^a me permite? É questão de três minutos.

Sr. Presidente, apresentamos um requerimento, assinado pelo Senador Paulo Octávio, pelo Senador Tasso Jereissati e por mim, para que V. Ex^a determine a realização de sessão solene no dia 27 de setembro do corrente ano para comemorar o Dia Mundial do Turismo.

Faço um apelo a V. Ex^a para que o ponha em votação ou o aceite, para que no dia 27 seja realizada a sessão solene para comemorar o Dia Mundial do Turismo.

Outra assunto, Sr. Presidente, usei a tribuna recentemente para defender aqui os técnicos da Receita Federal. Talvez o meu pronunciamento não tenha sido bem entendido nem pelos auditores da Receita Federal.

Fiz aqui uma defesa do projeto de lei do Deputado Júlio Redecker. Recebi inúmeros **e-mails**, manifestações dos brilhantes auditores da Receita Federal de nosso País dizendo que eu estava defendendo algo ilegal. Ao contrário, estou defendendo uma PEC para legalizar essa matéria. Não estou pedindo que se faça nada errado.

Existe, em análise, uma PEC do Deputado Júlio Redecker que eu estaria defendendo. Porém, depois de eu ter recebido inúmeros *e-mails*, cartas, ofícios,

telefonemas, justificando por que os auditores estão contra a reivindicação dos técnicos da Receita Federal, passei a fazer um estudo maior e estou analisando, inclusive, a nossa posição.

Quero dizer que os técnicos precisam realmente do devido respeito e somente poderão ser atendidos se for aprovada a Emenda nº 89, do ilustre Deputado Júlio Redecker, à MP nº 258. Só seria ilegal se eu defendesse que eles assumissem uma posição sem que se mudasse a lei. Porém, entendo perfeitamente os auditores e também os técnicos. Não quero ficar nesse fogo cruzado. Quero aqui debater com as duas categorias, para que possamos encontrar o melhor para todos os funcionários da Receita Federal.

Sr. Presidente, fiz, no início do meu pronunciamento, a leitura de um requerimento – que V. Ex^a não pôde ouvir –, assinado pelos Senadores Paulo Octávio, Tasso Jereissati e por mim, para que, no dia 27 deste mês, seja realizada uma sessão solene para comemorar o Dia Mundial do Turismo. O Brasil inteiro vai comemorar essa data.

Se for possível, Sr. Presidente, em nome do Senador Paulo Octávio, da Subcomissão de Turismo e em nosso nome, eu gostaria de pedir a V. Ex^a que colocasse em votação e aprovasse o nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa examinará e dará encaminhamento ao requerimento de V. Ex^a.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Wellington Salgado de Oliveira e, em seguida, darei a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, para poderemos começar a Ordem do Dia.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria simplesmente endossar aqui o que o Senador Ney Suassuna colocou sobre a questão dos municípios.

Eu tive oportunidade de participar da reunião da Associação dos Municípios Mineiros, em Belo Horizonte, e o problema é o mesmo colocado pelo Senador Ney Suassuna: a questão de não-parcelamento das dívidas do INSS, a mesma luta por mais 1% no Fundo de Participação dos Municípios, e, o que é pior, os Municípios de Minas Gerais vêm pagando 7,5% sobre a rolagem da sua dívida, mais IGP-DI, quando em todos os Estados, com exceção do Pará e de Alagoas, que é o Estado do Presidente, pagam 6% sobre a rolagem da dívida. Não entendo por que isso.

Acho que todos os Estados deveriam ser iguais. No entanto Minas Gerais está pagando 1,5% a mais por ano para a rolagem da sua dívida, e os Municípios pedem 1% a mais no Fundo de Participação dos Municípios. Inclusive Alagoas também paga 7,5% sobre a

rolagem da sua dívida, e Estado do Pará. São os três únicos Estados que pagam IGP-DI mais 7,5, enquanto todos os demais pagam IGP-DI, mais 6. O porquê eu não sei, mas acho que todos deveriam ser iguais.

Então, se Minas voltar a pagar igual a todos os outros Estados, IGP-DI, mais 6, teríamos mais 1,5 para o Governador Aécio, que está lutando para pagar as suas dívidas, distribuir para os municípios. Não entendo em que momento aconteceu isso, mas está completamente errado. Eu não sei como vou caminhar, junto com os demais Senadores, para tentar igualar Minas com os demais Estados.

Era só isso que eu queria colocar, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a; em seguida, ao Líder Aloizio Mercadante.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas para que o Senador Wellington Salgado de Oliveira, que é novato aqui no Senado, saiba que Minas Gerais paga 7,5%, porque só pagou 10% na amortização da dívida, enquanto os outros Estados pagaram 20%. Então, Minas Gerais, para poder pagar 6%, precisaria pagar 10% a mais da sua dívida que foi negociada. Existem outros Estados que, na verdade, pagam 9%, Senador. A Prefeitura de São Paulo paga 9%, não paga 7,5%, não, porque não fez a devida amortização.

Então, são essas informações que eu gostaria de fornecer a V. Ex^a, que não estava ainda acompanhando as questões de Minas àquela época. A negociação da dívida dos Estados foi extremamente importante para os Estados que tinham dívidas com juros muito maiores do que pagam hoje, dívidas com vencimento indeterminado. Foi muito importante para a estabilidade econômica do Brasil. Se nós vivemos, hoje, um período de normalidade econômica, mesmo com a crise política, muito se deve ao que foi feito de reorganização das finanças, dos Estados, dos Municípios e do País como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de tratar do tema da reforma política. Acho fundamental que o Senado se pronuncie com veemência sobre essa questão, para que asseguremos uma reforma que reduza os custos e dê transparência – a Câmara

deverá decidir nos próximos dias. Então, é indispensável o pronunciamento do Senado Federal.

Antes disso, sinto-me na obrigação de me pronunciar sobre o episódio ocorrido hoje nas CPIs durante o depoimento do banqueiro Daniel Dantas.

Tenho evitado participar das CPIs, a não ser quando se refere a figuras do Governo ou do meu Partido, que me sinto obrigado e motivado a defender. Mas, como Líder do Governo, em todo processo de investigação, eu tenho mantido uma relativa distância porque acho que é do exercício da minha função.

Hoje, a minha companheira Ideli, por quem tenho grande apreço, uma Senadora combativa, sempre aguerrida, fez uma intervenção bastante dura, em muitos aspectos eu diria inclusive impecável, na crítica ao desempenho empresarial do Sr. Daniel Dantas. No entanto, em determinado momento, ela faz uma menção que me sinto na obrigação de discutir neste Plenário.

Há algumas semanas, subi à tribuna para defender o Fábio, filho do Lula, para dizer que os filhos não têm que explicar os pais e que os filhos dos homens públicos vivem uma situação muito difícil porque eles não podem trabalhar no setor público e não devem trabalhar, porque isso caracteriza o nepotismo. Na iniciativa privada, eles têm que ter a liberdade de desenvolver as suas atividades. Não tendo ilicitude, não tendo irregularidade, eles evidentemente, têm de ter a liberdade empresarial, profissional, assalariada, seja qual for a escolha que fazem.

No entanto, no Brasil, vivemos uma permanente cobrança dos familiares especialmente dos filhos, como se os filhos tivessem que explicar as atitudes dos pais. Lembro-me de que tive um debate acalorado com o Senador Arthur Virgílio, com o Senador José Agripino, porque essa é a posição de vida que tenho, entre outras coisas, por ser filho de militar. Eu comecei minha militância política com dezessete anos e também fui cobrado naquela época pelas posições do meu pai, que sempre foi muito coerente nas suas posições e eu nas minhas. E, assim como na família cada um pode ter a sua identidade, eu acho que isso é fundamental na sociedade brasileira.

Eu me lembro de uma entrevista de Mitterrand, quando ele estava com uma senhora de 27 anos atrás dele, já no final da vida dele, do seu mandato presidencial, e a imprensa francesa pergunta a Mitterrand: “Essa aí é a sua filha fora do casamento?” Ele fala assim: “É. E daí?” E a imprensa francesa nunca mais tratou desse assunto.

No Brasil, não. Os filhos, às vezes na mais tenra idade, são cobrados como se eles fossem personalidades públicas, obrigados a responder pela atividade

dos pais. E assim como nunca aceitei esse critério, defendi o filho do Lula por princípio, por coerência com as minhas atividades, com os meus posicionamentos, no âmbito da minha vida pública.

Eu ia subir a esta tribuna outro dia para fazer a defesa da filha do Governador Geraldo Alckmin. Li uma matéria que criticava o procedimento que o Governo de Geraldo Alckmin tinha feito em relação à empresa Daslu. Tinham sido feitos alguns benefícios fiscais, do meu ponto de vista completamente descabidos e açodados, de favorecimento fiscal àquela empresa para o tratamento fiscal tributário, sem a devida apuração, porque inclusive era uma empresa que sonegava imposto comprovadamente. A filha do Governador estava na audiência, e o jornal coloca aquilo como “filha do Governador participa de favorecimento da empresa”.

É evidente que é decisão do Secretário de Fazenda, não é porque a filha do Governador estava na audiência. Porque, se fosse uma empresa da 25 de Março, seguramente não teria tido aquele tratamento. É porque era a Daslu, uma empresa que trata da fina flor da sociedade paulista, uma empresa extremamente importante, com visibilidade, com poder econômico. Só por isso que ela foi favorecida. A crítica que faço é ao Governador, mas acho que a filha dele não deveria estar na matéria. Ela não tem qualquer responsabilidade e tem que ser preservada na sua identidade.

Por isso, subo hoje à tribuna no mesmo sentido. A minha companheira Ideli fez uma crítica muito dura e, eu diria, fundamentalmente, sustentável do ponto de vista dos negócios do Sr. Daniel Dantas, que muitas vezes pela forma como opera no mercado gera instabilidade institucional nas empresas, gera procedimentos que são altamente criticados e sempre com uma visibilidade inconveniente nos seus negócios.

Acho que ela tinha direito de colocar no seu mandato a crítica que achasse oportuna. Mas ela, em um determinado momento, menciona a tentativa dele de comprar a empresa do Presidente Lula, antes inclusive do negócio que foi feito com a Telemar – o que mostra, portanto, que foi um negócio do setor privado – e em seguida fala da Verônica, filha do Prefeito José Serra, que teria uma suposta empresa com um parente do Sr. Daniel Dantas. Ela diz isso no sentido de mostrar como ele tenta envolver as famílias de pessoas importantes. Pode ser. Não sei se procede ou não.

Mas o que sei é que para mim esse não é um argumento na vida pública. Se a Verônica – com quem, por sinal, tenho uma relação pessoal –, filha do Serra, tem ou não uma empresa, se não há nenhuma ilicitude, não tem por que ser colocada no debate das políticas públicas. Ou assumimos uma posição clara em relação a isso, ou vamos continuar alimentando uma

das maiores injustiças. Vou repetir: filho não tem que explicar pai, filha não tem que explicar pai. E quem não está na vida pública não tem que prestar conta de seus atos a não ser como qualquer outro cidadão que cometeu uma ilegalidade. Se há ilegalidade, que se aponte a ilegalidade. Mas atingir os pais ou parentes mediante terceiros é impropriedade.

Espero que um dia nesta sociedade possamos ter uma cultura semelhante à cultura da imprensa francesa. Citei o exemplo de Mitterrand porque mostra que é possível ter uma cultura em que se discuta os atos na vida pública.

Portanto, faça a crítica que tiver que ser feita ao Sr. José Serra – e eu tenho longas, e agressivas muitas vezes, críticas ao seu posicionamento na vida pública. Desde 1977, quando eu estava na campanha dele para Deputado Federal, eu era um dos coordenadores da sua campanha para Deputado Federal, ele nem pôde ser candidato naquela ocasião. Rompemos em 1978 – já se vão aí tantos anos de divergência política. Agora, acho que os filhos têm que ser preservados; não podem ser colocados no debate, principalmente quando não há identificação de qualquer tipo de ilegalidade.

Por isso, por coerência, porque acredito no que estou falando e já debati aqui neste plenário, o que eu disse em relação aos filhos do Lula eu digo em relação aos filhos de qualquer homem público: se não há ilegalidade, se não há ilicitude, que não se utilize isso como argumento para atingir quem quer que seja. E em função disso – sei que não foi intenção dela, sei que ela não pretendia isso – eu não me sentiria bem se não subisse nesta tribuna e não falasse o que estou falando. Entre outras coisas, no caso da Verônica Serra, eu tenho uma relação pessoal com ela e por ela eu tenho apreço.

Então, não creio que haja qualquer tipo de ilegalidade, não identifico, e não vejo que isso possa ser um argumento no debate político. E digo isso porque direi todas às vezes em situações semelhantes. Na semana passada, inclusive, eu disse nacionalmente, em relação ao irmão do Palocci. O Palocci não pode ser cobrado por qualquer ato praticado por seu irmão, a não ser que haja vínculo comprovado. E não sei se o irmão praticou algum tipo de coisa que precise ser apurado. Se existir, que seja apurado, mas, não se associe à imagem, porque é impropriedade, é inconveniente, é incorreto. E repetidamente, no Brasil, isso vem acontecendo, como se o homem público tivesse que cuidar de todos os seus parentes e ter uma responsabilidade que não pode ter.

E, em relação aos filhos, eu insisto: os filhos na democracia não têm por que explicar as atitudes da vida pública dos pais. Eles têm que ser preservados, respei-

tados, na sua individualidade, na sua cidadania, na sua privacidade, se eles não estão na vida pública.

Por isso, subo aqui com a mesma veemência que subi para defender o Fábio, filho do Lula, porque sei o que ele passou. Eu me lembro que, como crianças, na greve de 80, eles foram agredidos na escola. Eram meninos, na primeira idade, porque o pai era um sindicalista que estava fazendo uma greve. Sei o que essas crianças passaram. Sei o que fizeram com a Lurian, em 89, porque fui eu quem foi falar com ela. Fui eu a pegar uma menina de 14 anos, dilacerada, nacionalmente, quando se colocaram pai e mãe contra – uma coisa inaceitável, feita na campanha do Collor! E me pergunto se nós vamos continuar tolerando esse tipo de coisa.

Eu tenho um lado nessas questões: não importa quem seja. Acho que nós temos de tirar do debate público os nossos filhos; que eles sejam preservados na sua privacidade e na sua individualidade, porque eles não têm responsabilidade pelos nossos atos. Por isso, falo aqui com a veemência que eu sinto em relação a episódios que vivi. Acho que será muito melhor que cada homem público seja cobrado por aquilo que é, por aquilo que faz ou deixa de fazer. Mas, jamais, porque seus filhos, de alguma forma, possam ser colocados em uma pauta que, diria, não é deles, porque eles não estão na vida pública.

Dito isso, quero agora concluir, Sr. Presidente, falando da reforma Política. Nós temos pouco tempo para a reforma Política. Quero elogiar a iniciativa do Senador Tasso Jereissati, que propôs uma emenda constitucional. Entendi o pronunciamento do Senador José Jorge, mas gostaria que S. Ex^a aguardasse. Se, de fato, não for votada, até 3 de outubro, a reforma Política – e eu trabalho para que seja... Inclusive, inicialmente, havia dito ao Senador Jereissati que valeria a pena apresentar essa PEC, com o que eu concordo, se a reforma não for aprovada, mas vamos trabalhar para aprovar até 3 de outubro... A PEC que adia até 31 de dezembro, sem tocar no problema da filiação partidária e no domicílio e, portanto, preserva o problema fundamental da vida dos candidatos...

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– E extrapartidária, que também...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Não precisa ser tratado. Ele propõe que seja adiada até 31 de dezembro, caso não haja tempo hábil para aprovar a reforma Política. Se não houver tempo hábil, devemos continuar trabalhando até o final do ano.

Entendo a preocupação do Senador José Jorge, mas insisto em que, se não houver tempo hábil, é melhor adiarmos e fazermos a reforma política eleitoral

do que irmos para 2006 como se tudo o que estamos discutindo não tivesse acontecido no Brasil.

As CPIs não são apenas um instrumento de fiscalização. Sei que alguns se deslumbram e crêem que aquele é um momento excepcional de seus mandatos, sentem-se no papel de polícia, exercendo o poder de política. Ficam absolutamente motivados por aquele papel. É um direito de cada um. No entanto, o sentido maior não é substituir a Polícia Federal nem o Ministério Público. O sentido maior da CPI, da Comissão Parlamentar de Inquérito ou da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, é investigar para formular políticas públicas, para resolver problemas da sociedade, para prevenir novas crises políticas.

Por isso, a questão fundamental dessa crise, a origem dessa crise, é o financiamento de campanha. O financiamento de campanha tem que ser atacado pela raiz, que está no projeto de reforma que o Senado apresentou.

Qual é o eixo do que estamos propondo? Redução dos gastos com publicidade, redução dos gastos com campanha. Entendo que algumas agências de publicidade não queiram a reforma. Eu as respeito. Pergunto-lhes se é possível continuar com esse padrão de gasto das agências e da linguagem televisiva. A democracia brasileira não quer pagar esse preço. É o que está dizendo essa crise. Infelizmente, não quer pagar. A linguagem televisiva é muito complexa, muito cara e a política não tem como manter, hoje, esse padrão. Vamos simplificar a linguagem televisiva. Será o candidato e a câmera – uma coisa mais autêntica, mais verdadeira, sem qualquer tipo de artifício. Cai a audiência? Cai. Reduziremos o prazo da campanha para poder dar o recado curto e grosso e permitir a essência do programa de televisão que é o debate político.

Em segundo lugar, acabar com os brindes em campanha, acabar com os “showmícios”. A nossa campanha corta com coragem os custos e, mais do que cortar os custos, dá transparência total ao financiamento na Internet em tempo real, a despesa e a receita estarão em tempo real na Internet.

Isso vai dar um controle social, isso vai dar direito ao cidadão saber quem está financiando, como está financiando, onde está sendo gasto o dinheiro em campanha; isso vai inibir o abuso do poder econômico e o desvio de função da campanha eleitoral. Por isso a reforma proposta pelo Senado é muito boa na forma como foi concebida.

Proibirmos por um prazo longo a publicação de institutos de pesquisa não acho que seja uma coisa que esteja amadurecida. Cria resistências que dificultam a aprovação. Não devíamos ter feito uma proibição de divulgação tão ampla. Acho que isso gerou

uma das dificuldades que se manifestam nos ataques que estamos tendo à nossa proposta de reforma. Talvez pudéssemos negociar esse aspecto, ouvindo dos Deputados algumas sugestões que possam aprimorar esse ponto.

Temos que fazer uma reforma cortando gastos e dando transparência ao financiamento. Sem isso, a crise voltará a se repetir no futuro e tudo que estamos fazendo hoje não será superado.

Por isso faço um apelo a todos os Partidos no Senado, às Lideranças e sobretudo ao Presidente Renan e faço uma sugestão – o Presidente Renan tem sabido dos momentos fundamentais desse processo: chamar as Lideranças para pactuarmos encaminhamentos. A minha sugestão é que convidemos a Relatora da Câmara, as Lideranças da Câmara e do Senado e que possamos, conjuntamente, numa reunião com o Presidente do Senado, tentar construir um acordo para darmos prosseguimento à reforma política.

Queria evidentemente ceder um aparte ao Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Aloizio Mercadante, gostaria, com a permissão de V. Ex^a e a do Presidente, de fazer aparte aos dois pontos que V. Ex^a abordou. Primeiro, quanto à questão dos filhos, mas não posso deixar de...

(Interrupção do som.)

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – ...é uma profunda falta de argumentos, falta de talento para argumentar, um vazio de idéias quando se usam parentescos de qualquer origem para atingir alguém: filho, irmão, pai, tio, avô. Concordo absolutamente com tudo o que V. Ex^a disse. Porém, mais grave foi o procedimento da Senadora Ideli Salvatti hoje – não posso deixar de fazer esse registro – ao fazer uma acusação, uma referência como se houvesse alguma culpa em que uma filha empresária de um político fosse associada a um outro empresário, o que não teria nada demais. No entanto, no contexto em que o assunto foi colocado, dá a impressão, para o público que está assistindo, de que existe alguma ligação ilícita. É absolutamente imperdoável. E mais ainda: se já é imperdoável tentar fazer essa ilação, referindo-se à filha do Prefeito de São Paulo, José Serra, é mais grave ainda porque a ilação, que não teria nada de errado, não é verdadeira. Não existe nem nunca existiu nenhuma sociedade – não teria problema algum se existisse – entre a filha do Prefeito, no passado, e a filha ou a irmã de um empresário privado, não tendo nenhuma das duas nenhum tipo de conexão com o Governo. Isso é absolutamente – permita-me a Senadora Ideli Salvatti, por quem tenho o maior respeito – leviano, S. Ex^a está-se repetindo muito,

por falta de argumentos ou talvez para defender fatos, usando dessas artimanhas que são absolutamente injustificadas. Quero deixar aqui meu protesto.

No outro ponto que V. Ex^a atacou...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – ... da reforma política, existe também um perfeito entendimento entre nós. A reforma política é extremamente necessária, principalmente a do sistema eleitoral. E entre não fazer nada e fazer alguma coisa para que não tenhamos que enfrentar as eleições de 2006 com todos os erros e brechas que existem para nascimento de gastos absolutamente desproporcionais à possibilidade dos candidatos, nós vamos incorrer nos mesmos erros e nos mesmos problemas que vão expor homens sérios do País a situações...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – ... a que não queriam expor-se. Já estou terminando, Sr. Presidente. Eu queria dizer do imenso respeito e de quase todas as concordâncias que tenho com o Senador José Jorge. O que precisamos fazer é não tentar chegar agora à reforma ideal. Vai ser impossível fazer agora a reforma ideal, não temos tempo para isso, é uma questão muito polêmica. Mas também não podemos nos omitir diante do fato de que o tempo é pequeno e ter a certeza de que em 2006 estaremos errando novamente e levando homens sérios ao erro também. Não podemos aceitar a conjectura de que necessariamente a proposta que será feita nesses dois meses será ruim ou que existe algum tipo de acordo. Não. Existem condições aqui no Congresso, no Senado ou na Câmara, existem lideranças, existem homens sérios, políticos sérios, que estão preocupados com isso e são capazes de conduzir uma negociação para melhorar, mesmo que não chegue à perfeição, evitando erros agora para que, no futuro, se faça um processo de aperfeiçoamento cada vez maior. É impossível aceitar a argumentação de que não há clima para isso. Ao contrário, há clima para isso, sim; a calma tem sido a responsável pela manutenção dos vícios e não pela correção dos vícios. A tempestade fará com que sejamos obrigados a realizar algumas correções. Muito obrigado pela sua paciência.

O SR. ALOIZO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se V. Ex^a permitir, gostaria de passar o aparte ao Senador José Jorge e concluir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O tempo de V. Ex^a já encerrou. Eu poderia conceder a palavra ao Senador José Jorge pela ordem e depois ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pelo art. 14.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Para concluir, quero dizer que tenho um imenso apreço pela Senadora Ideli, que considero uma Senadora muito destacada e que cresceu muito politicamente no âmbito deste Senado.

Ela tem uma alma combativa e aguerrida. Penso que ela utilizou esse exemplo para criticar o empresário, e não para atingir a Verônica Serra, mas, sendo ou não, penso que devemos tirar esse tipo de argumento da pauta. Isso não pode prosperar. É um caminho muito ruim atingir os homens públicos pelos familiares, sobretudo porque na maioria das vezes...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– ...qualquer tipo de responsabilidade, eles não estão na vida pública e não têm por que responderem pelos pais.

Proponho uma mudança de atitude, que discutamos os atos de quem está na vida pública.

Críticas ao Sr. Daniel Dantas tenho muitas. Eu já disse isso a ele, inclusive quando ingressei com uma representação no Ministério Público sobre a relação do Banco com o Fundo Petros no passado. Era um acordo que eu achava totalmente lesivo aos trabalhadores.

Pela forma como se atua nas empresas, desestabilizam-se as empresas para comprar barato ou vender caro. Esse tipo de procedimento não é, eu diria, um padrão empresarial que deva ser valorizado. Acho inaceitável a forma como se conduz os seus negócios. É o que penso sobre ele. Mas o debate político tem de continuar, a apuração, se há ilegalidade na atuação do seu banco, mas vamos deixar os filhos fora desse debate! Eles não têm que explicar a atitude dos pais, não podem ser utilizados para qualquer tipo de argumento na luta política. Esse é o apelo que eu faço.

Sobre a reforma política, ela tem que sair. Temos que nos levantar...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Proponho, portanto, como encaminhamento que o Presidente Renan convoque uma reunião de Líderes da Câmara e do Senado amanhã cedo para que, juntos, ponderemos com as lideranças da Câmara o sentido e a urgência da reforma.

A crise sempre foi parteira na História de novas possibilidades, novas oportunidades e o é também agora. Temos de atacar a matriz desse problema, que são os custos elevados das campanhas e a falta de transparência e do controle democrático e social dos gastos de campanha.

Se nós fizermos isso, daremos uma grande contribuição à democracia brasileira. Seguramente, mais

do que punir responsáveis, que devem ser punidos, ela prevenirá crises futuras, que é – eu diria – a maior contribuição que a nossa geração pode dar à democracia e ao rico processo democrático no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em seguida, darei a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Quero pedir a palavra pelo art. 14, por ter sido citado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Darei a palavra a V. Ex^a em seguida, por ter sido citado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, inscrevo-me, então, para falar após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a está devidamente inscrito.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para louvar em parte as palavras do Senador Mercadante, mas acho também que ele estimulou uma maneira de agir inadequada, incorreta da Senadora Ideli Salvatti. Esta senhora esteve hoje numa Comissão de Inquérito desrespeitando o depoente, o qual não quero defender, embora seja um baiano ilustre.

Mas ninguém tem o direito, Sr. Presidente, de, perante um depoente, dizer: “O senhor é o maior corrupto do Brasil.” O depoente poderia ter respondido: “É a senhora, sim, que é a maior corrupta do Brasil”. Deveria ter dito isso, como estou dizendo agora, desta tribuna, em nome dele, embora não deseje tirar um pouco da razão do Senador Mercadante, que, além do mais, livrou de um ataque o ex-Senador Serra, feito pela irresponsável Senadora Ideli Salvatti. Ela tem sido irresponsável várias vezes nesta Casa, e nunca o seu Partido toma posição. É preciso, então, que se diga isso aqui da tribuna até que o mesmo um dia a tome, para que ela não continue os abusos de que tem frequentemente usado na sua palavra irresponsável.

Disse a Sr^a Ideli que a filha do ex-Senador Serra era sócia de um filho ou filha do Dr. Daniel Dantas. O fato, além de falso, não merece ser tratado aqui, como disse o Senador Aloizio Mercadante. Se o fizermos, isso

será muito ruim para a Senadora Ideli Salvatti e para a própria Bancada do PT. Ninguém sairá vencendo. Ao contrário, haverá muitos perdedores.

Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que procure coibir a maneira com que se tratam alguns dos depoentes nesta Casa. A imprensa já tem chamado atenção para esse fato, o que está desmoralizando muitas das CPIs.

Outra questão. No que se refere à reforma política, esta não andarão se houver assuntos polêmicos, como financiamento e lista de Deputados. Posso dizer isso porque chefiou uma corrente política na Bahia. A lista de Deputados é impeditiva àqueles que não têm padrinhos ou então só serve para quem não tem voto. Quem tem voto não precisa de lista de Deputados. É algo que não faz sentido; e a reforma não pode passar dessa maneira. Caso contrário, em cada Estado, aquele que tiver o poder do Diretório terá o poder de fazer as Bancadas. Se quiserem que alguma reforma passe, temos de diminuir ao máximo as matérias e fazer um pouco como a reforma do Senador Jorge Bornhausen em relação à próxima eleição. Fora disso, não vai passar, mesmo que passe a emenda para dezembro ou janeiro.

Conheço esta Casa. Conheço mais ainda a Câmara dos Deputados, e sei que não vai vingar acordo político de cúpula. Na hora da votação, será diferente. E tem de ser diferente, para que o povo possa manifestar livremente nas urnas a sua vontade e não fique sujeito a ditadura partidária.

Sr. Presidente, volto a pedir a V. Ex^a que observe os termos que estão sendo utilizados por Parlamentares nessas CPIs, porque isso não vai acabar bem e desmoraliza o Congresso, que V. Ex^a preside com tanta dignidade.

Fiz questão de vir à tribuna registrar que não estou lá defendendo o Sr. Daniel Dantas nem o Opportunity – até porque penso que o Sr. Daniel Dantas, sendo baiano, poderia ter feito muito mais pela Bahia do que fez até agora –, mas estou criticando a maneira como ele foi agredido, irresponsavelmente, por uma Senadora que talvez não pudesse fazer isso, se olhasse bem para o seu nariz.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador José

Jorge, por ter sido citado, na forma do art. 14, com a aquiescência do Senador Arthur Virgílio.

Depois, concederei a palavra a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Serei rápido.

Na verdade, o Senador Aloizio Mercadante falou sobre o Projeto de Lei nº 5.855, na Câmara dos Deputados, que altera a Lei nº 9.504, que é a chamada reforma eleitoral. Ela é oriunda de um projeto do Senador Jorge Bornhausen, o qual relatei aqui e que foi aprovado, tendo sido encaminhado à Câmara dos Deputados.

A novidade é que foi finalmente indicada uma Relatora, que é a Deputada Iriny Lopes, do PT do Espírito Santo. A Deputada já apresentou seu parecer, que é favorável. Falei hoje com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, Deputado Antonio Carlos Biscaia, e S. Ex^a me disse que vai tentar votar o projeto amanhã.

O problema é que, no parecer da Deputada, apesar de ser favorável ao projeto, S. Ex^a apresentou três emendas de mérito que alteram substancialmente a execução do projeto. A primeira mantém todos os programas de TV na forma atual, mas, a meu ver, seria importante a simplificação desses. A segunda versa sobre a questão da boca-de-urna. Uma das finalidades de se acabar com a boca-de-urna é exatamente pelo fato de que, hoje em dia, principalmente nas eleições proporcionais, essa prática está se revelando um dos custos mais altos da campanha. E, na verdade, convenhamos que não é uma prática civilizada. A Deputada também quer que permaneçam as mesmas regras atuais para a boca-de-urna. A terceira diz respeito à questão do prazo de campanha. O Brasil tem uma das maiores campanhas do mundo. E a nossa idéia é justamente reduzir o prazo de campanha de 90 para 60 dias, mesmo reconhecendo que isso prejudica a Oposição.

Estive conversando com o Senador Mercadante, que se comprometeu em falar com a Relatora sobre a matéria e também com o Presidente – ambos são do PT –, a fim de que possamos chegar a um acordo para manter o projeto na sua integralidade. Como todos sabem, a proposta possui caráter emergencial e não atinge o âmago do problema político, mas, pelo menos, simplifica a votação da questão eleitoral. Considero necessário que se faça o entendimento na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, para que possamos aprovar o projeto na sua integralidade, diminuindo o

tempo da campanha e a forma de fazer os programas eleitorais no rádio e na televisão e também proibindo, de uma vez por todas, a boca-de-urna.

Acredito que, se isso for feito, ainda teremos tempo de aprovar o projeto, já que as medidas provisórias estão sendo votadas. Com isso, a Câmara poderá abrir o plenário para a votação desse projeto de lei.

Era só isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de esclarecer à Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

Em seguida, começaremos a Ordem do Dia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Aloizio Mercadante fez um discurso de conteúdo nobre, propondo nível elevado de combate político.

É evidente que o PSDB não pode se furtar a debater, a dialogar, a discutir, sempre procurando o encaminhamento mais decente para o desenrolar dos fatos no Congresso Nacional e fora dele. E obviamente alguns fatos devem ser revelados com clareza, seja nas conversas entre Senadores, entre Líderes partidários, seja no diálogo que devemos manter perante a Nação.

Para nós, Líder Aloizio Mercadante, houve certa mudança de tom no PT, a partir da nota emitida ontem pelo Partido, que soou aos ouvidos dos oposicionistas como uma declaração de guerra. Consideramos a nota pouco explicativa, pois não esclareceu os fatos de que são acusados eminentes dirigentes do seu Partido, os fatos que envolvem fundamente o Governo do Presidente Lula da Silva. Ao mesmo tempo, parecia que a solução para a crise seria o confronto permanente e diário. Isso nos cheirou a uma “venezuelização” do País, procurando dividir o Brasil entre quem estaria contra Lula e quem, porventura, se postaria a favor do Presidente.

A resposta a essa situação é essencial. Queremos saber se, de fato, aquela nota é uma proposta de guerra, uma proposta de combate sem trégua e sem quartel. Se for, não teremos alternativa, a não ser aceitar a luva do desafio para o duelo.

Do mesmo modo – e não sabemos se por essa razão –, algumas atitudes começaram a ser tomadas, demonstrando uma aparente obediência ao que preconizava a nota do PT. Ontem, um Deputado de sei lá que categoria estava na Comissão... É incrível como esse Deputado consegue ter arroubos e, depois, na

hora própria, diminuir o arroubo. É uma coisa estranha, porque não consigo imaginar uma pessoa ter um arroubo – o que não é desejável, mas que todos temos um pouco – e depois baixar. Não consigo entender. Acho que, quando sobe, deve subir de vez, que nem foguete. Se é que é para subir.

Hoje o Deputado protagonizou outra cena. E hoje, novamente, o Deputado baixou o facho, pelo que eu soube. Então...

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC) – Eu soube, Senador Arthur Virgílio, que o Deputado, tendo subido o facho, topou com V. Ex^a, um adversário eu não diria nem que da mesma estatura, porque V. Ex^a tem uma estatura moral muito maior do que a dele, se é que ele tem alguma. Mas ele, hoje, de forma covarde – veja que ele sabe com quem mexe –, ele confundiu e se equivocou. Com V. Ex^a ele recuou, mas achou que com uma Senadora de Alagoas...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E logo com quem, não é?

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC) – ... com uma Senadora de Alagoas, por se tratar de mulher, ele poderia mostrar a sua faceta de covardia, de truculência, de desespero. Então, eu queria aproveitar, se V. Ex^a me permite, inclusive para registrar a nossa indignação, o nosso protesto, o nosso veemente protesto pela atitude covarde de uma Parlamentar do PT que, confundindo tudo nesta Casa, tentou agredir uma Parlamentar da fibra da Senadora Heloísa Helena, que V. Ex^a conhece. Certamente, confundiu: “É mulher! Aqui eu posso subir na tamanca! Com o Senador Arthur Virgílio eu não pude, porque ele ia me dar, no mínimo, um bofete!” Ele sabe exatamente a dimensão das coisas. Então, aproveitando a referência que V. Ex^a fez, quero aqui lavar o meu veemente protesto nesta Casa contra a grosseria, a brutalidade da ofensa perpetrada contra uma Senadora da estatura da Senadora Heloísa Helena por um Deputado que se sente perdido, aparvalhado na sua mediocridade e agride uma colega do Parlamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço, Senador.

A Senadora, mais uma vez, mostrou que, embora não falem companheiros a defendê-la, não precisa da defesa de ninguém, porque ela própria se impõe pela autoridade moral, pela coragem política, que faz dela uma pessoa corajosa até fisicamente.

Tentamos ver isso como algo isolado, mas o Deputado me parecia um candidato a Paulo Pimenta.

V. Ex^{as} viram que fim triste teve o Sr. Paulo Pimenta. Que fim triste! Então, o de ontem parece que estava fazendo vestibular para Paulo Pimenta. Mais um treino e ele é escalado para o time principal. Queremos chamar a atenção para o fato de que esse tipo de diálogo não vai dar certo conosco. É bom que isso fique claro.

Queremos ainda colocar algo muito importante. Dirijo-me novamente, com todo acatamento, com todo respeito e com toda fraternidade, ao Líder Aloizio Mercadante. O fato de hoje, envolvendo a Senadora Ideli Salvatti e uma acusação inveraz à filha do Prefeito de São Paulo, meu companheiro de Partido, ex-Senador José Serra, também não contribuiu para que se criasse um bom ambiente e poderia soar a nós do PSDB como mais um passo do que seria uma escalada. Se escalada tiver que vir, que venha em cima de fatos e não em cima de inveracidades.

Tenho hoje uma relação pessoal muito correta com a Senadora Ideli Salvatti. Tenho hoje todos o interesse de não me chocar com S. Ex^a, até porque aprendi a gostar dela e aprendi a apreciá-la, mas entendo que S. Ex^a precisa, de uma vez por todas, optar pelo caminho do amadurecimento, afinal ela não está mais em nenhum plano legislativo que não seja o alto plano legislativo do Senado Federal, a Câmara Alta do País. De uma vez por todas. É uma encruzilhada que já está tardando. É uma encruzilhada. Não dá para um dia ser a Deputada Estadual brava que foi e no outro, a Senadora inteligente, capaz, competente e correta que é. Ou é Senadora ou é Deputada Estadual. Digo isso sem nenhum desdouro para quem é Deputado Estadual, mas são Casas diferentes e diferentes fases da vida. Sei da diferença que me impôs a transferência da Câmara Federal para o Senado. Aqui é uma coisa. Não é uma Casa melhor ou pior que a Câmara dos Deputados, é diferente.

Isso precisa ter uma resposta, porque, afinal, qual é a política do Governo? É buscar o confronto a qualquer preço com a segurança de que vai ter o confronto como resposta? Ou é criar esse patamar inteligente e produtivo de diálogo político, sem que deixemos de cumprir com os deveres todos de apuração dos fatos, que leve à punição dos culpados, de todos os culpados, sejam eles quais forem, para que possamos pensar num Congresso limpo dessas influências espúrias, influências que insisto em denunciar que foram urdidas pelo Executivo e espalhadas para setores significativos do Legislativo?

Hoje, já está fora do Parlamento o Sr. Severino Cavalcanti. Outros virão. Todos têm que sair, todos os

culpados, todos os que tenham nexos com esse caso têm que sair do Parlamento.

Vamos mostrar com toda clareza... O Sr. Roberto Jefferson disse que haveria um acordo do PT com o PSDB e com o PFL. Não há acordo nenhum. O Sr. Roberto Jefferson teve importância para o Sr. Collor, para o Presidente Lula, mas não tem nenhuma importância para o PSDB. Nenhuma importância para o PSDB! O que ele diz ou não diz não tem nenhuma significação para nós. Quem tem medo dele é o Presidente Lula. Nós não temos medo nem do Roberto Jefferson nem de ninguém. É outra coisa que precisa ficar bem clara, bem patenteada. Vamos mostrar nos fatos e sem perder a serenidade que queremos a apuração dos delitos e a atribuição das responsabilidades até o final.

Parece-me, então, que o gesto infeliz de hoje da Senadora Ideli Salvatti, que deve estar custando a S. Ex^a algum preço – Sua Excelência não está aqui neste momento; acredito que, conscienciosa como é, deve estar meditando –, ele tem que servir para formarmos uma cultura a respeito do padrão de comportamento que temos que cobrar uns dos outros nesta Casa.

Portanto, a defesa do Prefeito José Serra já foi feita, e muito bem, no aparte a V. Ex^a, Senador Aloizio Mercadante, pelo Senador Tasso Jereissati e, na Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo Deputado Eduardo Paes, que é um brilhante companheiro nosso.

Não estou aqui sequer fazendo a defesa de algo que não precisa ser defendido. Estou aqui apenas fazendo duas indagações que se resumem em uma só, para fundirmos as duas.

Há uma declaração de guerra... Sou obrigado a fazer duas indagações mesmo, tenho que me contradizer. Há uma declaração de guerra. A nota do PT é uma declaração de guerra, uma tentativa de separar o País, de separar quem é contra de quem é a favor do Presidente Lula, não nos dando alternativa a não ser irmos para esse confronto, para esse combate, que não é um combate, um confronto procurado pela Oposição, que quer apenas a punição de quem é corrupto, que quer apenas a absolvição de quem é inocente e que quer apenas o direito de exercer a oposição, direito que as urnas concederam às oposições quando as derrotou no confronto com o próprio Presidente Lula.

Outra indagação. Há uma conexão entre pronunciamentos duros e até inverazes como o da Senadora Ideli Salvatti. Uma vez emitida a ordem do comando do Partido, Senador Tasso Jereissati, estaria essa ordem sendo cumprida nesses gestos do Deputado treslouca-

do que começa com o facho lá em cima e daí a pouco baixa o facho? Se ele fosse lutador de boxe, iria morrer de fome, porque no primeiro *round* começa com todo o vapor e no segundo **round** já está entregando o ouro. Não dá para entender uma coisa dessas.

Mas há conexão entre uma coisa e outra? “Ah, mas o Deputado é assim mesmo.” A Senadora é uma pessoa de responsabilidade, foi Líder do PT, é uma das lideranças muito fortes aqui na Casa, é uma pessoa expressiva. Louvo a lealdade que ela tem ao Presidente Lula, louvo a capacidade de combate que tem, louvo essas qualidades que demonstra. Mas eu gostaria de ver a exposição mais permanente dessas qualidades, para que, amanhã, na história que se vai contar dessa crônica, pudéssemos julgá-la por estas qualidades: pela combatividade, pela coerência e pelo amor que tem ao seu Partido, pelo respeito que ela tem ao Presidente Lula, pelo dever que ela cumpre de maneira clara, de defender mesmo o Presidente Lula e o Governo em que ela acredita. Isso eu louvo; isso não me constrange; louvo isso. Apreendi a admirar isso, porque aprendi a estimar a Senadora.

São perguntas, Senador Aloizio Mercadante, que julgo que devam ser respondidas, porque nós da Oposição estamos boquiabertos com o clima da nota e boquiabertos com a escalada.

Ouçõ dos meus companheiros a pergunta se vamos ter que escalar também ou se é uma tentativa de intimidação dos órgãos de comunicação, se é uma tentativa de intimidação das oposições, se é uma tentativa de dizer: “Se vocês falarem, vamos aumentar a intensidade e, quem sabe, baixar o nível do debate”.

Não podemos deixar essas questões sem resposta, por entendermos que uma coisa é certa: nosso dever será cumprido. Até por imposição das urnas, repito: o Presidente Lula ganhou as eleições; perdemos as eleições e temos o dever de fiscalizar o Presidente Lula, e ele tem o dever de governar. Se ele não governar corretamente ou não governar bem, temos que cobrar dele que governe bem; se houver caso de corrupção no governo dele, temos que denunciá-lo; se existir mensalão a partir de influência do Palácio para o Congresso, temos que denunciá-lo com clareza. Seria um absurdo não termos o direito de cumprir com nosso dever de fazer oposição – e vamos cumprir com o nosso dever de fazer oposição.

Agora, as CPIs têm que ser pertinentes. O Deputado ontem, Senador Gilberto Mestrinho – vou encerrar, meu prezado Presidente –, o Deputado ontem estava realmente testando os nervos das pessoas mais tran-

quilas com que possamos lidar. Parecia um agente provocador daqueles que a polícia colocava no movimento estudantil para criar tumulto.

Conheço V. Ex^a, Senador Sibá Machado, e considero-o com um carinho pessoal que, sabemos, nos une. Quando V. Ex^a eleva o tom da sua atuação, para mim é algo completamente normal, algo legítimo. Tenho carinho por V. Ex^a. Nos seus acertos e nos seus erros – V. Ex^a tem muito mais acertos que erros –, V. Ex^a faz a expressão do seu sentimento naquela hora. Eu nunca vi V. Ex^a como um agente provocador, ao contrário. V. Ex^a é um bravo Senador da Bancada do Governo que cumpre, como a Senadora Ideli procura cumprir, com o seu dever de defender o Governo em que acredita. É diferente de uma pessoa que está lá para denegrir, que insultou o Senador Bornhausen e que, depois, não agüentou o olhar firme do Senador José Agripino. Passou dali para uma piadinha, para uma besteirinha, enfim.

Isso me cheira a José Dirceu, com três ou quatro bonequinhos – ele, como ventríloquo, e seus mamulengos fazendo aquilo que ele manda e tentando tumultuar o caso. Trata-se de abraço de afogados, de abraço de desesperados, de abraço de pessoas que não se coadunaram com a democracia que foi construída neste País, porque jamais aprenderam a ter apreço pela democracia que nós ajudamos a construir neste País.

Parece-me um pouco disso: José Dirceu e seus samurais sem tanta coragem, falsos samurais. Um, primeiro, faz aquela tolice e, depois, se ajoelha aos pés de todo o mundo e pede para não ser cassado; outro faz o papel do agente provocador e não fica até o final para agüentar o repuxo, para agüentar o refluxo das conseqüências, enfim.

Concedo o aparte ao Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, quero fazer um aparte rápido a V. Ex^a, para fazer um adendo na suposição de que acrescentaria ao raciocínio já muito claro que V. Ex^a espousa. Concordo inteiramente, neste momento de crise profunda – acabou de renunciar o Presidente da Câmara dos Deputados à Presidência e ao mandato, o que, por si só, já é um fato catastrófico, singular –, que é preciso que as pessoas, que as cabeças que têm responsabilidades, como V. Ex^a e o Senador Aloizio Mercadante, façam um acordo de procedimentos mínimos, o que não significa qualquer vestígio de “acordão” em torno de compromissos que não sejam claros e públicos, mas que permitam a preservação das instituições, a pre-ser-va-ção das instituições. Ao

que estamos assistindo? A uma base do Governo completamente descoordenada. Uns querem colocar ordem; outros, desavisados ou não, jogam lenha na fogueira, provocam a Oposição, que tem cumprido apenas com sua obrigação de promover a investigação do fato denunciado. Isso não vai acabar bem, porque a cada ação corresponde uma reação igual e em sentido contrário.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Igual ou pior ou mais forte.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Creio que esse acordo de procedimentos mínimos se impõe em nome da responsabilidade política e cívica, que V. Ex^a está, creio, desejando mencionar e até propor com procedimentos aceitáveis. Não se trata de um acordo do tipo “não casso o seu para você não cassar o meu”. Longe de nós, de V. Ex^a e de mim. Nem pensar. Até porque temos uma fiscalização maior chamada opinião pública, que jamais nos perdoaria por qualquer perspectiva ou tentativa de acordo nesse sentido. Procedimentos mínimos são aquilo a que o Senador Mercadante se referiu: há que se ter muito cuidado com o envolvimento de questões familiares, com procedimentos com relação a ferimento da Instituição, com procedimentos que digam respeito à diminuição da estatura das lideranças. Isso tudo tem que ser objeto de construção de conversa, de entendimento. Nesse sentido, quero me associar ao discurso-desabafo de V. Ex^a, como sempre corajoso. Não aceitamos, por hipótese alguma, as provocações. A cada ação vai corresponder uma reação. Agora, nos dispomos, sim, a um diálogo construtivo na preservação da credibilidade e da respeitabilidade do Congresso brasileiro, que está cumprindo o papel difícil de autopurgar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Agripino, o seu aparte vem exatamente, longe de interromper, completar o meu discurso, com o brilho que caracteriza as suas intervenções.

Concedo o aparte ao Senador Sibá Machado.

Após, encerro, Sr. Presidente.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, em primeiro lugar, quero dizer que ouvi atentamente a proposição de V. Ex^a. Não estive na CPI nem ontem nem hoje, não tive condição de acompanhar nem os debates de ontem nem os de hoje, mas ouvi de terceiros os episódios de hoje e procurei olhar também nas páginas da Internet para tentar entender o que aconteceu. Quero concordar com as preocupações já externadas pelo Senador Aloizio Mercadante, de que não podemos

fazer ilações, digamos assim, apressadas demais sobre qualquer pessoa. Tenho tido uma postura na Bancada, no PT e onde quer que eu vá de evitar, no afã de dizer que houve problemas no passado ou não, o contraponto aos problemas atuais. Precisa haver um discernimento. Se houve problema no passado, que se procure, que se tragam as provas e que se apresentem as pessoas envolvidas. Neste momento, nosso maior dever é explicar o problema que nos assola. Agora, preciso dizer que as CPIs têm trilhado um caminho de alta tensão. Não podemos exigir das pessoas que tenham um temperamento de nervos de aço. Há pessoas que conseguem e pessoas que não. Devo dizer a V. Ex^a que não se trata de uma orientação orquestrada. Isso jamais vai ser, porque há também um interesse nosso em haver um encerramento desse episódio com a elucidação dos fatos concretos, verdadeiros. Portanto, envolver nomes de pessoas... Fizemos oposição ao Governo Fernando Henrique Cardoso. Eu não estava na Casa, mas é claro que, quando era sindicalista, fazia o que podia fazer. Naquele momento, também fomos muito duros na nossa forma de fazer oposição. Não podemos exigir de V. Ex^a, do PSDB ou de qualquer outro Partido que sejam, digamos assim, complacentes com a atuação do nosso Governo. Cabe a nós trilharmos pelo caminho da condução que achamos que é importante. Portanto, quero fazer uma ressalva em relação à Senadora Ideli Salvatti, uma pessoa que estimo muito, com quem procuro aprender: talvez a tensão de um momento deve tê-la levado a algum tipo de exagero. Porém, não posso passar desse entendimento, porque não estive lá e não posso testemunhar um fato que não acompanhei. Mas, fica aqui entendido que posso, na primeira oportunidade da Bancada, conversar melhor sobre os episódios e evitar que a nossa CPI se torne apenas um palco de desentendimentos, mudando o rumo da condução, que é, de fato, fazer investigação. Diante disso, quero dizer que V. Ex^a tem razão de que, numa oposição, não se pode brincar e que cabe a quem está na Situação governar bem. É o que vamos procurar fazer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Sibá Machado. Partilho do seu sentimento em relação à Senadora – e S. Ex^a agora está presente –, e repito que não foi feliz pela inadequação; ou seja, não foi exato o que disse e, juntando as coisas, o Deputado provocador de ontem e de hoje, duas vezes rechaçado pela firmeza dos que não temem. Dissemos para nós mesmos: “isso é uma orquestração?” Foi a

pergunta que fiz ao Líder, que certamente a responderá – e V. Ex^a já antecipou parte da resposta –, para sabermos qual é a temperatura sob a qual, Senador Jorge Bornhausen, vamos nos confrontar.

Sempre digo que respeito muito meus adversários duros, leais, firmes. Estimo meus adversários. Se isso é defeito, é um defeito já enraizado em mim, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo.

É um defeito enraizado em mim. Não sei não respeitar e não estimar adversários duros, que me enfrentam, e penso que chumbo trocado com legitimidade não faz mal. Mas isso é diferente de provocação, isso é diferente de tentativa de intimidação, isso é diferente de tentativa de desviar o foco, como o Deputado fez ontem, e o foco do fundamental, que são as apurações de todos esses fatos e delitos.

De nossa parte, estamos prontos para fazer, Sr. Presidente, o combate na temperatura proposta pelo adversário. Se o adversário propuser uma temperatura amena, muito bem; se propuser uma temperatura escaldante, muito bem também. Estamos aqui para cumprir nosso dever.

Algo que temos de guardar é o patrimônio de conduzirmos a Oposição brasileira neste momento. Nada poderá nos desviar desse rumo, e nada nos desviará, haja o que houver, dê no que der, custe o que custar, doa a quem doer, até porque fraquejar nisso seria, pura e simplesmente, trair o povo brasileiro, que disse ao Presidente Lula: “Vá e governe” – o Presidente Lula, a meu ver, está deficiente nesse mister –, e disse-nos que perdemos a eleição: “Sigam e façam oposição”. Temos procurado, com defeitos e com acertos, fazer oposição. Já está mais do que passada a hora de o Governo e o próprio Presidente Lula reconhecerem que enfrentam a mais democrática, repito – isso já é um bordão para mim –, oposição que já se construiu no País, de 1946 para cá. Era mais do que hora de dizerem isso com humildade até, com firmeza e com humildade, com honestidade intelectual.

Melhor do que o silêncio da Dr^a Marilena Chauí é dizerem com humildade que enfrentam uma oposição democrática. A nós, isso nos faria bem, porque não queremos os tais cargos, os tais “mensalões”; queremos o reconhecimento de que estamos prestando serviços ao País, seja quando combatemos, seja quando temos a paciência de Jó, que às vezes demonstramos

em relação a tantos erros deste Governo, de tantos desgovernos, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelos Srs. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, e Gilberto Messtrinho, sucessivamente, e ocupada novamente pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição, pelo art. 14, pedindo inclusive um pouco de condescendência a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na forma do art. 14, concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, temos buscado desempenhar nosso papel nos processos de investigação instalados nesta Casa – e não são poucos, são três CPIs ao mesmo tempo – com absoluta responsabilidade. Já disse isso inúmeras vezes, e não preciso repetir pela “enésima” vez. Mas tenho o direito de lembrar, de requerer e de insistir que a corrupção não é algo novo, não é algo inédito, que temos o compromisso de punir, inclusive dando o exemplo de investigar com firmeza nossos próprios companheiros, de levantar e requerer a investigação de todos. Já disse à exaustão aqui. E volto a afirmar: se há alguém que tem alguma dúvida a esse respeito, é bom deixar de tê-la, pois tenho tido esse tipo de comportamento. Quem tem acompanhado, sabe que tenho sido dura e firme com companheiros de vida, de história, de Partido. Às vezes, sofrendo muito ao fazê-lo, e aqui há testemunhas de sofrimento em situações muito delicadas.

Hoje, no depoimento do Sr. Daniel Dantas, tomei a decisão de não fazer uma única pergunta, porque o Sr. Daniel Dantas requereu ao Supremo Tribunal Federal **habeas corpus** para vir blindado prestar depoimento. Ele assumiu a condição de réu. Iniciei minha fala relatando trechos da carta aberta do Ministro Edson Vidigal, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, ameaçado por esse senhor de ser grampeado, vigiado, execrado por ter concedido uma liminar contrária aos interesses do Opportunity, recentemente.

Eu disse que nem iria perguntar ao Sr. Daniel Dantas se ele havia grampeado o Presidente do Superior Tribunal de Justiça. Eu nem precisaria perguntar isso,

porque ele é réu acusado de formação de quadrilha, de investigação ilícita na questão da Kroll. Está lá aberto o processo que diz respeito a ele e aos próximos a ele. Ele responde a dezenas de processos. Ele não somente assumiu a condição de réu quando pediu o **habeas corpus** para vir depor, como é réu em dezenas de processos na CVM e nas Justiças brasileira, inglesa e americana. A lista de crimes de que ele é acusado ocupa páginas e páginas. Portanto, é réu. Eu disse, na CPMI, que se houvesse agilidade na Justiça, o Sr. Daniel Dantas estaria preso há muito tempo.

Não é à toa que deu o nome de Opportunity ao seu Banco. Ele não perde a oportunidade de estar próximo ao poder, de envolver o poder, de buscar espaços no poder, seja de que forma for, para seu benefício pessoal e de seus interesses econômicos. E citei exemplos de como isso se opera. Entre os exemplos, desde tratativas com empresários de comunicação a relações com pessoas do Governo. Relembrei inclusive situações nas quais existe fita gravada – como no processo de privatização – e do envolvimento do alto escalão do Governo anterior com o processo de privatização.

Mencionei também os procedimentos utilizados por ele, que faz tudo e qualquer coisa para obter benefícios. Aliás, não precisaria nem eu dizer. Uma jornalista altamente conceituada, Miriam Leitão, diz isso em alto e bom som. De cada dez encrencas no País, o Sr. Daniel Dantas está nas dez.

Se houvesse um concurso para o principal corruptor do País, no último período, com certeza, o Sr. Daniel Dantas estaria disputando a **pole position**. Ele chega até ao ponto de tentar envolver filhos. Citei o exemplo do filho do Presidente Lula; citei o exemplo da filha do Sr. José Serra. E disse depois, quando tive a oportunidade de usar o art. 14, que não tenho qualquer tipo de consideração, crítica ou questionamento, porque, na iniciativa privada, o filho de quem quer que seja tem o direito de fazer sua vida profissional, e não cabe a ninguém questionar isso. Agora utilizei como exemplo o procedimento, e citei não apenas esse, mas também inúmeros outros do Sr. Daniel Dantas, como alguém que faz qualquer coisa para obter sucesso nos negócios.

Ressalto que não abro mão de nada do que disse, nada, e o fiz de forma responsável, como alguém que está no Senado da República, com os mesmos direitos que qualquer outro dos 80 que aqui estão representando a população de seu Estado, defendendo os interesses do País.

De forma muito clara, saliento que não ouvi todos os discursos. Se for verdade o que chegou aos meus ouvidos – e vou ter acesso às notas taquigráficas –, se houve algum tipo de acusação sem provas, tomarei as providências, como o fiz com o Sr. Roberto Jefferson, que levei até o Supremo Tribunal Federal, e que não teve coragem de rebater nada. Estou inclusive tomando providência para obter indenização – o processo já está pronto –, como tomei medidas no meu Estado de investigações sub-reptícias, subliminares, que chegaram ao ponto de ameaçar com arma a minha filha. A minha filha teve arma apontada na cabeça! Eu passei isso tudo por conta do que está acontecendo neste Congresso Nacional! Então, se alguém levantou algo e não tem prova contra mim, vou até as últimas consequências porque tenho agido com a responsabilidade daqueles que precisam fazer a limpeza deste País. Mas não a limpeza só de agora! Não a limpeza só de agora! Há pessoas do PT envolvidas na corrupção. Eu quero limpar! Eu quero tirar! E já tenho dito: quero tirar porque quero continuar tendo o direito de falar em público e exigir que todos os corruptos e principalmente todos os corruptores como o Sr. Daniel Dantas sejam punidos!

É isso, Sr. Presidente. Agradeço a gentileza com que V. Ex^a me brindou, inclusive estendendo o tempo que eu sei que extrapolei. Mas eu não poderia deixar de voltar aqui, depois de tudo que ouvi, pelo telefone, do que estava se passando nesta sessão.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a palavra pela ordem. Eu gostaria inicialmente de repetir o que eu disse da tribuna. A combatividade, a coragem e a determinação da Senadora Ideli Salvatti é uma qualidade e uma identidade própria da vida pública.

Eu disse mais: compartilho com as impressões que S. Ex^a tem em relação à forma como o Sr. Daniel Dantas conduz os seus interesses e os seus negócios. Eu já fiz algumas representações junto ao Ministério Público, denúncias em relação ao desempenho dessa instituição financeira. E, de fato, em muitas circunstâncias, ele é objeto de uma série de denúncias. A impressão que tenho é que, nos seus negócios, ele sempre desestabiliza as empresas de que participa para comprar barato ou vender caro as suas posições. Esse estilo tem gerado uma série de turbulências e instabilidades empresariais que não é bom para o País, não é bom para as instituições. Cabe, sim, à CPI investigar todos

os indícios que envolvem o desempenho dessa instituição bancária. Faz bem investigar e com rigor.

No entanto, da tribuna e agora, com a presença da Senadora Ideli Salvatti – defendi-a e defendi seu pronunciamento no que se refere a esse aspecto –, disse que V. Ex^a seguramente não tinha usado esse exemplo como forma de tentar prejudicar quem quer que seja.

Em relação aos filhos e às filhas, temos de ter o procedimento de retirá-los do debate da vida pública. Mencionei o caso da Lurian – V. Ex^a é amiga particular dela e sabe o quanto essa menina sofreu e o que representou aquele momento na vida de uma menina de catorze anos, que estava fazendo seus quinze anos, naquelas circunstâncias, com o País dividido politicamente e ela sendo utilizada como instrumento de ataque político completamente irresponsável. Vim à tribuna recentemente, exatamente para defender o Fábio, filho do Presidente, por acreditar que esse tipo de exemplo e de argumento não cabe na vida pública. Os filhos não têm de explicar a vida pública dos pais. Se há algum ilícito, se há alguma ilegalidade, ele tem de ser tratado como qualquer outro cidadão. Se não há, precisamos ter uma atitude política que algumas culturas, como é o exemplo da cultura francesa, europeia, já construíram. Precisariamos trazer isso como valor da cidadania para o Brasil. Respeitar a família como instituição significa também respeitar a identidade de cada um. Quem está na vida pública tem de responder por todos os seus atos. Seus familiares, se praticaram algum ilícito, estando envolvida a vida pública, aí sim cabe a representação; caso contrário não cabe. Por isso, o exemplo da Verônica Serra, com quem tenho uma relação pessoal e por quem tenho respeito pela relação que construo; ela não deve entrar no debate, como não deve entrar no debate o caso do Fábio. Pronunciei-me várias vezes sobre isso. Não deve entrar filho de quem quer que seja. Não pode atingir o homem público o seu filho. Ele não é responsável pela atitude dos pais. Mas eu disse que tinha certeza, inclusive argumentei que esse exemplo era uma forma de mostrar um padrão de atuação do Sr. Daniel Dantas, que era impropriedade e infundado e, por isso mesmo, ele estava ali na CPI sendo investigado.

Foi muito oportuna a forma como a Senadora colocou a questão, retirando qualquer tipo de acusação em relação à filha do prefeito de São Paulo. Este é o melhor caminho, que mantenhemos o debate político, atacando os homens públicos porque é da natureza da vida pública, e cada homem público tem que respeitar, fiscalizando sobretudo as instituições – e os bancos

têm muito poder neste País – e combatendo não apenas os corruptos, mas também os corruptores.

É o que temos que fazer em todo processo. Investigar, evidentemente, nesse caso, se há os indícios, as acusações – e a CPI, seguramente, vai aprofundar essa investigação – mas deixar de lado os filhos porque isso não contribui para o debate político.

Reconheço que essa intervenção da Senadora repõe o debate nos devidos termos. Espero que com isso possamos dar prosseguimento à nossa Ordem do Dia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio com a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, longe de mim pretender impor qualquer constrangimento à Senadora, que percebo neste momento emocionada; percebo isso e respeito. Mas S. Ex^a disse que reafirma todas as suas palavras.

Senadora Ideli Salvatti, tenho a impressão de que a parte referente à filha do Senador e Prefeito José Serra deve ser recomposta por V. Ex^a, sim, até porque o que V. Ex^a disse lá não corresponde à realidade dos fatos. Disse o Senador Aloízio Mercadante que, se correspondesse à realidade, não haveria nada demais. No entanto, digo a V. Ex^a que não corresponde à realidade dos fatos. Portanto, a busca da verdade deve ser feita por nós nesse momento, e não será nenhum desdouro para V. Ex^a reconhecer que houve uma hipérbole, um exagero.

Afinal de contas, a Senadora se voltar contra o Sr. Daniel Dantas, que eu não conheço... Aliás, sou um brasileiro muito medíocre. Não conheço o Sr. Daniel Dantas; não conheço o Sr. Marcos Valério; não conheço o nosso famoso, que dizem que seria uma pessoa tão importante para setores do PSDB, Sr. Ricardo Sérgio. Sou um brasileiro mediocríssimo.

Eu não chamaria o Sr. Daniel Dantas para padrinho de nenhum filho meu. Chamei, para padrinho do meu filho mais velho, o Senador Bernardo Cabral. Minha mulher não era a favor, embora goste muito dele. Ela dizia: “Vai chamar político?” Muito bem! O Senador é uma pessoa honrada, que prezo muito, e de minha amizade pessoal. Os outros três filhos – a mais velha e os outros dois – têm como madrinha uma grande amiga nossa, trabalhadora paupérrima: Maria Oliveira e Silva, que chamamos em casa de Lalá. A Lalá é madrinha dos meus filhos.

Sou um brasileiro medíocre. Não conheço essa gente. Ele veio ao Senado na condição de réu mesmo...

A Sr^a Ideli Salvatti (PT – SC) – Senador Arthur Virgílio, concede-me V. Ex^a um aparte depois?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não.

Ele veio na condição de réu, armado de um **habeas corpus**. Agora, compreende-se a nossa indignação quando vimos nas CPIs dirigentes do PT, como o Sr. Delúbio, armados de **habeas corpus** para não contar os fatos. O Sr. Sílvio, o Sr. Valério, aquelas senhoras todas, com exceção daquela que seria contratada pela Playboy, as demais, que não foram sondadas pela Playboy, vieram com **habeas corpus**. A outra veio acusando. Delúbio Soares, Sílvio, enfim; temos visto o Waldomiro Diniz. Temos visto quase que esta praxe: chegam com **habeas corpus** e, a partir daí, respondem só o que querem.

Outro dia repreendi meu filho. Eu disse: Olha, Juliano, você não foi bem em História. E não me venha dizer que você tem **habeas corpus**. Não me venha dizer que você tem **habeas corpus**, porque aqui em casa não vale, não tem essa história de Supremo Tribunal Federal. Aqui em casa continua havendo uma certa hierarquia e nós estamos fora do alcance jurisdicional dessa Corte tão respeitável e tão elogiável. Eu não a condeno por dar **habeas corpus** se ela julga que deve dar **habeas corpus** a cidadãos que acham que por aí se defendem.

Mas percebo a indignação da Oposição. Fica difícil esclarecermos os fatos se nós temos pessoas que resolvem não falar, como resolveu não falar o Sr. Dantas, como resolveram não falar essas dezenas de pessoas ligadas à ordem dominante no Estado que aqui vieram. Portanto, eu cobro da Senadora apenas um fato. Isso a mim me basta, isso a mim me apazigua. É o reconhecimento de que não foi exata, de que foi mal informada em relação à atividade profissional da filha do Senador e Prefeito José Serra. Apenas isso.

Que fique bem claro, estamos falando para a Nação...

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se eu puder conceder o aparte, Senadora. Senão...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Infelizmente, não pode conceder o aparte. Eu darei a palavra a V. Ex^a...

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Vou ser extremamente rápida.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não posso conceder o aparte, mas podem falar pela ordem, em seguida, tanto o Senador Jereissati quanto, antes dele talvez, a Senadora Ideli, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Mas vamos ouvir o Senador Tasso e o Senador Antonio Carlos, também.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ouvirei V. Ex^a, Senadora, com todo o respeito, com todo o acatamento, com o acatamento de praxe, e não tenho dúvida nenhuma de que o resultado será mesmo isso. V. Ex^a dirá assim: “Eu mantenho a minha opinião sobre o Sr. Dantas, mantenho toda a opinião”. É um direito, é legítimo pensar o que quiser de um homem que se envolve em negócios tão altos, enfim. Há pessoas que pensam que não é assim, há outras que pensam que é, mas quero a verdade no episódio. Se fosse verdade, disse o Senador Aloizio Mercadante, não haveria nada de mais. Não sei. Eu não gostaria de que fosse criada a praxe de, amanhã, um de nós ser Presidente da República e ser possível um de nossos filhos se beneficiarem disso sem que nos envolvesse. É fundamental haver essa fiscalização. O Brasil é um País cheio de erros, e precisamos consertar esses nossos erros de visão. Mas também sou contra essa história de se envolver família nessas questões.

O Senador Aloizio Mercadante sabe que travei um debate sobre isso na Executiva do meu Partido e fui apoiado pelo Sr. José Serra. Travei um debate muito duro com um querido companheiro que queria trazer à baila o que considerava ser delito por parte de uma figura feminina muito próxima do Presidente Lula. Eu disse: não vai haver isso aqui! Não vai haver isso aqui! E ele me disse assim: “Quer dizer, então, que, se for ela ou a D^a Marisa, pode fazer o que quiser?” Eu disse: infelizmente, pelo meu modo de ver as coisas, não me meto com as duas, não! Acho que essa pessoa de que você está falando já sofreu muito e não entro nisso. Simplesmente, esse não é assunto meu e não entro nisso. E acabei sendo voto vencedor na reunião da Executiva, porque tive a ajuda decisiva do então Presidente do Partido, o atual Prefeito José Serra. É claro que hoje ele está bastante indignado com esse fato. Na hora em que alguém teria que dar reciprocidade a ele, isso vem pela via da injustiça, do ataque a uma filha sua, principalmente não sendo exata a informação que foi passada à figura honesta da Senadora Ideli Salvatti. Tenho certeza absoluta de que, se estivesse bem informada, S. Ex^a não diria algo que não correspondesse à verdade. Não diria! S. Ex^a vai crescer no meu conceito quando se levantar

e disser que mantém tudo sobre Daniel Dantas e, por outro lado, retira tudo o que disse sobre a Sr^a Verônica Serra. É um apelo que lhe faço. E não tenho dúvida de que será esse o modo de se expressar para uma Casa que a estima e a admira e que vai passar a estimá-la e admirá-la mais ainda.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senadora Ideli Salvatti, gostaria de usar da palavra rapidamente e dizer que, quando ouvi o pronunciamento de V. Ex^a, também aqui fiz um protesto bastante indignado devido à alusão ao nome da filha do Prefeito José Serra como sócia de parentes ou do Dr. Daniel Dantas.

Disse aqui e gostaria de repetir na sua frente, com todo o respeito que V. Ex^a merece, e ressalvei também quando fiz a observação, que não aceito esse tipo de acusação ou de insinuação. E mesmo se isso fosse verdade, Senador Arthur Virgílio, não seria um caso como o do exemplo que V. Ex^a citou, ou seja, de parente de qualquer chefe de Executivo poder fazer qualquer coisa. Não, não pode fazer qualquer coisa.

Mas o que é mais grave é que esse fato levantado não aconteceu. E mesmo que tivesse ocorrido, seria relativo a dois empresários privados que não têm nada a ver com o Governo.

A filha do Prefeito, uma jovem que está no início de sua carreira profissional como empresária, não foi nem é sócia do Sr. Daniel Dantas. Portanto, isso é injusto.

E, a meu ver, tendo em vista a indignação que V. Ex^a mostrou quando houve insinuação também por parte do Deputado Roberto Jefferson, seria justo que V. Ex^a fizesse o mesmo tipo de retificação.

Foram essas as minhas palavras e as proferi indignado, respeitando V. Ex^a e dizendo que não é possível, não é aceitável, que insinuações como essa sejam feitas numa CPMI, fazendo com que o grande público venha a entender, naquele contexto, a situação de maneira completamente diferente.

Era essa a ponderação que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Antonio Carlos Magalhães, com a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, repeli com veemência as palavras proferidas pela Senadora Ideli e o farei sempre em relação a qualquer Senador ou Senadora, Deputado ou Deputada que não respeite os depoentes que vêm a esta Casa. Não se pode abusar da condição de Parlamentar para apontar alguém como “o maior corrupto do Brasil”, porque se trata de uma questão subjetiva.

Estamos aqui estudando os atos de Marcos Valério, este talvez o maior corrupto do Brasil. E aguardamos a explicação, que ainda não veio, dos recursos que Marcos Valério deu a vários diretórios do PT, inclusive ao de Santa Catarina. E, enquanto isso não for traduzido, penso que não tem muita autoridade quem reclama dos outros sobre corrupção. Tem que observar as ações no seu Estado, como elas se procedem e, mesmo assim, deve medir as palavras, tanto quanto possível.

De modo que se trata de um problema das Mesas, tanto da CPMI, quanto do Congresso, não permitir intervenções que firam a pessoa que vem depor espontaneamente ou por convite. Essas pessoas todas têm que merecer respeito. Disse até que não tenho por que defender o Sr. Daniel Dantas, pois acho que em relação à Bahia ele não fez nada de importante, quando poderia ter feito. Entretanto, isso não justifica que qualquer Senador ou Senadora vá a plenário, de onde a reunião está sendo transmitida pela televisão e pelo rádio, para chamar o depoente de maior corrupto do País.

Felizmente, vários Parlamentares reagiram, reagiram na hora, e a situação ficou mais clara do que precisava.

Quero dizer que não tenho por que retirar as palavras que proferi; ao contrário, servem de advertência para que se respeitem uns aos outros nesta Casa e nas CPIs.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consulto se alguém mais deseja falar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder, primeiro, a palavra à Senadora Ideli Salvatti e, em seguida a V. Ex^a, para podermos, afinal, começar a Ordem do Dia.

Entendo, da mesma forma – e acho que o Plenário também –, que um dos excessos das Comissões Parlamentares de Inquérito é exatamente ter poder judicante e não agir como os juízes, em relação aos depoentes e

às testemunhas, porque se trata de uma investigação política, extraordinária, circunstancial. E, toda vez que há excesso de lado a lado, ele acaba se desdobrando aqui no plenário com discussões desse tipo.

De modo que me penitencio como Presidente da Mesa. O Senado Federal sabe que vamos fazer tudo o que for preciso para colocar limites nisso, aliás, já demonstramos isso.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, agradeço a gentileza de me conceder, mais uma vez, a palavra.

Quero dizer ao Senador Arthur Virgílio, de forma muito clara e tranqüila, que não tenho nenhum problema em retirar qualquer uma das afirmações que fiz na CPMI se ficar comprovado que o que eu disse não é verdade. Não tenho nenhum problema em retirar, nenhum.

Volto a afirmar que usei como exemplo o que entendo ser a maneira de operar do Sr. Daniel Dantas, que, no caso do filho do Presidente Lula, ficou claro: ofertou muito mais do que o que acabou sendo executado na compra da Telemar. Ofertou R\$ 6,5 milhões. Está lá. Eu li e, do mesmo jeito que registrei as outras questões, o fiz em relação a essa operação de buscar se aproximar e tentar enredar o filho do Presidente da República. Usei como exemplo. Se teve qualquer citação que não corresponda à verdade, não tenho nenhum problema de fazê-lo de público. Não tenho esse problema. Porque o central nessa história – e até me arrependo um pouco, porque o assunto se desviou, o assunto passou a ser incluir ou não filhos na disputa política –, o centro dessa discussão é se o Sr. Daniel Dantas tem ou não a ver com a corrupção endêmica neste País – endêmica! – de bilhões de processos em que ele está envolvido.

E quero dizer assim: não fui eu que acusei o Sr. Daniel Dantas de formação de quadrilha. É a Justiça brasileira. É a justiça inglesa que o acusa de falsificador. É a justiça americana que diz que as ações dele cheiram a roubo. São membros da Justiça que dizem isso, não sou eu, não fui eu. Eu apenas reproduzi, porque entendo – e isso eu não retiro – e volto a afirmar aqui: se tiver um concurso para corruptor, o Sr. Daniel Dantas está longe na frente. Longe! Eu tenho essa convicção. Eu tenho o direito, como Senadora, de ter opinião sobre as coisas.

E, com relação a palavras e comportamentos, é bom não termos amnésia, e é bom fazermos justiça, porque determinados comportamentos de parlamen-

tares têm sido além do limite. Quanto ao Sr. Daniel Dantas, eu reproduzi o que está nas investigações feitas – e são gravíssimas. Mas teve gente acusada aqui por parlamentar do PFL, em CPI, de quadrilheiro – quadrilheiro! – quando não tem nenhum processo na Justiça, pois ainda estamos investigando.

Se vamos falar, se vamos fazer análises, é bom que tenhamos os pesos todos colocados de forma muito clara.

Eu não tenho nenhum problema de retirar, se cometi alguma injustiça e se faltei com a verdade. Agora, as pessoas dizerem que não retiram, sem apresentar provas, eu volto a afirmar: se declarações houve neste plenário, sem provas, a respeito da minha dignidade, da minha moralidade, da mesma forma como eu enfrentei o Sr. Roberto Jefferson, que era uma pessoa que não tinha nada a perder, eu o faço porque não tenho nada a temer, mesmo com insinuações a respeito de qualquer tipo de situação que possa ter envolvido o meu Partido no meu Estado.

Sr. Presidente, era o que eu gostaria, mais uma vez, de deixar assinalado, e também o meu compromisso com os Senadores Arthur Virgílio e Tasso Jereissati, com os quais tenho uma excelente relação e compromisso, inclusive, de civilidade no trato. Comprovado que cometi algum erro, alguma injustiça, não tenho nenhum problema de vir de público me retratar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Arthur Virgílio coloca de uma forma que não é a minha intenção, nem a minha convicção, nem o sentido da minha intervenção.

Filho de político, de homem público e de qualquer natureza, não pode ser poupado, não tem que ser protegido. O que não pode é ele ser perseguido, em primeiro lugar. Em segundo lugar, não pode ser utilizado como instrumento numa política em que os fins justificam os meios para atingir quem quer que seja. Esse é o sentido do apelo que faço a este Senado e a nossa República.

Se alguém praticou qualquer ilícito, tem que ser tratado, como qualquer outro cidadão do Estado republicano, com o rigor da lei. Tem que ser tratado com o rigor da lei! Portanto, se há ilícito, tem que ser apurado, ser investigado quem quer que seja, não importa a origem, a família.

O que não pode mais prosperar é a tentativa de atacar, na maioria das vezes injustamente, de forma improcedente, colocando sob suspeição fatos que não existem, fazendo ilações que não aconteceram sobre jovens que estão no início da sua vida particular, começando suas atividades. Eles já carregam uma cruz pesada, porque já têm que explicar uma série de coisas sobre as quais não têm responsabilidade.

Então, o que peço é muito cuidado no trato dessa questão e faço isso por convicção. Todas as vezes que sentir que isso está presente, de qualquer partido, do adversário mais antagônico às minhas posições, eu vou me pronunciar, por convicção. Fiz da tribuna, muitas vezes, e voltarei a fazer, todas as vezes em que essa questão estiver na pauta.

No mais, sobre o debate da CPI, a veemência das intervenções, acho que vale a pena a reflexão. Para mim, não é essa a questão fundamental do debate, que não é a questão fundamental da CPI, mas é do debate político neste momento – e não devemos desviar o foco da CPI, das investigações –, é o cuidado no tratamento dos filhos.

Tenho visto isso repetidamente e senti, recentemente, com o Ministro Palocci, a tentativa que fizeram de utilizar o irmão, que não sei se cometeu irregularidades. A matéria apresentada até o momento não demonstra – empresas do Governo de Goiás, empresas do Governo do Paraná, colocando sob responsabilidade dele, que ele não tinha nenhum irmão. Mas o que é que o outro irmão tem a ver com isso? Então, que se apure se tem alguma irregularidade. Se houver algum vínculo, muito bem, eu aceito esse debate.

Isso eu tenho feito sempre, farei todas as vezes, porque acho que é um equívoco político. O laço de sangue, o vínculo biológico, não é necessariamente identidade política. O Presidente da Casa mesmo tem um irmão, por exemplo, que é Líder do PCdoB. Tem posições político-ideológicas diferentes. Ele não vota necessariamente e não participa da campanha com o irmão e não tem que dar explicações sobre a posição que ele tem, nem V. Ex^a sobre o irmão.

A democracia, a vida pública, o Estado republicano, é tratar cada um na sua individualidade. Quem não está na vida pública não tem que responder pela vida pública. Se cometeu algum ilícito, responda pelo ilícito, mas não seja utilizado como instrumento.

Sei que não foi essa a intenção da Senadora Ideli Salvatti. Disse isso e repito: tenho certeza de que não foi essa. Espero que superemos esse episódio e continuem as investigações, os debates, mas tratando

sempre essa dimensão como a dimensão fundamental da cidadania e da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de lembrar a V. Ex^a, a todo o Plenário e ao Brasil que hoje é o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Nós, aqui no Congresso Nacional, aprovamos neste ano uma lei que institui o dia 21 de setembro como esse Dia Nacional. Cerca de 24 milhões de brasileiros apresentam algum tipo de deficiência – física, visual, auditiva, mental, múltipla, autismo, síndromes, e assim por diante.

Está aqui no Senado Federal uma representação do Conade (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência) representando todas essas áreas de deficiência e esses 24 milhões de brasileiros, para entregar a V. Ex^a um manifesto, que já foi entregue também ao Presidente Lula, visando à cooperação, que nunca tem faltado – quero insistir –, de todos os partidos políticos representados neste Senado Federal para os grandes desafios de construção da cidadania da pessoa com deficiência.

Então, eu pediria a V. Ex^a que recebesse dos representantes do Conade essa manifestação a respeito dos desafios mais urgentes para que a cidadania plena se estabeleça para essas pessoas também.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Em nome do PSDB, associo-me de maneira entusiasmada à fala e à posição adotada pelo Senador Flávio Arns, que tem toda uma luta em favor do cidadão portador de alguma deficiência e que, ao mesmo tempo, a todos no contágio com seu entusiasmo, para provar que essas pessoas são completamente capazes de realizarem muito pelo seu País, no campo do esporte, no terreno da cultura, no terreno da vida. Herbert Viana está compondo e cantando outra vez. Portanto, o PSDB se associa a essa luta tão bonita, que deve ser uma luta muito sensível da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Queria saudar essa representação que expressa uma luta história

pelo direito à cidadania, e em particular o Senador Flávio Arns, que há trinta anos milita por essa causa e tem sido, eu diria, um batalhador incansável pelos direitos, pelo reconhecimento e pela elaboração de políticas públicas que promovam a inclusão social, a inclusão produtiva e a cidadania plena com políticas específicas para esse segmento representativo que tem dado e poderá dar, cada vez mais, uma grande contribuição ao nosso Brasil.

Quero lembrar, para concluir, que Ray Charles era cego, Steve Wonder também. Dizem que Beethoven era quase surdo. Pedro Moreira Salles é paraplégico e preside um banco. Enfim, há deficientes em todas as atividades. Marcelo Rubens Paiva é uma figura espetacular, inclusive na militância desse segmento e na reflexão que faz sobre a sua experiência pessoal. Roosevelt, que foi Presidente quatro vezes na democracia americana e enfrentou momentos decisivos, como a crise de 29, a Segunda Guerra Mundial, também era paraplégico.

Por isso o reconhecimento desse segmento e a participação plena na nossa sociedade é um direito histórico e contido que precisa de políticas afirmativas.

Portanto, parabeno esta delegação que está aqui e que expressa um sentimento profundo do nosso povo para que políticas públicas mais eficazes, a cada dia, possam contemplar a cidadania plena de pessoas especiais, que têm habilidades especiais também a contribuir para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer uma manifestação muito rápida. Regozijo-me pela presença de deficientes visuais e físicos e aplaudo o Senador Flávio Arns. Quero dizer a eles e aos representantes dos deficientes que nesta Casa há Senadores ligados à causa a, b e c. Esse é um corte vertical da sociedade brasileira. Dentre nós todos, o melhor, o mais digno e que melhor interpreta o sentimento das necessidades dos deficientes é o Senador Flávio Arns, que os recebe em nosso nome, porque o incentivo que esta Casa tem dado permanentemente a qualquer causa que diga respeito à promoção do deficiente, seja ele físico, visual ou motor, é completo.

Isso não é por caridade. É pelo entendimento de que V. S^{as} são pessoas normais que têm direito a uma vida normal. O encaminhamento dessas postulações é feita sempre pela figura respeitável do Senador Flávio

Arns, a quem homenageio e cumprimento por trazer a este Plenário os representantes que neste momento aplaudimos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome da Comissão quero ler aqui parte da carta aberta que foi hoje entregue ao Presidente Lula, especialmente na área em que, neste contexto, reivindicamos:

Apoio efetivo para assegurar os recursos e investimentos federais em todas áreas de atuação de políticas públicas, de modo a criar as condições reais de inclusão das pessoas com deficiência na saúde, na escola, no trabalho, no transporte, na cultura, no esporte, no lazer e o acesso à comunicação e informação.

Prioridade para assegurar os recursos para a realização da primeira Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, programada para maio de 2006, que deverá reunir mil delegados de todo o País, cujas diretrizes deverão servir como subsídios norteadores das políticas públicas dirigidas às pessoas com deficiência.

Proporcionar ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência estrutura executiva, financeira e operacional compatível com suas funções deliberativas e com magnitude e repercussão da sua atuação para milhões de pessoas com deficiência.

Transformar a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, em Secretaria Nacional, destinando o mesmo tratamento atribuído às Secretarias Nacionais da Mulher, da Igualdade Racial e da Juventude.

A igualdade e a oportunidade é um direito de todos, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Prof. Adilson Ventura

CARTA ABERTA DO CONADE AO PRESIDENTE LULA

Neste 21 de setembro, Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – Conade, vem relembrar os compromissos assumidos por Vossa Excelência, na *Carta às Pessoas Portadoras de Deficiência* durante a sua campanha eleitoral, para garantir a dignidade dos 25 milhões de brasileiros com deficiência.

Como afirmado naquele compromisso público, "é preciso agir com ousadia e determinação em defesa dos interesses e necessidades do nosso povo", principalmente em relação a esta parcela da população, historicamente oprimida e excluída dos direitos fundamentais que todos os cidadãos devem gozar. Somos milhões de pessoas com deficiência sobrevivendo em condições de extrema precariedade, sem acesso à escola, ao trabalho, à saúde, ao transporte e sem acesso ao meio urbano; *invisíveis na conjuntura econômica, social e política do País.*

Mesmo, após, o nosso movimento de luta ter conquistado, ao longo das 2 últimas décadas, extensa e avançada legislação de proteção dos direitos das pessoas com deficiência, ainda persiste na realidade brasileira situação de grande injustiça pelo descumprimento e violação desses direitos, que atinge mais brutalmente os mais pobres e indefesos, justamente aqueles que deveriam merecer atenção prioritária das políticas públicas.

Ao reconhecer essa situação de grande adversidade para este segmento populacional, apelamos ao senso de justiça e responsabilidade de Vossa Excelência para criação das condições objetivas de enfrentamento a essa exclusão inaceitável de milhões de brasileiros.

Neste contexto, reivindicamos:

- Apoio efetivo para assegurar os recursos e investimentos federais em todas as áreas de atuação de políticas públicas de modo a criar condições reais de inclusão das pessoas com deficiência na saúde, na escola, no trabalho, no transporte, à cultura, ao esporte, ao lazer e ao acesso à comunicação e informação;
- Prioridade para assegurar os recursos para a realização da I Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, programada para maio de 2006, que deverá reunir 1000 delegados de todo o País, cujas diretrizes deverão servir como subsídios norteadores das políticas públicas, dirigidas às pessoas com deficiência.
- Proporcionar ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência estrutura executiva, financeira e operacional, compatíveis com suas funções deliberativas e com magnitude e repercussão da sua ação para milhões de pessoas com deficiência.
- Transformar a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, destinando o mesmo tratamento atribuído às Secretarias Nacionais da Mulher, da Igualdade Racial e da Juventude;

A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES É UM DIREITO DE TODOS!!

PLENÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - CONADE

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

SEU EDUARDO AZEVEDO

Im. Secretaria Nacional

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Quero agradecer o gesto do Senador Flávio Arns.

Eu gostaria, também, de agradecer a presença dessa representação de portadores de necessidades especiais e dizer que nós avançamos muito no Brasil com relação à legislação para proteger os portadores de necessidades especiais. Mas, sem dúvida, precisamos efetivamente concretizá-la para possibilitar a inclusão dessas pessoas, a fim de que essa discriminação deixe rapidamente de acontecer.

Concordo com as reivindicações. O Senado fará tudo, absolutamente tudo para que essas reivindicações sejam concretizadas e, do ponto de vista do Senado Federal, estamos também fazendo o possível para que esta Casa faça a sua parte com relação à concretização da própria legislação que ela mesma formulou, elaborou, aprovou; efetivamente fez. Tanto que, do dia 17 ao dia 23 de outubro, vamos realizar a Semana de Valorização das Pessoas Portadoras de Deficiência. Será um evento representativo e nacional transmitido pela TV Senado.

Na oportunidade, vamos promover a assinatura dos atos administrativos para a conclusão da contratação de estagiários e servidores com deficiência.

Precisamos contratar doze e já contratamos oito. Até a realização do seminário teremos – quem sabe – concluído a contratação dos estagiários e desses servidores.

Vamos lançar também o *site* do Senado Federal adaptado aos deficientes visuais. Já adaptamos várias páginas e queremos concluir a adaptação exatamente na semana de valorização.

Vamos exibir um vídeo mostrando as adaptações que o Senado já realizou, que são várias, e vamos concluí-las, fazendo o restante das adaptações. Até o momento, já adaptamos banheiros, rampas de acesso, elevadores e vamos adaptar todos os ambientes, todos os espaços desta Casa, para que isso aconteça.

Então, mais uma vez, na presença do Senador Romeu Tuma, registro o pioneirismo do Senado, porque foi exatamente o primeiro órgão público a imprimir publicações em braile. Tive até a honra de, quando Ministro da Justiça do Governo passado, participar dessa publicação, quando nós primeiramente publicamos o Código de Defesa do Consumidor, que foi a primeira publicação em braile feita pelo Senado Federal e, na época, pelo Ministério da Justiça. Foi um convênio que firmamos e que foi lançado pelo Senador Romeu Tuma.

Portanto, quero dizer da satisfação de receber esta carta aberta e de torná-la pública e ressaltar os compromissos do Senado Federal para que haja a inclusão e a proteção dessas pessoas, para que deixe de haver discriminação e para que, fundamentalmente, possamos concretizar a legislação, que, como dizia Marcelo Yuca, que está ali.

Nós também agradecemos muito a sua presença. O Marcelo Yuka, que é um artista, um cantor da música popular brasileira, e é muito querido e festejado no Brasil, faz questão de comparecer ao Senado, juntamente com o Messias, a quem também agradecemos muito a presença, para que possamos tirar do papel muitas dessas conquistas, que definitivamente precisam ser concretizadas, e possamos incluir esses 25 milhões de brasileiras e de brasileiros portadores de necessidades especiais.

Muito obrigado a todos.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

Em seguida, começaremos a Ordem do Dia. E pretendemos fazer uma Ordem do Dia rápida, evidentemente com a participação de todos.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. PRESIDENTE SENADOR RENAN CALHEIROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210. inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA**

Esplanada dos Ministérios Bloco T, Anexo II do Ministério da Justiça, sala 211
Brasília – DF CEP 70.064-900 Telefone: (61) 3429-9219 / 3429-3673 / Fax: (61) 3225-8457
E-mail: conade@sedh.gov.br Página na internet: www.presidencia.gov.br/sedh/conade

Ofício n.º 307/2005/CONADE/SG/PR

Brasília, 21 de setembro de 2005.

A Sua Excelência o Senhor
RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
CEP 70.150-900 Brasília-DF

Assunto: Encaminhamento da Carta Aberta ao Presidente – Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência

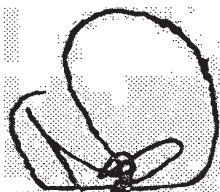
Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, o CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência vem, respeitosamente, encaminhar a “**Carta Aberta do CONADE ao Presidente da República acerca do Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência**” aprovada pelo plenário do Conselho em sua I Reunião Extraordinária, realizada no dia 21 de setembro do corrente ano e encaminhada nesta data ao Excelentíssimo Presidente da República.

O CONADE, ciente da singular importância que Vossa Excelência tem no Governo Federal, vem, respeitosamente, solicitar vosso apoio ao pleito em questão.

Esperando poder contar com vosso valioso apoio, subscrevemo-nos,

Respeitosamente,



Adilson Ventura
Presidente do Conselho

DOCUMENTO A QUE SE REFERE



CARTA ABERTA DO CONADE AO PRESIDENTE LULA

Neste 21 de setembro, Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – Conade, vem relembrar os compromissos assumidos por Vossa Excelência, na *Carta às Pessoas Portadoras de Deficiência* durante a sua campanha eleitoral, para garantir a dignidade dos 25 milhões de brasileiros com deficiência.

Como afirmado naquele compromisso público, "é preciso agir com ousadia e determinação em defesa dos interesses e necessidades do nosso povo", principalmente em relação a esta parcela da população, historicamente oprimida e excluída dos direitos fundamentais que todos os cidadãos devem gozar. Somos milhões de pessoas com deficiência sobrevivendo em condições de extrema precariedade, sem acesso à escola, ao trabalho, à saúde, ao transporte e sem acesso ao meio urbano; invisíveis na conjuntura econômica, social e política do País.

Mesmo, após, o nosso movimento de luta ter conquistado, ao longo das 2 últimas décadas, extensa e avançada legislação de proteção dos direitos das pessoas com deficiência, ainda persiste na realidade brasileira situação de grande injustiça pelo descumprimento e violação desses direitos, que atinge mais brutalmente os mais pobres e indefesos, justamente aqueles que deveriam merecer atenção prioritária das políticas públicas.

Ao reconhecer essa situação de grande adversidade para este segmento populacional, apelamos ao senso de justiça e responsabilidade de Vossa Excelência para criação das condições objetivas de enfrentamento a essa exclusão inaceitável de milhões de brasileiros.

Neste contexto, reivindicamos:

- Apoio efetivo para assegurar os recursos e investimentos federais em todas as áreas de atuação de políticas públicas de modo a criar condições reais de inclusão das pessoas com deficiência na saúde, na escola, no trabalho, no transporte, à cultura, ao esporte, ao lazer e ao acesso à comunicação e informação;
- Prioridade para assegurar os recursos para a realização da I Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, programada para maio de 2006, que deverá reunir 1000 delegados de todo o País, cujas diretrizes deverão servir como subsídios norteadores das políticas públicas, dirigidas às pessoas com deficiência.
- Proporcionar ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência estrutura executiva, financeira e operacional, compatíveis com suas funções deliberativas e com magnitude e repercussão da sua ação para milhões de pessoas com deficiência.
- Transformar a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, destinando o mesmo tratamento atribuído às Secretarias Nacionais da Mulher, da Igualdade Racial e da Juventude;

A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES É UM DIREITO DE TODOS!!

**PLENÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA
PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - CONADE**

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no momento em que esta Casa presta uma justa homenagem aos deficientes físicos, vamos tratar aqui de outras deficiências.

Lamentavelmente, a Senadora Ideli Salvatti hoje não estava em uma tarde feliz. A sua intervenção na CPMI provocou um atrito, causando inclusive a agressão de um Deputado Federal à Senadora Heloísa Helena.

Quero, portanto, em primeiro lugar, congratular-me com o Senador Aloizio Mercadante por ter tido a coragem de, embora se tratando de uma companheira do seu Partido, mostrar que não concorda com o procedimento.

Senador José Agripino, há três anos, eu disse no plenário desta Casa que, se o Presidente Lula não tomasse cuidado, o seu Governo iria ficar conhecido como a República da Previ. Hoje, estamos vendo nas CPIs que funcionam na Casa nada mais, nada menos que um palco, um cenário para discussão dessa contenda, investindo em negócios de grande monta, em que Ministros e ex-Ministros trazem assuntos pessoais, transformando-os em questão de Estado. O que vimos hoje na CPI foi exatamente isso.

O PT tem um vício – quando digo PT, não falo de todos –, quando o assunto interessa, de desqualificar os outros. Vivemos recentemente o episódio em que desqualificaram, durante dois anos, o irmão do Sr. Celso Daniel. Tacharam-no de louco, de irresponsável, de lobista. O que se viu, com a presença dele aqui e, depois, no programa do Sr. João Soares, foi que os fatos não eram exatamente aquilo que vinha sendo defendido ao longo desse tempo.

Esse episódio envolvendo interesses financeiros é parecido. Ao primeiro momento em que fiz a defesa dos pensionistas do fundo de pensão do Banco do Brasil, por ser de família oriunda dessa categoria, fui tachado de defensor da Bancada do Sr. Daniel Dantas, quando, na realidade, o que quero é a acareação das partes envolvidas.

Lamentavelmente, pedi à Senadora Ideli que assinasse a convocação e a acareação dos três. E S. Ex.^a disse que ia falar com o seu chefe. Pensei que o chefe de um Senador da República fosse a sua consciência e os seus compromissos com o Estado.

A acareação, Sr. Presidente, vai tirar, de uma vez por todas, essas dúvidas de se saber quem tem razão: se o fundo de pensão mente, se o banqueiro Dantas mente ou se quem mente é o Citibank.

O PT, de repente, esqueceu que condenava esse banco internacional durante anos, acusando-o, inclusive, de ser o representante do Fundo Monetário, que

vinha ao Brasil arrancar e tomar as nossas divisas, e passou a ser um defensor. Não quer ao menos que o seu diretor-presidente venha aqui prestar contas dos negócios que praticou e esclareça se foram lícitos ou ilícitos.

A Senadora Ideli, na sua saraivada de inconsequência e de irresponsabilidade, acusou o depoente sem dar-lhe o direito de resposta, porque tomou o seu tempo todo de ser o responsável por uma matéria que saiu na revista **Veja**, desta semana, contra o Ministro Vidigal do STJ, desqualificando, inclusive, a reportagem e o seu responsável. Trata-se de uma matéria assinada, e, se o Presidente do Tribunal tiver alguma queixa a fazer, deve e tem o direito de tomar as providências legais.

Temos pelo Ministro Vidigal o maior apreço, é oriundo do Congresso. E se tivéssemos notado alguma insinuação ou algum fundo de verdade nessa matéria, teríamos tomado a defesa de S. Ex.^a. No entanto, não é dado o direito a ninguém de, na proteção do mandato de Senador da República, usar uma CPI para fazer acusações infundadas contra filhos de políticos, com suposições a respeito de matérias sem nenhuma prova, apenas para cumprir um *script*.

Ontem, ocorreu, no cenário da CPI, Presidente Renan Calheiros, uma cena triste: um cidadão, com uma credencial de repórter desta Casa já vencida, estava distribuindo às dúzias dossiês contra o depoente de hoje. Esses dossiês, inclusive, soltavam aleivosias contra vários Parlamentares desta Casa. Ainda bem que o fato foi visto por jornalistas que me chamaram a atenção. Pedi providências à segurança da Casa, que fez a apreensão do material, inclusive de um computador que acompanha esse cidadão. A perícia está sendo feita. Queira Deus – e torço por isso – que se saiba de onde vieram as fontes e as calúnias.

Para surpresa minha, Sr. Presidente, das quase cem perguntas que constavam daquele dossiê de ontem, com perguntas, respostas, comentários, suposições – tudo em um texto muito bem feito –, mais de quarenta já foram feitas hoje. Quero crer que, até o final da oitava, cumprirão exatamente o acordo feito entre os autores e os Parlamentares que não querem a apuração dos fatos, mas querem, sim, fazer da sua verdade a verdade pura e verdadeira.

O Senador Passarinho dizia aqui, e disse em várias ocasiões, que para cada fato existem três opiniões: a minha, a sua e a verdadeira. É preciso que esses fatos sejam apurados, sejam apurados até o fim. É preciso que nós tenhamos, Sr. Presidente, condições de dar satisfação aos investidores, aos aposentados, porque uma coisa, Senador Sibá Machado, ninguém pode explicar: essa transação que está sendo conde-

nada com meias verdades, envolvendo a Telefônica, de Minas Gerais, a Telemig... há oito meses estava acontecendo. A Telemig estava sendo vendida para o mesmo grupo português, e pelo mesmo vendedor, por US\$2 bilhões. E agora a mesma venda está sendo negociada por 500 milhões.

É preciso que essas explicações sejam feitas, e para que isso aconteça, que não se perca a serenidade. A falta de serenidade que se viu aqui e lá, situação deprimente, em que Parlamentares foram às vias de fato, é exatamente para acobertar o que não se quer.

Sr. Presidente, se há dois anos e meio, quase três, disse, sem muita convicção, que o Governo poderia se transformar na República da Previ, hoje já não tenho mais nenhuma dúvida, tenho uma certeza, porque o seu presidente, um predador e um prepotente, não segue sequer a orientação superior do seu Presidente e do Ministro da Fazenda. Desmoraliza, não atende, sob pressupostos duvidosos, que precisam ser apurados. E tenho certeza de que esta Casa não irá faltar à Nação.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Mestrinho e novamente pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.046, DE 2005

Requer Voto de Aplauso à escritora Nélida Piñon, vencedora do Prêmio Jabuti-2005, com o livro Vozes do Deserto.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à escritora Nélida Piñon, vencedora do Prêmio Jabuti-2005, da Câmara Brasileira do Livro, com a obra **Vozes do Deserto**, considerada a melhor no gênero ficção.

Requeiro, também, que deste Voto de Aplauso, sejam cientificadas a homenagem e a Câmara Brasileira do Livro.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se. A escritora Nélida Piñon, autora de “Vozes do Deser-

to”, foi a vencedora do Prêmio Jabuti/2005, da Câmara Brasileira do Livro. Ela é “imortal” da Academia Brasileira de Letras e diz que seu livro “é uma homenagem à imaginação humana e à arte de fabular”.

Sala das Sessões, 21 de setembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.047, DE 2005

Requer à Ministra do Meio Ambiente, informações sobre denúncia do IBAMA, acerca de transformação de áreas da Amazônia em carvoarias.

Requeiro, com fundamento no art. 216 do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que a Mesa solicite, por escrito, à Ministra do Meio Ambiente, informações acerca de denúncias do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, dando conta da existência de carvoarias clandestinas que estariam transformando árvores da floresta amazônica em carvão, para uso de indústrias siderúrgicas da região, em especial as usinas do Pólo Siderúrgico de Carajás, no Pará.

Justificação

As notícias divulgadas esta semana, com base em dados do Ibama, constroem a Nação: árvores da floresta amazônica estariam sendo derrubadas para a produção de carvão destinado a usinas siderúrgicas, sobretudo as do Pólo Siderúrgico de Carajás. Ao Senado, Casa representativa dos estados, compete, dentro também de sua prerrogativa fiscalizadora, acompanhar as ações oficiais, em relação às diferentes regiões do País, no caso ações de combate a essa devastação.

Sala das Sessões, 21 de setembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será

despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.048, DE 2005

Requer um voto de aplauso e congratulações às 52 brasileiras incluídas no projeto “Mil mulheres para o Prêmio Nobel da Paz 2005”

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador **Renan Calheiros**,

Com fundamento no disposto no artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a V. Ex^a a inserção em Ata de um voto de aplauso e congratulações às 52 brasileiras incluídas no projeto “Mil mulheres para o Prêmio Nobel da Paz de 2005”.

Justificação

Nomes de 52 brasileiras estão entre os de 1000 mulheres de todo o mundo, indicadas para participar do projeto “1000 Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz”, que reunirá a biografia de todas essas mulheres em um dossiê para ser submetido à equipe do prêmio Nobel 2005, responsável por definir os concorrentes.

Foram escolhidas mulheres de 153 países e o Brasil teve o terceiro maior número de indicações, atrás apenas da China, com 108 indicadas (sendo 81 da China Continental, 18 de Taiwan e 9 de Hong Kong) e da Índia, que concorrerá com 91 mulheres. O Brasil, com suas 52 indicações, é seguido por Estados Unidos, Federação Russa e Paquistão.

A lista fechada das mil indicadas para 2005 já foi entregue ao comitê do Nobel. Se forem escolhidas, em nome das mil mulheres, três irão a Oslo receber o prêmio. Com o dinheiro recebido, será criado um Fundo pela Paz que desenvolverá projetos para mulheres.

Independentemente do resultado final, o trabalho dessas mulheres será documentado por jornalistas, autores, produtores de vídeo e fotógrafos para que seus exemplos sejam seguidos por homens e mulheres em situações de conflito. Não só o perfil dessas mulheres deve ser descrito, mas também os conflitos e guerras onde atuam, que serão relatados a partir da perspectiva dos afetados. Toda a documentação

fará parte de uma exibição, em Oslo durante a entrega do Nobel.

São as seguintes as brasileiras indicadas, em ordem alfabética:

Albertina Duarte Takiuti – médica ginecologista – São Paulo;
Alzira Rufino – ativista feminista e anti-racista – São Paulo;
Ana Maria Machado – escritora – Rio de Janeiro;
Ana Montenegro – advogada e ativista política – Bahia;
Benedita da Silva – líder política – Rio de Janeiro;
Concita Maia – líder camponesa – Acre;
Creuza Maria Oliveira – sindicalista -Bahia;
Eliane Potiguara – líder indígena – Rio de Janeiro;
Elizabeth Teixeira – líder camponesa – Paraíba;
Elza Berquó – demógrafa – São Paulo;
Elzita Santa Cruz Oliveira – dona-de-casa – Pernambuco;
Eva Alterman Blay pesquisadora e professora universitária – São Paulo;
Fátima Oliveira – médica e ativista feminista – Minas Gerais;
Givânia Maria da Silva – ativista e vereadora – Pernambuco;
Heleieth Saffioti – socióloga e professora – São Paulo;
Helena Greco – ativista política – Minas Gerais;
Heloneida Studart – escritora e deputada estadual – Rio de Janeiro;
Hilda Dias dos Santos – ialorixá – Bahia;
Jacqueline Pitanguy – socióloga e cientista política – Rio de Janeiro;
Joênia Batista de Carvalho – advogada – Roraima;
Jurema Batista – ativista anti-racista e deputada estadual – Rio de Janeiro;
Lair Guerra de Macedo – infectologista e gestora pública – Brasília;
Leila Linhares Barsted – advogada e ativista feminista – Rio de Janeiro;
Lenira Maria de Carvalho – líder comunitária – Pernambuco;
Luci Teresinha Choinacki – deputada federal – Santa Catarina;
Luiza Erundina de Souza – líder política e deputada federal – São Paulo;
Maninha Xukuru – líder indígena – Alagoas;
Mara Régia Di Perna – radialista e comunicadora social – Brasília;

Margarida Genevois – ativista pelos direitos humanos – São Paulo;
Maria Amélia de Almeida Teles – ativista feminista e de direitos humanos – S.Paulo;
Maria Berenice Dias – desembargadora – Rio Grande do Sul;
Maria José de O. Araújo – médica/ativista feminista pela saúde da mulher – Brasília;
Maria José Motta – atriz – Rio de Janeiro;
Maria José Rosado Nunes – ativista feminista/professora universitária – São Paulo;
Maria Osmarina Marina Silva de Lima – Ministra do Meio Ambiente – Brasília;
Maria Stella de Azevedo Santos – lalorixá – Bahia;
Mayana Zatz – cientista – São Paulo;
Moema Libera Viezzer – socióloga e educadora popular – Paraná;
Niède Guidon – arqueóloga – Piauí;
Nilza Iraci – ativista feminista e anti-racista – São Paulo;
Procópio dos Santos Rosa – líder quilombola calunga – Goiás;
Raimunda Gomes da Silva – líder camponesa – Tocantins;
Rose Marie Muraro – escritora e ativista feminista – Rio de Janeiro;
Ruth de Souza – atriz – Rio de Janeiro;
Schuma Schumacher – ativista feminista e pedagoga – Rio de Janeiro;
Sílvia Pimentel – advogada e professora universitária – São Paulo;
Sueli Pereira Pini – juíza de direito – Amapá;
Therezinha de Godoy Zerbini – advogada e ativista política – São Paulo;
Vanete Almeida – líder camponesa – Pernambuco;
Zenilda Maria de Araújo – líder indígena – Pernambuco;
Zuleika Alembert – ativista política e feminista – Rio de Janeiro;
Zilda Arns Neumann – médica e gestora social – Paraná.

Sala das Sessões, 21 de setembro de 2005.
– Senador **Pedro Simon**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.049, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, ouvido o Plenário, voto de aplauso à Rede Globo de Televisão por implantar em suas novelas o closed caption; sistema que permite acompanhar por meio de legendas o que é dito por atores e apresentadores em tempo real, por se tratar de recurso que atenua às necessidades de pessoas portadoras de deficiência auditiva.

Justificação

Atualmente existem 12 milhões de deficientes auditivos no País, em graus variados, da surdez total à redução da audição por motivos variados, podendo ser considerados como integrantes de uma verdadeira Nação.

Neste contexto a Rede Globo de Televisão implanta um sistema que busca democratizar o acesso ao lazer, como um direito de todos, demonstrando a importância e o quanto é especial o telespectador com deficiência auditiva.

EM face ao exposto, submeto à superior consideração do Senado Federal os votos de aplauso a esta iniciativa de expandir para as novelas de televisão o acesso pelo deficiente auditivo à programação de lazer, a tecnologia que já está disponível em alguns telejornais, telecuriosos e programas humorísticos.

Sala das Sessões, 21 de setembro de 2005.
– Senador **Eduardo Azeredo**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO nº 1.950, DE 2005

Requeremos, nos termos dos artigos 199 e 200 do Regimento Interno, a realização de Sessão Especial, no dia 11 de outubro deste ano, para comemorar o “Dia do Professor” e o “Dia da Criança”.

Justificação

As crianças são como pequenos espelhos nos quais a nação vê refletida a imagem do seu futuro. Cabe ao professor polir esses espelhos, de modo a que o futuro se mostre, no presente, claro e brilhante. Esse processo, vital para a cidadania, a cultura, a distribuição de renda e até mesmo para o êxito econômico do País chama-se educação.

Nada mais justo, portanto, que por ocasião, do Dia do Professor e do Dia da

Criança, esses dois pólos do processo educativo sejam homenageados por esta

Casa, instância maior das decisões nacionais voltadas para o desenho de um país futuramente mais justo e desenvolvido.

Contudo, é de conhecimento de todos que, apesar de esforços recentes, o Brasil, ainda tem uma situação lamentável, no que tange à educação.

Com efeito, o País ainda tem 33 milhões de analfabetos funcionais e 15 milhões de analfabetos absolutos na sua população de 15 anos ou mais. O fenômeno da repetência no ensino fundamental, crônico e de grandes dimensões, inviabiliza a ascensão social e o desenvolvimento pleno da cidadania de milhões de jovens brasileiros. Nas avaliações internacionais, como a feita em Pisa, em 2003, os alunos brasileiros obtiveram resultados ruins, abaixo dos aferidos por alunos do México e a Indonésia, por exemplo. Completa esse quadro desalentador a desmotivação e a insuficiente remuneração e qualificação de boa parte dos nossos professores.

Por isso, é chegada a hora do País enfrentar seriamente esse problema gravíssimo que compromete o nosso futuro como Nação. O Senado Federal, consciente da sua responsabilidade histórica para com as novas gerações, está lançando o “Manifesto dos Senadores pela Educação”, que convoca o País a pactuar um novo esforço pela educação pública universal e de qualidade, condição *sine qua non* para que o Brasil se encontre com seu porvir de grande país justo, próspero e soberano.

Saliente-se que essa iniciativa do Senado Federal conta com o apoio decisivo da UNESCO, agência das Nações Unidas especializada em Educação. O lema principal da Unesco, “Educação para Todos”, adotado na Conferência de Dacar, em 2000, põe em evidência a luta daquela agência pela igualdade de oportunidades e pelo desenvolvimento com justiça social.

Assim, com essa iniciativa, o Senado Federal coloca-se na vanguarda da Luta nacional e internacional por uma educação de qualidade para todos e presta às crianças e aos professores do País a mais relevante

homenagem que pode ser feita: o reconhecimento engajado e sincero daqueles que reconhecem, no presente, que são eles os construtores do nosso futuro.

Em vista do exposto, instamos os nobres pares a dar boa acolhida a esta importante propositura.

Sala das Sessões, 21 de setembro de 2005.

– Senador **Aloizio Mercadante**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento que acaba de ser lido.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência convoca Sessão Especial a realizar-se no dia 11 de outubro, às 11 horas, destinada a comemorar o Dia do Professor e o Dia da Criança, respectivamente.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2005

Altera a sessão legislativa ordinária do Congresso Nacional e a data de posse dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 57 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 1º de janeiro a 30 de junho, e de 1º de agosto a 31 de dezembro, ressalvado o disposto no § 4º deste artigo.

.....
§ 4º No primeiro ano da legislatura, a sessão legislativa iniciar-se-á no dia 4 de janeiro com a posse dos membros das Casas e eleição das respectivas Mesas, para mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

..... (NR)”

Art. 2º O disposto no § 4º do art. 57 da Constituição, com a modificação introduzida por esta Emenda, só passa a vigorar a partir da legislatura que se inicia em 2015.

Art. 3º Os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal eleitos em 2010 e os do Senado Federal eleitos em 2006 terão seus mandatos reduzidos para que os deputados federais e senadores eleitos em 2014 possam tomar posse em 2018 possam tomar posse em 4 de janeiro de 2019.

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A democratização do País e o expressivo ganho de independência e poder de crítica e de formação de opinião da mídia brasileira produziram, como um de seus saudáveis resultados, o incremento da vigilância da população brasileira sobre seus agentes políticos.

O Poder Legislativo tem estado no centro dessa atitude cidadã de vigília. E lamentavelmente ainda oferece material para fomentar o desgaste de sua própria imagem perante o cidadão brasileiro.

Um dos eventos que mais atrai críticas sociais e a realização das convocações extraordinárias, imediatamente associadas a aumentos remuneratórios aos parlamentares e, deste ponto, à inatividade dolosa ou culposa – dos membros do parlamento, de forma a criar situações de urgência deliberativa a justificar as convocações.

Nessa linha, a proposta de Emenda à Constituição que estamos apresentando busca manter, relativamen-

te aos membros dos Legislativos, unicamente um mês de férias por ano, a exemplo dos demais trabalhadores, tornando o restante do ano legislativo período de trabalhos ordinários.

Além disso, a presente proposição visa também a reduzir o atual descompasso de um mês entre as datas de posse do chefe do Poder Executivo Federal e dos membros do Poder Legislativo, ao nosso ver injustificável, já que os mandatários de um e outro Poder resultam da vontade popular expressa num mesmo pleito e devem trabalhar em harmonia para a consecução do interesse nacional. É justo e desejável, então, que suas investiduras sejam as mais próximas possíveis.

De outro lado, a preocupação em diferir a nova data de posse dos parlamentares para a legislatura a se iniciar em 2015 se deve ao cuidado de não encurtar os mandatos dos senadores eleitos em 2002 e destinados a expirar pelas regras constitucionais vigentes, somente em 1º de fevereiro de 2011.

Com isso, não se viola a regular periodicidade dos mandatos eletivos, elemento essencial, à forma republicana de governo, tornada cláusula pétrea pelo art. 60, § 4º, II, **in fine** da Lei Maior.

Em todo caso, é preciso salientar que, nem por isso, carece de eficácia e aplicação imediata a norma ora apresentada.

Pelo contrário, a partir dela apenas no primeiro ano de cada legislatura o recesso parlamentar durará 2 meses (janeiro e julho), para nos 3 anos subsequentes, já ficar encurtado para somente 1 mês.

Vigente, o preceito terá, pois, notável efeito prático imediato.

Senão, vejamos: atualmente, numa legislatura de 4 anos, temos hoje, no total, 12 meses de recesso.

Com a alteração aqui proposta, cairá, incontinenti, para 5 meses o período de não financiamento regular das Casas do Congresso.

E, ao cabo de 10 anos, com a vigência plena da modificação, o quadriênio da legislatura conterà apenas 4 meses de férias parlamentares.

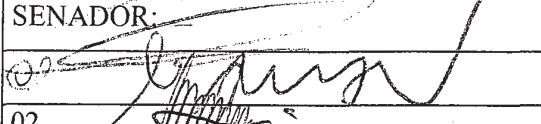

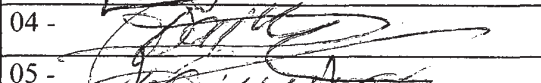
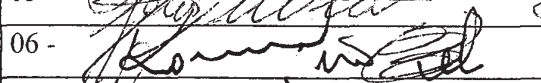
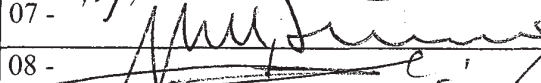
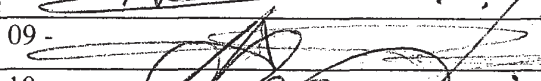
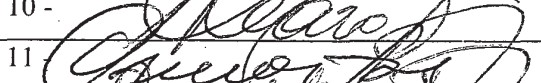
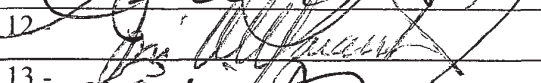
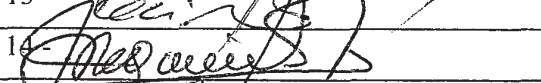

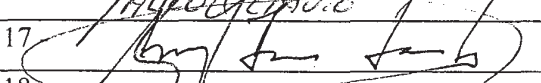
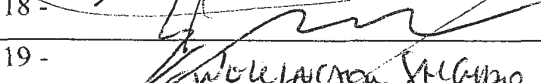
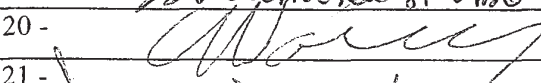
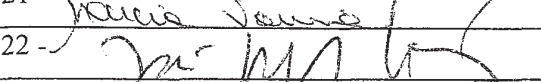
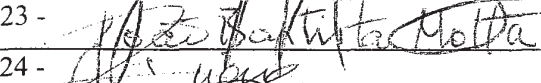
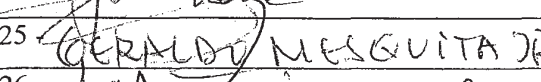
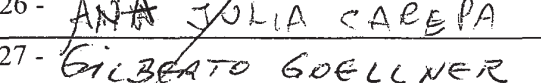
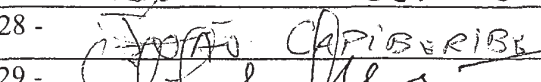
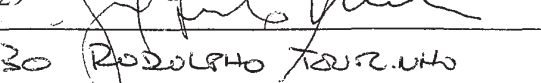
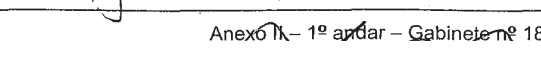

Com isso, acreditamos acertar o passo do Poder Legislativo com o conjunto da cidadania, cabendo tanto ao representante – o congressista – como a seus representados – os trabalhadores em geral – os mesmos 30 dias anuais de afastamento legítimo de suas atividades laborais.

Por tudo isso, contamos com a atenção desta Casa para o conteúdo moralizante e racionalizador da atividade legislativa que inspira esta iniciativa.

Sala das Sessões, 21 de setembro de 2005.

– **Ramez Tebet.**

Continuação das assinaturas:

SENADOR:	ASSINATURA:
01 - 	LEONEL TAVAN
02 - 	VALDIR RAUPP
03 - 	MANO SANTA
04 - 	PAULO PAIM
05 - 	ROMENO TUMA
06 - 	ROMERO JUCÁ
07 - 	NEY SUASSUNA
08 - 	MOZARILDO CAVALCANTI
09 - 	JEFFERSON PEDES
10 - 	ALVARO DIAS
11 - 	OSMAR DIAS
12 - 	JOSÉ MARANHÃO
13 - 	EDISON LOBATO
14 - 	Reginaldo Duarte
15 - 	R. Quintanilha
16 - 	LEDMAR QUINTANILHA
17 - 	Aécio Neves
18 - 	José Sarney
19 - 	Valadão
20 - 	LUCIA VANIR
21 - 	JOSÉ TORCK
22 -	B. F. Figueiredo
23 -	R. F. Figueiredo
24 -	GERALDO MESQUITA JR.
25 -	ANA JULIA CAREPA
26 -	GILBERTO GOELLNER
27 -	JOÃO CAPIBERIBE
28 -	GILBERTO MESQUITA
29 -	RODOLFO TOURINHO
30 -	D. Tourinho

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASILTÍTULO IV
Da Organização dos PoderesCAPÍTULO I
Do Poder LegislativoSEÇÃO VI
Das Reuniões

Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

§ 1º As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º Além de outros casos previstos nesta Constituição, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta para:

I – inaugurar a sessão legislativa;

II – elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns às duas Casas;

III – receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República;

IV – conhecer do veto e sobre ele deliberar.

§ 4º Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições específicas constantes do art. 354 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº1.051, DE 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 175, inciso IV, do Regimento Interno, requero inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item nº 4 seja submetida ao Plenário em 2º lugar(após o item 1).

Sala das Sessões, 4 de setembro de 2005. – **Os-mar Dias**, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento que acaba de ser lido.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 1:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.016, de 2005 –art.336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2005 (nº 4.727/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 523 e 527 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos ao agravo de instrumento e ao agravo retido* (restringe hipóteses de agravo retido às audiências de instrução e julgamento e estabelece hipótese para a conversão do agravo de instrumento em agravo retido).

Parecer sob nº 1.665, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, de redação, que apresenta.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto e as emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos à votação do projeto, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação as Emendas nºs 01 a 04-CCJ, de redação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao **Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2005**, que será lido pelo Sr. Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

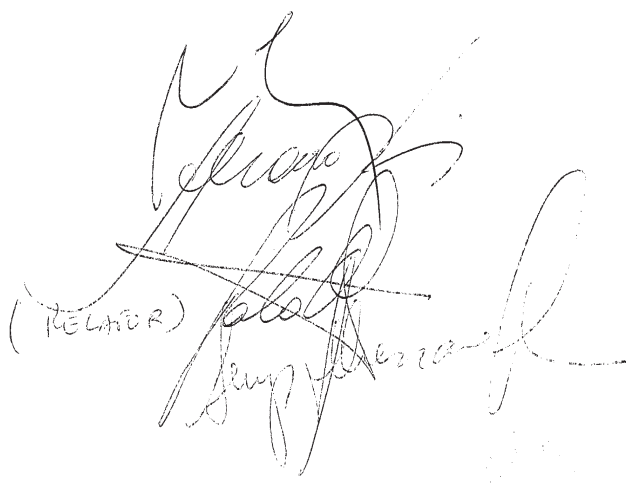
PARECER Nº 1.732, DE 2005

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2005 (nº 4.727, de 2004, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2005 (nº 4.727, de 2004, na Casa de origem), que dá nova redação aos art. 523 e 527 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos ao agravo de instrumento e ao agravo retido, consolidando as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de redação, aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de setembro de 2005. –



(RELATOR)

ANEXO AO PARECER Nº 1.732, DE 2005.

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2005 (nº 4.727, de 2004, na Casa de origem).

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para conferir nova disciplina ao cabimento dos agravos retido e de instrumento, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os art. 522, 523 e 527 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 522. Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento.

.....”(NR)

“Art. 523.

§ 3º Das decisões interlocutórias proferidas na audiência de instrução e julgamento caberá agravo na forma retida, devendo ser interposto oral e imediatamente, bem como constar do respectivo termo (art. 457), nele expostas sucintamente as razões do agravante.” (NR)

“Art. 527.

II – converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa;

V – mandará intimar o agravado, na mesma oportunidade, por ofício dirigido ao seu advogado, sob registro e com aviso de recebimento, para que responda no prazo de 10 (dez) dias (art. 525, § 2º), facultando-lhe juntar a documentação que entender conveniente, sendo que, nas comarcas sede de tribunal e naquelas em que o expediente forense for di-

vulgado no diário oficial, a intimação far-se-á mediante publicação no órgão oficial;

VI – ultimadas as providências referidas nos incisos III a V do **caput** deste artigo, mandará ouvir o Ministério Público, se for o caso, para que se pronuncie no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. A decisão liminar, proferida nos casos dos incisos II e III do **caput** deste artigo, somente é passível de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

Art. 3º É revogado o § 4º do art. 523 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 4:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, DE 2003 COMPLEMENTAR (*Votação nominal*)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2003 – Complementar (nº 52/99-Complementar, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que “cria o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN e dá outras providências”, para incluir a manutenção das casas de abrigo.*

Parecer favorável, sob nº 1.361, de 2005, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Edison Lobão.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão encerrada e a votação transferida para hoje.

Em votação. (Pausa.)

A Presidência, em tempo, esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 288, inciso III, letra “a”, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Os Srs. Líderes partidários já podem orientar suas Bancadas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

O parecer do Relator é favorável.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, a recomendação da Liderança do PSDB é pelo voto “sim”. Solicito a todos os Senadores da Bancada que compareçam à votação, lembrando que aqui faremos um bom teste, porque temos duas boas propostas de emenda à Constituição, uma delas de interesse do meu Estado, que faz justiça à pujança do Pólo Industrial de Manaus, e outra de autoria do Senador Osmar Dias. Em outras palavras, se conseguirmos mostrar número suficiente, tocaremos de maneira produtiva a pauta de hoje.

Portanto, por todas as razões e sobretudo pelo mérito encerrado nessa matéria, estamos solicitando que todos os Senadores do PSDB compareçam para aporem aqui o voto “sim”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Interpretando o que o Senador Arthur Virgílio acaba de pedir, gostaríamos que todos os Senadores, sobretudo aqueles que se encontram em outras dependências da Casa, compareçam ao Plenário, porque, se houver quórum, avançaremos na pauta e vamos concluir votações importantíssimas.

Este Senado, no primeiro semestre, deliberou sobre 1.340 matérias. Depois que eclodiu a crise, no dia 6 de julho, já votamos mais de 500 matérias. Isso significa dizer que é possível, sim, compatibilizar o funcionamento normal de uma das Casas do Congresso Nacional com as investigações que continuam a ser aprofundadas.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, em nome do Governo, recomendo o voto “sim” e peço a todos, Senadoras e Senadores, que compareçam, porque temos matérias constitucionais para votarmos.

A votação desse projeto é também uma forma de verificarmos a segurança do quórum, com a certeza de que atingiremos os votos necessários para aprovação da propositura relevante apresentada pelo Senador Augusto Botelho.

Portanto, o Governo recomenda o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, Líder do PDT.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, até pelo fato de ser um projeto do Senador Augusto Botelho, que é do nosso Partido, todo o PDT acompanha S. Ex^a e recomenda o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Apelo novamente aos Srs. Senadores, sobretudo àqueles que se encontram em outras dependências da Casa, para que compareçam ao Plenário.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, mais do que recomendar o voto “sim” à matéria, que é amplamente meritória, quero fazer um apelo aos Senadores do PFL que estejam porventura em alguma comissão, em seus gabinetes ou em outras dependências, para que venham ao plenário. Na verdade, mais do que votando um projeto meritório, estamos fazendo um teste para a apreciação de duas propostas de emenda à Constituição importantes, livres de polêmicas e cujos autores nos merecem muito, a nós do PFL – uma de autoria do Senador Arthur Virgílio, que muda até a nomeação da Zona Franca de Manaus; e outra do Senador Osmar Dias, que trata da presença da União no controle da meteorologia. Temos interesse em ver tais matérias aprovadas.

Lembro a V. Ex^{as} que estamos na iminência da leitura de novas medidas provisórias, fato que, se ocorrer, vai trancar a pauta e impedir a aprovação dessas PECs. Por essa razão, quero fazer um apelo aos companheiros do PFL para que, se estiverem em seus gabinetes ou em algum lugar do Congresso, venham ao plenário para depositarem seu voto, que recomendo seja “sim”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do PSDB enfatiza a necessidade de os Senadores do Partido comparecerem para aporem o voto “sim” ao projeto meritório do Senador Augusto Botelho. E, como V. Ex^a e tantos de nós já reprisamos aqui, essa votação trata-se de um teste – além do mérito da matéria, que é inegável – para tocarmos uma pauta extensa.

V. Ex^a está, juntamente com a Casa, de parabéns pela produtividade demonstrada. São mais de 500 matérias. Eu não sabia exatamente a ordem, mas sabia

que era muita matéria. Não estamos devendo nada, e em uma Casa onde há uma maioria claramente oposicionista ao Governo, o que revela o amadurecimento do Senado, revela o bom senso, que corresponde a um clima de diálogo que nunca deveria faltar a esta Casa madura. Portanto, aqui, é de somenos importância se existe ou não CPI. Estão investigando lá, que investiguem tudo! É o que nós queremos. E se o Governo é maioria ou não – e, no momento, não é – não importa. As matérias de interesse do País são aprovadas. Isso tem muito a ver com a liderança segura com que V. Ex^a exerce a Presidência da Casa.

Estamos, portanto, enfatizando a necessidade de os Senadores do PSDB comparecerem, bem como os Senadores do Bloco da Minoria, tão bem liderado pelo Senador José Jorge. Pedimos, na verdade, o apoio de todos os Senadores para que mostremos algo parecido com o painel de presença. Temos já 34 Senadores, se tivermos mais sete, resolveremos o problema desta matéria. Com mais um pouco, poderemos colocar as propostas de emenda à Constituição em votação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a intervenção ao Senador Arthur Virgílio, sobretudo pela lucidez de V. Ex^a. É claro que o Senado é uma Casa democrática, representativa. Não pensamos exatamente igual sobre tudo – o dia demonstrou isso –, mas temos muita convergência, de fato.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o nobre Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço somente um esclarecimento.

Foi anunciado que está em votação o Projeto de Lei do Senado nº 162, referente ao item 4, não é isso? Porque o Projeto nº 109 é o item 5 da pauta. Então, a dúvida é se está sendo votado projeto de lei do Senador Augusto Botelho ou o projeto de lei que diz respeito ao Funpen.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – No *notebook* está a devida informação, correta, precisa e indiscutível. É o PL nº 109. O que houve, na verdade, foi uma inversão da pauta, aprovada, por requerimento, pelo Plenário.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Então é o que trata do Fundo Penitenciário Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Exatamente, Senador Romero Jucá.

Senador José Agripino, acabei de agradecer a intervenção do Senador Arthur Virgílio, bem como a

lucidez de S. Ex^a. Disse-lhe que não pensamos da mesma forma sobre tudo, mas que pensamos igual sobre muitas questões.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, apenas para tirar uma dúvida. Esta PEC precisa de 49 votos?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Trata-se de projeto de lei complementar e precisa que 41 votos “sim”.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – São 41 votos “sim”. Se V. Ex^a puder aguardar mais um instante, vamos tentar localizar mais alguns Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos aguardar o tempo que for necessário, atendendo a sugestão de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, por acaso, alguma CPI está funcionando? (Pausa.)

Todas as CPIs estão funcionando?

Há duas CPIs funcionando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Determino às Comissões Parlamentares de Inquérito que suspendam imediatamente suas atividades, sob pena de nulidade de tudo que for deliberado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, este projeto necessita de 49 votos “sim”?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Precisa de 41 votos, Senador Osmar Dias. Exatamente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR.) – Certo, Sr. Presidente.

Em relação às emendas constitucionais, está ficando difícil votá-las em razão desse quórum de 42 Senadores, que vemos no painel. Dessa forma, já antecipando, solicito a V. Ex^a que suspenda hoje e prorogue para outra data a votação das emendas constitucionais se não obtivermos quórum suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Esta Mesa levará em consideração a sugestão de V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um registro. O item 4, no papel, era o projeto do Senador Augusto Botelho, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.

Encaminhei favoravelmente ao projeto, entre outras coisas, porque fui o Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Vi o item 4 e encaminhei favoravelmente, entendendo que estávamos votando esse projeto, e mencionei inclusive o Senador Augusto Botelho.

Mas o item 4, no painel eletrônico, é outro projeto. É o item 5 da pauta impressa, que se refere ao Fundo Penitenciário Nacional, nele incluindo a manutenção das casas de abrigo.

Eu havia conversado com o autor do projeto, o Senador Edison Lobão, sobre o fato de este projeto voltar à CAE, para se tentar definir um limite para que a manutenção das casas de abrigo não prejudique a construção de presídios, que é uma grande demanda do País hoje. São um problema de segurança pública relevante os recursos para a construção de presídios.

Da forma como está, não se estabelecem limites, a pressão pode prejudicar ou incompatibilizar as duas formas. O Senador estava inclusive de acordo com o encaminhamento. No entanto, não sei exatamente qual será a decisão do Governo, porque eu queria construir um acordo em torno do projeto, que não existe.

Não vou alterar o meu voto contra, porque não se trata de ser contra. Trata-se de uma forma de incluir a casa de abrigo sem prejudicar o esforço da construção de presídios federais.

Não há, portanto, a possibilidade de encaminhar regimentalmente porque o projeto está em votação, e acho que deveríamos ter estado mais atentos ao encaminhamento.

Portanto, vou manter o meu voto “sim” e verei se conseguimos, posteriormente, na regulamentação ou no encaminhamento deste projeto, estabelecer um limite que não prejudique a construção dos presídios, porque são relevantes hoje, em função da crise por que o sistema penitenciário atravessa.

De qualquer forma, em deferência ao Senador Lobão e em função do incidente que tivemos, vou manter o voto “sim”. Somente faço essa advertência porque eu esperava construir com o Senador um acordo, o que não foi possível. Eu imaginei que estávamos votando o projeto do Senador Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a a intervenção, mas gostaria de dizer à Casa que a mesma intervenção foi feita anteriormente pelo Senador Romero Jucá e que tivemos a oportunidade de dizer e repetir que estávamos votando o projeto do Funpen.

Aliás, sobre isso, há um problema muito sério para ser resolvido no Brasil. Esse fundo penitenciário é superavitário. Ele atinge anualmente algo em torno de R\$400 milhões ou R\$500 milhões. Apesar disso,

há uma limitação orçamentária de 130% ou 140%. Depois de aprovado o Orçamento, essa limitação é quase 100% contingenciada, não somente nesse Governo, mas em todos os governos.

A consequência dessa política penitenciária e a execução do próprio Fundo é o que estamos vivendo no Brasil. Há um déficit de vagas prisionais que beira hoje as 200 mil, sem levar em conta que mais de 300 mil mandados de prisão não são cumpridos ou concretizados. Essa é uma das causas da impunidade.

Definirmos a casa de abrigo como uma despesa que pode ser feita pelo fundo penitenciário, sinceramente, faz muito sentido, sim, e é algo que poderia muito bem ser negociado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu havia conversado com o Senador Aloizio Mercadante, que me propôs o retorno deste projeto à Comissão, a fim de que fizéssemos um reexame dele. Não me opus, porque o que todos desejamos é uma lei, tanto quanto possível próxima daquilo que deve ser considerado ideal. Todavia, por algum defeito na Ordem do Dia, estamos votando o projeto.

Agradeço ao Líder do Governo por emitir voto favorável ao projeto, que visa à manutenção de casas de abrigo destinadas a acolher vítimas de violência doméstica. Aliás, é lamentável termos que elaborar uma lei com essa destinação. No entanto, a cada dia estamos assistindo a um aumento gigantesco na violência doméstica deste País. São mulheres, esposas e crianças vítimas dessa violência. As casas de abrigo se justificam plenamente, pois nelas vamos acolher essas vítimas, que, lamentavelmente, ainda existem no Brasil e, pior ainda, em estado crescente.

Portanto, já que estamos votando o projeto, peço a todos os Srs. Senadores o apoio a esta iniciativa, que visa a encontrar um lenitivo para essas pessoas vítimas de violência.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Parece-me que esta matéria, que tem um mérito social inegável, está resolvida do ponto de vista do número. Mas há na Ordem do Dia duas Propostas de Emenda Constitucional, uma de autoria do Senador Osmar Dias, e a outra de minha própria autoria – sou o seu primeiro signatário –, que troca o nome da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.

Portanto, fazendo justiça ao que lá se construiu em avanço tecnológico, em agregação de valor econô-

mico e tecnológico industrial, parece-me que seria uma temeridade, seria impossível se colocar em votação essas duas Propostas de Emenda Constitucional.

Portanto, Sr. Presidente, eu me inquieto e vejo, na prática, como o excesso de medidas provisórias causa transtornos ao País. Tenho uma estatística malfeita na minha cabeça, uma estatística apressada, uma avaliação apressada de que 40% das medidas provisórias são provisórias na acepção exata do termo, porque urgentes e relevantes: 30% delas são completamente desnecessárias, são despidiendas; e 30% outras são relevantes, porém não urgentes, e mereceriam um debate mais acurado sob a forma de projeto de lei.

Já há três, pelo que estou sabendo, Sr. Presidente, medidas provisórias sobre a mesa, para serem lidas após a sessão; e outras seis, se não me engano, estão tramitando na Câmara.

Quero deixar bem claro que esta Emenda de Proposta Constitucional me interessa muito porque representa interesses do meu Estado. Mas isso pode ficar para muito mais adiante, porque vamos viver agora aquela velha e medíocre luta para fazermos acordo e votarmos apressadamente medidas provisórias com o objetivo de desobstruirmos a pauta. A pauta vive obstruída no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. É um quadro realmente lamentável.

Lamento porque, neste momento exato, o excesso de medidas provisórias está causando mal à economia do meu Estado, à reputação do pólo industrial de Manaus. É com ares de lamentação mesmo que registro a minha posição neste momento.

Imagino que foi bom termos resolvido a questão das casas de abrigo pelo alcance social que encerram, demonstrando atenção ao menor carente, mas lamento muito que haja hoje a limitação do quórum e, a partir de amanhã, a limitação da pauta obstruída por uma sequência insana, insondável, absurda de medidas provisórias, uma atrás da outra.

A primeira que chegará aqui é a chamada MP do Bem, na qual, quem sabe, precisaríamos até mexer, para que ela fique bem melhor, do bem mesmo, do bem melhor. Quase nunca podemos intervir substantivamente, porque a medida provisória chega aqui com seus prazos esgotados. A partir daí, vem o apelo ao patriotismo: “Ah, não é o ideal, mas vamos, depois, ver na regulamentação. Não é o ideal, mas vamos, de qualquer maneira, impedir um prejuízo maior, que seria deixar vencer o prazo final da medida provisória”. Assim, o Senado Federal, que tem sido tão produtivo, tem sido arrastado de cambulhada.

Portanto, é uma demonstração muito prática de como é preciso mesmo se deter essa avalanche de medidas provisórias. Essa avalanche de medidas provi-

sórias prejudica o País, prejudica a economia do País, prejudica a produção e a produtividade do Parlamento, atingindo visceralmente o poder do Senado Federal, que quase nunca pode fazer alteração, porque quase nunca tem prazo para isso.

Eu, pessoalmente, estou muito cansado destes apelos: “Ah, vamos resolver, somos patriotas. Enfim, é muito pior para o País que deixemos a medida provisória cair”. E já estamos há dois anos e meio nisso.

Faço um apelo muito claro ao Presidente da República no sentido de que reveja essa verdadeira sanha legiferante pela via da medida provisória. É preciso mais parcimônia nisso. Poderíamos estar trabalhando com 40% apenas das MPs, 30% projetos de lei, 30% desnecessárias. Seria muito melhor, porque teríamos muito mais prazo para discutir as matérias, muito mais capacidade de intervenção substantiva, porque a Câmara resolveria mais cedo.

É urgente também que façamos aquilo que preconiza a PEC do Senador José Jorge, Líder da Minoria. Uma MP começaria a tramitar por uma Casa e a outra por outra, para, assim, darmos uma grande desanuviada na pauta e recuperarmos parte de um prestígio que tem sido arrancado do Senado Federal, imerecidamente, até pelo o que estamos demonstrando de capacidade de trabalhar e de responder aos anseios da sociedade que em nós demonstrou confiança quando para cá nos enviou, Sr. Presidente.

Lamentando, mas com senso de realismo, é que peço a V. Ex^a que deixe a Proposta de Emenda à Constituição que altera o nome da Zona Franca para Pólo Industrial de Manaus para uma ocasião em que os Senadores estejam mais presentes e nos permitam votar matéria de interesse objetivo e concreto do povo de minha região.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Atendendo à sugestão do Senador Arthur Virgílio, a Presidência deixará para uma próxima sessão as demais votações, sobretudo a da Proposta de Emenda à Constituição que diz respeito à Zona Franca de Manaus.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Renan Calheiros, nosso Presidente, gostaria de dirigir uma palavra a V. Ex^a enquanto aguardamos a contagem dos votos do projeto que estamos votando.

Tomei conhecimento – e agradeço a nomeação – de que V. Ex^a houve por bem me designar para com-

por uma Comissão que apresentará um trabalho no sentido de desburocratizar o País. Faço parte dessa Comissão, juntamente com os Senadores Fernando Bezerra, Rodolpho Tourinho e Luiz Otávio.

É uma incumbência difícil, mas agradeço a V. Ex^a a indicação, que recebo como missão. Considero a burocracia inimiga da cidadania, evidentemente, do progresso e do desenvolvimento, pois causa sérios prejuízos ao País. Espero dar a minha parcela de contribuição para que a Comissão e o Senado da República possam realmente apresentar um trabalho que diminua esses grandes prejuízos ou entraves que se oferecem àqueles que querem produzir. A burocracia é inimiga da cidadania, Sr. Presidente.

Aceito a indicação como missão, e felicito V. Ex^a, que, como Presidente desta Casa, está tomando as medidas necessárias, preocupado com o desenvolvimento do País e atento às questões importantes para a melhoria da qualidade de vida da população.

Ao criar essa comissão, V. Ex^a está interpretando os sentimentos de um Brasil burocrático desde o tempo do Descobrimento, e que quer e precisa se modernizar.

Portanto, agradeço. Vou procurar honrar a missão a mim confiada por V. Ex^a.

Cumprimento-o pela iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a intervenção do nobre Senador Ramez Tebet.

Realmente, o Brasil, mais do que nunca, precisa da desburocratização para dar competitividade à sua própria economia. Não há mais sentido algum, em média, no Brasil, gastar 160 dias para constituir uma empresa, e anos a fio para desfazê-la.

Se levarmos em conta o tempo médio que uma empresa brasileira gasta para fazer uma exportação, seja de qual produto for, vamos verificar que isso tudo colabora para a diminuição da competitividade da nossa economia, que continua a produzir resultados surpreendentes, demonstrando sobejamente a vocação do País, que é uma vocação de crescimento. E mais uma vez a balança de pagamentos demonstra isso.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil já fez várias tentativas de desburocratização. Uma delas, por volta de 1987 – aliás, perdão, um pouco antes –, com o Ministro Hélio

Beltrão. Criou-se toda uma instituição, com a revisão de cada organograma, de cada Ministério.

E foi incrível, Sr. Presidente. Descobrimos, por exemplo, que a Comissão de Criação do Cavalo Nacional existia em dois ministérios diferentes: o do Exército e o da Agricultura. Descobrimos que funcionários que haviam sido levados para um canto, foram esquecidos e formaram uma cidade inteira; e assim por diante.

Recomendo a essa Comissão que procure observar o que foi desenvolvido com o Ministro Hélio Beltrão e, pouco depois, já com o Ministro que o sucedeu. Porque isso é cíclico, é como o organismo humano: engorda, faz regime e emagrece; engorda de novo, emagrece de novo.

Neste momento, não tenha dúvida de que o Brasil precisa muito de uma reforma administrativa séria, forte, observando todos os fluxogramas, os passos, até mesmo, se possível, e seria o ideal, os tempos e movimentos de cada rotina. Como não é possível fazer tudo, que se peça aos ministérios que comecem a agilizar os organogramas atuais e a analisar o que pode ser desburocratizado.

Era essa a minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Ney Suassuna.

Se todos os Srs. Senadores já votaram, vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à votação.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, DE 2003 - COMPLEMENTAR

ACRESCENTA INCISO AO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 79, DE 7 DE JANEIRO DE 1994, QUE "CRIA O FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL - FUNPEN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", PARA INCLUIR A MANUTENÇÃO DAS CASAS DE ABRIGO

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 21/9/2005

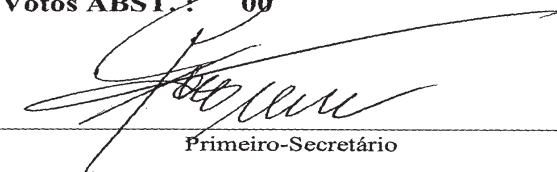
Num.Votação: 1
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 21/9/2005 19:13:40
Encerramento: 21/9/2005 19:47:57

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
PMDB	RO	AMIR LANDO	SIM
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM
PFL	BA	CÉSAR BORGES	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCI	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	SIM
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	SIM
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	SIM
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM
PFL	PE	MARCO MACIEL	SIM
PMDB	MA	MAURO FECURY	SIM
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
-	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	SIM
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	SIM
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	SIM
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos NÃO : 00
Votos ABST.: 00
Total : 50


Primeiro-Secretário

Votos SIM : 50

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votaram SIM 50 Srs. Senadores.

Não houve votos contrários.

Não houve abstenção.

Total: 50 votos.

Está, portanto, aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2003 – Complementar.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 109, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Nº 52/99-Complementar, na Casa de origem)

Acrescenta inciso ao art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que “cria o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN e dá outras providências”, para incluir a manutenção das casas de abrigo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIV:

“Art. 3º

XIV – manutenção de casas de abrigo destinadas a acolher vítimas de violência doméstica.

.....” (NR)

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Sobre a mesa, expedientes que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

Requeiro, nos termos regimentais, seja justificada minha ausência, na votação nominal, da Sessão Deliberativa do dia 21 de setembro, mesmo tendo registrado presença, pois tive de me ausentar naquele momento, para tratar de assuntos parlamentares relacionados ao Estado da Bahia.

Sala das Sessões, 21 de setembro de 2005.

– Senador **Antonio Carlos Magalhães**.

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que embora presente na Sessão Deliberativa do dia 21 de setembro, deixei de participar da votação nominal, uma vez que tive de me ausentar naquele momento para tratar de assuntos parlamentares relacionados a meu Estado.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2005.

– Senador **Augusto Botelho**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Os expedientes lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Os Itens nºs 2, 3 e 5 constarão da pauta da Ordem do Dia de amanhã.

São os seguintes os itens adiados:

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Relatora Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 59, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605 de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004 – COMPLEMENTAR

(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e
– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se ao **Item 6:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 363 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante três sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em segundo turno, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Transcorre hoje a terceira e última sessão de discussão.

Em discussão a matéria, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia de amanhã para votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 7:**

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004

Discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otavio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios), tendo

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 363 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante três

sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em segundo turno, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Transcorre hoje a terceira e última sessão de discussão.

Em discussão o substitutivo, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação acontecerá também na Ordem do Dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Os Srs. Senadores Romero Jucá, Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, Alvaro Dias, a Srª Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Luiz Soares, Jefferson Péres, Tião Viana e Demóstenes Torres enviaram discursos à Mesa que serão publicados na foram do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em discurso proferido na primeira sessão da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no início de fevereiro deste ano, o Ministro Edson Carvalho Vidigal, Presidente daquela Casa, fez um resumo de sua gestão no ano de 2004.

Apresentou o Relatório de Atividades de 2004 e procurou destacar os dois pontos principais de sua administração: agilidade e transparência. Em sua opinião, esses dois caminhos definiram totalmente o funcionamento do Tribunal no ano passado.

De acordo com o Relatório, de janeiro a dezembro de 2004 foram julgados 241 mil 309 processos. O crescimento foi bastante expressivo e atingiu cerca de 9% em relação a 2003, quando foram julgados 216 mil 999 feitos. Convém destacar que cada relator julgou em média 8 mil 452 processos, enquanto em 2003 a média foi de 7 mil 689 processos julgados por relator.

Outro dado que merece destaque no exercício de 2004 foi a eliminação do estoque de 45 mil processos, graças à eficiência do corpo funcional que se dedicou integralmente para alcançar as metas que foram estabelecidas. Segundo o Ministro Vidigal, sem dúvida alguma, os programas de treinamento oferecidos aos servidores, durante todo o ano passado, foram os principais responsáveis pelo aumento considerável da produtividade do trabalho e contribuíram decisivamente para a realização desse resultado tão expressivo.

No que se refere aos programas de treinamento, devemos dizer que, além de eficientes, eles foram democráticos, porque os servidores foram ouvidos e

participaram ativamente de todas as etapas de sua elaboração. Mais ainda, as portas do Gabinete do Presidente estavam sempre abertas para receber diariamente qualquer sugestão dos funcionários. Devo acrescentar ainda que esse modelo participativo de gestão, ou seja, essa integração entre as instâncias superiores e funcionais que caracterizou a gestão do STJ em 2004 poderia muito bem ser adotado em outras instâncias do serviço público que estão em busca de um melhor desempenho.

O mesmo podemos dizer de dois serviços que foram criados, “Fale com o Presidente” e “Cartas ao Presidente”. Esses dois canais de comunicação, além de dinamizar o funcionamento interno do Tribunal com o uso da *intranet*, colocaram igualmente o cidadão brasileiro bem perto de suas ações e decisões. Assim, em qualquer parte do território nacional, qualquer pessoa passou a ter a possibilidade de dialogar diretamente com o Presidente, apresentar sugestões, questionar, criticar e colocar suas demandas. Com essa inovação, no final de 2004, mais de 10 mil acessos foram registrados no *site* do STJ.

Por outro lado, antecipando-se às determinações da reforma do Judiciário, o Ministro Vidigal tomou a decisão de instalar a Ouvidoria-Geral. Ela foi criada em 17 de junho de 2004. Entre junho e dezembro, o serviço recebeu 5 mil 697 manifestações, uma média de 949 por mês. Segundo o Relatório, os cidadãos em geral são os que mais o procuram, seguidos dos advogados e de partes em processos. Os formulários eletrônicos são os canais mais usados para o contato com a Ouvidoria. No final de 2004 foram utilizados 3 mil 237 formulários eletrônicos contra 1 mil 579 *e-mails*. O terceiro meio mais usado foi o telefone 0800.

Na presente conjuntura, caracterizada por uma delicada política de contenção de gastos públicos para manter o equilíbrio de nossas contas, o STJ soube muito bem cumprir a sua parte e se esforçou para não prejudicar os objetivos da atual política econômica. Controlou os custos de forma competente, cortou as despesas supérfluas e conseguiu gerar superávit sem comprometer as suas metas, como já tivemos a oportunidade de verificar ao longo deste pronunciamento. Dessa forma, em todo o decorrer do exercício de 2004, a questão financeira foi administrada com cuidado. A contribuição do STJ foi dada e está registrada em seu Relatório final. Por exemplo, de um orçamento de 461 milhões 653 mil e 8 reais, cerca de 5,49% desse total foram economizados.

Diante dessa realidade, podemos concluir que o STJ desempenhou muito bem as suas funções em 2004, graças a uma eficiente transformação gerencial. Como já dissemos, em todos os aspectos, os avanços foram visíveis. As melhorias aconteceram em todas as áreas, notadamente na agilidade do julgamento dos

processos, no treinamento de pessoal, na democratização das decisões, no controle das finanças, no acesso à informação e na informatização dos serviços.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com merecimento reconhecido por todo o Tribunal como um administrador competente, o Ministro Edson Vidigal encerrou o seu período como Presidente do STJ com o sentimento do dever cumprido. Sem dúvida alguma, foi um dos maiores responsáveis pelo brilhantismo, pela eficiência e pela competência apresentados pela instituição no período a que nos referimos.

Muito antes de assumir a Presidência, o Ministro Vidigal tinha ampla consciência de que a missão do STJ é de fundamental importância para o bom funcionamento das demais estruturas do Poder nacional. Em qualquer democracia moderna e estável, o fortalecimento do Judiciário deve ser sempre encarado como uma das maiores prioridades.

Eu gostaria de terminar este pronunciamento dizendo que o STJ é uma referência de primeira grandeza na Administração Pública brasileira, que também está em avançado processo de modernização. Enfim, o STJ está de parabéns, porque teve um Presidente talentoso, que deixou bons exemplos para muitos. Sua inestimável colaboração foi fundamental para que a instituição, da qual faz parte como Ministro, possa continuar dando a sua parcela de contribuição para o Brasil.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto mais uma vez a esta tribuna para tratar da atual condução da política externa brasileira. A revista **Veja** do último dia 21 de setembro do corrente, publicou a matéria “Um fiasco mundial”, afirmando que “de todas as mistificações do governo Lula, a política externa foi a mais ruinosa”.

A matéria relaciona as derrotas mais recentes da diplomacia nacional como, por exemplo, as derrotas para a presidência do BID e para a direção-geral da OMC, deixando bem claro que a pretensa liderança regional não passa de mais uma “balela” do atual governo.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210. inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

UM FIASCO MUNDIAL

O escândalo do mensalão esconde a mais desastrosa política externa da história brasileira

De todas as mistificações do governo Lula, a política externa foi a mais ruinosa. Ao assumir, o presidente e seus colaboradores diretos nesse assunto — o chanceler Celso Amorim, o secretário-geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães, e o assessor especial Marco Aurélio Garcia — anunciaram uma nova era. A diretriz petista foi a de romper com o passado pragmático da diplomacia brasileira e dar prioridade à busca de uma posição de liderança entre os países em desenvolvimento. Desde o barão do Rio Branco, a tradição do Itamaraty era dimensionar com realismo os recursos do Brasil e traçar estratégias políticas com base nos interesses concretos do país, em lugar de se ater a ideologias ou parcerias infundadas. Ao focar sua estratégia numa "política de prestígio" terceiro-mundista, o Itamaraty deixou de lado os interesses da economia — e não conseguiu nenhum benefício político concreto. O ministro Amorim discorda, como é possível ler na entrevista abaixo, mas o PT produziu a mais desastrosa política externa da história brasileira. Isso é possível conferir na lista a seguir, que reúne as derrotas mais recentes da diplomacia nacional.

1. Conselho de Segurança da ONU — O Brasil uniu-se à Alemanha, ao Japão e à Índia para reivindicar um assento permanente no Conselho de Segurança

das Nações Unidas. Foi a prioridade da diplomacia nacional nos últimos dois anos. Em troca da promessa de apoio, o Brasil reconheceu a China como uma economia de mercado, coisa que ela não é. Também perdoou dívidas de países africanos, no valor de 350 milhões de dólares (o dobro do que o governo investiu em cultura no ano passado). Para agradar aos países árabes, absteve-se de condenar o genocídio no Sudão e assinou uma declaração que, em última análise, considera democracia e direitos humanos valores relativos.

O resultado: A China uniu-se aos Estados Unidos para descartar o projeto brasileiro de se sentar no Conselho de Segurança. O México e a Argentina deixaram claro que jamais aceitariam a liderança do Brasil. Africanos e árabes também ficaram contra.

2. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) — Para consolidar sua aspiração a líder regional, o Brasil apresentou a candidatura do ex-ministro João Sayad à presidência da instituição. Confiou que teria os votos dos países do Mercosul, da Venezuela e dos países caribenhos que o coronel Hugo Chávez compra com o petróleo barato.

O resultado: Paraguai, Uruguai e os países do Caribe votaram no colombiano Luis Alberto Moreno, apoiado pelos Estados Unidos.

3. Organização Mundial do Comércio (OMC) — Em busca de prestígio internacional, o Brasil tentou eleger o embaixador Luiz Felipe Seixas Corrêa diretor-geral da organização. Para isso, rompeu um acordo com os uruguaios e tentou atrair votos de países da África, do Oriente Médio e da América do Sul.

O resultado: Foi eleito o francês Pascal Lamy. Entre os latino-americanos, só o Panamá votou com o Brasil.

4. Negociações com a China — Ao reconhecer a China como uma economia de mercado, o Brasil perdeu a liberdade para adotar salvaguardas contra as importações chinesas, com prejuízo para a indústria brasileira. Neste ano, as importações da China cresceram oito vezes mais que as exportações brasileiras para lá.

O resultado: A China declarou-se contra o plano brasileiro de ocupar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança. Pequim também não deixou de boicotar as compras de soja brasileira para forçar a queda dos preços.

5. Comunidade Sul-Americana de Nações — Ansioso por consolidar sua pretensa liderança regional, o governo do PT convocou o lançamento do organismo sem ter o apoio prévio dos participantes.

O resultado: Quatro dos doze presidentes faltaram à cerimônia. A Comunidade nunca se tornou realidade.

6. Força de paz no Haiti — O governo brasileiro avaliou que a missão militar ficaria no máximo seis meses na ilha, tempo necessário para pacificar o país. Ou seja, que seria fácil e sem riscos.

O resultado — A violência escapou ao controle, e a permanência militar prolongada trouxe o desgaste inevitável com a população local. Os Estados Unidos acham os militares brasileiros despreparados para a missão.

Só mesmo o governo Lula iria se meter no beco sem saída do Haiti e acreditar que se tratava de um atalho para o Conselho de Segurança da ONU. ■

"NÃO SE PODE RENUNCIAR À GRANDEZA"

O chanceler Celso Amorim conversou com o editor Diogo Schelp sobre a política externa brasileira

QUAIS OS OBJETIVOS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA? As prioridades são a América do Sul, o reforço do Mercosul, a aproximação com a África, a cooperação com os grandes países em desenvolvimento, o reequilíbrio nas negociações da Alca, que a nosso ver estavam desequilibradas, e a reforma da ONU.

EM QUAL DESSAS METAS O

BRASIL AVANÇOU MAIS? Na integração da América do Sul. Não só criamos a Comunidade Sul-Americana de Nações, como a base para que o comércio aumentasse 50% em um ano e 40% no outro.

FOI EM VÃO O ESFORÇO DO BRASIL PARA GANHAR UM ASSENTO PERMANENTE NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU? É errado dizer que o Brasil sofreu uma derrota. Estamos buscando reformar um organismo internacional e estamos avançando. É impressionante como tem gente no Brasil torcendo contra. Isso não acontece no Japão, na

Alemanha ou na Índia, só no Brasil.

QUAIS SÃO OS MOTIVOS PELOS QUAIS VALE A PENA SER MEMBRO PERMANENTE DO CONSELHO DE SEGURANÇA? Trata-se de uma busca de maior equilíbrio nas relações internacionais e de estar no centro de decisões mais importante que existe. Esse tipo de vantagem não se mede em dinheiro. Há muita coisa na vida que não se mede em dinheiro.

ENTÃO, O ÚNICO BENEFÍCIO É O PRESTÍGIO INTERNACIONAL QUE O BRASIL GANHARIA? Se tiver-

mos países em desenvolvimento no Conselho de Segurança, a chance de esse organismo ser hostil a essas nações será menor. O Brasil é candidato por ser o maior país da América Latina, ter grande tradição diplomática, fronteiras com dez países e nenhuma guerra há 130 anos. Algumas pessoas querem diminuir o Brasil. Infelizmente para elas, o Brasil é grande. E não pode renunciar à grandeza, como dizia o chanceler Azeredo da Silveira. Você pode renunciar a muitas coisas, mas à grandeza não pode.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Dirceu assume responsabilidade política pela crise e defende Lula”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 19 de setembro do corrente.

A matéria destaca que o ex-ministro e deputado federal José Dirceu admitiu sua ‘responsabilidade política’ pela maior crise da história do PT. Segundo ele, “ao contrário de muitos da executiva, da direção na-

cional e dos principais líderes do PT, ele não foge das suas responsabilidades”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210. inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Dirceu assume ‘responsabilidade política’ pela crise e defende Lula

Apesar da autocrítica, ele diz que também erraram ‘todo o Diretório Nacional, a Executiva Nacional e todos os integrantes do PT’

PARTIDOS

Guilherme Evelin

O ex-ministro e deputado federal José Dirceu (PT-SP) admitiu ontem “responsabilidade política” pela maior crise da história do PT. “Ao contrário de muitos da executiva, da direção nacional e dos principais líderes do PT, eu não fujo das minhas responsabilidades”, acrescentou Dirceu, em entrevista, ao votar, pela manhã, na eleição postalista na sede do diretório zonal da Vila Mariana.

Apesar da autocrítica, Dirceu limitou sua responsabilidade na crise ao fato de fazer parte do diretório nacional do partido. “Responsabilidade política leve todo o diretório nacional, toda a executiva nacional, todos os integrantes do PT, cada um no seu grau devido”, afirmou. Ele continuou a refutar qualquer tipo de culpa por atos do ex-tesoureiro Delúbio Soares. “Não era membro da executiva. Não participava das deci-

Deputado reitera que não integrava Executiva e não sabia de atos do ex-tesoureiro

sões administrativas, financeiras, organizativas do PT”, disse o ex-ministro, reiterando que não há provas do seu envolvimento com o chamado esquema do mensalão.

Dirceu afirmou que sabe se defender sozinho e não cobra “nada nem do PT e do presidente Lula”. Disse: “Tenho argumentos, fatos, provas de que sou inocente de que estão me acusando”.

No decorrer da entrevista, porém, demonstrou em mais de um momento suas mágoas com as críticas que têm recebido de dirigentes do partido. Falando de tendências da esquerda, pediu que tenha implementado a prática do diálogo e não as discussões internas – acusação feita sistematicamente a ele – quando foi presidente do partido, entre 1998 e 2001.

“Não é verdade que era uma gestão stalinista”, disse. “Trabalhei muito para que o PT se democratizasse e o partido viveu um amplo processo de debate político e de crescimento eleitoral e de militância”.

O ex-ministro lembrou que sua atuação nunca foi objeto de unanimidade. “Quando comecei a militar, muita gente não me queria no PT. Em 1995, grande parte do partido não me queria.” Para ele, é natural que muitos petistas o considerem “indesejável”.

Dirceu admitiu que a eleição interna poderá significar o fim da hegemonia do Campo Majoritário – grupo que controla o partido, criado sob sua inspiração. “Não vi qualquer mesmo espectro que existia no PT antes, nem no Campo Majoritário, nem nas forças que se auto-intitulam de esquerda”, avaliou. “Partido político, de tempo em tempo, reconstitui as maiorias. O PT, a partir dessa crise, não será o mesmo de antes”.

SUAS VISÕES

Sobre a ameaça de deputados da esquerda abandonarem a legenda em caso de vitória do Campo, disse que o PT vai ter de decidir se continuará a conviver com dois programas, táticas visões de mundo completamente diferentes. Ele previu, porém, um futuro “promissor” para o partido. “Não vejo risco de o PT desaparecer. Ele vai continuar sendo a principal força política do país.”

Para o ex-ministro, o presidente Lula também inalterada a sua força para conquistar a reeleição. “O presidente vai disputar a reeleição para defender o mandato dele, o PT e o governo. Tem chances reais de ir para o segundo turno e ganhar as eleições”. Ele também defendeu as realizações do governo na área econômica e social. “O governo do presidente Lula é o melhor dos últimos 20 anos”.

Dirceu disse que não se enquadra entre os que se dizem desiludidos e traídos pelo governo. “É lógico que o governo podia ter avançado em muitas questões, mas a herança, ser um governo de minoria, as condições econômicas do País, a situação internacional, delimitavam seu campo de atuação”, afirmou. Ele também lembrou que em várias ocasiões discutiu dentro do governo a respeito de seu futuro; e defendeu a construção de novas alianças políticas para 2006. Afirmou que o balanço das “consequências” da parceria com PL, PTB e PP deverá ser feita em congresso do PT. ■

FOGO AMIGO

“Eu tenho responsabilidade política no que aconteceu. Ao contrário de muitos da executiva, da Direção Nacional e dos principais líderes do PT, eu não fujo das minhas responsabilidades. Não é da minha personalidade”

“Não vai haver o mesmo espectro que existia no PT antes, nem no Campo Majoritário, nem nas forças que se auto-intitulam de esquerda. A partir dessa crise, o PT não será o mesmo de antes”

“Quando eu comecei a militar no PT, muita gente não me queria. É natural, que muitos, neste momento, me julguem

dentro do PT como indesejável ou queiram a minha expulsão”

“O governo do presidente Lula é o melhor dos últimos 20 anos. Não estou desiludido nem traído”

“Já dei ao PT o que podia dar e não cobro nada, nem do PT, nem do presidente Lula. Vou me defender sozinho. Tenho argumentos, fatos, provas de que eu sou inocente de que estão me acusando”

“Esses anos todos, eles ajudaram a construir o partido. Erraram e acertaram como todos nós, e agora, fogem de tudo. É uma ignomínia, uma vilania”

Ex-ministro acusa Tarso e Mercadante de “vilania”

ATAQUE: Em almoço com intelectuais e militantes de esquerda, na casa do diretor de Gás e Energia da Petrobrás, Aldo Sauer, o deputado José Dirceu deu nome aos dirigentes do PT que, para ele, não assumiram suas responsabilidades pela crise do partido. Disparou farpas contra o atual presidente do partido, Tarso Genro, e o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). “Esses anos todos, eles ajudaram a construir o partido. Erraram e acertaram como todos nós e, agora, fogem de tudo”, disse Dirceu, ao descrever o comportamento de Tarso e Mercadante como uma “vilania” e uma “ignomínia”.

O encontro foi organizado por iniciativa do amigo Aldo Sauer, do jornalista Raimundo Pereira,

diretor da revista “Reportagem”, e do escritor Fernando Moraes, que estuda a preparação de dois livros sobre Dirceu – um sobre a sua participação na resistência à ditadura militar, outro sobre seus 30 meses no governo Lula. “Dirceu está sendo submetido a uma execução pública”, disse Pereira, ao explicar que o objetivo do encontro era dar a ele a oportunidade de apresentar a sua versão para as acusações de que é alvo.

O almoço reuniu cerca de 30 pessoas, entre petistas históricos, acadêmicos, profissionais liberais e o deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP). Adversário em disputas internas no governo, quando ambos estavam no Palácio do Planalto, Rebelo foi recebido com um

abraço comovido por Dirceu. “Meu líder”, disse, ao saudá-lo. O ex-ministro falou por cerca de uma hora e depois respondeu a perguntas.

No debate, Dirceu fez outra autocrítica. “Foi um erro trocar a governabilidade social, com o povo, pela governabilidade institucional, montando alianças no Congresso”. Ele voltou a apostar que o PT vai se recuperar, de forma rápida, da crise. “Basta que reconheçamos a sua gravidade, sem hipocrisia”, recebeu. Mas o futuro, avaliou, talvez signifique a divisão do partido. “Não dá para continuarmos unidos, juntos em tudo, em todas as disputas. O caminho talvez seja o de formação de outros dois, três partidos”, disse, ao falar sobre a luta interna no partido e G.E.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para, mais uma vez, fazer um breve comentário sobre os escândalos e as constantes denúncias de corrupção no governo Lula e no Partido dos Trabalhadores. Desta vez, quero fazer referência aos gastos da Força Aérea Brasileira com o transporte de ministros do atual governo pelo Brasil afora.

Segundo relatório do Comando da Aeronáutica, elaborado após requerimento do Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB no Senado Federal, a FAB gastou R\$26,4 milhões em vôos de ministros nas suas aeronaves, muitos desses até para interesses particulares.

Anderson Adauto
Ministro dos Transportes
(2003-2004)

1 vôo a cada 1 dia e 5 horas
R\$ 829 mil

Walfrido dos Mares Guia
Ministro do Turismo

1 vôo a cada 2 dias
R\$ 1,9 milhão

Olívio Dutra
Ministro das Cidades
(2003-2005)

1 vôo a cada 2 dias e 11 horas
R\$ 2,2 milhões

A farra dos jatos oficiais

ANDRÉ MEBRELES, ANA ARANHA
E WALTER NUNES

O combate às mordomias, bandeira histórica do PT, foi pelos ares no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nos primeiros 30 meses de governo, a Força Aérea Brasileira (FAB) gastou R\$ 26,4 milhões no transporte de ministros Brasil afora. Desse total, R\$ 11 milhões pagaram viagens de volta para casa de cada autoridade. As informações estão detalhadas num relatório do Comando da Aeronáutica, elaborado a pedido do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). Pela lei, o ministro pode escolher entre um assento em avião comercial e no jato exclusivo da Força Aérea. A União banca as duas opções, mas a segunda fica absurdamente mais cara. O custo pesa ainda mais quando se sabe que, embora o governo esteja apertando o cinto, faz tempo, patrocina uma farra em que ministros usaram o privilégio sem

critério – e, ao que tudo indica, alguns deles até para interesses particulares.

Embora esteja fora do governo há mais de um ano, pouca gente viajou mais que o ex-ministro dos Transportes Anderson Adauto. Super-Anderson fez praticamente um vôo por dia nos aeronaves da FAB durante os 14 meses em que teve assento na Esplanada dos Ministros.

O ex-ministro Anderson Adauto fez praticamente 1 vôo por dia, a um custo de R\$ 829 mil

Seus deslocamentos custaram R\$ 829 mil ao contribuinte. Das 336 viagens que fez, 118 foram para Minas Gerais, seu Estado natal. Para Uberaba, sua base eleitoral, Anderson foi 44 vezes. Não fez muita estrada, mas viajou bastante e no ano passado foi eleito prefeito da cidade, o que realmente lhe interessava.

Com base nas informações do Comando da Aeronáutica, Elton Com-

é nesse contexto que solicito que a matéria intitulada “A farra dos jatos oficiais”, publicada pela revista **Época** de 12 de setembro do corrente, seja considerada parte deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

A matéria mostra, de forma definitiva, que “o combate às mordomias, bandeira histórica do PT, foi pelos ares no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva”.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

patou a quantidade de viagens com o tempo de permanência no cargo. Dessa tabulação resultou um índice que serve para conferir a frequência com que cada ministro viajou pela FAB. Super-Anderson é o líder do ranking. Detalhe: apesar de o ex-ministro ter viajado 118 vezes para seu Estado, por sua causa a Força Aérea Brasileira mandou aviões 194 vezes para Minas Gerais. A razão da diferença é que frequentemente o avião deixa o ministro em casa, volta para sua base em Brasília e retorna no domingo para levar o passageiro ilustre de volta.

O gasto com combustível e diárias da tripulação duplica, tornando absurdo o custo dos vôos ministeriais. O fim de semana de um ministro em São Paulo, que poderia custar em média R\$ 1.000 em passagens aéreas, fica até 10 vezes mais caro quando a autoridade viaja sozinho num avião da FAB. As viagens do ministro da Justiça, Marcelo Thomaz Bastos, a São Paulo nos jatos oficiais já custaram R\$ 1,2

Patrus Ananias

Ministro do Desenvolvimento Social e
Combate à Fome (desde 2004)

1 voo a cada 2 dias e 15 horas
R\$ 1,2 milhão

Márcio Thomaz Bastos

Ministro da
Justiça

1 voo a cada 2 dias e 20 horas
R\$ 1,9 milhão

Eduardo Campos

Ministro da Ciência e Tecnologia
(2004-2005)

1 voo a cada 3 dias
RS 1,6 milhão

Apesar do discurso contra mordomias, a FAB gastou R\$ 26,4 milhões com viagens dos ministros de Lula pelo Brasil, grande parte para casa

milhão desde sua posse, em janeiro de 2003. Se tivesse embarcado para casa em voo comercial, esse custo seria de aproximadamente R\$ 200 mil, mesmo que a União tivesse pago a tarifa mais cara. A diferença de R\$ 1 milhão é o preço da mordomia. Por meio de sua assessoria, o ministro Márcio Thomaz Bastos informou que viaja nos aviões do governo por questões de segurança. A cautela, segundo Bastos, é uma recomendação da Polícia Federal desde 2003, quando foram assassinados promotores e juizes. Como a pasta da Justiça tem precedência entre os ministérios, mesmo em caso de voos compartilhados com outros ministros, é em nome de Bastos que o voo é registrado.

Quando abrem mão dos jatos oficiais, os ministros ficam sujeitos ao horário do voo comercial, que sempre atrasa, a filas e ao assédio do público. Em tempos de crise, ainda estão sujeitos às críticas ou aos gracejos dos companheiros de voo. Ao optar pelos voos comerciais, em tese o ministro

de Estado está sujeito às mesmas regras impostas aos outros passageiros. Se ele pedir, pode embarcar e desembarcar primeiro. Em favor do governo Lula, representantes dos aeroviários dizem que eles são menos exigentes que os integrantes do ministério de Fernando Henrique Cardoso. "Os ministros de FHC só queriam viajar na frente da aeronave", conta um dos representantes da categoria. Pa-

**Os voos de Márcio Thomaz
Bastos para São Paulo já
custaram R\$ 1,2 milhão**

ra justificar o fim de semana em casa a bordo dos jatos oficiais, as autoridades costumam agendar compromissos em suas cidades às sextas ou segundas-feiras.

A lei não limita o número de viagens nos aviões do governo. Compromissos assumidos nos mais distantes pontos do país não poderiam ser cumpridos se as autoridades dependessem da oferta de voos para cidades do interior.

Em muitos casos, há somente voos semanais ou simplesmente não há aeroporto nos municípios a serem visitados. Por isso, os relatórios da aeronáutica trazem a descrição de pistas de pouso em fazendas. Mas há casos em que o discurso do zelo pelo dinheiro público poderia ser acompanhado pelo sacrifício das viagens em aviões comerciais. As viagens para casa, por exemplo. Pelo menos enquanto o país também não tiver dinheiro para investir em estrada ou nas universidades federais.

Em números absolutos, Walfrido dos Mares Guia foi quem mais viajou pela FAB. Tudo bem, ele é ministro do Turismo e viagem, nessa área, também é trabalho. Só que, dos 481 voos que fez, 55% foram para Minas Gerais, seu Estado. Por meio de sua assessoria, o ministro disse que suas viagens "seguem as normas estabelecidas pela Aeronáutica para uso de aviões da FAB em cumprimento de agenda oficial ou deslocamento para residência fixa". Quem também gostava de um conforto extra ao ►

retornar para casa era o ex-ministro das Cidades Olívio Dutra. Enquanto esteve na Esplanada dos Ministérios, fez 390 viagens (uma a cada dois dias e meio) – 185 vôos para o Rio Grande do Sul, Estado que governou até assumir o ministério.

Olívio ia muito a Porto Alegre, mas esticava para Santo Ângelo e Santa Maria, principalmente. Parece mais circuito de candidato a governador do que de funcionário de governo cuja missão era cuidar de saneamento e habitação em todas as cidades do Brasil. De todos os auxiliares que Lula já teve, Olívio Dutra foi um dos mais criticados. Até hoje ninguém descobriu qual foi sua utilidade em Brasília, mas ele foi quem mais gastou pegando avião exclusivo: R\$ 2,2 milhões.

Quem mais voou para a terra natal foi o ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias. Dos 227 vôos que ele fez a bordo de aviões da Força Aérea, 190 – ou 84% – chegaram ou saíram de Minas. Por meio de sua assessoria, o ministro explicou: “Os deslocamentos para Minas Gerais são mais frequentes em razão do maior volume de convites relacionados à função de ministro por ter ali sua residência permanente e sua família”.

É discutível o comportamento dos ministros, mas no governo Lula o mau exemplo vem de cima. Em janeiro, 14 amigos de Luiz Cláudio, um dos filhos do presidente Lula, viajaram de São Paulo para Brasília em avião da FAB para passar férias no Palácio da Alvorada. Na ocasião, o governo recusou-se a responder sobre os gastos indevidos. So-

Cristóvam Buarque

**Ministro da Educação
(2003-2004)**

**1 vôo a cada 3 dias e 11 horas
R\$ 440 mil**

Humberto Costa

**Ministro da
Saúde**

**1 vôo a cada 3 dias e 14 horas
R\$ 1,7 milhão**

mente seis meses depois, provocado pela oposição, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Félix Mendonça, admitiu que o grupo tinha viajado num jato oficial.

**Dos 227 vôos que Patrus
Ananias fez pela FAB, 84%
chegaram ou partiram de MG**

Mordomia não é invenção do presidente Lula, mas nesse quesito mais uma vez o PT repete vícios do passado. No governo Fernando Henrique Cardoso, o uso de aviões da FAB por quatro ministros para passear em Fernando de Noronha provocou um es-

cândalo de enorme proporção. Depois de denunciado, o então ministro da Casa Civil, Clóvis Carvalho, pagou R\$ 25 mil à FAB por ter viajado com a mulher, os cinco filhos e dois genros para o arquipélago num turboélice Brasília VIP.

O presidente Fernando Henrique considerou a viagem um “erro”, mas não cobrou o passeio anterior de Carvalho nem o dos então ministros Luiz

Felipe Lampreia, Raul Jungmann, Paulo Renato e do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. Pelos relatórios do comando da Aeronáutica, no governo Lula somente um jato da FAB passou por Fernando de Noronha em escala de viagem internacional. O avião pousou e decolou no mesmo dia.

A impressão que fica é de que a austeridade do governo só vale da porta do Palácio do Planalto para fora. Uma das primeiras decisões do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao tomar posse, em 2003, foi suspender a concorrência internacional para compra de 12 aviões de caça para guardar o espaço aéreo nacional. A FAB, segundo o Palácio do Planalto, não dispunha dos US\$ 700 milhões necessários. Como a vida útil dos Mirage vencerá em dezembro, a Força Aérea será obrigada a comprar caças de segunda mão da França. ■

COM FLAVIO MACHADO
E ANA PAULA GALLI

Roberto RodriguesMinistro da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento**1 vôo a cada 3 dias e 15 horas**
R\$ 1,4 milhão**José Dirceu**Ministro da Casa Civil
(2003-2005)**1 vôo a cada 4 dias e 16 horas**
R\$ 887 mil**Nilmário Miranda****11º** *Secretário de Direitos Humanos*
1 vôo a cada 4 dias e 21 horas
R\$ 628 mil**Aldo Rebelo****12º** *Secretário de Coordenação
Política (2004-2005)*
1 vôo a cada 5 dias e 4 horas
R\$ 807 mil**Roberto Amaral****13º** *Ciência e Tecnologia (2003-2004)*
1 vôo a cada 5 dias e 4 horas
R\$ 297 mil**Dilma Rousseff****14º** *Minas e Energia (2003-2005)*
1 vôo a cada 5 dias e 13 horas
R\$ 625 mil**Luiz Fernando Furlan****15º** *Desenvolvimento*
1 vôo a cada 5 dias e 15 horas
R\$ 810 mil**Antônio Palocci****16º** *Fazenda*
1 vôo a cada 5 dias e 16 horas
R\$ 780 mil**José Fritsch****17º** *Secretário da Aquicultura e Pesca*
1 vôo a cada 5 dias 20 horas
R\$ 778 mil**Alfredo Nascimento****18º** *Transportes (desde 2004)*
1 vôo a cada 6 dias e 6 horas
R\$ 935 mil**Tarso Genro****19º** *Conselho de Desenvolvimento
Econômico e Social (2003-2004) e
Educação (2004-2005)*
1 vôo a cada 7 dias e 7 horas
R\$ 835 mil**Gilberto Gil****20º** *Cultura*
1 vôo a cada 7 dias e 12 horas
R\$ 700 mil**Ciro Gomes****21º** *Integração Nacional*
1 vôo a cada 10 dias e 7 horas
R\$ 380 mil**Ricardo Berzoini****22º** *Previdência (2003-2004) e
Trabalho (2004-2005)*
1 vôo a cada 10 dias e 9 horas
R\$ 505 mil**Luiz Dulci****23º** *Secretaria-geral da Presidência*
1 vôo a cada 10 dias e 15 horas
R\$ 346 mil

O SR. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para um breve comentário baseado na matéria intitulada “Muito status e pouca verba”, publicada no jornal **Correio Braziliense** do último dia 18 de setembro do corrente.

A matéria mostra que algumas secretarias especiais vinculadas diretamente à Presidência da República terão verbas ainda menores no ano de 2006. Segundo declaração da coordenadora-geral do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Roseane Queiroz, “Tudo

isso nos leva a crer que o presidente não dá prioridade alguma para os direitos humanos”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRª SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210. inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

GASTOS SOCIAIS

No ano eleitoral, pastas responsáveis por programas de assistência à mulher, igualdade racial e direitos humanos terão menos dinheiro

Muito status e pouca verba

ERIKÁ KLINGL E PALOMA OLIVETO

DA EQUIPE DO CORREIO

O status de ministério não garantiu às secretarias especiais vinculadas à Presidência da República um orçamento digno, mesmo estando subordinadas diretamente ao Palácio do Planalto. As secretarias de Políticas para Mulheres e de Promoção da Igualdade Racial terão verbas minguadas e apenas dois programas contemplados para 2006.

Foi por muito pouco que a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres não perdeu o status de ministério quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez em julho sua última reforma ministerial. Não foram poucos os movimentos feministas que se manifestaram contra a decisão de Lula. A pressão deu certo e o presidente poupou não apenas a secretaria das Mulheres como também a de Promoção da Igualdade Racial e a da Pesca. Uma das or-

ganizações não-governamentais que se posicionou contra o rebaixamento da secretaria foi o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea). O mudança impediria que a pasta continuasse a manter diálogo de igual para igual com outros ministérios.

"Sofremos uma forte tentativa de rebaixamento, mas a manutenção da secretaria como ministério não foi totalmente verdadeira. Perdemos muito espaço dentro da estrutura orgânica da Presidência", afirma Célia Vieira, consultora da orçamento da Cfemea. O orçamento caiu de R\$ 22,2 milhões em 2005 para R\$ 16,6 milhões no ano que vem. "Esse dinheiro faz muita falta e a secretaria já está em situação muito delicada. Foram lançados dois editais de programas para as mulheres e o órgão não está dando conta de responder à demanda", lamenta.

Na Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, nada mudou no Orçamento de 2006. A verba para gestão da política continua-

rá sendo de R\$ 12 milhões. A pasta é responsável por acompanhar e coordenar as políticas públicas interministeriais, como os programas de cotas para negros em universidades e a regularização fundiária das terras remanescentes de quilombos.

A socióloga Marcilene Garcia de Souza, presidente do Instituto de Pesquisa da Afrodescendência, reconhece que o governo deu um grande passo ao criar a secretaria. Porém, lamenta a escassez de recursos. "Esse orçamento caracteriza um olhar menos sensível para o grave problema que é o racismo", reclama. "Parece que a política governamental não está considerando que o combate à miséria e o crescimento econômico, social e cultural passam, necessariamente, pela inclusão dos negros, que são a metade da população brasileira.

Direitos Humanos

Além de perder o status de ministério este ano, a Secretaria dos

Direitos Humanos também perdeu dinheiro. O programa de Gestão da Política de Direitos Humanos foi o mais afetado, com corte de R\$ 141 mil. Outro projeto importante, o de Erradicação do Trabalho Infantil, caiu de R\$ 121 mil para R\$ 65,6 mil. Por meio da assessoria de imprensa, a secretaria informou que o orçamento enxuto não vai prejudicar os programas, pois o governo teria prometido não contingenciar os recursos em 2006.

Para a coordenadora-geral do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Roseane Queiroz, o prejuízo já era evidente quando a secretaria tinha status de ministério e a tendência é que fique cada vez mais difícil desenvolver ações voltadas às garantias dos direitos humanos. "A situação é vexatória. No ano passado, brigamos com o governo por mais recursos e não conseguimos", critica. "Tudo isso nos leva a crer que o presidente não dá prioridade alguma para os direitos humanos".

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Sr^ª. Srs. Senadores, venho à Tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada "Um país mais forte", publicada na revista **Exame** do último dia 31 de agosto do corrente.

A matéria mostra como a atual crise política que se abateu sobre o governo do PT não contaminou a economia. Segundo a reportagem, "os números disponíveis até o momento, de fato, mostram que o Brasil do trabalho tem conseguido resistir ao Brasil do PT". Isto porque "O governo, é verdade, teve a sabedoria de manter de pé a política econômica ra-

cional herdada do governo anterior – a única idéia realmente boa, no fundo, que colocou em prática desde sua posse".

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210. inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

UM PAÍS MAIS FORTE

A crise política do governo Lula não contaminou a economia — resultado dos avanços ocorridos no Brasil na última década

J.R. Guzzo

TRÊS MESES SEGUIDOS DE calamidade política, com a agonia de um governo cuja sorte parece depender hoje das confissões de delatores premiados e esboços em geral, não tinham sido suficientes, até agora, para arruinar a economia brasileira. E a partir de agora? A primeira reação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, à bomba jogada em cima dele, com as acusações de que teria participado do esquema de propinas para o caixa clandestino do PT, parece indicar que a casa, por ora, continua de pé. A experiência da atual crise mostra que as coisas sempre podem piorar, claro, mas, por enquanto, Palocci fica onde está — e com ele fica a política econômica que mantém o governo vivo e o país funcionando. Melhor assim.

Os números disponíveis até o momento, de fato, mostram que o Brasil do trabalho tem conseguido resistir ao Brasil do PT, e isso é bem mais do que se poderia esperar. A produção industrial do primeiro semestre ficou 5% acima da registrada no mesmo período do ano passado. O Brasil exportou em julho 11 bilhões de dólares, o maior resultado já atingido ao longo de um único mês. O total das exportações em 2005 deve chegar a 115 bilhões de dólares, uma cifra inédita, o saldo da balança comercial pode bater nos 40 bilhões, outro recorde, e a conta de transações correntes este ano já está perto dos 8 bilhões, o melhor resultado em meio século.

Mais: o dólar permanece amarrado na faixa dos 2,30 reais, abaixo do nível que ocupava antes da crise. A inflação parece

quieta, na casa dos 5% ao ano. A arrecadação federal em julho passou dos 31 bilhões de reais e a do primeiro semestre de 2005 superou os 207 bilhões, ambos resultados inéditos. Para o Brasil, é uma novidade e tanto. Pela primeira vez, uma crise política como a atual não traz junto a desordem econômica. Se o ministro Palocci sair vivo de tudo isso e a coisa continuar assim, bom sinal: o Brasil estaria conseguindo, enfim, colocar a política num trilho e a economia em outro.

É precisamente o contrário do que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva imagina que acontece. Como o galo Chantecler da fábula, que achava que o sol nascia todas as manhãs porque ele cantava, o governo Lula atribui a si qualquer número positivo que lhe passe pela frente. O presidente, por exemplo, fala dos 3 milhões de empregos oficialmente somados à economia nestes últimos dois anos como se ele, pessoalmente, tivesse contratado cada um dos novos empregados. Na mesma toada, sustenta que o Brasil só está exportando tanto por causa de suas viagens pelo mundo afora. O governo, é verdade, teve a sabedoria de manter de pé a política econômica racional herdada do governo anterior — a única idéia realmente boa, no fundo, que colocou em prática desde sua posse. Isso foi essencial, mas a grande revelação da crise atual é que a economia do país está dando sinais de que começa a responder a fundamentos objetivos em seu desempenho.

A cotação do dólar, por exemplo, está sendo fixada pela quantidade de dólares disponíveis no mercado e não pela quantidade de denúncias feitas nas CPIs. O volume das exportações está respondendo à

demanda firme de mercadorias no mercado internacional e aos esforços dos exportadores. Os investimentos feitos nos anos 90 pela indústria automobilística, por exemplo, estão permitindo a algumas montadoras exportar quase metade de sua produção atual. O saldo da balança comercial está refletindo um espetacular aumento no preço mundial de produtos exportados em massa pelo Brasil. Só o minério de ferro, em um ano, subiu mais de 70% — algo que se vê, por sinal, no lucro inédito de 5 bilhões de reais que a Vale do Rio Doce obteve no primeiro semestre de 2005. Mais que tudo, os fundamentos em cima dos quais se assenta a presente performance estão sendo a consequência de dez anos de ajustes na economia brasileira.

A economia vem resistindo à crise porque está muito mais aberta hoje, e muito menos dependente deste ou daquele fator isolado, do que estava dez anos atrás. Um levantamento do Banco Mundial mostra que o comércio exterior do Brasil está a caminho de bater nos 30% do PIB — o maior grau de participação na economia mundial que o país jamais teve. Em 11 anos, de 1994 para cá, houve apenas dois ministros da Fazenda, um prodígio de estabilidade inédito na história brasileira, e nenhum pacote econômico que mudasse de uma hora para outra as regras do jogo. A inflação, que vivia nos dois dígitos por mês, nunca mais passou de um dígito por ano. O sistema financeiro foi saneado e hoje opera com grau de confiança que nunca teve. As privatizações livraram o Tesouro Nacional, de um lado, da obrigação de pagar bilhões de reais pelos prejuízos das companhias estatais; de outro lado, passaram a trazer para o erário os bilhões hoje pagos em impostos pelas empresas que foram privatizadas. Sem falar, é claro, nas oportunidades de corrupção que foram eliminadas — é fácil imaginar a que altura estaria a roubalheira no presente governo se a conexão PT-Marcos Valério tivesse à mão, além das fontes de dinheiro que utilizou, todas as estatais privatizadas nos últimos anos.

A capacidade de resistência que a economia brasileira vem mostrando até agora, entretanto, não remove um problema profundo que volta à tona, mais uma vez, com a crise atual: o efeito, silencioso e devastador, que a corrupção exerce no funcionamento do capitalismo. A verdadeira ameaça trazida para a liberdade econômica pelo governo Lula-PT não está sendo, como se vê, a adoção de um programa socialista que nunca existiu, nem teria condições de ficar de pé. Está sendo, isto sim, a corrupção, fator que hoje funciona co-

mo o inimigo número 1 de uma economia capitalista, por falsificar as condições básicas de competição no mercado, criar regras desiguais e sabotar o respeito aos contratos. Nada pior, para o capital, do que um sistema de desigualdade que dá ao corruptor vantagens sistemáticas em relação a todos os demais. A corrupção pune quem quer competir com os instrumentos normais do capitalismo — mérito, qualidade, talento, esforço, disposição e meios para investir, criatividade, e assim por diante. Premia os que, em vez de utilizar esses recursos, se dedicam a comprar do Estado privilégios para os seus negócios.

Nos últimos dias tem se discutido muito os perigos que a exposição dos escândalos, na imprensa, nas CPIs e no aparelho judiciário, pode trazer para o desempenho da economia. A questão real é bem outra. "Os fatos mostram que não é a cor-

rupção desvendada que assusta o capital, mas a sua impunidade", diz o deputado Delfim Netto, "porque ela é a negação da igualdade de direitos." Perfeitamente. Que igualdade pode haver, por exemplo, se a impunidade permite que uns soneguem impostos e outros paguem? Não se trata, aqui, de nenhuma mixaria. Um estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário estima que a economia do caixa dois no Brasil movimenta hoje acima de 1 trilhão de reais por ano, o que priva o erário de algo como 200 bilhões por ano. É coisa capaz de perturbar até orçamento de país rico, que dirá o do Brasil.

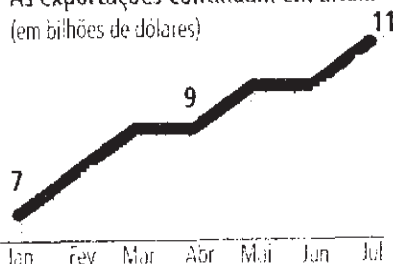
O clima em torno da atual maré de rapinagem não parece animador, até agora, no quesito impunidade. Depois de três meses de crise, há muito falatório em torno da necessidade de "refundar o PT", mas na prática não acontece nada. Não foi

tomada uma única medida, por parte do governo, para desmontar o sistema de corrupção escancarada que se apurou e provou nos Correios, com filme e tudo. O presidente não dá o menor sinal de que haja alguma coisa errada no fato de uma empresa do seu filho receber 5 milhões de reais da Telemar, companhia altamente regulada pelo próprio governo, como aporte de capital. A coisa vai por aí afora — e um dos símbolos mais ilustrativos de toda essa patologia poderia estar no inescutível depoimento na CPI do publicitário Duda Mendonça, o homem-chave na vitória do PT em 2002. Após detalhar não apenas o recebimento de dinheiro do partido pelo caixa dois, mas também o envio clandestino de 10 milhões de reais para fora do país, Duda admitiu, sim, ter cometido um "erro fiscal" — mas jamais uma falha ética. Ninguém, na CPI, achou nada demais nisso. ■

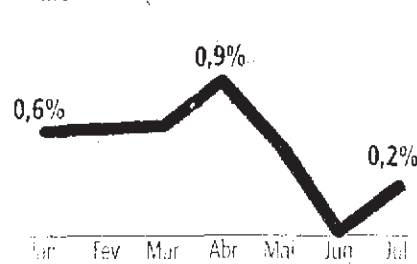
SEM CRISE NA ECONOMIA

Apesar da turbulência política, a economia brasileira se mantém blindada e apresenta bons indicadores

As exportações continuam em alta...
(em bilhões de dólares)



...e a inflação está sob controle



O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para um breve comentário baseado na matéria intitulada "Corrupção vem do Executivo, diz Jefferson", publicada no jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 15 de setembro do corrente.

A matéria trata do discurso de defesa feito pelo ex-deputado Roberto Jefferson no Plenário da Câmara dos Deputados antes de ter seu mandato cassado. Nele, o ex-deputado afirmou que, se o presidente Lula não praticou o crime por ação, teria cometido por omissão. Para Roberto Jefferson, "O

presidente virou uma espécie de Genócio na Presidência, não sabe o que lê, não sabe o que assina, não sabe o que faz".

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU *PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210. inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/HORA DA CASSAÇÃO

Em discurso antes de ter mandato cassado, deputado chama Lula de 'omissão' e diz que Dirceu tratou Câmara como 'prostíbulo'

Corrupção vem do Executivo, diz Jefferson

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BRASÍLIA

O deputado cassado Roberto Jefferson (PTB-RJ), 52, autor das denúncias sobre o "mensalão", disse ontem no plenário da Câmara, antes do resultado de sua cassação, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cometeu o crime da "omissão" e buscou transferir a responsabilidade pelo escândalo para o Congresso.

"Estamos em uma guerra fratricida, sanguinária, entre nós, quando a corrupção está na praça do lado de lá, de lá partiu a corrupção, do lado de lá", disse Roberto Jefferson, numa referência ao Palácio do Planalto.

"Tirei a roupa do rei, mostrei ao Brasil quem são esses fariseus, mostrei ao Brasil o que é o governo Lula, mostrei ao Brasil o que é o Campo Majoritário do PT", afirmou o deputado.

Sobre a figura do presidente, Jefferson disse: "O meu conceito do presidente Lula é que ele é malandro, ele é preguiçoso. O negócio dele é ó [fez um gesto de avião com a mão], passear de avião, governar que é bom ele não gosta. [...] Se não praticou o crime por ação, pelo menos por omissão", afirmou Jefferson, para quem o ex-ministro José Dirceu "tratou a Câmara como um prostíbulo".

Jefferson afirmou ainda haver "ministro" que recebeu o "mensalão". "É a turma que financiou isso, vai ficar de fora? Tem ministro que recebeu o 'mensalão', crime administrativo claro. E tá tudo em silêncio, não vem depor na CPI, não são pesquisados, não são confrontados, e a culpa é só nossa, somos a Geni no Brasil", disse, fa-

zendo alusão à personagem de uma canção de Chico Buarque.

Apesar disso, não apresentou novas denúncias sobre o suposto esquema, como era esperado, nem informou o destino dos R\$ 4 milhões que admitiu ter recebido do PT, sem registro na Justiça Eleitoral, a título de financiamento de campanha.

A sessão de cassação, iniciada logo após as 16h, foi presidida pelo primeiro-vice-presidente da Casa, José Thomaz Nonô (PFL-AL), pois Severino Cavalcanti (PP-PE) passou o dia recluso.

Jefferson foi acusado no parecer do Conselho —feito pelo deputado Jairo Carneiro (PFL-BA)— de ter assumido tráfico de influências em estatais, ter admitido recebimento de dinheiro em caixa dois repassados pelo PT e de ter feito acusações sem provas.

Ele foi o primeiro parlamentar cassado na esteira do escândalo e ficará inelegível até 2015.

O petebista foi bastante aplaudido por parte das galerias da Câmara, que estavam lotadas, e por aliados no plenário, que diziam que ele seria absolvido após o discurso, que durou 41 minutos.

Em sua fala, o petebista usou claramente a estratégia de jogar os deputados contra o Palácio do Planalto e não poupou o PT, a quem chamou de "rato magro", que se "lambuzou" ao chegar ao poder. "Para mim esse é o governo mais corrupto que testemunhei nesses meus 23 anos de mandato, o governo do presidente Lula, o mais escandaloso processo de aluguel de parlamentar", disse. "Rato magro! Quem nunca comeu mel se lambuzou, rato magro!

PC Farias é aprendiz de feiticeiro diante dessa gente que assaltou o Brasil", disse, em referência ao tesoureiro do ex-presidente Fernando Collor (1990-1992).

★

LULA - Desde o início da crise política, Jefferson vinha procurando poupar Lula. Apesar de não acusar diretamente o presidente de envolvimento em esquema de corrupção, o petebista ontem não deixou de atacá-lo. "Disse ao próprio presidente: o Delúbio vai botar uma bomba debaixo dessa cadeira. Essa história do 'mensalão' é um escândalo, nunca vi uma coisa igual na história parlamentar", afirmou. "A corrupção partiu de lá, as ligações do Marcos Valério são para o gabinete do senhor presidente, III."

Segundo o petebista, Lula "é como o José Genoino [ex-presidente do PT], assinou empréstimo, houve acordo, mas não leu, não sabia. O presidente virou uma espécie de Genoino na Presidência, não sabe o que lê, não sabe o que assina, não sabe o que faz."

CONGRESSO X PLANALTO - A tática do deputado foi tentar angariar votos de última hora com a tese de que o Planalto, para se livrar da crise, promove uma "guerra fratricida" entre os parlamentares. "[Lula] escolheu o ministro José Dirceu como uma espécie de Jeany Mary Corrier [cafetina de Brasília], o rufião do Planalto para alugar prostitutas. Tratou essa Casa como se fôssemos um prostíbulo", disse. "Fez aqui na Casa o conflito como se fôssemos um valhaçouto de corruptos."

DEFESA E ATAQUE - O petebista acusou o relator Jairo Carneiro de

ter feito um relatório "fascista" e de cometer irregularidades no governo da Bahia. Jairo nega. Afirmou que o que sofre hoje é perseguição política e diz que teve o seu nome usado indevidamente por Maurício Marinho, ex-chefe de departamento nos Correios. "Eu não posso evitar que alguém peça dinheiro em meu nome. O Rogério Buratti [ex-assessor do ministro Antonio Palocci, da Fazenda] fez isso com o ministro Palocci."

MENSALÃO - Apesar de dizer que o "mensalão" está provado, Jefferson afirmou que ele pode ser chamado de "bimestralão" ou "trimestralão". "Se o relator fica ofendido com a palavra mensalão (...), use o 'bimensalão', o 'trimestralão', o que ele quiser falar, mas essa transferência constante de recursos para alugar partidos da base aliada tinha de acabar."

PT - O deputado batetei duro no PT. "Nunca bati no peito para dizer que sou paladino da ética e campeão olímpico da moralidade. Todo fariseu e farsante emprega culpa ao adversário como se fosse um biombo para esconder os seus defeitos", disse. "O PT não rouba, não deixa roubar. Ouvi isso da cúpula do partido. Rouba, mas rouba sozinho, e muito!"

DESPEDIDA - "Entrego 23 anos de mandato. Confesso que estou um pouco cansado, mas honrei o Parlamento. Todos os dias investiguei minha vida, não conseguiram colocar nada no jornal que pudesse ferir minha honra. Saio de cabeça erguida." Seus advogados disseram que vão recorrer ao STF para tentar reaver o mandato. (RANIER BRAGON, FÁBIO ZANINI, SILVIO NAVARRO E LUIZ FRANCISCO)

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado *Generais sem ônus*, de autoria do articulista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 8 de setembro do corrente.

O artigo destaca um trecho do artigo do deputado José Dirceu escolhido pelo leitor Fabiano Adamy de Concórdia/SC: “Estou na linha de tiro, mas o objetivo das forças que me atacam é interromper o processo

de organização dos trabalhadores e da consolidação de uma alternativa popular para o país”.

Para concluir, Sr. Presidente, requiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210. inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

Generais sem ônus

SÃO PAULO - O leitor Fabiano Adamy (Concórdia, SC) pinça o seguinte trecho do artigo do deputado José Dirceu (PT-SP) que esta *Folha* publicou dias atrás: “Estou na linha de tiro, mas o objetivo das forças que me atacam é interromper o processo de organização dos trabalhadores e de consolidação de uma alternativa popular para o país”.

Alternativa popular sob a liderança do “companheiro” Henrique de Campos Meirelles, notório comandante revolucionário? Seria apenas ridículo, não fosse, antes, maroto.

José Dirceu finge que ainda é o jovem líder de passeatas contra a ditadura quando começa a ser o Paulo Maluf da esquerda.

Maluf, sempre que lhe perguntam sobre suas contas no exterior, responde: “Eu fui o melhor prefeito que São Paulo jamais teve”.

Dirceu aprendeu: acusado de corrupção, responde como se fosse um subversivo perseguido pelas forças reacionárias.

Pode até colar com os petistas que se demitiram da obrigação de pensar,

mas, para o público em geral, vale observação feita por outro leitor, Kenneth R. Thompson, com a vantagem de introduzir um olhar estrangeiro sobre a crise (britânico, está no Brasil desde 1979).

Escreve Thompson: “Acompanho o teledrama atual ‘Lula sabia ou não?’ e faço um paralelo militar. O general permite que seus comandados tomem um vilarejo, estuprando e matando um monte de civis não-combatentes. Depois alega ignorância das atividades dos seus comandados. Não sei por que se perde tempo com uma questão desse tipo. É óbvio que o general é inepto para a função, já que foi generosamente remunerado para ser responsável”.

Termina assim: “Se a campanha militar tivesse dado certo, o general estaria na frente da fila para condecorações. Ônus junto com bônus parece uma postura lógica”.

Vale para Lula, vale para Dirceu. Menos no Brasil, caro Thompson.

@ → crossi@uol.com.br

Folha S. Paulo

08/09/05

O SR. LUIZ SOARES (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Basta, Presidente!”, de autoria do filósofo Roberto Romano, publicado na **Folha de S.Paulo** do último dia 8 de setembro do corrente.

O autor, em seu artigo, recorre ao escritor Elias Canetti para tentar entender o “ethos” petista: “Durante anos, os companheiros caluniaram o estado e a sociedade. E montaram um partido para arrebatá-lo e o poder. Mas hoje nada dizem, nada sabem, nada viram, nada ouviram, nada perceberam, nada degustaram, no agru-

pamento que apresentaram aos eleitores, aprofundando a sua integridade. Eles calam o que fizeram e ameaçam quem denuncia os seus atos nefastos”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ SOARES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210. inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

O PRESIDENTE da República usa o tempo que lhe resta para atacar a imprensa. É sintomático que ele só tenha concedido uma entrevista coletiva (com espalhões nos jornalistas) em todo o seu governo. Ele prefere o monólogo e a propaganda e acusa os profissionais da notícia que ousam levantar o véu que até pouco tempo atrás escondia o segredo de seu partido.

Recordemos o que diz um dos mais importantes teóricos da manipulação das massas: “O silêncio pressupõe um conhecimento exato daquilo que não se diz. (...) Silencia-se o que melhor se conhece. É algo mais preciso e também mais precioso. O silêncio não serve apenas para proteger essa coisa mas também para concentrá-la.”

E. Canetti ajuda a entender o ethos petista. Durante anos, os “companheiros” caluniaram o Estado e a sociedade. E montaram um partido para arrebatá-lo e o poder. Mas hoje nada dizem, nada sabem, nada viram, nada ouviram, nada perceberam, nada degustaram, no agrupamento que apresentaram aos eleitores, aprofundando a sua integridade. Eles calam o que fizeram e ameaçam quem denuncia os seus atos nefastos.

O silêncio do PT equivale à omertà dos inimigos da lei. É má-fé e desonestidade intelectual jogar sobre a imprensa as culpas da liderança petista. Ela sempre desprezou a mídia, daí a gênese do Conselho Federal de Jornalismo. Em 1986 (“Segredo e Democracia”, *Folha*), nela indiquei o duro ódio pela imprensa: “Silêncio obsequioso em face dos mais fortes ad intra, arrogância reservada aos adversários. (...) O intelectual empenhado é livre apenas para desmascarar os inimigos. Quando o seu líder fala, decreta a infalibilidade do locutor. O erro, por definição, está no ouvido de quem discorda ou na pena dos nefandos jornalistas. Sacrifício do intelecto: autoviolência praticada pelos ideólogos que um dia quiseram pensar de forma autônoma.”

Disse mais: “O seu monopólio da mentira santa é intocável”. Encerrei dizendo que “os adversários da vida livre odeiam a discussão pública. Sem o segredo, o seu mando pode ser, a todo instante, abalado. Só o silêncio possibilita a simulação e a dissimulação, técnicas empregadas pelos que defendem posições e por quem as cobiça”.

Em entrevista antiga, o presidente agora surdo, mudo, cego, sem tato ou

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. E-mail: debates@uol.com.br

OPINIÃO

Basta, presidente!

ROBERTO ROMANO

Se Lula não percebe o ponto do i no Estado e o confunde com uma esfera que rola no Torto, merece o apito de impedimento

paladar para as falcatuas dos companheiros mostrou sua alma real ao enunciar como via o Congresso: “Não achamos que o Parlamento seja um fim, ele é um meio. E vamos tentar utilizá-lo até onde for possível. Na medida em que a gente perceber que, pela via parlamentar, pela via puramente eleitoral, você não conseguirá o poder, eu assumo a responsabilidade de dizer à classe trabalhadora que ela tem de procurar outra via” (entrevista à *Folha*, 1985).

Digam agora: quem pratica semelhante realismo recuará diante dos mensais ou diários aos parlamentares? E “os 300 picaretas”? Temos diante de nós um dirigente que, em 1985, imaginava impossível chegar legalmente ao comando do país. E ameaçou a população com a luta armada.

O líder rosna contra a imprensa porque ela não garantiu alguns segredos como os tratos com Roberto Jefferson, as negociatas de Marcos Valério, os presentes de Silvinho, os depósitos nas contas de parlamentares. Um petista teve

seu auxiliar direto pego com dinheiro nas cuecas. Pediu-lhe silêncio em nome da *raison d’État*... A boa imprensa, pensam os “companheiros”, propaga apenas virtudes do governo.

Na entrevista citada, a bazófia de Lula é clara: “Quero que me deem meia hora para mim na televisão (...). E vamos ver quem tem condições de convencer a opinião pública”. Ele tem milhares de horas na mídia, mas cala sobre o que fizeram os auxiliares de sua plena confiança. Uma dupla farsa chega ao fim. Líder e partido mostram a face verdadeira. O segredo corrupto, escondido sob a máscara da ética, foi desvelado pela imprensa.

Imaginei que o governo inepto deveria ser tolerado até as eleições. Com as mentiras oficiais contra a imprensa, revejo minha atitude. Hegel diz que o chefe de Estado só coloca o ponto na letra i, mas o “nosso” presidente idolatra o analfabetismo. Como não sabe colocar o ponto certo no seu partido e governo, deixe tal missão para quem sabe. Como Lula adora metáforas futebolísticas, afirmo: se não percebe o ponto do i no Estado e o confunde com uma esfera que rola na granja do Torto, ele merece receber o apito que apontará o seu impedimento.

Roberto Romano, 59, filósofo, é professor titular de ética e filosofia política na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e autor de, entre outras obras, “Moral e Ciência - A Monstruosidade do Século 18” (ed. Senac/São Paulo).

✉ → romanor@uol.com.br

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 1949, o humorista Aparício Torelly, imortalizado como Barão de Itararé, já sentenciava com sua ironia tipicamente corrosiva: “Negociata é um bom negócio para o qual não fomos convidados”.

O chiste fere uma tecla sensível e profunda da cultura brasileira, confirmando a eterna juventude do riso que castiga os maus costumes, neste momento em que a esfinge da crise ético-política nos desafia com o enigma: se todos – ou quase todos – repudiam a corrupção, por que continua sendo tão difícil combatê-la e puni-la?

Finalmente, nós, brasileiros, temos a oportunidade de enfrentar essa questão com apoio em evidências factuais sistematicamente quantificadas pela Pesb (Pesquisa Social Brasileira).

Esse estudo científico de campo, financiado pela Fundação Ford e realizado pelo instituto Data UFF (da Universidade Federal Fluminense) em 2002, sob a coordenação do cientista político Alberto Almeida, envolveu amostra probabilística de abrangência nacional composta de 2.364 entrevistados.

Os resultados da Pesb nos impõem uma reflexão séria e madura acerca dos costumes – ou, mais precisamente, dos vícios – que nutrem e eternizam a corrupção.

A chave para compreender sua insidiosa onipresença reside no fato de que ela se manifesta cotidianamente entre nós sob a forma cordial e aparentemente inocente do jeitinho brasileiro – jeitinho que o professor Almeida define como aquela vasta “zona cinzenta” que obscurece a noção do certo e do errado, porque, no Brasil, nos acostumamos a julgar o certo e o errado em função do contexto e das circunstâncias, o que varia sempre de caso para caso.

O grosso da população brasileira, refletida na amostra da Pesb, não se limita a tolerar o jeitinho, mas o utiliza amplamente na vida cotidiana.

Perguntados se, alguma vez na vida, os entrevistados deram um jeitinho em proveito próprio ou em benefício de alguém, dois terços responderam que sim. É bem provável que esse percentual seja até mais elevado, pois muitos dos informantes com pouca ou nenhuma escolaridade manifestaram ignorar o sentido da expressão “dar um jeitinho”, o que não os impediria de aplicá-lo na vida prática.

Um dado preocupante é que os mais jovens usam o jeitinho mais freqüentemente que os idosos.

Isto faz prever que ele e sua irmã gêmea, a corrupção, terão um longo futuro pela frente na nossa sociedade.

Na seqüência, o questionário pediu ao entrevistado que classificasse um elenco de 19 situações hipotéticas em três categorias dispostas em graduação: o benigno “favor”, o ambíguo “jeitinho” e a maligna “corrupção”.

O favor foi claramente identificado nas seguintes situações:

- 1 – Emprestar dinheiro a um amigo (90%).
- 2 – Emprestar ao vizinho uma panela ou fôrma de bolo (89%).
- 3 – Na fila do supermercado, deixar passar na frente quem tem poucas compras (67%).
- 4 – Guardar o lugar na fila para alguém que vai resolver um problema (62%).

Os respondentes não tiveram dúvidas em rotular como corrupção outros sete tipos de comportamento, a saber:

- 1 – Usar cargo no governo para enriquecer (90%).
- 2 – Pagar o funcionário da companhia elétrica para fazer o relógio marcar um consumo menor (85%).
- 3 – Dar 20 reais para o guarda de trânsito a fim de não ser multado (84%).
- 4 – Descobrir maneira de pagar menos impostos sem que o governo perceba (83%).
- 5 – Ter dois empregos, mas só trabalhar em um deles (78%).
- 6 – Fazer um “gato” ou “gambiarra” de energia elétrica (74%).
- 7 – Ter, ao mesmo tempo, uma bolsa de estudo do governo e um emprego, o que é proibido, mas o bolsista esconde a verdade (74%).

E quais os comportamentos mais nitidamente carimbados como jeitinho? Foram seis e aqui estão eles:

- 1 – Dar boas gorjetas ao garçom do restaurante para, quando voltar lá, não precisar esperar na fila (59%).
- 2 – O gerente do banco encontra um conhecido que está com pressa e o ajuda a passar na frente da fila (56%).

3 – O conhecido do médico consegue passar na fila do posto de saúde (50%).

4 – A mãe conhece o funcionário da escola e passa na frente da fila de matrícula (50%).

5 – A pessoa consegue empréstimo do governo, mas o dinheiro demora a sair. Ela, então, recorre a um parente no serviço público que consegue liberar o financiamento mais rápido (45%).

6 – Pedir a um amigo que trabalha no serviço público para tirar um documento mais rápido que o normal (43%).

Neste ponto, o professor Almeida se detém rapidamente em algumas observações importantes. A primeira delas é que, ao contrário dos empréstimos de dinheiro ao amigo e da panela ao vizinho, que se esgotam numa relação de favor privado entre duas partes, a fila é um espaço público, com a posição de cada um determinada pela ordem de chegada. Portanto, deixar alguém passar na frente porque tem poucas compras, ou guardar o lugar para quem tem outras coisas para resolver equivale à invasão desse espaço por uma lógica privada, uma situação rigorosamente inconcebível em outros países, como os Estados Unidos.

A maioria das situações classificadas como corrupção está fora do alcance da maioria dos brasileiros: enriquecer em cargo público, driblar o fisco, ter dois empregos, ou conseguir bolsa de estudos.

Note-se ainda, Sr. Presidente, que 64% dos brasileiros não têm carro, o que torna mais difícil a essas pessoas imaginar-se pagando propina ao guarda de trânsito.

Já aqueles comportamentos classificados como jeitinho, dentre os quais furar fila no posto de saúde, na matrícula escolar ou no banco, se enquadram no horizonte da vida prática da maioria das pessoas, ricas ou pobres, famosas ou anônimas, tenham ou não parentes ou amigos importantes. Em contraste com a corrupção, na qual a solução de um problema sempre envolve o nexos impessoal do dinheiro, o jeitinho manipula relações pessoais, mobilizando a boa vontade de amigos ou mesmo conhecidos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por último, a Pesb submeteu a uma prova de fogo os conflitos e ambigüidades que marcam a nossa moral coletiva contemporânea. Isso se traduziu nas clivagens, ou diferenças, demográficas, socioeconômicas e regionais das respostas dadas a três situações críticas.

Embora classificadas predominantemente como jeitinho (as duas primeiras) ou corrupção (a terceira), elas produziram alto grau de discordância entre os entrevistados. Ei-las:

– Pedir a um amigo que trabalha no serviço público para ajudar a tirar um documento mais rápido que o normal.

– A pessoa consegue empréstimo do governo mas o dinheiro demora a sair. Ela, então, recorre a um parente no serviço público que consegue liberar o financiamento mais rápido.

– Um funcionário público recebe presente de Natal de uma empresa que ele ajudou a ganhar um contrato no governo.

O perfil das respostas nos três casos é revelador da extrema heterogeneidade da cultura cívica brasileira.

Assim, os jovens tenderam a considerar as três situações mais como corrupção do que os idosos. A contradição com um resultado anterior é apenas aparente: se a nova geração usa mais o jeitinho ao mesmo tempo que mais o condena, isso, provavelmente, se deve ao fato de que encontra, hoje em dia, um leque limitado de oportunidades.

Em segundo lugar, quem mora na capital foi mais incisivo na condenação dos três casos como corrupção do que quem mora no interior.

Em terceiro lugar, a parcela que trabalha (ou seja, pertence a população Economicamente Ativa) mostrou-se mais intolerante com a corrupção do que a parcela fora da PEA. Muitos neste grupo exibiram uma visão positiva das três situações como favor.

Em quarto lugar, o Nordeste se singulariza entre as demais regiões do País no sentido de que seus habitantes tenderam a considerar os três casos mais como favor. Como sintetiza o coordenador da pesquisa: “A maioria dos entrevistados nordestinos acha o jeitinho certo, enquanto a maioria dos entrevistados do Sul e do Sudeste o considera errado”.

Em quinto lugar, nos casos do presente de Natal e do funcionário amigo que acelera a expedição do documento, os respondentes de baixa renda tenderam a vê-los mais como favor, enquanto os entrevistados de renda mais alta encararam ambas as situações sob a ótica menos benigna do jeitinho.

Em sexto lugar, a tolerância à corrupção diminui com o aumento do nível de escolaridade.

Isso se evidencia principalmente no caso do presente de Natal, que 72% dos entrevistados com nível superior estigmatizaram como corrupção, contra apenas 20% dos analfabetos.

Mas, nos outros dois casos (expedição mais rápida de documento e liberação rápida de empréstimo), quando se passou do nível de escolaridade média para o superior, houve uma diminuição na proporção dos que afirmam tratar-se de corrupção e um simultâneo aumento dos que se dispõem a encarar ambas as situações como jeitinho. Trocando em miúdos, a elevação do nível de escolaridade da população é condição necessária, mas não suficiente para fortalecer a intolerância à corrupção. E o obstáculo a esse progresso reside justamente nos setores com mais alto grau de educação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, boa parte dos conflitos que dilaceram o cotidiano dos brasileiros resulta da oposição entre o jeitinho, que é muito difundido e enraizado, de um lado, e a grande discordância quanto ao seu julgamento moral, de outro.

A universalização da cidadania depende de um firme consenso da sociedade acerca das regras que diferenciam o certo do errado, regras perante as quais todos, sem exceção, sejam iguais.

Sem leis efetivamente válidas para todos, se o certo e o errado variam conforme as circunstâncias de cada um, fica muito difícil reclamar e obter tratamento impessoal.

A Pesb comprovou que quanto maior é a aceitação do jeitinho, maior também é a tolerância à corrupção.

Final, entre furar uma fila e roubar dinheiro público, a diferença é de gravidade, mas não de natureza das ações, pois em ambos os casos regras ou leis foram violadas.

Todos nós, detentores de maior ou menor parcela de responsabilidade no processo de formação da opinião pública, somos agora desafiados a dar um exemplo à sociedade brasileira, olhando corajosamente no espelho da Pesb.

Chega de auto-ilusão, pois existe um elo íntimo e fatal entre o jeitinho nosso e a corrupção “deles”. Trata-se de problema cultural, que só o tempo haverá de curar.

Muito obrigado!

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT. AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores:

Trago à tribuna um assunto que julgo da maior importância para todos que lutam pela melhoria da saúde no Brasil.

Trata-se de matéria publicada no jornal **A Tarde**, da Bahia, sobre as dificuldades enfrentadas pelo Hospital Universitário professor Edgard Santos (HUPES), daquele estado.

De acordo com os professores de diversas disciplinas do internato existem apenas quatro leitos funcionando regularmente na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI). O número de enfermarias gerais também sofreu redução: das trinta e duas unidades, restam somente dez. Não bastasse isso, o aumento de formandos e do número de alunos cursando o 5º semestre ao longo do ano vem agravar, ainda mais, a situação do ensino de medicina naquela instituição.

Tanto o corpo decente, quanto o próprio diretor da Faculdade de Medicina (FAMED) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Dr. José Tavares Neto, temem pelo agravamento da situação, caso não sejam tomadas providências o mais rápido possível. O professor da faculdade, livre docente de Hepatologia Clínica, Dr. Raymundo Paraná, lembra que o ensino médico baseia-se no respeito ao paciente e à dignidade humana e que o fato de a pessoa ser paciente pelo SUS não implica em ser desrespeitada.

O quadro que hoje se verifica naquela que foi a primeira escola médica do País e, portanto, uma de nossas instituições mais tradicionais, não é apanágio daquele estado, mas o reflexo cruel da dura realidade enfrentada pela maioria das Escolas/Faculdades Federais.

A formação do médico, do profissional de medicina é fundamental para o sucesso de toda e qualquer política pública, motivo pelo qual encareço a compreensão dos meus nobres colegas para ler, na íntegra, a matéria a que me refiro, para que, juntos, reflitamos sobre um mal que há tantos anos assola o País, impedindo seu pleno desenvolvimento humano e social: A crise no setor da saúde.

Assim sendo, passo à leitura da matéria, que deve constar dos Anais desta Casa.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210. inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ensino de medicina expõe fraturas

Falta de verbas, poucas enfermarias e insatisfação com o internato atrapalham desenvolvimento do curso na Ufba

NIKAS ROCHA

A redução do número de enfermarias gerais de 32 para dez, o funcionamento de apenas quatro leitos na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) e o aumento da presença de alunos do 5º semestre e formandos ao longo do ano estão agravando a situação do ensino de medicina no Hospital Universitário Professor Edgard Santos (Hupes). Os professores de várias disciplinas do internato temem que, se não forem tomadas providências a médio prazo, o quadro caminhe para a saturação. O diretor da Faculdade de Medicina (Famed) da Universidade Federal da Bahia (Ufba), José Tavares Neto, concorda com a avaliação dos colegas, destacando que é hora de encontrar soluções para a situação.

A realidade do ensino no Hupes, conhecido como Hospital das Clínicas, não é a única que preocupa a diretoria da faculdade e os professores. A comunidade acadêmica observa que a situação tem se agravado ao longo das duas últimas décadas, provocada pela falta de verbas para as universidades públicas no País. "Além disso, o modelo de ensino de medicina na universidade é desatualizado, pois privilegia o hospital em detrimento de outros setores, como a rede básica de saúde existente no Estado e nos municípios", garante o coordena-

dor-geral do diretório acadêmico da faculdade, José Santana.

A situação tem preocupado os professores, pois dezenas de alunos, insatisfeitos com o aprendizado no internato, estão buscando a prática médica em atividades extracurriculares em hospitais e clínicas, inclusive no interior do Estado. Mesmo escolhendo cidades próximas da capital, enfrentam estradas esburacadas e perigosas, em que acontecem muitos acidentes. No mês passado, morreu carbonizada uma aluna do 6º ano, Ana Paula Silva Almeida, 23 anos, e sofreu ferimentos graves o seu colega Clóvis Schitine Filho, 24, que viajavam num veículo Celta que trafegava no Km-595 da BR-324, indo para um estágio no município de Alagoinhas.

A procura por atividades extracurriculares é uma prática crescente entre os estudantes do 5º ano e formandos, mas poucos aceitam falar sobre o assunto. A equipe de reportagem manteve contatos com vários deles, inclusive em seus locais de prática, mas não conseguiu o retorno. Alguns alegaram que só poderiam falar com a presença dos médicos que os orientam nesses locais.

NECESSIDADE – José Santana explica que a procura ocorre porque os alunos buscam uma prática mais qualificada, pois

VESTIBULAR

A decisão de não realizar o vestibular para o curso de medicina neste ano e em 2006 foi cogitada, mas rejeitada pela Reitoria.

22.9.2004 – Uma assembléia geral de professores, estudantes e funcionários aprovou a suspensão do vestibular de 2005/2006 para o curso de medicina. Alegaram as condições precárias do Hupes, a falta de capacitação em procedimentos básicos, porque não há campos de prática, e o excesso de professores substitutos, que compõem 60% do quadro da faculdade, segundo a diretoria.

23.9.2004 – A Pró-Reitoria do Ensino de Graduação da Ufba decidiu que não há qualquer possibilidade de redução ou suspensão de vagas para o curso. Alega que isso prejudicaria os cinco mil candidatos por ano que concorrem a vagas do curso no vestibular. A concorrência é de 33 candidatos para uma vaga no curso da Ufba. A pró-reitoria informou que os professores substitutos no curso compõem 40% e não 60% do quadro da faculdade.

não encontram isso na curricular feita no hospital universitário. Os estudantes reclamam, segundo ele, do número excessivo de alunos nas turmas para aprender com apenas um professor. Santana diz ainda que os colegas criticam os professores, pois, com salários defasados, não conseguem se dedicar integralmente ao ensino, tendo outras ocupações para aumentar a renda mensal. Além disso, aponta que muitos estudantes precisam ganhar dinheiro para pagar despesas com moradia e comida, como também comprar livros que estão com preços cada vez mais elevados.

O professor da faculdade, livre docente de hepatologia clínica Raymundo Paraná afirma que

a situação é delicada e necessita de providências urgentes. Ele lembra que em 1983, ano da sua formatura, a faculdade mantinha quase o dobro de professores que tem hoje, o mesmo número de leitos para uma turma de 90 alunos por ano, e ainda existiam cinco postos de saúde do Estado, onde havia atividades práticas. Atualmente, com o mesmo número de leitos, possui quase a metade dos professores e 160 alunos entrando por ano.

“Não há como fechar esta equação. A situação é tão grave que, à parte dos problemas pedagógicos, a questão é de conteúdo. O Hupes não comporta todos na situação em que se encontra”, assinala. Acrescenta que professores reclamam de situações constrangedoras, co-

mo pacientes serem entrevistados e apalpados por cinco alunos diferentes num mesmo dia. “Imagine um paciente que vai realizar um toque retal ou um exame ginecológico sendo examinado por dez alunos?”, indaga Raymundo Paraná.

Para o professor, com mestrado e doutorado, o ensino médico tem base no respeito ao paciente e à dignidade humana. “Não é porque a pessoa é paciente pelo SUS que vai ser desrespeitada. No momento em que isso acontece, que mensagem nós, professores, estamos passando para os alunos?”, completa, acrescentando que existem colegas justificando que o mesmo acontece em outros lugares do País. “Mas nem por isso deixa de escandalizar”, salienta.

Deficiências prejudicam a qualidade

O diretor do Hospital Universitário Professor Edgard Santos (Hupes), Hugo Ribeiro, admite que existem deficiências no setor de ensino, mas explica que a distorção não é específica da instituição em Salvador, mas de todo o País. Para ele, é o resultado do ensino da medicina baseado no hospital, onde, desde os anos iniciais, os alunos têm que passar pela instituição para ter contato com os pacientes.

Atualmente, afirma que a situação se agrava, pois até turmas de 20 a 30 alunos são acompanhadas por um professor dentro de sua disciplina. “Imagine um paciente interno sendo examinado e apalpado de cinco em cinco minutos por alunos. É uma situação desagradável na relação com o paciente e está criando

um modelo artificial”, afirmou. O diretor defende que este atendimento pode ser realizado nas unidades básicas de saúde e não numa unidade especializada como o Hupes. Ele também aponta problemas como a baixa remuneração do professor, que o leva a reduzir seu tempo de dedicação integral ao ensino, e a relativa redução de profissionais, devido a aposentadorias e afastamentos.

Ribeiro destaca que a deficiente situação do ensino no Hupes é o resultado de uma série de fatores, que necessitam de mudanças estruturais e curriculares para ser resolvidos. Neste último ponto, considera fundamental a mudança do modelo do currículo, que é tido como “hospitalocêntrico”. “Ele treina profis-

sionais para muitas situações, mas não para atuar, por exemplo, no Programa de Saúde da Família (PSF), que tem se tornado uma opção para eles, inclusive assegurando uma boa remuneração”, lembrou.

REDE – O grande número de alunos nas turmas levou a diretoria da faculdade a formar uma rede de hospitais para assegurar a prática médica na fase do internato. Nela, estão o São Rafael, Jorge Valente, Hospital Geral do Estado, Santo Antônio e Couto Maia. Além disso, existe a rede básica nos municípios de Alagoinhas, Camaçari e Vitória da Conquista, os que apresentam maior avanço na área. Depois de formados, os profissionais podem fazer a residência médica ou seguir uma es-

pecialidade da sua escolha. "Na verdade, não era para existir esta rede. Para esta prática, o Hupes bastaria", afirma o diretor da faculdade, José Tavares.

Já as atividades extracurriculares, o diretor diz que é impossí-

vel a faculdade controlar, pois trata-se da livre iniciativa dos alunos. No entanto, explica que eles não podem ter a prática médica sem a presença de professores, embora isso aconteça em

áreas públicas e particulares. Lembra que isso infringe o Código de Ética Médica, tanto que, preocupado, o Conselho Regional de Medicina (Cremeb) aprovou uma regulamentação sobre o assunto para a Bahia.

MEC quer formar médico voltado para comunidade

Qual o tipo de médico que a sociedade quer formando-se no Brasil? Esta é uma pergunta básica que os professores e médicos preocupados com os rumos do ensino da medicina fazem hoje. O professor Raymundo Paraná lembra que o Ministério da Educação definiu por formar um profissional generalista, que atue no campo da saúde da família.

Para formar esse médico, afirma que é necessário que o aluno vá para a comunidade. Isso requer uma rede de saúde funcionando bem, o que não é a realidade de Salvador e nem a do Brasil. Além disso, considera que o aluno deve receber conhecimentos sobre as novas tecnologias para melhor utilizá-las, inclusive para baratear os tratamentos.

Para o professor, o ensino médico não só na Bahia, mas no País, está desqualificando-se progressivamente, exceções para as universidades tradicionais de São Paulo, Brasília, Paraná e Rio Grande do Sul. Segundo Raymundo Paraná, a decadência se deu por uma série de fatores, entre eles a decisão dos governos militares em desprezar a universidade pública e optar pelo ensino particular. "A

partir daí, o setor universitário virou um filão, beneficiando políticos e grandes grupos econômicos", salientou.

ATUALIZAÇÃO – Raymundo Paraná lembra que as escolas médicas precisam levar em conta dois importantes fatores para assegurar um ensino atualizado. O primeiro é que a tecnologia encareceu muito a medicina e o aluno precisa ter acesso a ela para que tenha um juízo crítico sobre os novos equipamentos e exames. "A maioria dos hospitais universitários está desaparelhada e o aluno sai da faculdade sem o senso crítico dos novos conhecimentos tecnológicos. Isso faz com que o profissional atue sem o devido conhecimento, superutilizando a tecnologia e encarecendo os serviços, mesmo na rede particular", assinalou. O segundo é o pedagógico, que inclui justamente que tipo de médico se quer formar.

O coordenador-geral do diretório acadêmico da faculdade, José Santana, avalia que o atual modelo de formação médica baseado no hospital está defasado e que o Ministério da Educação fez opção voltada para a rede básica de saúde. Explica que a mudança do currículo está em curso para se-

guir este novo rumo. "Para que isso aconteça, a universidade precisa contribuir com a rede básica, com profissionais e preceptores, estabelecendo uma parceria com a rede municipal", diz ele.

Em Salvador, este processo está começando, segundo ele. Com este novo currículo, afirma que o aluno entrará desde cedo em contato com os pacientes na comunidade e, depois de formado, pode fazer a residência médica e se especializar, se quiser. "Mas isso não acontecerá precocemente como está sendo agora", assinala.

Como solução para o ensino na Faculdade de Medicina da Ufba, um grande número de professores propõe, de imediato, a redução do número de vagas no vestibular, de 160 para 120. Acreditam que isso desfogaria o Hupes. Além de defender este item, o professor Paraná defende o impedimento da abertura de novas escolas até que o Ministério da Educação tenha controle sobre a qualidade das escolas atuais; fechar escolas inadequadas em funcionamento e instituir o exame nacional do Conselho Federal de Medicina (CFM), semelhante ao que faz a Ordem dos Advogados do Brasil.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Sem apanhameno taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, requeiro a transcrição, no Diário do Senado Federal, para que conste dos Anais, da reportagem intitulada “Um homem sem limites”, publicada pela revista **Forbes Brasil** nº 115, de 29 de julho de 2005, páginas 12 a 19.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR DEMÓSTENES TORRES EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210. inciso I
e § 2º, do Regimento Interno.)*

REPORTAGEM DE CAPA

UM HOMEM SEM LIMITES

Por PERLA NAUM

Ele gera três mil empregos diretos e fatura R\$ 2,280 bilhões ao ano. Paulo Panarello Neto, 55 anos, típica de forma inequívoca a história do self made man, do empreendedor nato que, mesmo no ranking dos 500 empresários mais bem-sucedidos das Américas, não perdeu a simplicidade e uma jovial curiosidade que fazem dele um radar de oportunidades. Sua empresa, a Panarello Distribuidora Farmacêutica, é hoje a maior do País, com matriz em Goiânia e mais 13 unidades de negócio distribuídas pelo Brasil. Com 700 representantes, uma frota de 493 veículos próprios e um avião, a Panarello realiza nada menos que 4,3 milhões de entregas anuais a 40 mil pontos-de-venda que representam nada menos que 93% do mercado.

A frota da Panarello roda 240 mil quilômetros por dia, distância equivalente a seis voltas no planeta Terra. Tudo para levar, diariamente, uma média de 1 milhão de caixas de remédios, comprados em 200 indústrias nacionais e multinacionais, a uma vasta rede de farmácias, muitas delas em pontos absolutamente distantes das grandes ci-

Paulo Panarello levou ao limite seu talento de vendedor, tornou-se um craque da logística e hoje é um titã do empresariado

dades. “Goiás está estrategicamente no centro do País”, explica Paulo. “Isso facilita o atendimento a todas as regiões e, ainda, favorece a expansão do negócio.”

Um dos maiores contribuintes do País, a Panarello emite cerca de 15 mil notas fiscais por dia e paga por volta de R\$ 200 milhões em impostos por ano. Considerando-se todos esses dados, a infância humilde e a impressionante

trajetória de empreendedor de Paulo Panarello, mais relevantes ainda tornam-se suas contribuições para o setor do qual é líder incontestado. Ao longo dos anos, Paulo tem alavancado processos de esclarecimento sobre as atividades das distribuidoras e construindo pontes de diálogo no Congresso Nacional e no Ministério da Saúde, sobretudo na gestão do então ministro José Serra e nos governos estaduais.

“Há cinco ou seis anos, derrubamos suposições equivocadas sobre roubos de cargas patrocinados pelas distribuidoras contra os próprios estoques. Expusemos, de forma clara, todas as dificuldades dos distribuidores, entre elas, a insegurança e as péssimas condições de muitas estradas. Setores como eletrodomésticos, alimentos e cigarros enfrentavam as mesmas dificuldades. Na época, o setor de medicamentos era o quarto em roubo de cargas. A Panarello faturava R\$1,5 bilhão e o volume de roubos era de R\$ 440 mil, o que equivale a R\$ 1 roubado a cada R\$ 3,4 mil vendidos. Hoje, a frota de veículos de Panarello é monitorada e rastreada por meio de satélite, além de controlada por uma central de informações na matriz da empresa. Assim, nos últimos dois anos

não tivemos um único roubo de carga e nos tornamos modelo para o setor”, explica Paulo. “Contribuímos também junto a parlamentares para a elaboração de medidas como a identificação dos lotes dos medicamentos que devem constar nas notas fiscais, evitando sonegação. E, na Panarello, criamos um selo de identificação auto-destrutivo em caso de tentativa de violação. Uma garantia da maior importância para a segurança do consumidor”, conclui. “Para não falar do impulso conferido aos genéricos a partir do ano 2000”, lembra. “Uma grande novidade que tornou acessíveis a mais de 50 milhões de brasileiros medicamentos com preços reduzidos, a idéia dos genéricos foi bem recebida e impulsionada pela Panarello desde seu nascimento”, diz o executivo. Fomos os primeiros a acelerar a distribuição desse tipo de medicamento, em total apoio à iniciativa do então ministro da Saúde, José Serra”, conta Paulo. Amigos até hoje, Serra e Panarello voltaram a se encontrar em recente almoço promovido pelo governador de Goiás, Marconi Perillo, celebrando a consolidação dos avanços no setor nos últimos anos.

A história de Paulo Panarello Neto impressiona e empolga. Paulistano do ABC, mais exatamente de São Caetano do Sul, Paulo descende de italianos, por parte de pai, e de espanhóis, pelo lado da mãe. Seu pai, encarregado da manutenção elétrica de uma metalúrgica em Santo André, faleceu num acidente quando Paulo tinha cinco anos. Na época, sua mãe estava grávida do caçula, João, e tudo o que a família possuía era

um lote deixado pelo pai em São Caetano do Sul. Com a ajuda dos parentes, atravessaram um período difícil, pois a pensão era minguada. Porém, jeito para negócios e a vontade de trabalhar já faziam parte do menino de oito anos que resolveu vender os pirulitos caseiros feitos pela mãe. Ainda adolescente, foi trabalhar numa pequena metalúrgica que fabricava acessórios para carros. E nas horas livres ainda vendia de porta em porta os acessórios para o Fusca fabricados pela metalúrgica. Isso em plenos anos 60, início da era dos carros nacionais. E logo lá estava Paulo com uma oficina própria de mecânica, funilaria e pintura para Fuscas e DKWs.

O próximo passo foi comprar DKWs batidos em leilão, reformá-los e vendê-los. Então veio a idéia da frota de táxis DKW. “Cheguei a ter 33 rodando no ABC”, lembra. E como todo empreendedor que se preze é cheio de idéias e não pára, Paulo confiou na intuição de que era hora de abrir um restaurante. Assim começou o Garoto, na Vila Gerti. Em pouco tempo o lugar passou a servir de 2 mil a 3 mil refeições por dia e firmou um convênio para entrega de marmiteix com uma empresa de segurança do ABC. Mesmo com o restaurante, Paulo não abriu mão da sua oficina, a Auto Mecânica Tóquio. Por tudo isso fica claro que seu toque de Midas conjuga intuição privilegiada a um senso de oportunidade único, ancorado numa incansável disposição para o trabalho.

É então que acontece a grande parceria. Aquela que, escrita nas estrelas, une duas pessoas para tudo o que encontrarem pela vida. Acontece Ester. “Ele nasceu para fazer negócio”, sentencia Ester, olhos brilhantes quando sorri para o marido, após 27 anos de união. E ela não deixava por menos. Era a melhor vendedora da Casas Bahia, a mais prestigiada por Samuel Klein, que a convocou para inaugurar a matriz do ABC com Pelé, tal o seu desempenho. Falando do início do namoro, lembra: “O Paulo era muito acanhado. A gente olhava, ele baixava a cabeça. Mas o Garoto era ao lado da loja e todo dia a gen-

te almoçava lá”. Não deu outra. Com timidez e tudo, pai da noiva severo e trabalho intensivo, estavam casados um ano e dois meses depois. No começo, nada de moleza. Os dois dínamos se juntaram e varavam a madrugada, assando frangos numa máquina que chegava a acumular 5 Kg de gordura. “O pior era limpar tudo aquilo depois”, lembra Ester. Mas o dinheiro se multiplicou e, com o lote herdado do pai, Paulo pôde construir cinco casinhas geminadas. Deu uma para cada irmão, comercializou duas e, com o dinheiro das parcelas, foi construindo, vendendo e entregando novas casinhas populares. “Nos anos 70, cheguei a fazer quatro casas maiores, com mais estilo”, se gaba.

E eis que surge a grande oportunidade. O cunhado de Paulo, Emiliano Sanchez, era dono de um laboratório, o EMS. Conversa vai, conversa vem, Emiliano explica que seu ramo carece de distribuição competente. Seu distribuidor, em Goiânia, vinha lhe causando problemas. Todo dinheiro de Paulo e Ester, a essa altura, estava destinado a um novo negócio: montar uma grande padaria. Paulo não hesitou. Foi conhecer Goiânia e depois veio buscar Ester para saber o que ela achava. A viagem para Goiânia durou 29 horas.

De comum acordo, ambos abandonaram o sonho da padaria e se mudaram para Goiás. “Eu entrei com o dinheiro. Meu cunhado, com o nome.” Mais uma vez, a aposta foi certa. A EMS, empresa de Emiliano Sanchez, acabou se tornando o maior laboratório de genéricos do País. “O Paulo gosta de aprender sobre tudo”, conta Ester. Mal chegamos e ele passava o dia percorrendo farmácias, investigando como funcionava o negócio de medicamentos Brasil afora. Assim, em 1975, nasceu a Panarello Distribuidora Farmacêutica, fundada por Paulo e Ester. Desde então, os dois não pararam de viajar pelo País nem de crescer. Como arrumaram tempo para constituir uma família com três filhos, estudar, ela Economia, ele Administração, nem eles mais sabem explicar.

Do tipo que se divertem trabalhan-

do, Ester e Paulo rodaram o Brasil, juntos, incontáveis vezes. Hoje, conquista alguns momentos de lazer nas viagens que fazem pelo mundo, a convite de multinacionais de medicamentos. Já assim conheceram a França, a Itália, Estados Unidos e adoraram Budapeste na Hungria. “Fomos a convite da Bay e o Paulo me preparou uma surpresa. Quando entramos no trem, comecei serviço de champagne, todo o grupo cantou ‘Parabéns’ e, de quebra, apareceu um rapaz com acordeom tocando músicas brasileiras. Foi divertido e inesquecível”, conta Ester. Diretora-administrativa e financeira da Panarello, Ester Rodrigues Panarello permanece ativa, sempre em sintonia com o ritmo das ideias de Paulo. Faceira, gosta de jóias, se rende a sutilezas da gastronomia, à sedução de bons vinhos e não resiste a um bom apelo fashion.

“No mais, além do trabalho, nosso grande prazer é estarmos juntos em nossa chácara em Goiânia, com a família. Lá me ocupo com os detalhes do jardim, imenso, de 30 mil m², e recebo amigos como o Zezé di Camargo, que também sempre nos acolhe em sua fazenda. Quando sobra tempo nas viagens, o Paulo se diverte brincando em algum cassino”, finaliza Ester.

A Panarello, conta Paulo, investe prioritariamente em tecnologia, informação e logística. “Foi a primeira empresa do setor a implantar o SAP, software de gestão e informação que permite a interligação entre a matriz, em Goiânia, e os 13 centros de distribuição do País. Dessa forma, nos colocamos em condições de atender, no prazo máximo de 24 horas, pedidos feitos em qualquer lugar do Brasil, mesmo os mais distantes”, explica.

Com objetivo de aprimorar, ainda mais, sua capacidade de atendimento, ativou um projeto de expansão que se chamou

“Panarello tamanho Brasil”, que culminou na inauguração das novas instalações de Goiânia, em 2003. Em uma área de 30 mil m², priorizou a eficiência operacional num impressionante galpão de 10 mil m², com 14 docas para recebimento e outras 14 para saída de mercadorias. Todas elas trabalhando de forma independente, contando com o que há de mais moderno em técnica de armazenagem, até a transferência de mercadoria para os centros de distribuição.

Vale lembrar que a Panarello hoje se destaca no seleto grupo das 100 empresas inovadoras que mais investem em TI (Tecnologia da Informação), novos conceitos de gestão do conhecimento, segurança e integração.

Com o apoio dos filhos, Alexandre Fabiano, diretor-superintendente da Panarello, Ana Paula, diretora de compras, e a caçula, Adriana Cristina, esbanjando talento em vendas, a empresa se renova constantemente. Além do SAP/R3, foi criado o Portal Panarello de e-business, num bem sucedido esforço de interface on line com as indústrias e consumidores. A tecnologia GPS aplicada em toda frota monitorada por satélite zerou eventuais roubos de carga, para não falar da instalação das redes em fibra óptica, da automação na captação, processamento de pedidos, faturamento, separação de embalagens e controle de qualidade dos produtos. Um sistema de atendimento virtual, via web, complementa o serviço do call center que acaba de receber 400 novas posições. Tudo com o suporte da SAP, da IBM e da Embratel, reunidas no projeto “SuperAção”. A IBM passou a hospedar toda a infra-estrutura de servidores gerenciando o sistema operacional da Panarello. A Embratel liga a Panarello diretamente ao Centro de Tecnologia da IBM em Hortolândia (São Paulo). O sistema SAP de gestão foi desenvolvido em parceria com a PLAUT, consultoria de origem alemã, com o maior número de projetos SAP no mundo, juntamente com a Integration Consultoria Empresarial. Todos empenhados no planejamento, implementa-

ção, alinhamento, integração e validação dos novos processos e tecnologias adotadas pela Panarello.

“Claro que o elemento humano permanece fundamental ao desempenho da Panarello”, lembra Paulo. “Por isso nosso projeto SuperAção se propõe a deslocar de departamentos como compras, recursos humanos e marketing processos que possam ser compreendidos em diferentes tipos de gestão: da empresa, comercial, vendas e atendimento. As filiais estão sendo transformadas em Unidades de Negócio, independentes e responsáveis por atingir metas traçadas pela matriz, em Goiânia. Para atingir seus objetivos, os 13 gestores deverão desenvolver parcerias com redes de farmácias, ações estratégicas junto a alguns fornecedores e redirecionar a equipe de vendas para resultados diferenciados”, complementa Alexandre Fabiano.

“Quando começamos, tudo era muito mais simples”, lembra Ester. Na época do presidente José Sarney a inflação disparou e a alta dos preços dos remédios acontecia todo dia 30, seguida da remarcação dos produtos. Nós investíamos em estoque. Comprávamos na pré-alta e repassávamos para os clientes o preço antigo. Fazíamos estoque para 90, 120 dias.”

E prossegue Paulo: “Acho que nosso grande mérito foi nunca termos perdido o foco do negócio. Jamais investimos um centavo sequer fora do segmento de distribuição.”

Com preço melhor, fomos expandindo. Começamos pelos estados mais próximos, fazendo uma carteira de clientes. Quando a relação estava consolidada, abríamos um depósito, já com estoque, naquela cidade. E sempre

tudo com recursos próprios. Quando chegou o Plano Real, nós já tínhamos um estoque alto que se consolidou a valor de mercado. Isso evitou que caíssemos em bancos e pagássemos juros. Aliás, juros inviabilizam o negócio de qualquer distribuidora.

Nossas margens são pequenas e temos um tipo de rentabilidade que não aceita desaforo”, conclui.

Criador do maior evento do setor no Brasil, Paulo reúne a cada edição regional do Panfarma cerca de 3 mil donos de farmácias e drogarias e movimenta por volta de R\$ 10 milhões por localidade. Pioneiro no segmento farmacêutico, o Panfarma foi realizado pela primeira vez em 2002. De saída, recebeu cerca de 20 mil visitantes e acabou levando o Prêmio Caio, criado pela Alcântara Machado, a mais importante empresa do mercado de feiras e eventos.

Com Zezé di Camargo e Luciano a bordo de seu avião, responsáveis pelos animadíssimos shows de encerramento, Paulo e Ester já passaram com seu Panfarma este ano por São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro. Chegam a Goiânia

em julho e, em agosto, seguem com o evento para Recife. Ralis a pé, motorizados, palestras e workshops também fazem parte da programação.

Evangélicos, corintianos, ele Sagitário (que nada derruba ou deprime), ela uma escorpiana determinada e sedutora, Paulo e Ester são, sobretudo, pessoas de fé. Assim superaram horas das mais difíceis quando da perda do filho num acidente de jet ski. Por isso, na belíssima chácara em que celebram a cultura familiar nos fins de semana, criaram o Centro Esportivo Marcelo Augusto Panarello, em homenagem ao filho que partiu. “A vida não é feita só de boas coisas. Se, por um lado, podem acontecer perdas, por outro Deus nos dá muitas oportunidades mais importantes, maravilhosas. Assim pauto minha vida: Deus, a família, meu trabalho. E só tenho a agradecer.”

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as}. e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62 DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64,

§ 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 4.776/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.*

Dependendo de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.034, de 2005 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005 (nº 4.692/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que *extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais.*

Parecer favorável, sob nº 1.513, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima

Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

4

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
12, DE 2004**
(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otavio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias* (dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Relatora Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 59, DE 2004**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004,

tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605 de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

7

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004
COMPLEMENTAR**
(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e
- de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jefferson Péres.

8

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2004**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência*.

Parecer sob nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra.*

Parecer sob nº 1.533, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que *altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí.*

Parecer favorável, sob nº 1.535, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que *denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.*

Parecer favorável, sob nº 1.537, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que *institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.*

Parecer favorável, sob nº 1.632, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

15

REQUERIMENTO Nº 933, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações à Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.

Parecer favorável, sob nº 1.731, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Rodolpho Tourinho.

16

REQUERIMENTO Nº 943, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição,

seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 48 minutos.)

(OS Nº 16532/05)

AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

21-9-2005 _ quarta-feira

16:00 - Ordem do Dia - Sessão Deliberativa

Plenário do Senado Federal

20:00 - Senhor Marcelo Yuka

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

20:30 - Juiz Pedro Inácio da Silva, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Alagoas

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

Ata da 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 15 de setembro de 2005

Às dez horas e treze minutos do dia 15 de setembro de dois mil e cinco, na Sala de Autoridades do Gabinete da Presidência, reúne-se a Mesa do Senado Federal, sob a Presidência do Sr. Senador Renan Calheiros, e com a presença dos Srs. Senadores, Tião Viana, 1º Vice-Presidente, Efraim Moraes, 1º Secretário e Paulo Octávio, 3º Secretário. Deixam de comparecer por motivo de licenças anteriormente concedidas pelo Plenário os Srs. Senadores Antero Paes de Barros, 2º Vice-Presidente e João Alberto Souza, 2º Secretário, e deixa de comparecer por motivo justificado o Sr. Senador Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos membros da Mesa na seguinte ordem: 1) O Senador Tião Viana apresentou relatórios favoráveis aos Requerimentos (de informações) nºs: 891, 897, 898, 899 e 914, de 2005. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados, nos termos de seus relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. 2) O Senador Efraim Moraes apresentou relatórios favoráveis aos Requerimentos (de informações) nºs: 838, 839, 840, 842, 843, 882 e 883 de

2005. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados, nos termos dos relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. 3) O Senador Paulo Octávio, apresentou relatórios favoráveis aos Requerimentos (de informações) nºs: 796, 798, 803, 808, 809 e 830 de 2005. A seguir deu conhecimento, também, do relatório favorável, com nova redação ao Requerimento nº 741, de 2005. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados, nos termos de seus relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. A seguir, o Sr. Presidente deu conhecimento dos seguintes relatórios apresentados pelos Senadores: 1) Eduardo Siqueira Campos, favorável ao Requerimento (de informações) nº: 821, de 2005. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados, nos termos de seus relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. 2) Papaléo Paes, favoráveis aos Requerimentos (de informações) nºs: 789, 802, 804, 832, 858, 859, 913, 940 e 942 de 2005; e relatórios favoráveis, com alteração no item 3 e acréscimo do item 4, aos Requerimentos de Informações nºs 790 e 791, de 2005. Deu conhecimento, também, do relatório favorável, ao Requerimento nº 793, de 2005, de autoria do Senador Efraim Moraes, que “requer, nos termos do § 1º do art. 2º da Resolução do Senado Federal nº 84, de 1996, homenagem ao ex-Senador Nelson Carneiro, por publicação de sua biografia, como parte da coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado” Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados, nos termos de seus relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a reunião, ao tempo em que determinou que eu, (Raimundo Carreiro Silva), Secretário-Geral da Mesa, lavrasse a presente Ata. Reaberta a reunião, a Ata foi lida pelo Senhor Primeiro-Secretário e aprovada pelos Senadores presentes. Nada mais havendo a tratar, às onze horas e três minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião e assinou a presente Ata com os demais membros da Mesa. Senado Federal, 15 de setembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente – Senador **Tião Viana**, 1º Vice-Presidente – Senador **Efraim Moraes**, 1º Secretário – Senador **Paulo Octávio**, 3º Secretário.

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 138 , DE 2005

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I – Designar o servidor Francisco José Vasconcelos Zaranza, matrícula 50146, para integrar como membro, a Comissão Especial de que trata a Portaria nº 136, de 2005, do Diretor-Geral do Senado Federal, e representar o Coordenador Agnaldo Scárdua, matrícula 40682, em seus eventuais impedimentos e/ou afastamentos.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 12 de setembro de 2005.

Senado Federal, 21 de setembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

(*)ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3584, DE 2005

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997.

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, a servidora **PATRÍCIA GRIBEL BRÜGGER**, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, matrícula 33252, da Função Comissionada de Assessor Jurídico da Advocacia do Senado Federal, símbolo FC-08, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo da Diretoria-Geral, Símbolo FC-07, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com efeitos a partir de 1º de outubro de 2005.

Senado Federal, 20 de setembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

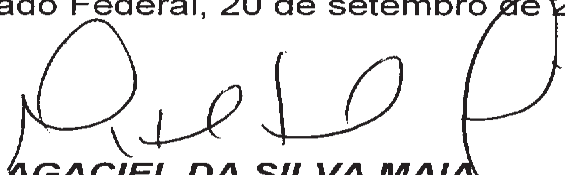
**(*)ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3585, DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997.

RESOLVE:

Dispensar, o servidor **CARLOS ALBERTO CAMPOS MARQUES**, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, matrícula 26260, da Função Comissionada de Analista Legislativo da Diretoria-Geral, símbolo FC-07, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assessor Jurídico da Advocacia do Senado, Símbolo FC-08, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com efeitos a partir de 1º de outubro de 2005.

Senado Federal, 20 de setembro de 2005.

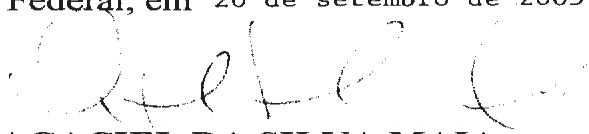

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3591 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA ARMANDA MONOELA DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-7, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira-Secretaria.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3592 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores TÂNIA TOLÊDO TENÓRIO, matrícula nº 34608, e JOSÉ ANTÔNIO PEREZ JÚNIOR, matrícula nº 40670, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 014556/05-7 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de setembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3593 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores TÂNIA TOLÊDO TENÓRIO, matrícula nº 34608, e JOSÉ ANTÔNIO PEREZ JÚNIOR, matrícula nº 40670, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 014555/05-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de setembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3594 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores GOULART COSTA MARQUES, matrícula nº 22357, e EVANDRO JORGE CUNHA CHAVES, matrícula nº 45527, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 012616/05-2 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de setembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3595 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores CARLOS ROBERTO STUCKERT, matrícula nº 33628, e LUCIANO ANTÔNIO GUIDINI DOS SANTOS, matrícula nº 143367, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 014539/05-5 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de setembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3596 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ADERSON PIMENTEL DE ALENCAR FILHO, matrícula nº 46131, e SILVIO FERNANDO VIEIRA CORREIA, matrícula nº 14749, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 014538/059 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de setembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3597 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 014387/05-0,

RESOLVE dispensar o servidor SILIO RODRIGUES JÚNIOR, matrícula 42022, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Romeu Tuma, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 16 de setembro de 2005.

Senado Federal, 21 de setembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3598 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 014441/05-5,

RESOLVE designar o servidor FRANCISCO MARTINS GOMES, matrícula 18391, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria Especial de Comunicação Social, a partir de 19 de Setembro de 2005.

Senado Federal, 21 de setembro de 2005.



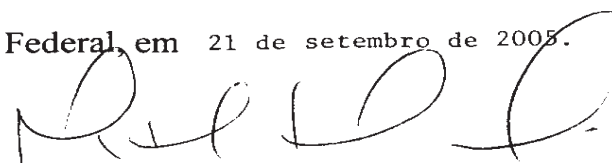
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3599 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014589/05-2,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VALMIR VILAR DE CARVALHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Senado Federal, em 21 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 3600 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores LUCIANO FREITAS DE OLIVEIRA, matrícula nº 32454, e VANILDO BATISTA DA SILVA, matrícula nº 25255, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 014691/05-1 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3601 , de 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 014388/05-7,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a MP nº 167, de 20/02/2004, conceder pensão vitalícia a MARIETA BRAZ NOBREGA, na condição de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento), dos proventos que percebia o ex-servidor JOSÉ NÓBREGA, matrícula 5098-ERGON, a partir da data do óbito, 01/08/2005.

Senado Federal, 21 de setembro de 2005.



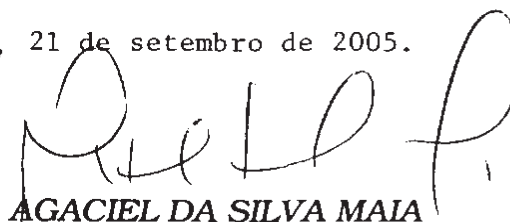
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3602 , de 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 014151/05-7,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a MP nº 167, de 20/02/2004, conceder pensão vitalícia a JUSSARA HENRIQUETA DANIEL MENDES, na condição de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento), dos proventos que percebia o ex-servidor JUAREZ MENDES, matrícula 33940-ERGON, a partir da data do óbito, 02/09/2005.

Senado Federal, 21 de setembro de 2005.

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA		PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	ALAGOAS	
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Péres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
GOIÁS		P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner	DISTRITO FEDERAL	
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		Sem Partido	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim	TOCANTINS	
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
PARAÍBA		BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais	RONDÔNIA	
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	RORAIMA	
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ		PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares (Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira (Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza ¹³	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. (Vago) ¹²		
PT ¹					
Heloísa Helena (P-SOL) ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros ¹⁷	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 4.8.2005)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1º.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 1º.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 3.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 1º.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. e pela Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE), no período de 18.9.2003 a 29.6.2004.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.9.2003. O Senador João Alberto Souza encontra-se licenciado do cargo durante o período de 1º.6.2005 a 8.10.2005.

¹⁴ Na Sessão de 29.1.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores. Em 4.8.2004, a Senadora filiou-se ao partido P-Sol.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.4.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 3.8.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

¹⁷ O Senador Antero Paes de Barros encontra-se licenciado do cargo durante o período de 31.5.2005 a 28.9.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 8.7.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – P-SOL
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – (sem partido)

Atualizada em 21.06.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Fernando Ferro (PT-PE)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 11.08.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLCY (PT/SP)	2.
PDT	
	1.
P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> FERNANDO FERRO PT-PE	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 11.08.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 206 PÁGINAS